

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

LINGUAGEM E REALIDADE NO *CRÁTILLO* 383A-390E

EDUARDO FREITAS NASCIMENTO

GOIÂNIA
MARÇO DE 2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE FILOSOFIA

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

EDUARDO FREITAS NASCIMENTO

3. Título do trabalho

“LINGUAGEM E REALIDADE NO CRÁTILO 383A-390E”

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Freitas Nascimento, Discente**, em 06/03/2025, às 21:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Anderson De Paula Borges, Professor do Magistério Superior**, em 10/03/2025, às 17:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5212439** e o código CRC **6604AD7C**.

Referência: Processo nº 23070.008818/2025-17

SEI nº 5212439

EDUARDO FREITAS NASCIMENTO

LINGUAGEM E REALIDADE NO *CRÁTILLO* 383A-390E

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia, na Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Goiás, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Area de concentração: Filosofia

Linha de pesquisa: Metafísica e Teoria do Conhecimento

Orientador: Prof. Dr. Anderson de Paula Borges

GOIÂNIA
MARÇO DE 2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

NASCIMENTO, EDUARDO FREITAS
LINGUAGEM E REALIDADE NO CRÁTILO 383A-390E
[manuscrito] / EDUARDO FREITAS NASCIMENTO. - 2025.
152 f.

Orientador: Prof. Dr. Anderson de Paula Borges.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de Filosofia (Fafil), Programa de Pós-Graduação em Filosofia,
Goiânia, 2025.

1. Crátilo. 2. Naturalismo. 3. Convencionalismo. 4. Natureza. 5.
Essência. I. Borges, Anderson de Paula, orient. II. Título.

CDU 1



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE FILOSOFIA

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº 6 da sessão de Defesa de Dissertação de EDUARDO FREITAS NASCIMENTO, que confere o título de Mestre em Filosofia do Programa de Pós Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Goiás, **na área de concentração em Filosofia.**

Aos cinco dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e cinco, a partir das **10h:00**, online, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada “LINGUAGEM E REALIDADE NO CRÁTILO 383A-390E”. Os trabalhos foram instalados pelo orientador, Professor Doutor Anderson de Paula Borges (FAFIL/UFG) com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: professora Doutora Carolina de Melo Bomfim Araújo (UFRJ), membra titular externa; professor Doutor José Lourenço Pereira da Silva (UFSM), membro titular externo. Durante a arguição os membros da banca não fizeram sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da dissertação, tendo sido o candidato **aprovado**. Proclamados os resultados pelo professor Doutor Anderson de Paula Borges (FAFIL/UFG), presidente da Banca, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos membros da Banca aos cinco dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e cinco.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Anderson De Paula Borges, Professor do Magistério Superior**, em 05/03/2025, às 17:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carolina de Melo Bomfim Araújo, Usuário Externo**, em 05/03/2025, às 20:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jose Lourenco Pereira da Silva, Usuário Externo**, em 06/03/2025, às 08:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5170881** e o código CRC **8AC02D23**.

Referência: Processo nº 23070.008818/2025-17

SEI nº 5170881

Cum Sanctis Angelis.

AGRADECIMENTOS

Sou grato à equipe da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Goiás, em especial à Secretária Marlene, sempre solícita. Menciono também a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que viabilizou e apoiou minha pesquisa.

Agradeço ao Prof. Dr. Wellington Damasceno e ao Prof. Dr. Vitor Bragança, que me fizeram ter um verdadeiro apreço pelo trabalho acadêmico na Filosofia. Todas as aulas, conversas, debates e encontros do Grupo de Estudos de Tradição Aristotélica foram fundamentais para meu percurso formativo.

Minha mais profunda gratidão ao Prof. Dr. Anderson de Paula Borges pela paciente orientação desde os tempos de graduação, em 2018. Suas aulas, conversas e sugestões, especialmente sobre o *Teeteto*, o *Crátilo* e a estrutura filosófica geral das obras de Platão, sempre foram de grande aprendizado. Ele quem me incentivou nos estudos de Grego Antigo, que foram indispensáveis para minha pesquisa.

Agradeço meus pais, Eliziário do Nascimento Neto e Zeila Cunha de Freitas Nascimento, por incentivarem meus estudos e sempre me motivarem a perseverar.

Por fim, agradeço, de todo o meu coração, à minha esposa Caroline Pedrosa Almeida Nascimento, a quem uni minha alma no dia 12 de outubro de 2024. A ela dedico cada passo dado neste percurso, pois seus incentivos e apoio foram minha força motriz. É por ela que empreendo todos os meus esforços.

RESUMO

Esta dissertação examina a relação entre linguagem e realidade no trecho 383a-390e do *Crátilo* de Platão, investigando como o filósofo conduz o exame dialético das teses do naturalismo e do convencionalismo linguístico. O estudo analisa as posições defendidas por Crátilo e Hermógenes, considerando seus compromissos ontológicos e epistemológicos, para, em seguida, reconstruir a proposta de Sócrates à luz dos conceitos de φύσις (“natureza”), οὐσία (“essência”) e εἶδος (“forma”). Demonstra-se que Crátilo busca delimitar os critérios necessários e suficientes para que um termo *N* seja contabilizado como um “nome”, defendendo que apenas a descrição verdadeira do *nominatum* via etimologia seja o fundamento da nomeação. Hermógenes, por sua vez, investiga não apenas os critérios necessários e suficientes para que um termo *N* seja contabilizado como um “nome” *simpliciter*, mas também as diretrizes pelas quais definimos o que é um “bom nome”, na perspectiva coletiva. O estudo mostra que a posição convencionalista de Hermógenes é alicerçada na articulação entre os conceitos de τιθέναι (“estabelecer” ou “impor”) e καλεῖν (“chamar”), distinguindo dois estágios na nomeação: o da imposição dos nomes, regido pela decisão individual ou coletiva, e o do uso dos nomes, submetido às convenções linguísticas subjacentes. Essa pesquisa demonstra que a tese socrática emerge da dialética entre essas duas visões, propondo uma concepção intermediária na qual a nomeação deve respeitar tanto as normas linguísticas do contexto de interlocução quanto as estruturas ontológicas da realidade. A metodologia combina a análise filológica e filosófica, com um exame detalhado do texto grego e da bibliografia especializada. Os resultados indicam que, em *Crátilo* 386e-390e, Platão delinea uma teoria ontológica muito sofisticada, segundo a qual os objetos possuem propriedades estáveis e que a linguagem, para ser correta, deve respeitar esses atributos.

Palavras-chave: *Crátilo*. Naturalismo. Convencionalismo. Natureza. Essência. Forma.

ABSTRACT

This dissertation examines the relationship between language and reality in Plato's *Cratylus* (383a-390e), investigating how the philosopher conducts the dialectical examination of the theses of linguistic naturalism and conventionalism. The study analyzes the positions defended by Cratylus and Hermogenes, considering their ontological and epistemological commitments, and subsequently reconstructs Socrates' proposal in light of the concepts of φύσις ("nature"), οὐσία ("essence"), and εἶδος ("form"). It is demonstrated that Cratylus seeks to establish the necessary and sufficient criteria for a term *N* to be considered a "name", arguing that only the true description of the *nominatum* via etymology serves as the foundation of naming. Hermogenes, in turn, investigates not only the necessary and sufficient criteria for a term *N* to be considered a "name" *simpliciter* but also the guidelines by which a "good name" is defined from a collective perspective. The study shows that Hermogenes' conventionalist position is grounded in the articulation between the concepts of τιθέναι ("to establish" or "to impose") and καλεῖν ("to call"), distinguishing two stages of naming: the imposition of names, governed by individual or collective decision, and the use of names, subject to underlying linguistic conventions. This research demonstrates that the Socratic thesis emerges from the dialectic between these two perspectives, proposing an intermediate conception in which naming must respect both the linguistic norms of the context of interlocution and the ontological structures of reality. The methodology combines philological and philosophical analysis, with a detailed examination of the Greek text and specialized bibliography. The results indicate that, in *Cratylus* 386e-390e, Plato outlines a highly sophisticated ontological theory, according to which objects possess stable properties and language, to be correct, must respect these attributes.

Keywords: *Cratylus*. Naturalism. Conventionalism. Nature. Essence. Form.

SUMÁRIO

Capítulo 1. Introdução.....	9
Seção 1. Apresentação do <i>Crátilo</i>	9
Seção 2. Metodologia.....	16
Seção 3. Objetivos e relevância.....	19
Seção 4. Resultados Obtidos.....	20
Seção 6. Perspectivas de pesquisa.....	23
Capítulo 2. O naturalismo de Crátilo (383a-384c).....	25
Capítulo 3. O convencionalismo de Hermógenes (384c-385e).....	33
Capítulo 4. Hermógenes, Protágoras e Eutidemo (385e-386e).....	51
Capítulo 5. Hermógenes e Protágoras.....	83
Capítulo 6. A teoria de Sócrates (386e-390e).....	103
Seção 1. O primeiro argumento (386e-387d).....	104
Seção 2. A teoria das formas (387e-390e).....	120
Capítulo 7. Conclusão.....	148
Bibliografia.....	152

CAPÍTULO 1. INTRODUÇÃO

SEÇÃO 1. APRESENTAÇÃO DO *CRÁTILLO*

Introdução ao tema da obra. O *Crátillo* é a obra em que Platão reflete explicitamente sobre como a linguagem se relaciona com a estrutura do próprio mundo. O tema em reflexão é a “corretude dos nomes” (ὀνόματος ὀρθότητα, 383a3)¹, isto é, os critérios pelos quais podemos definir se um nome é ou não “correto” (ὀρθός). O enredo começa com Sócrates recebendo o pedido para avaliar e ponderar as teses de Hermógenes e Crátilo. Hermógenes defende que os “nomes” (ὀνόματα) são atribuídos às coisas em razão do arbítrio de uma comunidade, fundamentando a corretude dos nomes, em última instância, nos conceitos de *convenção* (συνθήκη, 384d1) e *acordo* (ὁμολογία, 384d1). Crátilo, por outro lado, defende que há certa propriedade intrínseca aos nomes em razão da qual eles foram atribuídos aos seus correspondentes *nominata*. A atribuição, portanto, não seria um processo aleatório, mas sim um processo guiado “pela natureza” (φύσει, 383a5) do próprio objeto, a qual deve ser revelada ou caracterizada com assertividade pelo nome. Quando Crátilo se recusa a dar mais detalhes de sua teoria, Hermógenes pede que Sócrates a desenvolva e investigue consigo qual a verdade a respeito de um assunto tão “belo” (καλός, 384b1) e “difícil” (χαλεπός, 384b1).

Assim se inicia uma das mais importantes obras de Platão, descrita por Baxter como uma “[...] exuberante especulação linguística [...] incomparável a qualquer outra coisa nos diálogos de Platão, ou mesmo na literatura grega existente”². O centro do diálogo gira em torno desse debate entre as teses de Hermógenes e Crátilo. Na bibliografia secundária, convencionou-se chamar a primeira tese de “convencionalismo”, que compõe a defesa de que o funcionamento dos nomes se dá por uma espécie de acordo, ainda que implícito, entre os participantes da interlocução a respeito do significado dos nomes utilizados. A segunda tese é usualmente denominada de “naturalismo”, que defende que a nomeação seria regulada por uma natureza

¹ Sabemos que a tradução de ὀρθότης por “corretude” pode soar muito distante da realidade coloquial que marca o diálogo entre Hermógenes, Crátilo e Sócrates. Nesse sentido, às vezes a tradução “*correção* dos nomes” (VIEIRA, 2014) ou “*justeza* dos nomes” (NUNES, 1980) podem ser mais adequadas. Entretanto, optamos por manter a tradução mais consagrada na bibliografia secundária, a saber, “*corretude* dos nomes”. Apesar de haver outras possibilidades, acreditamos que essa é a quem mais capta o fato de ὀρθότης ser o substantivo abstrato derivado da nominalização ὀρθός (“correto”).

² “[...] exuberant linguistic speculation [...] unparalleled by anything in Plato's other dialogues, or indeed in extant Greek literature” (BAXTER, 1992, p. 1).

própria, que é idêntica para todos. Um nome qualquer – “Sócrates”, por exemplo – pertenceria ao seu *nominatum* – o filósofo Sócrates – “por natureza” (φύσει, 383a3).

Orígenes já havia sugerido que esse debate entre a postura naturalista, por um lado, e a postura convencionalista, por outro, é um embate desafiador e recorrente na tradição filosófica. Discutindo se alguma cultura havia dado um nome mais adequado para Deus, o autor afirma:

(T1) Em relação a isso, também deve ser dito que [o debate] desemboca na discussão profunda e aporética já estabelecida antes, a respeito da natureza dos nomes: se, como pensa Aristóteles, os nomes são por imposição [θέσει], ou, como acreditam os estóicos, se são por natureza [φύσει] (Origénes, *C. Cels.* I 24. Tradução própria)³.

Orígenes não menciona a figura de Platão, mas gostaríamos de expor neste trabalho que o filósofo ateniense tem uma contribuição muito importante sobre o assunto, tendo articulado uma noção de *corretude dos nomes* que aproveita dialeticamente certas nuances tanto do naturalismo quanto do convencionalismo. A teoria repousa, sobretudo, sobre os conceitos de οὐσία, “essência”, e εἶδος, “forma”. Mesmo que ela não seja um elemento da própria doutrina de Platão, ela é, ainda assim, uma formulação muito sofisticada de uma proposta teórica no campo da ontologia e da filosofia da linguagem.

Significado de ὄνομα. Definitivamente, o *Crátilo* é um dos mais importantes e desafiadores textos de Platão, a ponto de Sedley apontá-lo como “o mais enigmático e frustrante [diálogo] em todo o seu *corpus*”⁴ e Barney reiterar essa opinião: “O *Crátilo* é a mais extensa discussão da linguagem por parte de Platão [...] e um dos seus mais enigmáticos diálogos”⁵. Assim, como um elemento propedêutico a uma análise mais profunda do diálogo, gostaríamos de esclarecer qual o significado de cada termo que compõe o tema geral da obra: ὀρθότης (“corretude”) e ὄνομα (“nome”). Embora nenhum dos personagens levante objeções quanto à falta de clareza desses termos, para o leitor moderno, o significado do termo ὄνομα (“nome”) pode gerar confusão desde o início. Isso porque o filósofo o usa para se referir tanto a

³ Λεκτέον δὲ καὶ πρὸς τοῦτο ὅτι ἐμπίπτει εἰς τὸ προκειμένον λόγος βαθύς καὶ ἀπόρητος, ὁ περὶ φύσεως ὀνομάτων πότερον, ὡς οἶεται Ἀριστοτέλης, θέσει εἰς τὰ ὀνόματα ἢ, ὡς νομίζουσιν οἱ ἀπὸ τῆς Στοᾶς, φύσει.

Foi usada a seguinte versão da obra: “*Origène. Contra Celse*, 4 vols.”, Ed. Borret, M. Paris: Cerf, 1: 1967; 2: 1968; 3-4: 1969; *Sources chrétiennes* 132, 136, 147, 150. Foi Grote (cf. 1888, p. 475) quem nos chamou atenção para essa passagem

⁴ “[...] the most enigmatic and frustrating [sc. dialogue] in his entire corpus” (SEDLEY, 1998, p. 140).

⁵ “The *Cratylus* is Plato’s most extended discussion of language [...] and one of his most enigmatic dialogues” (BARNEY, 2001, p. 1).

substantivos próprios e comuns quanto a adjetivos e, até mesmo, a verbos no infinitivo⁶ ou no participípio⁷. O escopo da expressão ὄνομα não é captado com completa exatidão pelo termo moderno “nome”, que aparentemente possui um horizonte mais restrito. Por outro lado, não seria adequado traduzir essa expressão grega por “palavra”, sob o pensamento de que “palavra” possui um escopo de significação maior do que “nome” e, por isso, se adequaria mais à intenção de Platão ao empregar o grego ὄνομα. O uso da tradução “palavra” faria o leitor equivocadamente supor que a investigação de Platão se aplica a diversos tipos de itens linguísticos, sendo que, ao contrário, no diálogo, ὄνομα não designa nenhuma palavra que tenha uma função estritamente sintática.

Concordamos com Robinson⁸ sobre não ser adequado traduzir ὀνόματα (“nomes”, o plural de ὄνομα) por “língua”. O uso de “língua” ou “língua” aponta para uma organização sistemática, por parte de uma nação ou cultura, de símbolos gráficos e seus métodos de combinação. Segundo Robinson, Platão utiliza algumas vezes o termo φωνή para indicar algo semelhante a isso – ainda que o uso primário dessa palavra seja para designar a voz –, como em: “A língua e os nomes foram rapidamente corrigidos pela técnica [φωνήν καὶ ὀνόματα ταχὺ διηρθρώσατο τῇ τέχνῃ]” (*Prt.* 322a), ou “A língua ática antiga [τὴν Ἀττικὴν παλαιὰν φωνήν]” (*Cra.* 398d), ou “A língua helênica [τὴν Ἑλληνικὴν φωνήν]” (*Cra.* 409e). Robinson também esclarece que três outras palavras poderiam designar a linguagem com maior propriedade do que o termo ὀνόματα: διάλεκτος (usualmente traduzido por “dialeto” ou “idioma”), λόγος (possui várias opções de tradução, como “palavra”, “discurso”, “razão” ou “argumento”) e γλῶττα (“língua” ou “idioma”). O autor conclui que, se Platão adotou ὀνόματα ao invés dessas quatro opções, é porque não foi a intenção dele estabelecer a linguagem como o tópico principal estudado no diálogo.

Em 385c, Platão esclarece que há um paralelismo entre esse conceito e a menor parte de uma sentença: O que parece estar em jogo são as palavras que possuem uma função estritamente denotativa, ou referencial, e que, por isso, costumam ocupar o papel de sujeito lógico de uma sentença. Algo é chamado adequadamente de ὄνομα (“nome”) se, assim dizendo, nós podemos identificar no mundo um objeto a que ele se refere⁹. Nesse prisma, preposições e

⁶ Cf. *Crátilo* 414a-b e 426c.

⁷ Cf. *Crátilo* 421c. Como Schofield afirmou: “[...] um nome [...] isto é, um substantivo, um verbo ou um adjetivo – mas não uma palavra de função sintática primária [...] a name [...] i.e. a noun, a verb, or an adjective – but not a word of primarily syntactic function]” (SCHOFIELD, 1982, p. 61).

⁸ ROBINSON, 1955, p. 222-223.

⁹ Cf. BARNEY, 2001, p. 5.

conjunções, por exemplo, não contariam como nome. Um verbo poderia contar desde que fosse usado em uma forma que identificasse, por exemplo, o próprio agente (como o particípio grego faz) ou a própria ação (como o infinitivo grego faz). Assim, parece-nos que a melhor tradução é aquela já consagrada, a saber, “nome”, seja porque as outras traduções conduzem a uma interpretação errada do assunto tratado, seja pelo fato de que “nome” possui, ainda hoje, uma estreita relação com a função denotativa da linguagem.

Aqui, cabe ainda uma observação. É verdade que a linguagem não é o problema explicitamente destacado na obra, como alguns comentadores frisaram: “É ainda menos prudente traduzir ‘ὀνόματα’ por ‘linguagem’ e dizer que o *Crátilo* é sobre a linguagem”¹⁰. O problema em foco é: ὀνόματος ὀρθότητα, “corretude dos nomes”. Porém, analisando o diálogo como um todo, acreditamos que Platão coloca em reflexão teorias ontológicas que governariam o uso da linguagem em geral e não somente da sua parte denotativa. Platão não se mantém em uma análise estritamente focada no campo da linguagem, mas discute também teorias ontológicas que ocupam o espaço de ἀρχή (“princípio”) da linguagem¹¹. Por isso, acreditamos que é legítimo afirmar que o *Crátilo* trata da relação da linguagem com a realidade de modo geral. Por exemplo, em 386e-390e, o filósofo desenvolveu uma teoria ontológica bem sofisticada. Ela defende que a realidade se organiza em categorias ordenadas¹², definidas a partir das propriedades objetivas que os objetos mesmos possuem. Esses traços característicos são chamados de εἰδή (“formas”) ou οὐσία (traduzimos por “essência”) e eles compõem a

¹⁰ “It is still less prudent to translate ‘ὀνόματα’ by ‘language’ and say that the *Cratylus* is about language” (ROBINSON, 1955, p. 222).

¹¹ Nicholas White escreveu um artigo defendendo que, na filosofia de Platão, as teses metafísicas não se separam das teses epistemológicas, como acontece em alguns sistemas modernos: “Está claro que em Platão não existe tal divisão. Suas concepções sobre o que existe são amplamente controladas por ideias sobre como se pode dar conta do conhecimento, e seu pensar sobre o que o conhecimento é assume seu caráter de convicções sobre o que, de existente, é passível de ser conhecido” (WHITE, 2013, p. 327). De modo semelhante, acreditamos que, em Platão, ontologia, epistemologia, filosofia da linguagem, ética, política (etc.), muitas vezes são articuladas em conjunto, havendo uma profunda imbricação entre elas. No *Crátilo*, por exemplo, vemos uma profunda reflexão sobre a relação entre teorias ontológicas (concepções sobre as propriedades básicas e a natureza do que existe) e teorias linguísticas (concepções sobre as propriedades básicas da linguagem e sua natureza).

¹² Em 388b10-11, Sócrates ensina que o nome é um instrumento para distinguir as coisas segundo as propriedades que possuem. Estamos chamando de “categoria” esse grupo de objetos reunidos em uma única classe pelo fato de possuírem um traço característico (ou um conjunto de traços característicos) em comum. Contudo, é importante frisar que Platão nunca utiliza o termo κατηγορία (“categoria”, que também poderia significar “afirmação”, “declaração” ou “atribuição”) ou o verbo κατηγορεῖν (“categorizar”, “afirmar”, “declarar” ou “atribuir”). Ainda assim, usamos o termo “categoria”, porque, junto com “classe” e “tipo”, ele nos parece ser um dos melhores termos para expressar a intenção de Sócrates.

Assim, é importante que o leitor saiba que, *a priori*, não há relação formal alguma entre o conceito de *categoria* que usamos ao longo do trabalho e o conceito aristotélico de *categoria*. Quando Sócrates se refere à categoria, ele pensa apenas em itens reunidos em função de suas propriedades comuns. Essas propriedades não precisam necessariamente fazer parte de sua essência ou definição. Basta que sejam um critério objetivo e estável pelo qual podemos distinguir essa classe dos demais seres.

“natureza” (φύσις) dos objetos. Seguindo essa proposta, as categorias naturais de cada objeto devem ser respeitadas durante o manejo da linguagem se quisermos ter sucesso na comunicação e também na investigação da verdade. Ao contrário, toda a linguagem, não somente a sua parte denotativa, estaria comprometida. Assim, compreendendo esse aspecto do diálogo, seria possível afirmar que o *Crátilo* enseja uma profunda reflexão sobre a relação entre a linguagem e a realidade¹³ – ainda que, como enfatizou Robinson, a linguagem como um todo não seja o tema da obra. Como Sedley afirmou: “Essa deliciosa conversa [sc. entre Sócrates e Hermógenes] abre o único diálogo de Platão dedicado a este problema filosófico fundamental, *a relação entre linguagem e realidade*” (itálico nosso)¹⁴.

Significa do ὀρθότητα. Assim como o termo ὄνομα pode ser mal compreendido por um leitor moderno, também não é claro, *prima facie*, o que Platão entende por “corretude” (ὀρθότητα). Esse conceito parece ser desenvolvido de maneira distinta por cada personagem da obra, sendo difícil obter uma noção unívoca no diálogo. Para Crátilo, ele expressa o conjunto de critérios suficientes e necessários para que algo seja um nome. Crátilo defende que um termo *N* será um nome se, e somente se, possuir a capacidade de retratar com precisão a essência do objeto que ele designa.

Já Hermógenes acredita que, no caso da imposição inicial dos nomes, para *N* ser um nome, basta que ele se refera a um item no mundo, referência que seria garantida via decisão do indivíduo ou da comunidade. Neste estágio do processo de nomeação, a preocupação de Hermógenes é a mesma da de Crátilo: definir quais traços um item linguístico deve satisfazer para cair sob o conceito de *nome*. Contudo, na etapa do uso de um nome, Hermógenes parece entender que *corretude* expressa o conjunto de critérios suficientes e necessários para que algo seja não somente um nome, mas também um nome adequado para comunicação no âmbito coletivo. Somente será contabilizado nessa classe aqueles nomes que estiverem de acordo com a norma linguística subjacente.

Sócrates parece ter uma preocupação semelhante à de Hermógenes: para ele, o conceito de *corretude* também expressa o conjunto de critérios suficientes e necessários para que algo seja um bom nome, ou um nome adequado. Em outras palavras, Sócrates está preocupado não apenas com a referência do nome, mas com a excelência da atividade de nomear. Diferentemente de Hermógenes, Sócrates sustenta que quanto mais adequada à

¹³ Efetivamente, o famoso artigo do Ackrill sobre o *Crátilo* se chama: *Language and Reality in Plato's 'Cratylus'* (1997).

¹⁴ “This delicious exchange opens Plato’s sole dialogue devoted to that fundamental philosophical issue, the relation of language and reality” (SEDLEY, 1998, p.140).

estrutura da realidade tanto mais a nomeação será feita “de maneira bela” (οὕτω καλῶς, *Resp.* I 353a4), isto é, tanto mais o nome será correto ou adequado.

Sobre o conceito de *corretude*, Ademollo argumenta que os personagens do *Crátilo* continuamente fazem afirmações que dão a entender que as frases “ser o nome de *x*” e “ser o nome *correto* de *x*” são intercambiáveis e perfeitamente equivalentes. O comentador trata esse fenômeno sobre a alcunha de (R) *Redundancy Conception*: “(R) ‘N’ é o nome correto de $X =_{df}$ ‘N’ é o nome de X ”¹⁵. Ademollo afirma que essa definição de *corretude* permeia todo diálogo, tanto na discussão do naturalismo quanto do convencionalismo, sugerindo que Platão a adotava, talvez inconscientemente. Uma consequência dessa noção de *corretude* é que esse atributo funcionaria sem admitir graus: não haveria, propriamente dizendo, nenhum nome “mais correto” ou “menos correto” que outro. Haveria somente uma única classe de nomes, cujos itens circunscritos todos respeitariam os mesmos critérios de pertença. Outra consequência é que o qualificativo “incorreto”, quando aplicado para os nomes, funcionaria como o predicado “falso” quando aplicado a diamante: um diamante falso, propriamente dizendo, não é um diamante. Assim também, um nome incorreto, sendo mais exato, não é um nome. Não haveria, sob o escopo da concepção (R), algo como um nome incorreto.

As passagens textuais que Ademollo mobiliza para defender a presença de (R) ao longo de todo o diálogo compõem um argumento razoável em favor de sua interpretação. Ademollo está correto em sustentar que (R) faz parte da concepção naturalista de Crátilo, como o próprio personagem faz questão de explicitar:

(T2) HER. “E então, para todos outros homens, o nome pelo qual chamamos cada um, acaso este é o nome de cada um?”. Respondeu: [CRAT.] “Com certeza não para ti,” disse, “seu nome não é ‘Hermógenes’, nem que todos homens te chamassem assim” (*Cra.* 384b4-6. Trad. própria)¹⁶.

(T3) SÓ. [...] Por exemplo, se alguém te encontrasse no estrangeiro e, tomando-te da mão, te dissesse: Salve, forasteiro Ateniense, Hermógenes, filho de Esmicrio! Essa pessoa diria, ou falaria, ou se dirigiria, ou saudaria, não a ti, mas ao nosso amigo Hermógenes? Ou a ninguém?

CR. No meu modo de pensar, Sócrates, o que essa pessoa dissesse careceria inteiramente de sentido (*Cra.* 429e3-9. Trad. Carlos Alberto Nunes)¹⁷.

¹⁵ “(R) ‘N’ is a correct name of $X =_{df}$ ‘N’ is the name of X ” (ADEMOLLO, 2011, p. 3).

¹⁶ EPM. “Οὐκοῦν καὶ τοῖς ἄλλοις ἀνθρώποις πᾶσιν, ὅπερ καλοῦμεν ὄνομα ἕκαστον, τοῦτό ἐστιν ἐκάστῳ ὄνομα;” ὁ δέ, “Οὐκ οὐκ σοὶ γε,” ἢ δ’ ὅς, “ὄνομα Ἑρμογένης, οὐδὲ ἂν πάντες καλῶσιν ἄνθρωποι.”

¹⁷ ΣΩ. [...] οἷον εἴ τις ἀπαντήσας σοι ἐπὶ ξενίας, λαβόμενος τῆς χειρὸς εἴποι· “Χαῖρε, ὦ ξένη Ἀθηναῖε, ὑὸς Σμικρίωνος Ἑρμογένης,” οὗτος λέξειεν ἂν ταῦτα ἢ φαίη ἂν ταῦτα ἢ εἴποι ἂν ταῦτα ἢ προσεείποι ἂν οὕτω σὲ μὲν οὐ, Ἑρμογένε δὲ τόνδε; ἢ οὐδένα;

KP. Ἐμοὶ μὲν δοκεῖ, ὦ Σώκρατες, ἄλλως ἂν οὗτος ταῦτα φθέγγασθαι.

O naturalismo de Crátilo adota a Concepção de Redundância como parte integrante de seu arsenal conceitual, o que se evidencia pela afirmação de que um nome, se não for correto, sequer é um nome (cf. φθέγγασθαι, “emitir som”, “falar” ou “pronunciar”, em 429e9, indicando que a pessoa que usa o termo ‘Hermógenes’ em (T3) sequer estaria afirmando algo com sentido).

Porém, dependendo de como interpretamos a tese de Hermógenes, a Concepção de Redundância pode não ser integralmente válida. Veremos que a tese de Hermógenes não afirma simplesmente que um nome é definido pela decisão individual de cada sujeito. Na verdade, o personagem elabora em poucas linhas uma teoria muito bem articulada sobre a linguagem. Ele sustenta que a corretude deve ser pensada de modo diferente dependendo da etapa do processo de nomeação: no momento da imposição de um nome (batismo), o critério é a decisão do indivíduo ou da comunidade em questão. Aqui, (R) parece, de fato, estar operando, porque todo nome será contado como um nome correto. Entretanto, no estágio do uso de um nome, existe um critério objetivo e sólido: a convenção linguística subjacente. Neste caso, (R) não parece ser válida, pois nem todo nome será contabilizado como um nome correto. Por exemplo, se de repente decidirmos chamar o ser humano de “cavalo” (usando o exemplo em 384c-385e), esse nome não será apropriado para uso.

Acreditamos que a aplicação de (R) à teoria que Sócrates desenvolveu em 386e-390e a partir da dialética entre o convencionalismo e o naturalismo também seja um assunto mais complexo. Por um lado, a teoria está preocupada em afirmar que a convenção garante a referência de um termo e que isso basta para ele seja um “nome”. Essa retomada da tese de Hermógenes é feita por meio da figura do “legislador” (νομοθέτης, 390a). Por outro lado, Sócrates está ainda mais focado em analisar esse mesmo fenômeno, o da nomeação, a partir de outro ponto de vista. Para ele, o conceito de *corretude* expressa os critérios que fazem um nome desempenhar sua função de maneira mais adequada ou excelente. Nessa perspectiva, um nome é chamado de “correto” não somente se é um nome, mas se é um nome que se adequa às estruturas e nervuras da realidade. Desse modo, a Concepção de Redundância também não parece válida.

Portanto, acreditamos que Ademollo se enganou ao pensar que o conceito de *corretude* é desenvolvido de maneira unívoca no diálogo. Nesse caso, consideramos adequada a sutil interpretação de Williams (1955) de que a contraposição entre “o nome de *x*” e “o nome correto de *x*”, para Sócrates, pode ser expressada em termos de dois tipos de corretude: a corretude

externa e a corretude interna¹⁸. Na corretude interna, está em jogo o acordo interno dos interlocutores a respeito do significado dos nomes utilizados. Aqui, a convenção é o único critério para definir o sucesso da comunicação. Na corretude externa, por sua vez, está em jogo a adequação do nome ao objeto externo. Somos da opinião de que, na teoria das formas do *Crátilo*, essa adequação deve ser explicada em termos da categoria natural a que o objeto pertence ou, como bem expressou Bernard Williams: “Sócrates de fato afirmou [...] que *a estrutura da linguagem deve representar a estrutura das coisas*” (itálico nosso)¹⁹. Ao adotar a relação entre o nome e a coisa como uma baliza norteadora na utilização dos ὀνόματα (“nomes”), Platão se distingue de Hermógenes; e ao explicar essa relação a partir dos conceitos de “essência” e “forma” – evocando, pois, uma verdadeira teoria das formas –, Sócrates se distingue de Crátilo.

SEÇÃO 2. METODOLOGIA

Comentário filológico sobre o “Crátilo”. Esse trabalho possui um duplo objetivo. Primeiro, ele possui o caráter de um comentário filológico, porque se debruça sobre questões relativas à crítica textual e a interpretação do texto. Muitas vezes, foi necessário aprofundar no sentido do texto grego original, para destrinchar o real significado da obra de Platão. Outras, foi preciso trazer em cena o contexto histórico e cultural da filosofia antiga, para entender o propósito da fala dos personagens. Por exemplo, esse procedimento foi utilizado no capítulo 5 ao tentar investigar qual seria o motivo de Eutidemo defender a tese de que todas as coisas possuem todos os predicados. O texto do *Crátilo* não revela o que levou o sofista a essa decisão, apenas afirma repentinamente que ele defendia isso. Então, trouxemos o relato de Sexto Empírico sobre o pensamento de Protágoras e Heráclito de que a matéria é um receptáculo de todas as disposições, inclusive as opostas. Assim, sugerimos que essa tese ontológica possa estar na base do fundamento de Eutidemo em 386d3-6.

Comentário filosófico sobre o “Crátilo”. Além disso, esse trabalho pretende ser também um comentário filosófico ao texto do *Crátilo*²⁰. Analisaremos a estrutura dos

¹⁸ WILLIAMS, 1955, p. 91.

¹⁹ “Socrates indeed claimed [...] that the structure of language should represent the structure of things” (WILLIAMS, 1955, p. 92).

²⁰ Ademollo também faz esse contraste entre o comentário filológico, por um lado, e o comentário filosófico, por outro, no Prefácio do seu livro: “Esse é um comentário sobre o *Crátilo* de Platão. [...] É primariamente um comentário *filosófico*, porque eu estou principalmente interessado é no significado das teses apresentadas no diálogo e na estrutura e no valor dos argumentos a favor e contra elas. Mas também é um comentário *filológico*, porque, ao longo do texto, discuto muitas questões de crítica textual [This is a commentary on Plato’s *Cratylus*.”

argumentos dos personagens, analisando sua validade e veracidade. Queremos mostrar que as teses envolvidas no diálogo não foram formuladas de maneira ingênua pelo autor, mas que elas são, se bem compreendidas, mais sofisticadas do que pode parecer em uma leitura inicial. Queremos revelar como Platão conduz o jogo dialético entre teses filosóficas opostas, ora orientando a análise em uma perspectiva positiva – quando o autor se esforça para dar o melhor delineamento possível para cada uma das teses –, ora em uma perspectiva negativa – quando o autor revela os pressupostos inadequados eludidos em uma tese ou as consequências absurdas de um certo posicionamento teórico. Assim, esperamos convencer o leitor sobre como uma leitura atenta e detida do *Crátilo* pode suscitar profundos ensejos filosóficos.

Esse procedimento também pode ser ilustrado pelo capítulo 5, quando nos esforçamos para reestruturar os passos argumentativos da refutação de Protágoras e Eutidemo. Assim fazendo, esperamos mostrar ao leitor que as falas de Sócrates não são aleatórias, mas são cuidadosamente posicionadas por Platão com a finalidade de compor um argumento válido e verdadeiro. Entretanto, é importante frisar que, embora a argumentação lógica formal seja importante, nem todos os argumentos do diálogo precisam seguir esse padrão para serem fortes e convincentes. Apesar de ser uma perspectiva importante, o formalismo não esgota a profundidade do texto de Platão. Por exemplo, Sócrates mobiliza um forte argumento em 386e-390e baseado, sobretudo, na analogia entre o ato de nomear e o ato de tecer. Esse raciocínio é analisado nas duas seções do capítulo 7, mostrando ao leitor que a analogia é, para Platão, uma ferramenta heurística de grande impacto.

Estrutura dos capítulos. Quanto à estrutura da Dissertação, cada capítulo é dedicado a uma seção específica do *Crátilo*: o capítulo 2 aborda o trecho 383a-384c; o capítulo 3, o trecho 384c-385e; o capítulo 4 analisa a passagem 385e-386e e o capítulo 5 dá prosseguimento a solução dos problemas levantados nessa análise; o capítulo 6 se debruça sobre o texto de 386e-390e, nosso principal objeto de estudo. Essa Dissertação tem como escopo apenas a parte do *Crátilo* que vai da página 383 de Stephanus até a 390. Estamos focados em estudar a teoria ontológica de Sócrates em 386-390 e como ela se origina a partir do naturalismo em 383-384, do convencionalismo em 384-385, e das refutações perpetradas em 385-386. Esperamos ter mais espaço para esclarecer no futuro a conexão dessa teoria socrática com as demais partes do texto, como a seção de etimologias, a refutação do naturalismo e o final aporético do diálogo.

[...] It is primarily a philosophical commentary, because what I am chiefly interested in is the purport of the theses advanced in the dialogue and the structure and worth of the arguments for and against them. But it is also a philological commentary, because along the way I discuss many matters of textual criticism and interpretation]" (ADEMOLLO, 2011, p. xiii).

Cada um dos capítulos da Dissertação pode ser estruturado em duas partes distintas e complementares. Na primeira parte, examinamos detidamente o próprio texto do *Crátilo*, buscando interpretar cuidadosamente a fala dos personagens, levantar os principais problemas exegéticos que emergem da passagem e elencar as possíveis maneiras de resolvê-los. Na segunda parte, fazemos recurso à bibliografia secundária, analisando a literatura especializada que trata do diálogo. Essa análise crítica procura incluir posições divergentes sobre como ler o texto de Platão. Também nos esforçamos para comparar nossa própria leitura com aquela realizada pelos principais comentadores clássicos e modernos do *Crátilo*. O objetivo é proporcionar ao leitor uma visão mais rica e fundamentada do texto, ampliando a compreensão e a apreciação do diálogo.

Referências para a tradução do “Crátilo” e para a citação dos textos clássicos. Quanto à tradução dos textos em grego, usamos a versão do *Crátilo* presente na edição de Burnet (1900). Diversas obras nos auxiliaram, principalmente as traduções em português de Nunes (1980) e Vieira (2014), a tradução de C. D. C. Reeve (em Cooper, 1997) e as traduções e orientações em livros dedicados ao *Crátilo*, como: Baxter (1992), Barney (2001) Sedley (2003) e Ademollo (2011). Para mostrar a fecundidade dos estudos sobre o *Crátilo*, também aludimos o leitor às edições e traduções do diálogo mencionadas por Ademollo: Aronadio (1996), Bekker (1826), Burnet (1900-7), Cambiano (1981), Dalimier (1998), Ficino (1491), Fowler (1926), Heindorf (1892-1910), Hermann (1861), Hirschig (1873), Jowett (1892), Méridier (1931) e Minio-Paluello (1991)²¹.

Para as abreviações, adotamos aquelas que são indicadas pela *Oxford Classical Dictionary* (4th edition) para os textos clássicos. Segue a lista dos autores e obras utilizadas neste trabalho: Platão: *Cra.* – *Crátilo*; *Cri.* – *Críton*; *Resp.* – *República*; *Tht.* – *Teeteto*; *Men.* – *Ménon*; *Phd.* – *Fédon*; *Phlb.* – *Filebo*; *Soph.* – *Sofista*; *Phrd.* – *Fedro*; Aristóteles: *Metaph.* – *Metafísica*; *Int.* – *De interpretatione*; *Top.* – *Tópicos*; *Mete.* – *Metereologia*. Sexto Empírico: *Pyr.* – *Hipótiposes Pirrônicas*; Orígenes: *C. Cels.* – *Contra Celsum*; Proclo: *In Crat.* – *In*

²¹ “ARONADIO, F. *Platone: Cratilo*. Rome and Bari, 1996; BEKKER, I. (Ed.). *Platonis Scripta Graece Omnia*, vol. IV. London, 1826; BURNET, J. (Ed.). *Platonis Opera* (5 vols.). Oxford, 1900–1907; CAMBIANO, G. (Trad.). *Platone: Dialoghi filosofici*, vol. II. Turin, 1981; DALIMIER, C. (Trad. e Com.). *Platon: Cratyle*. Paris, 1998; FICINO, M. (Trad.). *Divus Plato*, 2nd ed. Venice, 1491; FOWLER, H. N. (Ed. e Trad.). *Plato (vol. VI): Cratylus, Parmenides, Greater and Lesser Hippias*. Cambridge, MA, and London, 1926; HEINDORF, L. Fr. (Ed.). *Platonis Dialogi selecti* (4 vols.). Leipzig, 1892–1910; HERMANN, C. F. (Ed.). *Platonis dialogi secundum Thrasylli tetralogias dispositi*, vol. I. Leipzig, 1861; HIRSCHIG, R. B. (Ed.). *Platonis Opera*, vol. I. Paris, 1873; JOWETT, B. (Trad.). *The Dialogues of Plato*, 3rd ed., vol. I. Oxford, 1892; MÉRIDIER, L. (Ed. e Trad.). *Platon, Oeuvres complètes*, vol. V.2: *Cratyle*. Paris, 1931; *Translation of Cratylus*, in *Platone, Opere complete*, 2nd ed., vol. II. Rome and Bari, 1991” (ADEMOLLO, 2011, p. xvii).

Platonis Cratylum comentaria; e Amônio de Hermeu: *in Int. – In Aristotelis De Interpretatione commentarium*.

SEÇÃO 3. OBJETIVOS E RELEVÂNCIA

Objetivos gerais. O objetivo geral desta Dissertação é compreender a relação entre linguagem e realidade no trecho 383a-390e do *Crátilo* de Platão. Queremos entender como Platão examina diferentes teorias sobre os critérios suficientes e necessários para que um item linguístico seja contado como um “nome” (ὄνομα), no caso de Hermógenes e Crátilo, ou para que um item seja contado como um “nome excelente” (ὄνομα ἄριστον), no caso de Sócrates. Sobretudo, queremos explicar a tese de Sócrates de que a estrutura ontológica da realidade é o sustento e a diretriz do edifício da linguagem. Acreditamos que esse empreendimento seja fundamental para avançarmos na compreensão da ontologia e da filosofia da linguagem do próprio Platão.

Objetivos específicos. De maneira específica, queremos examinar o naturalismo de Crátilo em 384a-384c e o convencionalismo de Hermógenes em 384c-385e. Interessa-nos delimitar o significado, os argumentos e pressupostos de cada uma dessas propostas, além de suas convergências e divergências formais. Outro tópico importante é identificar o motivo que levou Sócrates a rejeitá-las. Assim, é imprescindível nos determos sobre o trecho 385e-386e, examinando os argumentos de Sócrates contra a teoria de Protágoras e Eutidemo e entendendo como isso supostamente afeta a teoria de Hermógenes. Também queremos discutir sobre o papel da teoria de Sócrates em 386e-390e. Aqui, Sócrates formula uma proposta segundo a qual há, no mundo, propriedades estáveis que caracterizam em si mesmo o objeto a que pertencem. Pretendemos determinar o significado desta tese, como o personagem busca sustentá-la e como ele a utiliza para analisar o fenômeno da nomeação. Por fim, buscamos explicar como essa teoria emerge do aproveitamento dialético de certos elementos do naturalismo e do convencionalismo, formando uma proposta realmente única e significativa no diálogo.

Relevância da pesquisa. Portanto, a relevância desta pesquisa reside, em primeiro lugar, no aprofundamento da concepção platônica sobre a relação entre linguagem e realidade. Reside também no levantamento dos principais problemas exegéticos presentes em *Crátilo* 383-390 e de possíveis soluções, conduzindo uma análise detalhada do naturalismo de Crátilo, do convencionalismo de Hermógenes e da teoria das formas de Sócrates. De modo especial, enfatizamos a centralidade que essa última teoria possui no diálogo, porque se trata de uma proposta robusta e muito bem elaborada conceitualmente. Por isso, o trabalho que apresentamos

é de grande interesse para o avanço dos estudos platônicos e também traz reflexões sobre importantes teorias filosóficas no campo da ontologia e da linguagem.

SEÇÃO 4. RESULTADOS OBTIDOS

Capítulo 2. Apresentamos aqui uma breve síntese dos resultados obtidos em cada capítulo desta Dissertação. No capítulo 2, analisamos a apresentação do naturalismo de Crátilo em 383a-384c. Não é fácil entender o que o personagem tem em mente quando defende que “há, por natureza, uma corretude do nome para cada coisa” (383a4-5: ὀνόματος ὀρθότητα εἶναι ἐκάστῳ τῶν ὄντων φύσει πεφυκυῖαν), negando que o fato de todos empregarem um termo *N* para se referir a um objeto *x* seja o suficiente para que *N* seja considerado um nome. Mobilizando alguns bons comentadores, mostramos que a tese naturalista está comprometida com uma noção de *nome* que possui não somente um componente referencial, mas também um componente descritivo. Crátilo, especificamente, parece exigir que todo nome revele as propriedades de um item a partir de sua etimologia, seguindo o seguinte princípio: *N* se refere a *x* se, e somente se, a etimologia de *N* descreve verdadeiramente os atributos relevantes de *x*.

Capítulo 3. No capítulo 3, analisamos o desenvolvimento da tese convencionalista em 384c-385e. Também não é fácil entender o que Hermógenes tem em mente quando nega a posição de Crátilo e afirma que os únicos critérios de corretude são a *convenção* (συνθήκη, 384d1) e o *acordo* (ὁμολογία, 384d1). Percebe-se que o personagem vai consolidando sua visão à medida que responde às perguntas de Sócrates. Há um *commonplace* na leitura do *Crátilo* segundo o qual a posição de Hermógenes seria uma tese completamente subjetivista no domínio da linguagem. Muitos acreditam que Hermógenes está dizendo tão somente que podemos impor qualquer nome sobre qualquer coisa a qualquer instante, e esse nome ainda seria correto. Encontrando suporte em bons intérpretes do *Crátilo*, mostramos que Hermógenes é um convencionalista, não um subjetivista, e que propor o contrário introduziria uma contradição para o pensamento do personagem. Na verdade, ele compreende a utilização dos nomes em dois estágios, cada qual possuindo um critério próprio de corretude. No primeiro estágio, de “imposição” ou “estabelecimento” (θέσις) do nome, o critério é a norma definida pelo indivíduo ou pela comunidade, dependendo das circunstâncias da interlocução. O segundo estágio corresponde ao uso do nome (καλεῖν, “chamar” um item de *N*). Nesse estágio, a corretude do nome não pode repousar na decisão de um indivíduo ou de um grupo específico, mas deve levar em consideração as normas e regras já solidificadas naquele ambiente de interlocução. Um

paralelo com o texto de *Criton* parece indicar que Hermógenes tem em mente aquelas convenções nominais implícitas e já consolidadas em uma comunidade.

Capítulo 4. O capítulo 4 se revelou um dos mais desafiadores e, por isso, um dos mais extensos. Nele, o personagem Sócrates parece argumentar em favor do naturalismo a partir da refutação da teoria de Protágoras e de Eutidemo. A primeira dificuldade é entender o significado de cada uma dessas teorias. O que Protágoras quer dizer com seu famoso dito do *homo mensura*: “O homem é a medida de todas as coisas [πάντων χρημάτων μέτρον ἔστιν ἄνθρωπον]” (385e5-386a1)? E qual o significado da estranha frase de Eutidemo: “Todas as coisas são simultaneamente e sempre semelhantes para todos [πάσι πάντα ὁμοίως εἶναι ἅμα καὶ ἀεί]” (386d4). A segunda dificuldade é traçar a relação que existe entre essas duas teses: por que Platão as trata de modo unitário, refutando as duas ao mesmo tempo? Neste capítulo, propomos que ambas se relacionam na medida em que partem de uma mesma premissa inicial e chegam ao mesmo resultado. Tanto Eutidemo quanto Protágoras formulam suas teses como uma resposta para o problema do conflito de aparências. E as duas acabam gerando um cenário linguístico singular, no qual não existe nenhum critério que governe o ato de imposição e uso dos nomes.

Entretanto, a principal dificuldade parece ser entender como a refutação dessas duas posições pode, de alguma maneira, contribuir para a negação do convencionalismo e o desenvolvimento do naturalismo. Mostramos que a negação de Protágoras e de Eutidemo é um caminho para Platão propor uma terceira alternativa centrada no conceito de “natureza” (φύσις) ou “forma” (εἶδος). Segundo Sócrates, os objetos possuem propriedades estáveis e objetivas, não estando sujeitos ao domínio do indivíduo e não sendo relativas à percepção do sujeito (cf. 386d8-386e4). Essa teoria seria um modo de desenvolver o naturalismo de Crátilo em moldes mais aceitáveis. Ao mesmo tempo, ela fornece um entendimento que falta ao convencionalismo de Hermógenes: o de que o conceito de *forma* deve também regular o primeiro estágio do processo de nomeação.

Capítulo 5. Dedicamos o capítulo 5 à resolução de um problema que surgiu no capítulo 4, mas que não foi suficientemente explorado, a saber, o problema da relação entre as teses de Protágoras e Hermógenes. O principal questionamento a ser respondido é: por que Sócrates acredita que a refutação de Protágoras de algum modo contribuirá para destruir a teoria de Hermógenes? Qual a convergência formal entre a doutrina da medida e o convencionalismo, de modo que, atacando a primeira, atingiríamos a segunda? Recusamos a interpretação daqueles que propõem que o convencionalismo seja uma aplicação do protagoreanismo no campo da linguagem. Também não aceitamos a leitura de que o convencionalismo de algum modo

implique na doutrina do *homo mensura*. Mostramos que essas duas propostas interpretativas partem da suposição de que Hermógenes propõe uma tese propriamente subjetivista, e não convencionalista – suposição que buscamos desconstruir no capítulo precedente e neste.

Além disso, o pensamento de que o convencionalismo implica o protagoreanismo exige um caminho de explicação incoerente, segundo o qual uma teoria da linguagem poderia ser o fundamento de uma proposta ontológica tão robusta quanto a de Protágoras. Diferentemente, aliando-nos com Ademollo e outros intérpretes, sustentamos que a teoria de Hermógenes, se bem entendida, é independente da teoria de Protágoras. Assim, na nossa leitura, Sócrates insere a visão de Protágoras e de Eutidemo para mostrar que a tese de Hermógenes, se interpretada equivocadamente, poderia ter a mesma consequência que a dos dois sofistas, a saber: a defesa de um mundo em que não há critérios objetivos para organizar a predicação. Além disso, a refutação dessas duas doutrinas está vinculada ao estabelecimento da tese de que as coisas possuem propriedades fixas e estáveis, tese fundamental para o desenvolvimento da teoria de Sócrates em 386e-390e.

Capítulo 6. Por fim, no último capítulo desta Dissertação, examinamos como Sócrates desenvolveu sua própria doutrina naturalista em 386e-390e. Sua teoria se encontra fundamentada nos conceitos de natureza (φύσις), essência (οὐσία) e forma (εἶδος). Acreditamos que ela pode ser exposta em dois níveis. O primeiro nível encontra-se em 386e-387d e ocupa a primeira seção deste capítulo. Nesse trecho, Sócrates desenvolve uma analogia entre os atos de cortar, queimar e nomear, argumentando que a atividade da nomeação deve ser definida em vista da sua finalidade e da natureza dos objetos envolvidos. De modo mais específico, como afirmou Barney²², ao desenvolver uma visão teleológica da nomeação, Sócrates mostra que toda ação de nomear pode ser expressa por uma predição, por um conjunto de juízos orientados para o futuro. Desse modo, ele quer demonstrar que a nomeação não pode simplesmente ser conduzida sob critérios individuais, mas deve estar subordinada a critérios objetivos.

O segundo nível dessa teoria socrática se encontra em 387e-390e. O principal argumento de Sócrates consiste na analogia entre o ato de tecer e o ato de nomear. A analogia resgata a necessidade de objetos com propriedades fixas e estáveis para servir como fundamento para o ato de denotação e também indica que os nomes devem estar subordinados às estruturas ontológicas em que se organiza o mundo.

Capítulo 7. Por fim, o Capítulo 7 se refere à conclusão desta Dissertação. Retomamos os principais elementos interpretativos do trabalho, apontando quais são as respostas que

²² Cf. BARNEY, 2001, p. 41.

oferecemos para as principais dificuldades exegéticas da passagem 383a-390e. Além disso, mostramos como elas se articulam entre si, formando uma leitura coesa e coerente desse trecho em questão.

SEÇÃO 6. PERSPECTIVAS DE PESQUISA

Esta Dissertação ainda não esgota toda a profundidade filosófica do *Crátilo* de Platão. Ao examinar detidamente o trecho 383a-390e, conseguimos determinar o significado do naturalismo de Crátilo, do convencionalismo de Hermógenes e como a tese de Sócrates surge no seio do jogo dialético entre essas duas propostas, atendendo certos anseios práticos de Platão no campo da ontologia e da linguagem. Ainda assim, há passagens fundamentais que precisam ser lidas, interpretadas e integradas com esse trecho a fim de sustentarmos uma visão mais coerente e coesa do diálogo. De modo especial, damos destaque à seção de etimologias, que se inicia na página 391a, onde Sócrates começa um longo trecho de análises etimológicas para esclarecer o que seria a correteza adotada pelo naturalismo de Crátilo.

Segundo David Sedley²³, se hoje o *Crátilo* permanece como uma das obras mais complexas e frustrantes de Platão, isso ocorre em razão desta seção: para muitos comentadores, as análises são evidentemente falsas e transcorrem por um tempo demasiadamente longo (trinta páginas Stephanus – mais da metade do diálogo). Sedley critica, concordando com Ackrill²⁴, a tendência do leitor moderno de ignorar o máximo possível essa seção de etimologias, considerando que se trata de uma crença platônica exótica (na mesma linha da teoria da reminiscência) ou que se trata de um artifício irônico do autor – o que pressupõe que Platão pensava, assim como nós, que as etimologias são ridículas. Sedley defende que as etimologias compõem uma parte importante e significativa do diálogo, encerrando em si uma excelente chave de interpretação da obra.

Da nossa parte, acreditamos que somente ao considerar as etimologias como uma seção exegeticamente séria poderemos perceber o quadro completo a respeito da diferença entre o naturalismo de Crátilo e a teoria das formas esboçada em 386e-390e. A teoria das formas implica a crença de que a linguagem pode ser um instrumento razoável para investigação da realidade, ainda que ela não ofereça um retrato infalível do que esta vem a ser. Nesse sentido, as etimologias compõem uma possível (mas não estritamente necessária) ferramenta

²³ SEDLEY, 1998, p. 140.

²⁴ Cf. SEDLEY, 2003, p. ix e ACKRILL, 1997, p. 33.

metodológica de levantar das opiniões antigas a respeito de temas filosóficos em debate, sendo um passo inicial para a investigação científica. Para nós, Platão também parece sugerir que uma compreensão distorcida por parte de Crátilo do conceito de “natureza” (φύσις) e da relação nome-coisa – compreensão que importa para o naturalismo um modelo inadequado da relação do sujeito com a realidade – leva a uma crença exagerada no poder epistêmico das etimologias e, efetivamente, na capacidade da linguagem de espelhar a realidade.

Portanto, o *Crátilo* continua sendo uma excelente e profunda área de pesquisa, sobretudo na seção dedicada às etimologias e à refutação do naturalismo. Um futuro exame atento dessas passagens é imprescindível para revelar mais detalhes e nuances da teoria que consideramos ser a principal e mais central em todo o diálogo: a teoria das formas em 386e-390e.

CAPÍTULO 2. O NATURALISMO DE CRÁTILLO (383A-384C)

Como explicamos, no *Crátilo*, Platão aborda questões fundamentais sobre a relação entre linguagem e realidade. O filósofo busca entender se os nomes tem uma conexão natural com seu correspondente *nominatum* ou se essa relação é fruto de uma completa convenção. Neste capítulo, analisaremos a apresentação dessa tese naturalista, atribuída ao personagem Crátilo no trecho 383a-384c. Nosso objetivo é explicitar o significado da fala que, em um primeiro momento, parece difícil de ser compreendida: “há, por natureza, uma corretude do nome para cada coisa” (383a4-5: ὀνόματος ὀρθότητα εἶναι ἐκάστῳ τῶν ὄντων φύσει πεφυκυῖαν). Argumentaremos que Crátilo apresenta uma compreensão singular da linguagem, na qual ele atrela sua capacidade referencial, ou denotativa, à capacidade descritiva. Para ele, o ato de “nomear” (ὀνομάζειν) deve ser descrito a partir do seguinte bicondicional: *N* se refere a *x* se, e somente se, *N* possui uma relação Φ com *x*²⁵. A passagem 383a-384c sugere que a relação Φ é explicada por Crátilo em termos do conceito de *etimologia*: *N* possui uma relação Φ com *x* se, e somente se, a etimologia de *N* descreve verdadeiramente a “natureza” (φύσις) de *x*.

Apresentamos a seguir uma tradução da exposição inicial do naturalismo de Crátilo:

(T4) HERM. Tu queres deixar que Sócrates aqui entre na nossa discussão?

CR. Se tu queres.

HERM. [1] *Crátilo disse, Sócrates, que há, por natureza, uma corretude do nome para cada coisa – [2] e isto não é um nome, o que alguns concordam em chamar algo, usando para nomear uma parte de sua própria língua, mas [3] existe uma certa corretude dos nomes tanto para os gregos quanto para os bárbaros, a mesma para todos.* Diante disso, eu o questiono se “Crátilo” é verdadeiramente um nome para ele – se é ou não. Ele concorda [que é]. “E para Sócrates”, eu disse. “É ‘Sócrates’”, ele respondeu. “E para todos outros homens, o nome com que chamamos cada um, esse é o nome para cada um?”. “Com certeza não para ti,” disse, “[4] *seu nome não é ‘Hermógenes’, nem que todos homens te chamassem assim*”. Da minha parte, perguntando e querendo saber o que ele quis dizer, ele não revela e me trata com sarcasmo. Ele considera possuir algo em sua própria mente, como que um conhecimento próprio, o que, se quisesse falar claramente, faria eu concordar e falar como ele fala. Portanto, se, de algum modo, conseguéssemos entender os oráculos de Crátilo, eu ouviria prazerosamente: especialmente sobre a corretude dos nomes, aprenderia com prazer o que tu achas, se assim queres.

SÓ. – Ó Hermógenes, filho de Hipônico, há um velho ditado assim, que, de todas as maneiras, é difícil ter entendimento sobre as coisas belas: e acontece de não ser algo pequeno ter entendimento sobre os nomes. Se eu, pelo menos, tivesse ouvido a demonstração de cinco dracmas de Protágoras, pois ao ser ouvida, ela ensina sobre

²⁵ Aqui, *N* se refere a um nome e *x* a um objeto qualquer. Com “ $\Phi(N,x)$ ”, referimo-nos à relação de descrição de *x* por parte de *N*.

isso, como ele mesmo diz, então nada te previniria de saber a real verdade²⁶ sobre a correteude dos nomes. Até o presente momento, eu não ouvi, mas [ouvi somente a demonstração] de uma dracma. Logo, não sei a verdade a respeito desses temas: ainda assim, estou preparado para investigar conjuntamente contigo e com Crátilo. [5] *Quanto a ele dizer que “Hermógenes” não é o nome verdadeiro para ti, também suspeito que ele esteja fazendo uma piada: porque talvez ele pense que, buscando tu o dinheiro, acontece sempre de perder a riqueza.* [6] *Mas, como eu estava dizendo agora, conhecer essas coisas é difícil, por isso devemos estabelecer uma investigação conjunta para ver se a verdade é como tu falas ou como Crátilo (Cra. 383a1-384c8. Trad. própria)²⁷.*

Seguindo Ademollo²⁸, faremos uma divisão de 383a1-384c8 em seis diferentes trechos, comentando separadamente cada um. Assim, será possível entrever os principais compromissos teóricos de Crátilo. Ao final, queremos também afastar uma interpretação reducionista de sua tese.

Trecho 1. No primeiro trecho, Hermógenes explica positivamente a tese de Crátilo: ele defende que a correteude do nome não somente existe, mas que é governada por um critério natural. A tese é genérica, mas é capaz de mostrar a nós leitores a questão em foco: qual é o critério que define uma denominação como correta? A pergunta pressupõe que os nomes estabelecidos convencionalmente podem ser submetidos à escrutínio e a um exame racional.

Trecho 2. O segundo trecho completa a visão de Crátilo em uma perspectiva negativa, enfatizando que ele nega que a convenção seja o critério que componha a resposta correta para a pergunta formulada. A tese de Crátilo funciona tanto se considerada individualmente: um

²⁶ Na tradução, o termo “real” está tentando captar o sentido do advérbio μάλα em 384b5.

²⁷ ΕΡΜ. Βούλει οὖν καὶ Σωκράτει τῷδε ἀνακοινωσόμεθα τὸν λόγον;

KP. Εἴ σοι δοκεῖ.

ΕΡΜ. Κρατύλος φησὶν ὅδε, ὃ Σώκρατες, ὀνόματος ὀρθότητα εἶναι ἐκάστῳ τῶν ὄντων φύσει πεφυκυῖαν, καὶ οὐ τοῦτο εἶναι ὄνομα ὃ ἅ τινες συνθέμενοι καλεῖν καλῶσι, τῆς αὐτῶν φωνῆς μόριον ἐπιφθεγγόμενοι, ἀλλὰ ὀρθότητά τινα τῶν ὀνομάτων πεφυκέσθαι καὶ Ἑλλῆσι καὶ Βαρβάροις τὴν αὐτὴν ἅπασιν. ἐρωτῶ οὖν αὐτὸν ἐγὼ εἰ αὐτῷ Κρατύλος τῇ ἀληθείᾳ ὄνομα [ἐστὶν ἢ οὐ]· ὃ δὲ ὁμολογεῖ. “Τί δὲ Σωκράτει;” ἐφην. “Σωκράτης;” ἢ δ’ ὅς. “Οὐκοῦν καὶ τοῖς ἄλλοις ἀνθρώποις πᾶσιν, ὅπερ καλοῦμεν ὄνομα ἕκαστον, τοῦτό ἐστιν ἐκάστῳ ὄνομα;” ὃ δὲ, “Οὐκοῦν σοὶ γε,” ἢ δ’ ὅς, “ὄνομα Ἑρμογένης, οὐδὲ ἅ πάντες καλῶσιν ἄνθρωποι.” καὶ ἐμοῦ ἐρωτῶντος καὶ προθυμουμένου εἰδέναι ὅτι ποτὲ λέγει, οὔτε ἀποσαφεῖ οὐδὲν εἰρωνεύεται τε πρὸς με, προσποιούμενός τι αὐτὸς ἐν ἑαυτῷ δαινοεῖσθαι ὡς εἰδὼς περὶ αὐτοῦ, ὃ εἰ βούλοιο σαφῶς εἰπεῖν, ποιήσειεν ἂν καὶ ἐμὲ ὁμολογεῖν καὶ λέγειν ἅπερ αὐτὸς λέγει. εἰ οὖν πῃ ἔχεις συμβαλεῖν τὴν Κρατύλου μαντείαν, ἠδέως ἂν ἀκούσαιμι· μάλλον δὲ αὐτῷ σοὶ ὅπη δοκεῖ [ἔχειν] περὶ ὀνομάτων ὀρθότητος εἶναι ἂν ἡδῶν πυθοίμην, εἴ σοι βουλομένη [ἐστίν].

ΣΩ. ὦ παῖ Ἰππονίκου Ἑρμογένες, παλαιὰ παροιμία ὅτι χαλεπὰ τὰ καλὰ ἐστὶν ὅπη ἔχει μαθεῖν· καὶ δὴ καὶ τὸ περὶ τῶν ὀνομάτων οὐ μικρὸν τυγχάνει ὄν μάθημα. εἰ μὲν οὖν ἐγὼ ἤδη ἠκηκόη παρὰ Προδίκου τὴν πεντηκοντάδραχμον ἐπίδειξιν, ἣν ἀκούσαντι ὑπάρχει περὶ τοῦτο πεπαιδευθῆναι, ὡς φησὶν ἐκεῖνος, οὐδὲν ἂν ἐκάλωέν σε αὐτίκα μάλα εἰδέναι τὴν ἀλήθειαν περὶ ὀνομάτων ὀρθότητος· νῦν δὲ οὐκ ἀκήκοα, ἀλλὰ τὴν δραχμιαίαν. οὐκοῦν οἶδα πῃ ποτε τὸ ἀληθὲς ἔχει περὶ τῶν τοιούτων· συζητεῖν μέντοι ἔτοιμός εἰμι καὶ σοὶ καὶ Κρατύλῳ κοινῇ· ὅτι δὲ οὐ φησὶ σοὶ Ἑρμογένη ὄνομα εἶναι τῇ ἀληθείᾳ, ὥσπερ ὑποπτέω αὐτὸν σκώπτειν· οἶεται γὰρ ἴσως σε χρημάτων ἐφιέμενον κτήσεως ἀποτυγχάνειν ἐκάστοτε. ἀλλ’, ὃ νυνδὴ ἔλεγον, εἰδέναι μὲν τὰ τοιαῦτα χαλεπὸν, εἰς τὸ κοινὸν δὲ καταθέντας χρὴ σκοπεῖν εἴτε ὡς σὺ λέγεις ἔχει εἴτε ὡς Κρατύλος.

²⁸ ADEMOLLO, 2011, p. 24-36.

nome x não pode ser correto simplesmente pelo fato de uma pessoa decidir utilizá-lo para designar um item y ; e também funciona se considerada na perspectiva coletiva: um nome x não pode ser correto simplesmente pelo fato de um conjunto de pessoas acordarem entre si (cf. συνθέμενοι, 383a6) que ele designa o item y .

Trecho 3. O terceiro trecho traz uma observação interessante: a corretude pautada em [1], que foi dita “ser por natureza” (φύσει πεφυκυῖαν, 383a5), agora é explicada como sendo “a mesma para todos” (τὴν αὐτὴν ἅπασιν, 383b1-2), “tanto para os gregos quanto para os bárbaros” (Ἕλλησι καὶ βαρβάροις, 383b1)²⁹. O critério que define a utilização correta ou incorreta de um nome é independente do tempo, da região ou da cultura, se encontrando, presumivelmente, no próprio *nominatum* – na própria coisa nomeada. Nessa perspectiva, se um grego possui a expressão a e um bárbaro possui a expressão b para se referirem a um mesmo item y , ambas expressões somente serão simultaneamente corretas se forem capazes de captar esta mesma natureza (αὐτὴ φύσις).

Trecho 4. Até então, já foi descartada a possibilidade da convenção compor um critério suficiente para a corretude dos nomes. Porém, poder-se-ia pensar que ela, ainda assim, constitui um critério necessário, no sentido de que um nome não pode ser correto se, ao menos, não respeitar a convenção subjacente. Por isso, no quarto trecho, é adicionado que ela não constitui sequer um critério necessário. Crátilo defende que o nome de Hermógenes não é “Hermógenes”, mesmo que “*todos* os homens o chamem assim” (πάντες καλῶσιν ἄνθρωποι, 383b7. Itálico nosso). Ainda que não houvesse uma única convenção que adotasse o nome correto de Hermógenes, seja ele qual for, este nome ainda seria o correto. É perceptível que a concepção de Crátilo *não* deixa espaço algum para que a corretude seja expressada em termos de certo acordo ou decisão individual.

Também é importante ressaltar que está em vigor aqui aquilo que Ademollo chamou de (R) *Redundancy Conception*, segundo a qual: “(R) ‘N’ é o nome correto de X =_{df} ‘N’ é o

²⁹ É interessante notar que Fowler traduz a expressão ὀνόματος ὀρθότητα em [1] por “nome correto” (cf. FOWLER, H. N. (Trad.). *Plato*. Vol. 6. Cambridge: Loeb Classical Library, 1926). Méridier também traduz o termo por “une juste dénomination” (cf. MÉRIDIER, L. (Trad.). *Platon: Cratyle (Ouvres Complètes*, Vol. 5, 2). Paris: 1931). Barney critica essa tradução, apontando que, assim, “Crátilo é retratado como dizendo que existe um único nome correto para cada coisa [Cratylus is reported as saying that there is a single correct name for each thing]” (BARNEY, 2011, p. 22). A crítica dela está correta, porque, se mantermos a tradução de Fowler ou Méridier, seríamos levados a pensar, pelo trecho [3], que existe um único *nome* para cada item. Contudo, a intenção de Crátilo era apontar que existe uma *corretude* (cf. ὀρθότητά τινα ... πεφυκέσθαι, 383a7-b1) que é “a mesma para todos” (τὴν αὐτὴν ἅπασιν, 383b1-2), “tanto gregos quanto bárbaros” (καὶ Ἕλλησι καὶ βαρβάροις, 383b1). Ambos podem atingir essa corretude através dos ὀνομάτια (“nomes”) de sua língua particular, desde que respeitem os critérios de corretude exigidos.

nome de X ³⁰. Como “Hermógenes” não é um nome correto, afirma Crátilo, ele não é “verdadeiramente um nome” (τῆ ἀληθείᾳ ὄνομα, cf. 383b2-3).

Trecho 5. Hermógenes explica para Sócrates que Crátilo o responde com sarcasmo e nunca deixa claro aquilo que ele realmente pensa. Como era de se esperar, Crátilo também não explicou o motivo de rejeitar o nome “Hermógenes” em [4]. Platão também faz menção a esse modo enigmático dos heraclitianos em *Teeteto* 180a-c: ao serem questionados, eles atiram, como flechas de uma aljava, um palavreado “enigmático” (*Tht.* 180a4: αἰνιγματώδης) e incoerente, e quando procuramos dar sentido àquilo que falaram, somos atacados por uma nova palavra obscura. Segundo Platão, conversar com um heraclitiano é formalmente um “problema” (*Tht.* 180c5: πρόβλημα), termo que designa uma dificuldade de compreender e articular as ideias propostas pelo oponente. O conceito reflete a natureza do discurso heraclitiano: intricado e muitas vezes deliberadamente obscuro, exigindo um esforço intelectual substancial para elucidar o sentido dos aforismas³¹. Como não ficou claro o motivo pelo qual, em [4], Crátilo negou que o verdadeiro nome de seu interlocutor fosse “Hermógenes”, em [5], Sócrates tenta elucidar essa rejeição. Ele supõe que está relacionado à etimologia da palavra Hermógenes. O nome Ἑρμογένης é derivado dos termos Ἑρμῆς (Hermes, o deus da riqueza) e γένεσις (geração, nascimento, origem), indicando que Hermógenes é o filho da riqueza. Sócrates brinca com essa análise, relacionando o fato de Hermógenes não ter dinheiro com a rejeição do seu nome por parte de Crátilo³².

³⁰ “(R) ‘N’ is a correct name of X =_{df} ‘N’ is the name of X ” (ADEMOLLO, 2011, p. 3).

³¹ No *Crátilo*, somente mais adiante é que ficará claro o vínculo de Crátilo com Héraclito. Alguns comentadores, como Sedley (2003, p. 16-21) e Ademollo (2011, p. 14-18), especulam que encontramos na obra a descrição de um Crátilo anterior a uma adesão radical ao heraclitianismo. Sobre o radicalismo de Crátilo, ver Aristóteles, *Metafísica* Γ 5 1010a7-15.

³² Sócrates brinca com o fato de Hermógenes ser pobre porque, apesar de ser filho de um pai muito rico, Hipônico, ainda assim, ele era um filho bastardo e não partilhava da opulência financeira da família. Conforme descreve Ademollo: “Hermógenes pertence a uma das famílias mais ricas e poderosas de Atenas. Ele é filho de Hipônico, um homem extraordinariamente rico (reportado como sendo o mais rico da Grécia), que foi *strategos* em 426 e cujos pais eram Cálías – em cuja homenagem foi nomeada a paz de 449 com a Pérsia – e Elpinice, irmã de Címon. Hipônico teve três filhos. Com a ex-esposa de Péricles, gerou Cálías, o famoso patrono dos sofistas, e Hipárate, que se casou com Alcibiades; com outra mulher, teve nosso Hermógenes, que parece ter sido um filho ilegítimo, embora reconhecido, pois não recebeu nenhuma parte da herança de Hipônico, ao contrário de seu meio-irmão Cálías [...], sendo descrito tanto por Platão quanto por Xenofonte como pobre [Hermogenes belongs to one of the wealthiest and most powerful families in Athens. He is the son of Hipponicus, an extraordinarily rich man (reportedly the richest in Greece) who was strategos in 426 and whose parents were the Callias after whom the peace of 449 with Persia is named and Cimon’s sister, Elpinice. Hipponicus had three offspring. By Pericles’ former wife he begot Callias, the famous patron of the Sophists, and Hipparete, who married Alcibiades; by some other woman he begot our Hermogenes, who seems to have been an illegitimate, albeit acknowledged, son, because he did not receive a share in Hipponicus’ estate, unlike his half-brother Callias [...], and is described by both Plato and Xenophon as poor]” (ADEMOLLO, 2011, p. 18-19).

Essa é a primeira vez que uma etimologia aparece no diálogo. Desde o início, a posição naturalista de Crátilo está vinculada a uma certa crença no poder da etimologia de revelar atributos verdadeiros do referente do nome. Segundo Sócrates, é possível que Crátilo tenha rejeitado o nome “Hermógenes” porque ele contém uma carga semântica (via etimologia) que é incompatível com as propriedades mesmas do sujeito. O aparente tom cômico de [5] pode sugerir que Platão já está ciente das posições absurdas que podem advir de uma tese como a de Crátilo, se ela for levada ao extremo (como Crátilo, de fato, faz).

Comentando essa passagem, Ademollo³³ faz uma pergunta interessante: qual é o estatuto desses pseudo-nomes? Qual das duas seguintes visões retrata com mais fidelidade aquilo que Crátilo pretende?

- (a) “Hermógenes” não é o nome correto de seu interlocutor, porque não descreve seu *nominatum* adequadamente por meio da etimologia. Apesar disso, “Hermógenes” é um termo que, de algum modo, refere-se a seu interlocutor;
- (b) “Hermógenes” não é o nome correto de seu interlocutor, porque não descreve seu *nominatum* adequadamente por meio da etimologia. Por isso, não se refere, de modo algum, a seu interlocutor.

A versão (b) afirma que o processo de nomeação se efetiva *exclusivamente* por meio de nomes naturais, isto é, nomes que captam, pela etimologia, certas propriedades reais que o objeto possui. A versão (a), por outro lado, afirma que o processo de nomeação deve se dar *idealmente* por meio de nomes naturais, mas que a convenção entre os interlocutores já é o suficiente para conferir aos demais termos a capacidade de se referir a um item no mundo.

Ademollo tem razão em apontar que, neste estágio do texto, Crátilo não expressa, de maneira explícita, sua preferência em relação a (a) ou (b): “Crátilo poderia defender tanto (a) quanto (b); de fato, ele parece oscilar entre as duas”³⁴. Em 427e e 434d, por exemplo, o próprio Crátilo utiliza Ἑρμογένης (“Hermógenes”) para se referir a Hermógenes, mostrando que a convenção seria o suficiente para, pelo menos, garantir a referência única do termo. Isso o aproxima de (a). No entanto, essa postura entra em oposição à *Redundancy Conception* formulada em [4], na qual a convenção não equivale sequer a um critério necessário para a nomeação.

³³ ADEMOLLO, 2011, p. 29-30.

³⁴ “Crátilo pode sustentar (a) ou (b); de fato, ele parece oscilar entre as duas [Cratylus might hold either (a) or (b); indeed, he seems to waver between the two]” (ADEMOLLO, 2011, p. 30).

Além disso, mais à frente no texto, Crátilo explicitamente mostra que seu naturalismo se compromete teoricamente com uma visão na qual não é possível qualquer discurso falso: “SÓ. – [...] Achas que se pode falar o que é falso ou não, o que dirias? CR. – Para mim, não acho que se pode falar de modo algum” (ΣΩ. – [...] πότερον λέγειν μὲν οὐ δοκεῖ σοι εἶναι ψευδῆ, φάναι δέ; ΚΡ. – Οὐ μοι δοκεῖ οὐδὲ φάναι, 429e1-2³⁵). Questionado sobre isso, Crátilo diz, à título de exemplo e clarificação, que se alguém o chamasse de “Hermógenes”, essa pessoa estaria somente “fazendo barulho” (ψοφεῖν, 430a4). A mesma resposta se esperaria, então, no caso de alguém chamar Hermógenes de “Hermógenes”: não haveria nenhuma articulação linguística com sentido, essa pessoa estaria somente fazendo barulho, “como se estivesse batendo e pondo em movimento um vaso de cobre” (ὥσπερ ἂν εἴ τις χαλκίον κινήσειε κρούσας, 430a5). Essa fala aproxima Crátilo da interpretação mais radical a respeito da natureza dos falsos nomes (b), como, inclusive, interpreta o filósofo neoplatônico Amônio de Hermeu, na sua obra *In Aristotelis librum de interpretatione commentarius*³⁶:

(T5) Segundo o que pensava Crátilo, o heraclitiano, há um nome apropriado, determinado pela natureza, para cada uma das coisas [...]. Os que usam esse tipo de nome nomeiam [ὀνομάζειν] com correteude [ὄντως], enquanto os que não usam isso, efetivamente, não nomeiam, mas somente fazem barulho [ψοφεῖν] (Amônio, *in Int.* 34.24-30. Trad. própria)³⁷.

Não é estranho que Crátilo esteja confuso a respeito de qual formulação é preferível: (a) ou (b). A apresentação inicial do seu naturalismo possui essa ambiguidade que, ao longo do desenvolvimento dialético do texto, vai se desvelando, abrindo espaço para uma concepção radical como a que Amônio entendeu.

Trecho 6. E com essa observação, podemos entender a importância do trecho [6]: o texto do *Crátilo* é mais um exemplo paradigmático do proceder dialético de Platão. O assunto pautado é filosoficamente desafiador (χαλεπός, “difícil”, 384c7) e a obra se estrutura como uma

³⁵ Na tradução, estou considerando a partícula οὐδὲ em 429e2 não como uma conjunção de adição, mas como um advérbio ligado a φάναι, imprimindo-lhe intensidade: “*de maneira nenhuma* é possível falar o que é falso”.

³⁶ “*Ammonius in Aristotelis de interpretatione commentarius*”. Busse, A. (Ed.). Berlin: Reimer, 1987; *Commentaria in Aristotelem Graece* 4.5.

³⁷ καθάπερ ἤξιον Κρατύλος ὁ Ἡρακλείτειος ἐκάστῳ τῶν πραγμάτων ὑπὸ τῆς φύσεως ἀφορίσθαι τι λέγων οἰκεῖον ὄνομα [...] καὶ ὀνομάζειν μὲν ὄντως τοὺς τὸ τοιοῦτον ὄνομα λέγοντας, τοὺς δὲ μὴ τοῦτο μὴδὲ ὀνομάζειν ἀλλὰ ψοφεῖν μόνον.

Essa passagem também é citada em Ademollo, 2011, p. 31. Ademollo também cita a famosa passagem de Aristóteles, *Metafísica* Γ 5 1010a7-15, na qual o filósofo explica que Crátilo se tornou um mobilista mais radical que o próprio Heráclito: este defendia que não podemos entrar em um rio mais de uma vez, enquanto Crátilo sequer falava (pois falar significaria estabelecer um discurso sobre coisas fixas), somente apontava o dedo e criticava Heráclito, porque não se poderia entrar sequer uma vez no mesmo rio. Tanto Platão quanto Aristóteles parecem assumir a figura de Crátilo como representante de teses extremas.

“investigação conjunta” (κοινὸν σκοπεῖν, 384c7). As teses, inicialmente superficiais, vão sendo elaboradas em seus pressupostos filosóficos. A refutação tanto do naturalismo radical de Crátilo quanto do convencionalismo ingênuo de Hermógenes abre portas para que Platão exponha uma teoria bem sofisticada a respeito da relação da linguagem com a realidade.

Conclusão. A apresentação da tese de Crátilo mostra que seu posicionamento naturalista está desde o início vinculado à ideia de que há uma operação descritiva inclusa no processo de nomeação. Ὀνομάζειν (“nomear” ou “denominar”), neste sentido, é um ato que encerra em si dois componentes: um referencial e outro descritivo. O componente referencial é o que garante a capacidade do nome de apontar um objeto no mundo. Para Crátilo, o componente referencial não pode ser obtido por via de uma decisão de um indivíduo ou de uma comunidade (ainda que o trecho [5] possua uma formulação ambígua, os trechos [2] e [4] e também a tese da impossibilidade da falsidade em 429b-430a são inequívocos a respeito desse ponto). Quanto ao componente descritivo, ele parece ser explicado em termos da etimologia: um nome adequado deve conter, por meio de sua etimologia, uma descrição das propriedades reais do objeto denotado. Em última instância, é o componente descritivo que garante a validade da referência do nome: para Crátilo, somente o que chamamos de “nomes naturais” possuem sucesso em sua pretensão denotativa. Por isso, para ele, no funcionamento da linguagem é válido o seguinte princípio: *N* se refere a *x* se, e somente se, a etimologia de *N* descreve verdadeiramente os atributos relevantes de *x*.

Interpretação de Robinson. Diante dessas considerações, acreditamos que já seja possível realizar um breve apontamento a respeito desta citação de Robinson:

(T6) Um nome está relacionado tanto à coisa que significa quanto ao pensamento, ou à concepção, que expressa; mas o *Crátilo* lida somente com a relação do nome com a coisa, e nunca discute ou sequer menciona a relação do nome com o pensamento. É incorreto escrever que “a questão levantada no *Crátilo* concerne à relação entre palavra e concepção” (Felix Heinemann, *Nomos und Physis*, Basel, 1945, p. 51). O erro de Aristóteles, [a defesa de] que o discurso simboliza o pensamento (*De Int.* 16a3), não é feito nem notado no *Crátilo*. (ROBINSON, 1955, p. 227)³⁸.

Robinson defende que, no *Crátilo*, Platão não faz recurso à distinção entre *conotação* e *denotação*, pensando em uma teoria dos nomes somente sob o aspecto denominativo. Ou seja, Platão trataria os nomes exclusivamente a partir do prisma da relação binária que mantém com

³⁸ “A name is related both to the thing that it means and to the thought or conception that it expresses; but the *Cratylus* deals only with the relation of the name to the thing, and never discusses or even mentions the relation of the name to the thought. It is incorrect to write of ‘the question raised in the *Cratylus* concerning the relation of word and conception’ (Felix Heinemann, *Nomos und Physis*, Basel, 1945, p. 51). Aristotle’s mistake, that speech symbolizes thought (*De Int.* 16a3), is neither made nor noticed in the *Cratylus*”.

as próprias coisas denotadas. Embora seja verdade que Platão não tenha articulado um conceito de *conotação* como compreendemos em termos contemporâneos, ainda assim, o filósofo acaba empregando um instrumental conceitual que foge do escopo de uma consideração estritamente presa à relação entre o próprio ὄνομα e “aquilo pelo que o nome é” (ἐκεῖνο οὗ τὸ ὄνομά ἐστιν, 430a7) – seu *nominatum*. Antes, Crátilo também atribui um papel descritivo ao nome, pensando o conceito de ὄνομα (“nome”) a partir de uma relação triádica entre o nome, a coisa nomeada e as propriedades da coisa, descritas pela etimologia do termo.

Como o próprio Robinson reconhece, em outras passagens, Platão menciona a relação entre nomes e pensamentos, ou proposições e pensamentos: *Tht.* 189e e 206d; *Soph.* 263e; *Phlb.* 38; *Letter VII* 342-4. Isso, em si, já compõe uma forte evidencia de que Platão não se mantinha em uma análise simplista ou ingênua da linguagem. Por que no *Crátilo* seria diferente?

CAPÍTULO 3. O CONVENCIONALISMO DE HERMÓGENES (384C-385E)

O debate entre Sócrates, Hermógenes e Crátilo gira em torno da relação entre linguagem e realidade, contrapondo duas teses fundamentais: o naturalismo e o convencionalismo. Hermógenes argumenta que a relação entre “nomes” (ὀνόματα) e “coisas” (πράγματα) se dá somente por convenção social, enquanto Crátilo defende que existe uma correlação natural entre ambos *relata*. No capítulo precedente, aprofundamos no sentido da tese naturalista. Neste capítulo, examinaremos o trecho 384c-385e, no qual Platão se esforça para desenvolver positivamente a tese convencionalista. Nosso objetivo é explicar o significado da afirmação: “a corretude do nome não pode ser outra coisa que não convenção e acordo [ἄλλη τις ὀρθότης ὀνόματος ἢ συνθήκη καὶ ὁμολογία]” (*Cra.* 384d1). Argumentaremos contra a interpretação comum de que Hermógenes defende um processo de nomeação completamente arbitrário e relativo à decisão individual. Apoiando-nos em uma literatura já consolidada do *Crátilo*, sustentamos que essa leitura é superficial, pois não considera algumas sutilezas do texto de Platão.

Para nós, o convencionalismo possui uma compreensão binária da corretude dos nomes, sistematizando-a em dois estágios. O primeiro é descrito pelo conceito de θέσις (“imposição”) e faz referência ao que hoje concebemos como sendo o ato de batizar um item, de dar-lhe o nome *N* pela primeira vez. Nesse estágio, o nome *N* será correto se aquele que nomeia (chamado no diálogo de “legislador”, νομοθέτης, cf. 390a), seja um indivíduo seja uma comunidade, assim o decidir. O segundo estágio se dá quando este nome se torna uma “convenção” (συνθήκη) entre os indivíduos daquela comunidade linguística. Nesse momento, o critério de corretude deixa de ser completamente arbitrário e passa a adotar o “acordo” (ὁμολογία) convencionalizado como um paradigma, a fim possibilitar a boa comunicação e o entendimento mútuo entre os falantes. No primeiro estágio, Hermógenes está preocupado em delimitar os critérios pelos quais podemos classificar um item linguístico como um “nome”. O segundo estágio define que nem todo nome pode ser considerado “correto” à nível comunitário.

Para começar, apresentamos a seguir uma tradução da exposição inicial do convencionalismo de Hermógenes:

(T7) HERM. [1] *Da minha parte, ó Sócrates, repetidas vezes eu conversei sobre isso com muitos outros, e não consegui ser persuadido de que a corretude do nome pode ser outra coisa que não convenção [συνθήκη] e acordo [ὁμολογία]. [2] Porque eu acho que se alguém estabelecer um nome para algo, esse será correto: e se novamente*

reestabelecer o nome para outro, e não usa mais aquele, o último em nada será inferior em correteza do que o anterior, assim como quando nós mudamos [os nomes] dos escravos – este nome mudado não é menos correto que o anterior. [3] Porque não há nenhum nome para cada coisa por natureza, mas por lei [νόμος] e costume [ἔθει] daqueles que estabelecem o costume e chamam as coisas por um nome. Se a verdade for outra, da minha parte, eu estou preparado para aprender e ouvir sem hesitação não somente Crátilo, mas também qualquer outro.

SÓ. Talvez tenha valor o que dizes, ó Hermógenes: examinemos. [4] *Tu dizes que assim como alguém chama alguma coisa, este é o nome para a coisa?*

HERM. Parece-me realmente assim.

SÓ. Seja um indivíduo particular que chama, seja uma *polis*?

HERM. Sim.

SÓ. E então? Se eu chamo qualquer coisa das que existem, por exemplo, [5] *o que agora chamamos “homem”, se eu me dirijo a isto como “cavalo”, e o que agora chamamos “cavalo”, como “homem”: [no primeiro caso], o nome da mesma coisa será “homem” para o povo, mas para o indivíduo particular será “cavalo”? [E no segundo caso], para o indivíduo particular será “homem” e para o povo será “cavalo”? É assim que dizes?*

HERM. Parece-me realmente assim.

[...³⁹]

SÓ. Portanto, assim como cada um afirma ser o nome de algo, este é o nome de cada coisa?

HERM. Sim.

SÓ. Se alguém afirma haver vários nomes para cada coisa, então haverá, seja em que momento, esse tanto [de nomes] que ele afirma?

HERM. [6] *Da minha parte, ó Sócrates, eu não tenho outra correteza do nome senão esta: para mim, é chamar cada coisa pelo nome, o que eu estabeleci, para ti, [é chamar cada coisa por um nome] diferente, o que tu [estabeleceste]. Do mesmo modo, eu vejo nomes estabelecidos, de maneira individual, sobre as mesmas coisas*

³⁹ A transferência de 385b2-d1 para 387c5 se tornou quase um *commonplace* nas traduções e comentários contemporâneos do *Crátilo*. Em geral, ela é feita sob a suposição de que o argumento presente não se encaixa nas linhas anteriores a 385b2, somente adquirindo uma função real se for deslocado para o local apontado. Isso é feito, por exemplo, na tradução de C. D. C. Reeve no *Complete Works* (COOPER, 1997) e no excelente trabalho da Rachel Barney (2001, p. 26, n. 9). Essa tese foi defendida pela primeira vez por Malcom Schofield (1972) de maneira bastante convincente. Schofield, inclusive, acredita que o comentário antigo de Proclo sobre o *Crátilo* seria um indício da posição original desse trecho.

Apesar do texto editado por John Burnet ser fiel aos manuscritos quanto à posição de 385b2-d1, os editores da OCT reconheceram a controvérsia e colocaram toda a passagem entre chaves. Ademollo, porém, discorda dessa leitura e argumenta longamente em favor da manutenção de 385b2-d1 no lugar em que os manuscritos nos indicam. O comentador, inclusive, ao contrário de Schofield, acredita que o comentário de Proclo somente se encaixa com o texto de *Crátilo* se optarmos por não alterar o lugar da passagem (cf. ADEMOLLO, 2011, p. 49-72). Da nossa parte, não é preciso entrar nessa controvérsia, porque o sentido de 385b2-d1 não é essencial para nossos objetivos. Assim, omitimos esse trecho e aludimos o leitor aos textos onde ele poderá encontrar uma discussão mais detalhada sobre esse assunto.

por cada *polis*, tanto comparando gregos com outros gregos, quanto comparando gregos com os bárbaros (*Cra.* 384c9-385b1; 385d2-e3. Trad. própria)⁴⁰.

Novamente, inspirados em Ademollo⁴¹, iremos dividir o texto citado em seis trechos, comentando cada um separadamente. Assim, será possível extrair o núcleo teórico básico da tese de Hermógenes, preparando-nos para entender aquilo que Barney considera a principal articulação conceitual de sua teoria: a contraposição entre *τιθέναι* (“estabelecer”) e *καλεῖν* (“chamar”).

Trecho 1. No começo, Hermógenes indica que a corretude do nome não pode ser outra coisa senão “convenção” (*συνθήκη*) ou “acordo” (*ὁμολογία*), negando a possibilidade do naturalismo de Crátilo. Aqui, “acordo” está traduzindo o grego *ὁμολογία*, derivado de outros dois termos: *ὁμός*, “igual” ou “o mesmo”, e *λόγος*, “discurso” ou “razão”. Hermógenes está dando voz a uma tese um tanto quanto cotidiana, segundo a qual o funcionamento da capacidade denotativa da linguagem não pode ser outro senão o fato de dois indivíduos (ou mais) adotarem uma única palavra ou discurso para se referirem a uma mesma coisa. Como Sócrates irá exemplificar mais adiante, se eu e Hermógenes utilizamos o nome “Crátilo” para se referir a este homem heraclítico que não fala, mas somente aponta o dedo, então é possível comunicação e estamos justificados em pensar que “Crátilo” se refere a este homem.

⁴⁰ EPM. Καὶ μὴν ἔγωγε, ὦ Σώκρατες, πολλάκις δὴ καὶ ὡς ἄλλη τις ὀρθότης ὀνόματος ἢ συνθήκη καὶ ὁμολογία. ἐμοὶ γὰρ δοκεῖ ὅτι ἂν τις τῶ θῆται ὄνομα, τοῦτο εἶναι τὸ ὀρθόν· καὶ ἂν αὐθις γε ἕτερον μεταθῆται, ἐκεῖνο δὲ μηκέτι καλῆ, οὐδὲν ἦττον τὸ ὑστερον ὀρθῶς ἔχειν τοῦ προτέρου, ὥσπερ τοῖς οἰκέταις ἡμεῖς μετατιθέμεθα [οὐδὲν ἦττον τοῦτ' εἶναι ὀρθον τὸ μετατεθὲν τοῦ πρότερον κειμένου]: οὐ γὰρ φύσει ἐκάστῳ πεφυκέναι ὄνομα οὐδὲν οὐδενί, ἀλλὰ νόμῳ καὶ ἔθει τῶν ἐθισάντων τε καὶ καλούντων. εἰ δέ πῃ ἄλλη ἔχει, ἔτοιμος ἔγωγε καὶ μανθάνειν καὶ ἀκούειν οὐ μόνον παρὰ Κρατύλου, ἀλλὰ καὶ παρ' ἄλλου ὁτουοῦν.

ΣΩ. Ἴσως μέντοι τί λέγεις, ὦ Ἑρμόγενης· σκεψώμεθα δέ. ὃ ἂν φῆς καλῆ τις ἕκαστον, τοῦθ' ἐκάστῳ ὄνομα;

ΕΡΜ. Ἐμοιγε δοκεῖ.

ΣΩ. Καὶ ἐὰν ιδιώτης καλῆ καὶ ἐὰν πόλις;

ΕΡΜ. Φημί.

ΣΩ. Τί οὖν; ἐὰν ἐγὼ καλῶ ὅτιοῦν τῶν ὄντων, οἷον ὃ νῦν καλοῦμεν ἄνθρωπον, ἐὰν ἐγὼ τοῦτο ἵππον προσαγορεύω, ὃ δὲ νῦν ἵππον, ἄνθρωπον, ἔσται δημοσία μὲν ὄνομα ἄνθρωπος τῶ αὐτῶ, ἰδίᾳ δὲ ἵππος; καὶ ἰδίᾳ μὲν αὖ ἄνθρωπος, δημοσία δὲ ἵππος; οὕτω λέγεις;

ΕΡΜ. Ἐμοιγε δοκεῖ.

[...]

ΣΩ. Ὁ ἂν ἄρα ἕκαστος φῆ τῶ ὄνομα εἶναι, τοῦτό ἐστιν ἐκάστῳ ὄνομα;

ΕΡΜ. Ναί.

ΣΩ. Ἴη καὶ ὅποσα ἂν φῆ τις ἐκάστῳ ὀνόματα εἶναι, τοσαῦτα ἔσται καὶ τότε ὅποταν φῆ;

ΕΡΜ. Οὐ γὰρ ἔχω ἔγωγε, ὦ Σώκρατες, ὀνόματος ἄλλην ὀρθότητα ἢ ταύτην, ἐμοὶ μὲν ἕτερον εἶναι καλεῖν ἐκάστῳ ὄνομα, ὃ ἐγὼ ἐθέμην, σοὶ δὲ ἕτερον, ὃ αὖ σύ. οὕτω δὲ καὶ ταῖς πόλεσιν ὀρῶ ἰδίᾳ [ἐκάστῳ] ἐνίοις ἐπὶ τοῖς αὐτοῖς κείμενα ὀνόματα, καὶ Ἑλλῆσι παρὰ τοὺς ἄλλους Ἑλληνας, καὶ Ἑλλῆσι παρὰ βαρβάρους.

⁴¹ ADEMOLLO, 2011, p. 37-42.

O uso da palavra grega συνθήκη (“convenção”) também é sugestivo: derivada do verbo συντίθημι – συν-, um prefixo grego que significa “com” ou “junto”, e τίθημι, verbo que significa “colocar”, “fixar” ou “estabelecer” –, essa palavra mostra que o fundamento da nomeação, para Hermógenes, é o fato de duas pessoas “estabelecer” (τίθεναι) simultaneamente o mesmo nome para a mesma coisa. Havendo acordo quanto à referência de um termo, o uso do nome está “correto” (ὀρθός). Até então, Hermógenes é o proponente de uma tese comum, possível de ser vista no cotidiano.

Quando Hermógenes fala de uma convenção, de uma definição comum quanto ao modo se referir a um mesmo item, podemos nos perguntar: qual a natureza desse acordo? Será que o personagem tem em mente um pacto explícito entre os falantes de uma mesma língua, feito em um tempo remoto? Ou será que o personagem pensa em um pacto tácito, pressuposto entre os indivíduos pelo fato de viverem em uma mesma “comunidade” (πόλις, 384a4)? Nada no diálogo parece compor uma resposta clara para essa pergunta. Contudo, o *Críton* pode nos ajudar.

Nessa obra, Críton tenta convencer Sócrates de aceitar a ajuda de seus amigos para corromper os guardas e escapar da prisão. Críton tenta argumentar que seria injusto da parte de Sócrates escolher por permanecer na prisão, uma vez que ele tem um dever a cumprir com seus filhos e sua esposa, não podendo permitir que ele mesmo seja vítima de um processo injusto. Embora as acusações sejam realmente falsas, Sócrates mostra, por outro lado, que a verdadeira injustiça se daria se ele se livrasse da morte dessa maneira: respondendo o mal com mal e se portando como um homem de sua idade jamais deveria se portar. Nesse ínterim, Sócrates recupera uma noção que poderíamos chamar de “virtude cívica”, uma tese que muitos estudiosos consideram uma espécie de contratualismo insipiente. Sócrates enfatiza a importância que a πόλις (“comunidade política”) tem na constituição do indivíduo, desde o casamento de seus pais e de seu nascimento até o seu processo de educação e sua morte. Sócrates sugere que, daí, advém como que uma dívida de gratidão do indivíduo para com a *polis*, em função da qual o homem não poderia cometer nenhuma infração contra as leis que regem a comunidade. Nas palavras das Leis – que é também um personagem do diálogo:

(T8) Ademais, és tão sábio, e não percebes que devemos ter a pátria em maior estima do que o pai, a mãe e todos os antepassados, por ser ela mais venerável e sagrada, e tida na mais alta conta assim pelos deuses como pelos homens dotados de discernimento? E que quando ela irritar-se, cumpre-te mostrar-te reverente, fazer-lhe as vontades e acalmá-la com mais fervor do que revelas com relação a teu pai, e ou procurar demovê-la de seu intento, ou fazer o que ela determinar, suportando com paciência o castigo que te impuser, quer se trate de castigo corporal, quer de prisão, quer, ainda, te envie ela para a guerra, onde poderás ou ser ferido ou morrer. Tudo

isso precisarás fazer, por ser de justiça, sem que te esquives, nem recues, nem abandones o teu posto, porque tanto na guerra como nos tribunais e em qualquer outra parte tens obrigação de fazer o que a cidade e a pátria te ordenarem ou procurar convencê-la do que em verdade é justo. E se não é possível, sem revelar impiedade, usar de violência contra o pai e a mãe, muito menos se poderia usá-la contra a pátria. Que diríamos a isso, Critão? As Leis falaram ou não falaram com acerto? (*Cri.* 51a7-c4. Trad. Carlos Alberto Nunes)⁴².

Sócrates, de fato, acredita existir entre o indivíduo e as Leis um acordo implicitamente firmado pelo simples fato dele estar na *polis* e usufruir de seus benefícios:

(T9) SÓ. Que outra coisas fazes – poderiam [as Leis] continuar – senão violar as convenções [συνθήκας] e acordos [ὁμολογίας] que assentaste conosco sem nenhuma compulsão nem subterfúgio de nossa parte, nem premência de tempo para tua deliberação [...]. (*Cri.* 58d8-e3. Trad. Carlos Alberto Nunes com modificações)⁴³.

Se alguém escolheu estar nesta *polis* (Atenas), e não em outra, beneficiando-se deste ambiente que as Leis criaram, então é porque concorda com elas e deve respeitá-las ou, no máximo, buscar mudá-las, mas nunca quebrá-las. O acordo, portanto, “não exige palavras” (ὁ λόγῳ, 52d5):

(T10) SÓ. [...] Mas agora nem te envergonhas dos teus discursos anteriores, nem mostras reverência a nós outras, as Leis, porém intentas destruir-nos e procedes como o faria o mais vil escravo, com procurares evadir-te, contra todos os pactos e promessas, segundo os quais te comprometeste conosco a viver como cidadão. Em primeiro lugar, portanto, responde a esta pergunta, se não falamos a verdade, quando afirmamos que tinhas acordado ser nosso cidadão por meio das suas ações, e não por palavras. É ou não verdade? Depois disso, que lhe diríamos, Critão? Não seríamos forçados a concordar?

CR. Necessariamente, Sócrates (*Cri.* 51c8-d7. Trad. Carlos Alberto Nunes com modificações)⁴⁴.

⁴² ἢ οὕτως εἴ σοφὸς ὥστε λέληθέν σε ὅτι μητρός τε καὶ πατρὸς καὶ τῶν ἄλλων προγόνων ἀπάντων τιμιώτερόν ἐστιν πατρίς καὶ σεμνότερον καὶ ἀγιώτερον καὶ ἐν μείζονι μοῖρα καὶ παρὰ θεοῖς καὶ παρ’ ἀνθρώποις τοῖς νοῦν ἔχουσι, καὶ σέβεσθαι δεῖ καὶ μᾶλλον ὑπέικειν καὶ θωπεύειν πατρίδα χαλεπαίνουσαν ἢ πατέρα, καὶ ἢ πείθειν ἢ ποιεῖν ἢ ἂν κελεύῃ, καὶ πάσχειν ἂν τι προστάτη παθεῖν ἡσυχίαν ἄγοντα, ἐάντε τύπτεσθαι ἐάντε δεῖσθαι, ἐάντε εἰς πόλεμον ἄγη τρωθησόμενον ἢ ἀποθανοῦμενον, ποιητέον ταῦτα, καὶ τὸ δίκαιον οὕτως ἔχει, καὶ οὐχὶ ὑπεικτέον οὐδὲ ἀναχωρητέον οὐδὲ λειπτέον τὴν τάξιν, ἀλλὰ καὶ ἐν πολέμῳ καὶ ἐν δικαστηρίῳ καὶ πανταχοῦ ποιητέον ἢ ἂν κελεύῃ ἢ πόλις καὶ ἢ πατρίς, ἢ πείθειν αὐτήν ἢ τὸ δίκαιον ἐφέυκε· βιάζεσθαι δὲ οὐχ ὅσιον οὔτε μητέρα οὔτε πατέρα, πολὺ δὲ τούτων ἔτι ἤττον τὴν πατρίδα;” τί φήσομεν πρὸς ταῦτα, ὦ Κρίτων; ἀληθῆ λέγειν τοὺς νόμους ἢ οὐ;

⁴³ ΣΩ. “Ἄλλο τι οὖν,” ἂν φαῖεν, “ἢ συνθήκας τὰς πρὸς ἡμᾶς αὐτοὺς καὶ ὁμολογίας παραβαίνεις, οὐχ ὑπὸ ἀνάγκης ὁμολογήσας οὐδὲ ἀπατηθεὶς οὐδὲ ἐν ὀλίγῳ χρόνῳ ἀνανκασθεὶς βουλεύεσθαι [...].”

Adaptamos a tradução das palavras συνθήκη e ὁμολογία de “pactos” e “convênios” para “convenções” e “acordos”, em conformidade com a tradução de [1]. Assim, o leitor poderá notar com maior facilidade a conexão não só temática, mas também terminológica entre essas duas passagens.

⁴⁴ ΣΩ. [...] νῦν δὲ οὐτ’ ἐκείνους τοὺς λόγους αἰσχύνῃ, οὔτε ἡμῶν τῶν νόμων ἐντρέπη, ἐπιχειρῶν διαφθεῖραι, πρᾶταις τε ἅπερ ἂν δοῦλος ὁ φαυλότατος πράξειεν, ἀποδιδράσκειν ἐπιχειρῶν παρὰ τὰς συνθήκας τε καὶ τὰς ὁμολογίας καθ’ ἃς ἡμῖν συνέθου πολιτεύεσθαι. πρῶτον μὲν οὖν ἡμῖν τοῦτ’ αὐτὸ ἀπόκριται, εἰ ἀληθῆ λέγομεν

Neste ponto, há um vínculo forte do *Crítion* com o *Crátilo*. Ademollo está correto em apontar que as passagens em (T9) e (T10) são muito próximas de [1], pois ambas usam a mesma terminologia, συνθήκη (“convenção”) e ὁμολογία (“acordo”), para descrever a relação do indivíduo com as regras normativas de uma comunidade. Se levarmos em conta que a linguagem também faz parte dessas regras estabelecidas socialmente, é provável que a convenção a que Hermógenes se refere não seja feita por meio de palavras (οὐ λόγῳ, 52d5), de maneira explícita: ele se refere, na verdade, à adesão do indivíduo às normas linguísticas de sua própria cultura, adesão dada pelo simples fato dele ter nascido, crescido e sido educado nela. É um “acostumar-se”, como sugere o uso de ἔθος (“costume”, cf. ἔθει em 384d8) em [3], e envolve a consideração de todos os “feitos” (cf. ἔργον, 52d5) de sua vida como sendo realizados no interior da *polis*. Assim, a tese de Hermógenes não parece tão distante do pensamento comum de muitos indivíduos: estamos justificados em chamar um item *x* de *N* se, ao meu redor, há um acordo comunitário quanto a essa denominação, isto é, se haverá compreensão da parte do meu interlocutor.

Trecho 2. Segundo Ademollo⁴⁵, o uso da partícula γάρ no começo de [2] indica que Hermógenes está oferecendo uma explicação da tese anterior⁴⁶: “*Porque* eu acho que se alguém estabelece um nome para algo, este nome é correto. E se novamente reestabelece um nome diferente, não chamando mais por aquele, o último em nada será inferior em correteza do que o anterior” (ἐμοὶ γὰρ δοκεῖ ὅτι ἂν τίς τῷ θῆται ὄνομα, τοῦτο εἶναι τὸ ὀρθόν, 384d2-3. Itálico nosso). Barney concorda com essa colocação⁴⁷. Hermógenes evoca o fato de que a imposição individual dos nomes é sempre correta para justificar o fato de que, para ele, o que governa a nomeação é a convenção. Em [2], o uso do pronome τίς (traduzido aqui por “alguém”) em 384d2

φάσκοντές σε ὁμολογηκέναι πολιτεύσεσθαι καθ’ ἡμᾶς ἔργῳ ἀλλ’ οὐ λόγῳ, ἢ οὐκ ἀληθῆ. τί φῶμεν πρὸς ταῦτα, ὃ Κρίτων; ἄλλο τι ἢ ὁμολογῶμεν;

KP. Ἀνάγκη, ὃ Σώκρατες.

Na tradução, foi realizada a seguinte mudança: “[...] se não falamos a verdade, quando afirmamos que tinhas acordado ser nosso cidadão por meio das suas ações, e não por palavras”, ao invés de “se não falamos verdade, quando afirmamos que te havias comprometido a provar com os fatos e não simplesmente com palavras que desejavas viver como cidadão”. Acreditamos que, assim, o contraste entre os dativos ἔργῳ e λόγῳ seja realçado.

⁴⁵ “(H2) é introduzida por “pois” (d2 γάρ) e é assim apresentada como uma *razão* para a afirmação anterior, ou talvez como uma exemplificação dela [(H2) is introduced by ‘for’ (d2 γάρ) and is thus presented as a *reason* for the previous statement, or perhaps as an exemplification of it]” (ADEMOLLO, 2011, p. 39).

⁴⁶ Em grego, γάρ é uma partícula que oferece diferentes nuances, dependendo do contexto. Ademollo defende que, no início de [2], a partícula mantém seu sentido básico de conjunção explicativa ou de justificação.

⁴⁷ “Ao *explicá-lo*, Hermógenes o associa à mutabilidade dos nomes [In *explicating* it, Hermogenes associates it with the changeability of names]” (BARNEY, 2001, p. 24. Itálico nosso).

deixa claro a referência de Hermógenes a casos em que somente um único indivíduo está envolvido no processo de nomeação. Portanto, em última instância, a corretude dos nomes está fundamentada na decisão individual de uma pessoa.

Hermógenes está aqui pensando no que Ademollo chamou de *limiting case*, “caso limite”, acerca da corretude dos nomes: quando “um indivíduo” (τίς) estabelece para si mesmo que o termo N irá se referir a este ou aquele item específico, usando isso como um suporte para o pensamento e a reflexão⁴⁸. E o personagem ilustra essa situação fazendo menção à troca dos nomes dos escravos: se alguém “estabelecer” (τιθέναι) o nome N_1 para seu escravo, será correto chamá-lo assim; depois, se *re-estabelecer* (cf. μετατιθέναι, 384d3) outro nome N_2 para o escravo, também será correto chamá-lo assim. Se o nome de um mesmo objeto pode mudar sem afetar a referência, é porque ela não está atrelada à própria natureza do objeto, mas é fruto de uma decisão individual daquele que nomeia. É assim também que Proclo entende o texto do Crátilo: “O silogismo de Hermógenes é assim: se uma mudança de nome é possível, então eles são convencionais e são sinais de seu objeto; mas o primeiro; portanto, também o segundo” [Τὸ συνημμένον Ἑρμογένους οὕτως· εἰ ἔστιν μετάθεσις τῶν ὀνομάτων, θέσει τὰ ὀνόματά ἐστι καὶ σύμβολα τῶν πραγμάτων· ἀλλὰ μὴν τὸ πρῶτον· καὶ τὸ δεύτερον ἄρα. *In Crat.* 30.1-3. Trad. própria⁴⁹].

Enfim, o trecho [2] pode inicialmente chamar atenção por conta da dissonância de sua proposta se comparada com o trecho [1]. Efetivamente, vários intérpretes⁵⁰ pontuaram que a tese de [1] possui uma proposta mais aceitável se comparada com [2]: enquanto no primeiro trecho Hermógenes defendia que a corretude era obtida via obediência às normas linguísticas subjacentes de uma dada comunidade, no segundo, Hermógenes estaria defendendo que o

⁴⁸ “Se a corretude dos nomes consiste em uma convenção entre os falantes, então um caso particular – o caso *limite* – dessa convenção será aquele em que um único falante faz, por assim dizer, uma convenção consigo mesmo. [If the correctness of names consists in a convention among speakers, then a particular case – the *limiting case* – of this convention will be that where a single speaker makes, as it were, a convention with himself]” (ADEMOLLO, 2011, p. 40). Para que essa tese de Hermógenes não soe tão estranho aos olhos modernos, Ademollo inclusive cita um trecho de David Lewis em que ele considera uma situação semelhante: “Nós podemos pensar na situação como aquele em que uma convenção prevalece na população de diferentes fatias temporais do mesmo homem [We might think of the situation as one in which a convention prevails in the population of different time-slices of the same man]” (LEWIS, D. *Convention. A Philosophical Study*. Cambridge: Wiley-Blackwell, 1969. p. 181-2. Citado em ADEMOLLO, 2011, p. 40).

⁴⁹ Uma passagem semelhante é citada em: ADEMOLLO, 2011, p. 39.

⁵⁰ Por exemplo: GROTE, 1888, cap. XXXI §1; CROMBIE, 1963, p. 476; ROBINSON, 1969, p. 129; KAHN, 1973, p. 158-159; WILLIAMS, 1982, p. 90; e BAXTER, 1992, p. 18-19. Em última instância, eles acreditam que Hermógenes não somente está confuso quanto à distinção entre [1] “O nome é definido via convenção” e [2] “O nome é definido via decisão individual”, mas que as duas propostas são contraditórias entre si. Eles argumentam que seria impossível manter qualquer nível de convenção linguística que permita a comunicação entre indivíduos da mesma comunidade se cada um deles pudesse definir qualquer nome para qualquer item. Mais adiante, analisaremos com mais detalhes a interpretação desses autores.

indivíduo é o critério mesmo para a corretude do nome. Neste prisma, a pretensão de [2] parece um tanto quanto radical. Acreditamos que uma interpretação mais atenta de toda a argumentação inicial de Hermógenes nos leva a descartar a leitura que vê uma dissociação entre [1] e [2] – nomes coletivos e privados. Por isso, aprofundemos primeiro na proposta do personagem e, então, voltemos a essa consideração.

Trecho 3. Hermógenes continua desenvolvendo a sua tese. O personagem afirma que a proposta naturalista de Crátilo não pode ser verdadeira porque a corretude dos nomes provém “daqueles que estabelecem os nomes e daqueles que os utilizam para nomeação” (cf. τῶν ἐθισάντων τε καὶ καλούντων, 384d8). Em [3], Hermógenes volta a apresentar sua tese em uma perspectiva coletiva – o conteúdo de sua afirmação retorna ao conteúdo do texto [1], conjugando-o com [2]. Ele primeiro pensa no ato de estabelecer um nome novo para um item x qualquer. O cenário é tal que essa denominação não é usada (ou nunca foi usada) para se referir a x (do mesmo modo que o segundo nome N_2 do escravo também não era usado). Esse nome, então, começa a ser utilizado por outros para falar de x : todos assumem que este mesmo λόγος se referirá a este mesmo objeto (ὁμολογία). Esse uso se espalha e, enfim, torna-se um “costume” (ἔθος, 384d8), uma “norma” (νόμος, 384d7) linguística naquela comunidade.

Desenvolvendo esse ponto, Ademollo faz uma observação muito importante quanto à precisão do vocabulário de Hermógenes. A terminologia evocada pelo personagem não é aleatória e nela se esconde a chave de interpretação de sua tese. Mais especificamente, é preciso notar a sutil diferença entre os aspectos verbais presentes em cada um dos participípios de 384d8. O participípio ἐθισάντων (“daqueles que estabelecem”) é utilizado no aoristo, indicando que a ação correspondente é primeira no tempo e encontra-se já encerrada quando a segunda se inicia. Já o segundo participípio καλούντων (“daqueles que chamam”) é usado no presente, de sorte que o leitor compreenda que a ação correspondente se estende indefinidamente no tempo. O ato de “chamar” ou “nomear” (καλεῖν) consiste na utilização habitual e recorrente de um nome estabelecido anteriormente por alguém. Desse modo, Ademollo argumenta que estamos diante a distinção de dois grupos de pessoas, um subordinado ao outro: (i) por um lado, temos aqueles que estabelecem inicialmente N como nome de x ; e (ii), por outro lado, temos aqueles que adotam essa nomenclatura na perspectiva de uma norma linguística generalizada. Nestas circunstâncias, (i) está contido em (ii).

Trecho 4. Ao finalizar sua fala inicial, Hermógenes é então interrogado por Sócrates, que busca obter mais clareza e sofisticação da parte do seu interlocutor. Sócrates resume o que foi dito nas linhas anteriores assim: “Tu dizes que como alguém chama cada coisa, este é o

nome para cada coisa?” (ὁ ἄν φης καλῆ τις ἕκαστον, τοῦθ’ ἐκάστω ὄνομα;, 385a2⁵¹). Seu interlocutor concorda e ambos adicionam que essa tese tem validade tanto para o indivíduo quanto para a comunidade (cf. “Seja um indivíduo particular que chama, seja uma *polis*”, καὶ ἐὰν ἰδιώτης καλῆ καὶ ἐὰν πόλις, 385a4). As linhas que compõe [4] não são tão detalhadas quanto as de [1]-[3], mas, ainda assim, concordam com elas em um assunto básico: que a corretude dos nomes está assumindo dois níveis diferentes. Em um primeiro nível, individual, a corretude é definida via decisão individual da pessoa; em um segundo nível, coletivo, a corretude é definida via acordo subjacente quanto à referência do nome estabelecido.

Trecho 5. Em [5], Sócrates e Hermógenes exploram duas consequências dessa compreensão binária de corretude: (i) que pode existir diversos nomes para uma única coisa e (ii) que esses nomes se agrupam em dois diferentes conjuntos, conforme o critério de corretude adotado. Uns nomes são coletivos (385a8: δημοσία, literalmente, “para o povo”), outros são individuais (385a9: ἰδίᾳ, literalmente, “para o próprio indivíduo”). Assim funciona o exemplo dado por Sócrates em [5]. Suponha que alguém chame de “homem” o item que hoje denominamos de “cavalo” e de “cavalo” o que hoje denominamos de “homem”. Esses itens extralinguísticos, a saber, o cavalo e o homem, vão possuir então dois nomes corretos: o nome estabelecido por este indivíduo específico, correto e funcional para ele, na medida em que o utiliza dentro de sua circunscrição pessoal; e o nome estabelecido anteriormente por uma outra pessoa e que se tornou habitual na comunidade, o nome usado pela sociedade, correto e funcional para ela, na medida em que é utilizado dentro desta circunscrição comunitária. Conforme mostra o esquema:

Item	Nome δημοσία	Nome ἰδίᾳ
Cavalo	“Cavalo”	“Homem”
Homem	“Homem”	“Cavalo”

⁵¹ Aqui, os manuscritos oferecem duas principais versões: ὁ ἄν φης καλῆ τις ἕκαστον, τοῦθ’ ἐκάστω ὄνομα; (385a2: “Tu dizes que assim como alguém chama alguma coisa, isto é o nome para cada coisa?” e ὁ ἄν θῆ καλεῖν τις ἕκαστον, τοῦθ’ ἐκάστω ὄνομα; (385a2: “Assim como alguém decide chamar cada coisa, isto é o nome para cada coisa?). Aqui, adotamos a versão de John Burnet, seguida também pelos editores da *Oxford Classical Texts* (OCT). Ela também foi adotada por Ademollo (2011). Outros autores preferiram a segunda versão: Stallbaum (cf. G. STALLBAUM (Ed. e com.). *Platonis Opera Omnia*. Vol V.II: *Cratylum*. Gotha and Erfurt, 1835), Fowler (cf. FOWLER (Ed. e trad.). *Plato (vol. VI): Cratylus, Parmenides, Greater and Lesser Hippias*. Cambridge: Harvard University Press, 1926), Méridier (cf. L. MÉRIDIER (Ed. e trad.). *Platon, Oeuvres complètes*. Vol. II: *Cratyle*. Paris: Les Belles Lettres, 1931) e Barney (cf. BARNEY, 2001, p. 25, n. 8).

David Sedley defendeu que esse esquema conceitual de Hermógenes seria somente a explicitação de um pensamento cotidiano: “Aqui, Hermógenes está afirmando uma verdade simples, familiar a qualquer um que alguma vez se entregou ao uso de apelidos privados”⁵². Com efeito, o uso de apelidos apela exatamente ao quadro que Hermógenes formulou através do contraste conceitual entre “Nome δημοσία” e “Nome ἰδίᾳ”.

Trecho 6. O último trecho destacado na citação confirma essa divisão. Questionado mais uma vez por Sócrates a respeito do sentido de sua fala, Hermógenes indica de uma maneira precisa e exata qual o critério de correteza está defendendo: “é correto para mim chamar cada coisa pelo nome que eu estabeleci” (tradução mais livre de 385d8-9: ἐμοὶ ... εἶναι καλεῖν ἐκάστῳ ὄνομα, ὃ ἐγὼ ἐθέμην), enquanto que é correto para ti chamar cada coisa pelo que tu estabeleceu (tradução mais livre de 385d9: σοὶ δὲ ..., ὃ αὖ σὺ). O personagem deixa claro que os pronomes pessoais “eu” (ἐγὼ) e “tu” (σὺ) podem, neste caso, serem simbolicamente utilizados para se referir a toda uma comunidade, de sorte que, comparando uma comunidade com a outra, cada qual possui um nome individual próprio para um mesmo item.

Então, temos margem para três comparações: primeiro, comparando um indivíduo com outro, ambos podem denominar a mesma coisa com nomes individuais diferentes, os dois corretos. No caso do super-herói Batman, Alfred, seu mordomo, chama-o de “Bruce”, enquanto que Jim Gordon, o comissário da polícia, chama-o de “Batman”. Ambos nomes estão corretos. Comparando agora um indivíduo com uma comunidade, ambos podem denominar a mesma coisa com nomes diferentes, um individual e outro coletivo, sem que nenhum esteja incorreto. Tomando o mesmo exemplo, Alfred chama o super-herói de “Bruce”, mas a população de Gotham City o chama de “Batman”. Existem também diversos casos concretos de nomes comunitários diferentes para uma mesma coisa. Se pensarmos na internalização da mitologia grega por parte dos romanos, o mesmo deus Zeus era chamado de “Zeus” pelos gregos e “Júpiter” pelos romanos. Como falávamos no início, Hermógenes parece ser proponente de uma tese corrente, simples, extraída da consideração de diversos casos concretos de como funciona o mecanismo referencial de sua própria língua.

Interpretação de Barney: a articulação entre τιθέναι e καλεῖν. A consideração final a respeito do trecho [6] faz com que cheguemos ao núcleo da proposta de Hermógenes: a articulação entre “estabelecer” (τιθέναι) um nome e “chamar” (καλεῖν) por um nome. Segundo

⁵² “In this Hermogenes is stating a simple truth, familiar to anyone who has ever indulged in the use of private nicknames” (SEDLEY, 2003, p. 53).

Barney⁵³, esse é o elemento crucial do convencionalismo. Hermógenes distingue entre a ação de estabelecer um nome para algo e chamar algo por um nome, cada qual compondo um diferente estágio do processo de nomeação. Em primeiro lugar, um indivíduo (ou um conjunto de indivíduos) estabelece um nome para o item. Aqui temos o processo de “batismo” (θέσις, “imposição” ou “estabelecimento”). Quando o batismo é feito por vários pessoas, Hermógenes usa os termos de [1]: “convenção” (συνθήκη) e “acordo” (ὁμολογία). Nesse estágio, o princípio de corretude é definido *in foro interno*, o que significa dizer que, basicamente, tudo é válido. Esse primeiro estágio se diferencia do segundo, que é composto por todos os usos posteriores do nome estabelecido. O batismo se torna uma norma (νόμος) e constitui um costume (ἔθος), de modo que o princípio de corretude, então, é definido *in foro externo*, pela adequação do nome utilizado ao padrão linguístico vigente. Nas palavras da comentadora:

(T11) A importância da distinção para Hermógenes é que a corretude se aplica diferentemente aos dois casos. No batismo, tudo pode: todos batismos são corretos, porque ‘qualquer nome que tu estabelece para [*thêtai*] algo é correto’ [...]. Mas a convenção que ele funda constitui uma norma para o uso subsequente: o nome usado somente é correto quando está de acordo com o batismo relevante. (BARNEY, 2001, p. 27-28)⁵⁴.

Conclusão. Conseguimos, enfim, ter uma visão panorâmica a respeito dos compromissos teóricos da tese de Hermógenes. Seu convencionalismo não compõe uma simples negação da teoria de Crátilo, mas articula dois tipos de corretude conforme o estágio em que se encontra o processo de nomeação. Em um primeiro estágio (θέσις – τιθέναι, batismo – batizar), a corretude é definida em termos da decisão de um indivíduo ou de uma comunidade. Em um segundo estágio (καλεῖν, usar o nome), a corretude é definida em termos da adequação do nome utilizado com o “costume já estabelecido e solidificado coletivamente” (ἔθος). Com essas considerações, é possível perceber que a proposta de Hermógenes, diferente da de Crátilo, se preocupa somente com o componente referencial do processo denotativo – não há nenhuma consideração a respeito de uma possível função descritiva do ato de ὀνομάζειν, “nomear”.

Vale ressaltar que o naturalismo e o convencionalismo também se contrastam em dois outros aspectos. Em primeiro lugar, enquanto o convencionalismo se estrutura a partir da diferença entre “batizar” e “usar um nome”, uma consequência imediata do naturalismo de

⁵³ BARNEY, 2001, p. 26-28.

⁵⁴ “The importance of the distinction for Hermogenes is of course that correctness applies differently in the two cases. In baptism, anything goes: all baptisms are correct, for ‘any name you set down for [*thêtai*] a thing is correct’ [...]. But the convention which it founds constitutes a norm for subsequent use: name is only correct when in accordance with the relevant baptism” (BARNEY, 2001, p. 27-28).

Crátilo é a perda dessa sutil distinção conceitual. Para Crátilo, a decisão do indivíduo de batizar um item x com o nome N não influencia em nada o fato de N ser ou não o nome de x . Essa relação de nomeação é garantida unicamente pelo fato de N carregar, por meio da etimologia, uma descrição verdadeira de seu *nominatum*. Portanto, o mesmo critério que governa a correteza do estabelecimento dos nomes também define quando seu uso será ou não correto. Segundo Williams:

(T12) [...] eles [o ato de batizar e o ato de usar um nome estabelecido] são diferentes somente se certas pressuposições forem feitas, pressuposições que são negadas por Crátilo. De acordo com Crátilo, não há nenhum ato que um *nomothetēs* ou qualquer outra pessoa pode realizar para *fazer* ‘ N ’ ser o nome de Y – ‘ N ’ ou possui a requerida relação Φ com Y ⁵⁵ ou não. Assim, o que é chamado “batizar” será somente uma variante trivial de descrever. (WILLIAMS, 1982, p. 89-90)⁵⁶.

Outra diferença entre o naturalismo e o convencionalismo se dá quanto à validade daquela tese que Ademollo chamou de (R) *Redundancy Conception*: “(R) ‘ N ’ é o nome correto de X =_{df} ‘ N ’ é o nome de X ”⁵⁷. Como vimos, essa concepção está sim em operação na teoria naturalista de Crátilo, porque o personagem vincula o sucesso da referência de um nome ao sucesso que ele possui em descrever seu *nominatum* via etimologia. Sem esse componente descritivo, o nome falha na referência, independente de ser ou não utilizado convencionalmente. Assim, Crátilo gera um quadro em que somente os nomes naturais são nomes de verdade (cf. 383b2-3: “ser um nome em verdade” ou “ser verdadeiramente um nome”, ὄνομα εἶναι τῆ ὀληθείᾳ), enquanto que os nomes meramente artificiais, os “pseudo-nomes”, sequer poderiam ser considerados nomes, desembocando exatamente em (R).

Essa concepção também está presente no primeiro estágio de nomeação previsto pela teoria convencionalista. Nessa etapa do batismo, todo nome dado é um nome correto, uma vez que a decisão individual é a “medida” (μέτρον, 386a1) para determinação de um “nome privado” (ὄνομα ἰδίᾳ). Porém, no segundo estágio de nomeação, o uso correto do nome consiste em usar o “nome convencionalizado” (ὄνομα δημοσίᾳ) da maneira em que foi convencionalizado. Nessa etapa, nem todo nome é considerado correto, desfazendo a identidade afirmada na *Redundancy Conception*.

⁵⁵ Williams chama a relação de semelhança que Crátilo acredita que deve existir entre o nome e seu *nominatum* de “relação Φ ”.

⁵⁶ “[...] they are different only if certain assumptions are made, assumptions which are denied by Cratylus. According to Cratylus, there is no act which a *nomothetēs* or anyone else can perform to *make* ‘ N ’ the name of Y – ‘ N ’ either bears the required Φ -relation to Y or it does not. Hence what is called ‘name-giving’ will be merely a trivial variant on describing” (WILLIAMS, 1982, p. 89-90).

⁵⁷ “(R) ‘ N ’ is a correct name of X =_{df} ‘ N ’ is the name of X ” (ADEMOLLO, 2011, p. 3).

Interpretação de Grote (1888). Diante do que foi exposto, podemos agora nos debruçar sobre a interpretação de alguns *scholars* a respeito do que realmente significa a tese de Hermógenes. Começamos com a leitura do George Grote, na sua grande e importante coleção de quatro volumes *Plato and the Other Companions of Sokrates*:

(T13) Nos argumentos colocados na boca de Hermógenes, faz-se com que ele mantenha duas opiniões que não são idênticas, mas opostas. 1. Que os nomes são significantes pelo hábito e pela convenção, mas não por natureza. 2. Que cada homem deve e pode dar qualquer nome que ele gostaria para qualquer objeto (pp. 384-385).

A primeira dessas duas opiniões é o que realmente é discutido aqui: refutada na primeira metade do diálogo, e concedida na segunda. Implica-se que os nomes devem servir o propósito da comunicação mútua e da informação entre pessoas vivendo em sociedade; propósito que eles não serviriam se cada indivíduo desse um nome diferente para cada objeto. A segunda opinião não é, portanto, uma consequência da primeira, mas uma implícita contradição da primeira.

Aquele que diz que os nomes Cavalo e Cachorro são significantes por convenção, admitirá que, no princípio, eles poderiam ter sido invertidos no que diz respeito à significação; mas ele não dirá que qualquer indivíduo poderia invertê-los a seu bel prazer, agora que eles estão estabelecidos. Os propósitos da nomeação não seriam alcançados se isso fosse feito. (GROTE, 1888, cap. XXXI §1)⁵⁸

O texto de Grote faz menção à transição da perspectiva coletiva da tese de Hermógenes em [1] para a perspectiva individual em [2]. O autor afirma não somente que há uma dissonância entre essas duas colocações, mas que há uma oposição entre ambas, de forma que Hermógenes estaria defendendo teses contraditórias entre si. Para Grote, a proposta defendida por Hermógenes em [2], de que o indivíduo poderia escolher qualquer nome para qualquer objeto (como o exemplo de [5] estaria ilustrando), minaria a própria possibilidade de existir uma convenção que permita uma comunicação comum entre os indivíduos desta sociedade. Contudo, a leitura de que Hermógenes se adere tanto a [1] quanto a [2], sem perceber a contradição entre ambas, não é um retrato fiel da posição do personagem.

⁵⁸ “In the arguments put into the mouth of Hermogenes, he is made to maintain two opinions which are not identical, but opposed. 1. That names are significant by habit and convention, and not by nature. 2. That each man may and can give any name which he pleases to any object (pp. 384-385).

The first of these two opinions is that which is really discussed here: impugned in the first half of the dialogue, conceded in the second. It is implied that names are to serve the purpose of mutual communication and information among persons living in society; which purpose they would not serve if each individual gave a different name to the same object. The second opinion is therefore not a consequence of the first, but an implied contradiction of the first.

He who says that the names Horse and Dog are significant by convention, will admit that at the outset they might have been inverted in point of signification; but he will not say that any individual may invert them at pleasure, now that they are established. The purposes of naming would no longer be answered, if this were done” (GROTE, 1888, cap. XXXI §1).

No último parágrafo, quando Grote escreve como Hermógenes deveria ter se portado, ele acaba descrevendo exatamente o que compõe o coração da proposta teórica de Hermógenes. Em um primeiro momento (cf. *at the outset*), o indivíduo estabelece um nome para se referir a um item (θέσις, “batismo”), ou a comunidade cria uma nomenclatura comum para designá-lo (συνθήκη, “convenção”). Em seguida, esse nome se solidifica e se torna um costume, de modo que, na perspectiva do uso comunitário, somente está correto o indivíduo que utiliza o “nome coletivo” (ὄνομά δημοσία) para denominar o objeto. Grote não percebeu que Hermógenes desenvolveu sua tese sistematicamente distinguindo os atos de “batizar” e “chamar”, trabalhando com um duplo critério para correteza dos nomes: um interno e outro externo. Na leitura de Grote, faltou atenção ao sutil contraste entre “nome particular” (ὄνομά ἰδίᾳ) e “nome coletivo” (ὄνομά δημοσία), que outros comentadores tomaram como sendo o elemento principal da tese de Hermógenes⁵⁹.

Interpretação de Robinson (1956). O filósofo Richard Robinson também não constatou esse detalhe, criticando Platão pela falta de algo que, paradoxalmente, está contido logo no início do *Crátilo*. Um ano depois de publicar seu primeiro artigo sobre a obra, *The Theory of Names in Plato's Cratylus* (1955), Robinson publicou *A Criticism of Plato's Cratylus* (1956), no qual ele analisa criticamente os principais erros que compõem as teorias expostas no *Crátilo*, comparando-os com sua própria teoria moderna das definições. Em um dado momento, Robinson critica o *Crátilo* de Platão por ser incapaz de distinguir o estabelecimento de um nome em relação ao seu uso posterior:

(T14) Há mais uma indistinção a ser mencionada que contribui com o defeito da teoria dos nomes do *Crátilo*: ela falha em perceber a diferença entre estabelecer um nome e usar um nome. Uma coisa é batizar o bebê com o nome de “João”, outra coisa é se referir a ele como João a partir de então. Uma coisa é estabelecer o significado da palavra “deuterium” e outra coisa é usar a palavra subsequentemente. [...] A falha dos personagens de Platão em achar a real correteza dos nomes se dá, em parte, pela falha em compreender essa diferença. [...]

Nós não podemos ver a real correteza dos nomes a não ser que consideremos separadamente a correteza do seu estabelecimento e do seu uso. O uso correto dos nomes, considerando isso primeiro, consiste quase inteiramente em usar o nome convencional da maneira convencional. Isso porque a função dos nomes é se referir, e se nós não usarmos o nome convencional da maneira como foi convencional, nós comumente falhamos em referir nossos ouvintes àquilo que nós queremos referi-los. [...]

Esse costume, ou νόμος, que limita estritamente nosso sucesso ao falar, [...] é parte da grande rede da cultura à qual pertencemos, que não fazemos ou escolhemos, que podemos fazer pouca coisa para alterar, que devemos ensinar a nossas crianças [...]. Isso é o suficiente sobre a correteza no uso dos nomes.

⁵⁹ ADEMOLLO, 2011, p. 42-49.

[...] Quanto à corretude na invenção dos nomes, é um caso muito mais fluido do que a corretude ao usá-los; e uma área bem mais ampla está aberta para a escolha arbitrária. (ROBINSON, 1969, p. 134-136)⁶⁰

Paradoxalmente, ao criticar o texto de Platão, Robinson propõe uma teoria que é exatamente igual a uma das que Platão inseriu no jogo dialético do *Crátilo* – fato que, inclusive, mostra a razoabilidade da proposta de Hermógenes. A distinção entre estabelecer um nome e usá-lo no tempo subsequente é exatamente aquela delimitada, para Rachel Barney, por meio da contraposição entre os verbos *τιθέναι* (“batizar”) e *καλεῖν* (“usar um nome”). Uma leitura atenta dos trechos [5] e [6] mostra que Platão estava ciente da existência de dois níveis de corretude, um individual e outro comunitário, sendo que, neste último, a corretude é expressa em termos da coerência entre o uso do nome, por um lado, e o seu estabelecimento prévio, por outro.

Portanto, podemos inferir que ele compreendia a diferença entre batizar um bebê de “João” e chamá-lo assim a partir desse momento. Inclusive, no exemplo dado em [5], a teoria de Hermógenes ainda prevê a situação de uma pessoa decidir, de repente, chamar João de “Joca”, como se desse para ele um apelido. Seguindo o raciocínio em [5], “Joca” também seria um nome correto: correto para o uso individual da pessoa que cunhou o apelido. Porém, supondo que ninguém soubesse desse apelido, seria incorreto utilizá-lo no contexto comunitário, justamente pela ausência de uma convenção nesta matéria. Mas, se há um conjunto de pessoas que adotaram esse apelido no seu cotidiano, então também seria correto utilizá-lo. Teríamos, neste contexto, dois nomes da categoria *δημοσία*, “comunitário”.

Assim, ao contrário da leitura de Robinson, constatamos que Hermógenes não somente percebeu a diferença entre cunhar um nome e usá-lo, mas também compreendeu os dois sentidos de corretude envolvidos em cada uma dessas operações: ao cunhar um nome, como Robinson fala, o campo está aberto para a decisão arbitrária do indivíduo; no que diz respeito

⁶⁰ “There is one further indistinction to mention as contributing to the defectiveness of the *Cratylus*’ account of names: it fails to realize the difference between establishing a name and using a name. It is one thing to baptize a baby ‘John’ and another thing to refer to him as John thereafter. It is one thing to lay down a meaning for the word ‘deuterium’ and another thing to use the word thereafter. [...] The failure of Plato’s persons to find the real correctness of names is partly due to their failure to hold this difference in mind. [...]”

We cannot see the real correctness of names unless we consider separately the correctness of their establishment and of their use. The correct use of names, to take that first, consist almost entirely in using the customary name in the customary way. That is because the function of names is to refer, and if we do not use the customary name in the customary way, we commonly fail to refer our hearers to that to which we want to refer them. [...]

This custom, or νόμος, which strictly limits our successful speaking, [...] is part of the great web of culture in which we are held, which we did not make or choose, which we can do little to alter, which we must teach to our children [...]. So much on the correctness in the use of names.

[...] As to correctness in the invention of names, it is a far more fluid affair than correctness in the use of them; and a far wider area is left open to arbitrary choice” (ROBINSON, 1969, p. 134-136).

ao uso dos nomes já cunhados, o indivíduo deve respeitar as normas linguísticas vigentes naquele território. É verdade que o *Crátilo* não descreve explicitamente o conceito de νόμος como sendo uma “norma linguística” ou uma “rede cultural”, entretanto, um paralelo entre o *Crátilo* e o *Críton*, reforçado pelo uso do mesmo arcabouço conceitual, sugere que Platão imaginava essa “convenção” (συνθήκη) de Hermógenes como um acordo implícito entre o homem e a *polis* em que vivia.

Ademais, veremos mais adiante que Platão reformula esse quadro explicativo traçado por Hermógenes, o que significa que Platão não somente foi capaz de esquematizar uma teoria dos nomes próxima àquela de Robinson, mas que ele também encontrou motivos sólidos para rejeitá-la. Veremos que, na teoria das formas esquematizada por Platão, sequer o primeiro estágio do processo de nomeação, o de “batismo” (θέσις), poderia ser definido somente em termos de uma decisão arbitrária do indivíduo. Suponhamos que um homem, ao se deparar com uma matilha de cachorros pela primeira vez, decida chamá-los de “cachorro”. Depois, ao se deparar com um conjunto de plantas, não seria adequado se ele também as chamasse de “cachorro” – ainda que ele possa fazê-lo, ele produziria uma denominação confusa e ambígua. Platão está preocupado com esse tipo de “incorretude” e imprecisão da linguagem ordinária, que pode gerar confusões filosófica e científicas, uma vez que o mesmo nome é utilizado para se referir a itens de categorias naturais diferentes.

Interpretação de Kahn (1973). Retornando à análise dos comentários de outros *scholars* ao trecho (T7), Charles H. Kahn, um eminente estudioso dos textos de Platão, também propôs que Hermógenes colapsa [1] com [2] de maneira confusa:

(T15) A afirmação de Hermógenes da tese convencionalista é claramente confusa, uma vez que ele não faz nenhuma distinção entre a ingênua teoria Humpty-Dumpty da nomeação (‘O nome de *x* é o que eu quiser chamá-lo’) e a visão mais séria da linguagem enquanto instituição social, com as correlações *nome-coisa* convencionalmente estabelecidas pela tradição de uma língua particular. (KAHN, 1973, p. 158-159)⁶¹

Kahn faz menção ao personagem Humpty Dumpty, famoso na literatura infantil sobretudo por sua aparição na obra *Alice no País das Maravilhas*, de Lewis Carrol. Em um diálogo com Alice, o personagem utiliza uma palavra em um sentido completamente fora do padrão que é atribuído a ela. Questionado a respeito do significado dessa palavra, Humpty

⁶¹ “Hermogenes’ statement of the convention-thesis is of course dreadfully confused, since he makes no distinction between the silly Humpty-Dumpty theory of naming (‘The name of *x* is whatever I call it’) and the more serious view of language as social institution, with the word-thing correlations conventionally established by the tradition of a particular language” (KAHN, 1973, p. 158-159). Citado também em: BARNEY, 1997, p. 143-144.

Dumpty responde que as palavras significam exatamente aquilo que ele quer que elas signifiquem. O paralelo entre a postura do personagem e a tese de Hermógenes não foi notada somente por Kahn, Robinson também pensava que a proposta convencionalista defendia, em última instância, a completa subjetividade ou arbitrariedade no uso das palavras: “O motivo pelo qual Humpty Dumpty não pode fazer aquilo que ele diz poder fazer, a saber, fazer as palavras significarem o que ele quiser, é que isso o impediria de comunicar com outras pessoas, o que é a principal finalidade da linguagem”⁶².

A leitura de Grote, Robinson e Kahn⁶³ se fundamenta, é claro, na passagem aparentemente injustificada do trecho [1], cujo núcleo teórico se encontra nos conceitos de συνθήκη (“convenção”) e ὁμολογία (“acordo”) (384d1), para o trecho [2], construído a partir da noção de θέσις (“imposição”) quando aplicada por um indivíduo (384d2: τίς τῷ θῆται ὄνομα..., “alguém estabeleceu um nome”). Porém, o quadro geral de 384c9-385b1 e 385d2-e3 mostra que Hermógenes está construindo a capacidade denotativa da linguagem desde o seu caso limite, aquele em que somente um único indivíduo está envolvido no processo de nomeação, até o seu funcionamento dentro de uma comunidade. Grote e Kahn identificaram com exatidão as duas teses envolvidas nas falas de Hermógenes, contudo, eles não conseguiram mostrar uma adequada relação entre elas. Por isso, como deram privilégio ao tratamento da tese “mais séria”, o conceito de θέσις acaba ficando ocioso no diálogo, sem desempenhar nenhuma função ou finalidade que lhe é específica.

Interpretação de Williams (1982). Uma última consideração deve ser feita sobre a interpretação de Bernard Williams a respeito da tese de Hermógenes. Na citação anterior de Williams (T12), ele diagnosticou corretamente que a identificação entre “batizar” e “usar um nome” é uma consequência necessária da proposta de Crátilo. O autor também argumenta que essa mesma confusão se dá no extremo oposto, no convencionalismo de Hermógenes: “A distinção entre ‘dar um nome’ e ‘usar um nome estabelecido’ irá colapsar também no outro lado do espectro, com aquela radical visão Humpty-Dumpty que Hermógenes oferece no início

⁶² “The reason why Humpty Dumpty cannot do what he says he can do, namely make words mean what he likes, is that that would prevent him from communicating with other people, which is the main purpose of language” (ROBINSON, 1969, p. 129).

⁶³ Crombie também interpreta a tese de Hermógenes de maneira radical: “E ainda assim, como Hermógenes argumenta, pareceria razoável dizer que se eu consistentemente chamar os homens de cavalos, então 'cavalos' seria o nome para homens na minha linguagem. Assim, nessa visão, Humpty Dumpty estaria certo e não haveria nomes verdadeiros [And yet, as Hermogenes urges, it would seem reasonable to say that if I consistently call men horses, then "horses" is the name for men in my language. So on this view Humpty Dumpty would be right and there would be no true names]” (CROMBIE, 1963, p. 476).

(384d1-2, 385a) como uma versão do que ele opõe ao Crátilo”⁶⁴. Para sustentar seu ponto de vista, o comentador cita exatamente a passagem de [1] 384d1 para [2] 384d2, mostrando, novamente, a dificuldade dos autores em estabelecer uma relação adequada de complementariedade entre ambas. Na falta do instrumental conceitual *τιθέναι – καλεῖν* (batizar – usar um nome), que é expresso posteriormente no prisma da contraposição *ὄνομά ἰδίᾳ – ὄνομά δημοσίᾳ* (nome privado – nome coletivo), não parece haver outra opção senão considerar que Hermógenes se confundiu entre uma tese razoável e comum, e outra mais radical e com consequências desastrosas. Porém, como mostramos, há um outro caminho interpretativo mais próximo ao texto de Platão: “Hermógenes está [...] equacionando o caso individual e o coletivo, mostrando que ele concebe sua tese como uma unidade que abrange os dois aspectos”⁶⁵.

⁶⁴ “The distinction between name-giving and using an established name will collapse also at the other end of the spectrum, with that radical Humpty-Dumpty view which Hermogenes offers early on (384D1-2, 385A) as one version of what he opposes to Cratylus” (WILLIAMS, 1982, p. 90).

⁶⁵ “Hermogenes is [...] equating the individual and the collective case, showing that he conceives of his thesis as a unity encompassing both of these aspects” (ADEMOLLO, 2011, p. 76).

CAPÍTULO 4. HERMÓGENES, PROTÁGORAS E EUTIDEMO (385E-386E)

No capítulo anterior, apresentamos o sentido da tese convencionalista. Agora, Sócrates busca relacionar essa tese com as doutrinas de Protágoras e Eutidemo. À primeira vista, não está claro qual vínculo Platão acredita existir entre as ideias defendidas por esses três personagens. Enquanto Hermógenes se preocupa com a correteza dos nomes, identificando dois cenários distintos no processo de denominação, Protágoras foca na capacidade humana de conhecer a realidade. Para Protágoras, o fato de existirem diferentes visões e perspectivas de uma mesma realidade aponta para a ideia de que as propriedades que cada um percebe no mundo são itens individuais, privados, relativos ao modo de apreensão do indivíduo específico. O sofista defende essa visão ao afirmar que o homem é a “medida” (μέτρον, 386a1) de todas as coisas.

Por outro lado, a proposta de Eutidemo difere radicalmente da de Protágoras. Em vez de considerar as propriedades como um item relativo a cada um, Eutidemo as entende como qualidades reais e objetivas dos objetos. Sua doutrina é excêntrica porque, além disso, ele também afirma que todas as qualidades estão realmente presentes em todos os objetos. Essa assimetria entre o que Hermógenes, Protágoras e Eutidemo propõem torna o trecho 385e-386e do *Crátilo* particularmente desafiador.

Dessa forma, nossa primeira tarefa será compreender o significado das teses de Protágoras e de Eutidemo, a relação entre elas e avaliar se o argumento de refutação apresentado contra ambas possui algum mérito. É preciso também entender como a inserção dessas duas figuras contribui para o desenrolar do jogo dialético entre o naturalismo e o convencionalismo. O comentário de Proclo ao *Crátilo* será uma peça importante para cumprirmos bem esse objetivo.

No capítulo seguinte, enfrentaremos outra tarefa: entender como a análise dessas duas propostas se conecta com a tese de Hermógenes. Alguns intérpretes acreditam que a refutação da doutrina da medida de Protágoras atinge também o convencionalismo de Hermógenes, seja porque o convencionalismo seria uma aplicação específica do protagoreanismo no campo linguístico, seja porque o convencionalismo implica logicamente o protagoreanismo. No entanto, questionaremos essas propostas mostrando que, apesar de estarem corretas em certa perspectiva, elas ainda carecem de profundidade. Elas não capturam plenamente o escopo do convencionalismo, assim como construímos no capítulo precedente. A falta de atenção quanto

à sutil articulação conceitual entre *batizar* e *usar um nome* impede esses autores de explicarem satisfatoriamente como a refutação de Protágoras impacta a teoria de Hermógenes.

A seguir, trazemos uma tradução do trecho 385e4-386e4, em que Protágoras e Eutidemo assumem um papel preponderante. Novamente, dividiremos a citação em alguns trechos, buscando examinar com mais detalhes o conteúdo de cada um:

(T16) [1] *SÓ. Vejamos, ó Hermógenes, se os seres também parecem ser assim para ti, a essência deles é privada para cada indivíduo, como Protágoras defendeu ao dizer “De todas as coisas, a medida” é o homem – isto é, assim como as coisas aparecem para mim, assim elas são para mim; por outro lado, assim como [elas aparecem] a ti, assim [elas são] para ti – ou tu acreditas que elas possuem, por si mesmas, certa estabilidade de essência?*

HERM. Eu mesmo, ó Sócrates, em algum momento, já estive em aporia sobre esses assuntos e me inclinei em direção àquilo que Protágoras diz: mas não sei se acredito ser assim.

SÓ. O quê? Tu já te inclinaste em direção a isto, não sabes se acreditas existir algum homem mau?

HERM. Não, por Zeus, mas, ao contrário, muitas vezes eu mesmo sofri, [2.1] *porque eu acredito fortemente que alguns homens são maus, e em grande número.*

SÓ. O quê? [2.2] *E os muito bons, tu ainda não acreditas existir?*

HERM. Mas são muito poucos.

SÓ. Ainda assim, tu acreditaste?

HERM. Da minha parte, sim.

SÓ. Como, portanto, tu estabelece isto? Assim: [2.3] *os muito bons são muito sábios, enquanto que os muito maus são muito ignorantes?*

HERM. Da minha parte, acredito ser assim.

SÓ. Então como seria possível, se Protágoras disse a verdade e a verdade é esta – assim como cada um acredita, assim é –, que alguns de nós sejam sábios, alguns ignorantes?

HERM. De modo algum seria possível!

SÓ. [2.4] *E sobre essas coisas, assim eu suponho, tu realmente acreditas que, se Protágoras falar a verdade, não seria possível, de modo algum, existir sábios e ignorantes: [2.5] porque ninguém será mais sábio que outro em relação à verdade, se o que cada um acredita for verdade.*

HERM. É assim.

SÓ. [3] *Mas, eu suponho, tu também não acreditas que, segundo Eutidemo, todas as coisas são simultaneamente e sempre semelhantes para todos: porque assim também não haveria sábios, nem maus, se a virtude e o mal fossem sempre semelhantes para todos.*

HERM. Dizes a verdade.

SÓ. [4] *Portanto, se todas as coisas não são simultaneamente e sempre semelhantes para todos, nem cada coisa é privada para cada um⁶⁶, então é evidente que elas possuem, por si mesmas, certa essência e que as coisas são estáveis, não sendo relativas a nós, nem sob nosso domínio, sendo jogadas para cima e para baixo segundo nossas aparências, mas, por si mesmas, são relativas a si mesmas, possuindo uma certa essência que existe por natureza (Cra. 385e4-386e4. Trad. própria)⁶⁷.*

Trecho 1. Encontramos aqui a introdução da doutrina relativista de Protágoras. Somente uma compreensão mais aprofundada desse protagoreanismo nos permitirá decidir se há qualquer nível de relação entre ele, o convencionalismo de Hermógenes (entendido conforme tratado no capítulo anterior) e a proposta de Eutidemo. A tese de Protágoras é primeiramente explicitada a partir do famoso dito do *homo-mensura*: “O homem é a medida de

⁶⁶ Em geral, a cláusula entre colchete na edição de Burnet (386d9: ...μήτε ἐκάστω ἰδίᾳ ἕκαστον [τῶν ὄντων ἐστίν] ...) não é traduzida, como em Reeve (cf. sua tradução do *Crátilo* em COOPER, 1997) e em Nunes (1980). Levando-a em consideração, teríamos pouca modificação: “*nem cada coisa é privada para cada um dos seres*” ou “*nem, dentro os seres, cada coisa é privada para cada um*”.

⁶⁷ ΣΩ. Φέρε δὴ ἴδωμεν, ὃ Ἑρμόγενης, πότερον καὶ τὰ ὄντα οὕτως ἔχειν σοὶ φαίνεται, ἰδίᾳ αὐτῶν ἢ οὐσία εἶναι ἐκάστω, ὡσπερ Πρωταγόρας ἔλεγεν λέγων “πάντων χρημάτων μέτρον” εἶναι ἄνθρωπον – ὡς ἄρα οἷα μὲν ἂν ἐμοὶ φαίνηται τὰ πράγματα [εἶναι], τοιαῦτα μὲν ἔστιν ἐμοί: οἷα δ’ ἂν σοὶ, τοιαῦτα δὲ σοὶ - ἢ ἔχειν δοκεῖ σοὶ αὐτὰ αὐτῶν τινα βεβαιότητα τῆς οὐσίας;

ἙΡΜ. Ἦδη ποτὲ ἔγωγε, ὃ Σώκρατες, ἀπορῶν καὶ ἐνταῦθα ἐξηρέχθην εἰς ἅπερ Πρωταγόρας λέγει· οὐ πάνυ τι μέντοι μοι δοκεῖ οὕτως ἔχειν.

ΣΩ. Τί δέ; ἐς τὸδε ἤδη ἐξηρέχθης, ὥστε μὴ πάνυ σοὶ δοκεῖν εἶναι τινα ἄνθρωπον πονηρόν;

ἙΡΜ. Οὐ μὰ τὸν Δία, ἀλλὰ πολλάκις δὴ αὐτὸ πέπονθα, ὥστε μοι δοκεῖν πάνυ πονηροὺς εἶναι τινὰς ἀνθρώπους, καὶ μάλα συχνούς.

ΣΩ. Τί δέ; πάνυ χρηστοὶ οὕτω σοὶ ἔδοξαν εἶναι [ἄνθρωποι];

ἙΡΜ. Καὶ μάλα ὀλίγοι.

ΣΩ. Ἐδοξαν δ’ οὖν;

ΕΡΜ. Ἐμοιγε.

ΣΩ. Πῶς οὖν τοῦτο τίθεσαι; ἄρ’ ὥδε· τοὺς μὲν πάνυ χρηστοὺς πάνυ φρονίμους, τοὺς δὲ πάνυ πονηροὺς πάνυ ἄφρονες;

ἙΡΜ. Ἐμοιγε δοκεῖ οὕτως.

ΣΩ. Οἷόν τε οὖν [ἐστίν], εἰ Πρωταγόρας ἀληθῆ ἔλεγεν καὶ ἔστιν αὕτη ἡ ἀλήθεια, τὸ οἷα ἂν δοκῆ ἐκάστω τοιαῦτα καὶ εἶναι, τοὺς μὲν ἡμῶν φρονίμους εἶναι, τοὺς δὲ ἄφρονες;

ἙΡΜ. Οὐ δῆτα.

ΣΩ. Καὶ ταῦτά γε, ὡς ἐγῶμαι, σοὶ πάνυ δοκεῖ, φρονήσεως οὐσης καὶ ἀφροσύνης μὴ πάνυ δυνατὸν εἶναι Πρωταγόραν ἀληθῆ λέγειν· οὐδὲν γὰρ ἂν που τῆ ἀληθείᾳ ὁ ἕτερος τοῦ ἑτέρου φρονιμώτερος εἴη, εἴπερ ἂ ἂν ἐκάστω δοκῆ ἐκάστω ἀληθῆ ἔσται.

ἙΡΜ. Ἐστὶ ταῦτα.

ΣΩ. Ἀλλὰ μὴν οὐδὲ κατ’ Εὐθύδημόν γε οἶμαι σοὶ δοκεῖ πάσι πάντα ὁμοίως εἶναι ἅμα καὶ ἀεὶ· οὐδὲ γὰρ ἂν οὕτως εἶεν οἱ μὲν χρηστοί, οἱ δὲ πονηροί, εἰ ὁμοίως ἅπασι καὶ ἀρετὴ τε καὶ κακία εἴη.

ἙΡΜ. Ἀληθῆ λέγεις.

ΣΩ. Οὐκοῦν εἰ μήτε πᾶσι πάντα ἐστὶν ὁμοίως ἅμα καὶ ἀεὶ, μήτε ἐκάστω ἰδίᾳ ἕκαστον [τῶν ὄντων ἐστίν], δῆλον ὅτι αὐτὰ αὐτῶν οὐσίαν ἔχοντά τινα βεβαιόν ἐστὶ τὰ πράγματα, οὐ πρὸς ἡμᾶς οὐδὲ ὑφ’ ἡμῶν ἐλκόμενα ἄνω καὶ κάτω τῷ ἡμετέρῳ φαντάσματι, ἀλλὰ καθ’ αὐτὰ πρὸς τὴν αὐτῶν οὐσίαν ἔχοντα ἥπερ πέφυκεν.

todas as coisas” (385e6-386a1: πάντων χρημάτων μέτρον εἶναι ἄνθρωπον). Depois, ela é explicada em termos da identidade entre os conceitos de *ser relativo*⁶⁸ (ἐκάστω εἶναι: “ser para alguém”) e *aparência* (φαντασία⁶⁹, nominalização de φαίνεσθαι, “aparecer”): “Isto é⁷⁰, assim como as coisas aparecem para mim, assim elas são para mim: e assim como elas aparecem para ti, assim elas são para ti” (386a1-3: ὡς ἄρα οἷα μὲν ἂν ἐμοὶ φαίνεται τὰ πράγματα [εἶναι], τοιαῦτα μὲν ἔστιν ἐμοί· οἷα δ’ ἂν σοί, τοιαῦτα δὲ σοί). Além disso, por duas vezes, em [1], Sócrates menciona o conceito de *ousia* (οὐσία, usualmente traduzido como “essência” ou “substância” no contexto da filosofia antiga): uma para se referir ao protagoreanismo: “A essência de cada coisa é privada a cada um” (385e5: ἰδίᾳ αὐτῶν ἢ οὐσία εἶναι ἐκάστω); e outra para se referir à tese contraditória: “As coisas possuem, por si mesmas, uma certa estabilidade de essência” (386a3-4: ἔχειν ... αὐτὰ αὐτῶν τινα βεβαιότητα τῆς οὐσίας).

Etimologicamente, o termo οὐσία é construído a partir do particípio do verbo εἶναι (*ser*) – verbo que, em grego, pode possuir tanto um sentido existencial (Ἐγὼ εἰμί, “Eu sou / existo”) quanto um sentido predicativo (Ἐγὼ σοφὸς εἰμί, “Eu sou sábio”): ὄν οὐσα ὄν⁷¹. É, na verdade, a nominalização do particípio feminino singular. Na tese de Protágoras, o uso de οὐσία deve ser compreendido nessa perspectiva etimológica, tomando o verbo no seu sentido predicativo ordinário. Οὐσία, assim, é usada por Protágoras como uma nominalização da cópula predicativa, um modo de se referir a todos predicados possíveis de serem atribuídos a um item. É claro que, nesse prisma, a tese de Protágoras possui uma pretensão muito ampla: “Sócrates está precisamente falando dessa versão ampla da tese de Protágoras. Isso já é sugerido pelo uso do termo οὐσία para se referir a *como* as coisas são”⁷², isto é, para se referir às propriedades de um certo item⁷³.

⁶⁸ Utilizando a terminologia de CAMPBELL, 1861, p. 35.

⁶⁹ “Φαντασία ocorre aqui simplesmente como o substantivo de φαίνεσθαι, = ‘aparecer’ [Φαντασία occurs here simply as the noun of φαίνεσθαι, = ‘appearing’]” (CAMPBELL, 1861, p. 35).

⁷⁰ A tradução de ἄρα em 386a1 como uma partícula epixegética também é sugerida por Liddell-Scott-Jones (s.v. “ἄρα” B 3) no caso de *Teeteto* 152d, trecho que faz referência à mesma tese de Protágoras presente em [1].

⁷¹ Neste momento, fazemos alusão à obra de Kahn (2009), que apresenta um conjunto de trabalhos indispensáveis para compreender melhor uso do conceito de *ser* na filosofia antiga e, sobretudo, em Platão.

⁷² “[...] Socrates is precisely speaking of such a broad version of Protagoras’ thesis. This is already suggested by his use of the term οὐσία to refer to the *way* things are” (ADEMOLLO, 2011, p. 77. Itálico nosso).

⁷³ Outra citação importante de Ademollo neste contexto é: “O ‘ser’ (οὐσία) desses objetos [...] é algo muito mais genérico do que a sua essência: é o modo como algo é, distinto da maneira como é percebido ou acreditado ser [The ‘being’ (οὐσία) of these ‘objects’ [...] is something much more generic than their essence: it is the way something is, as distinct from the way it is perceived or believed to]” (ADEMOLLO, 2011, p. 87).

Contudo, também é importante ressaltar que a interpretação de οὐσία como se referindo apenas às propriedades essenciais de um item não é incompatível com as linhas centrais da leitura que realizamos no capítulo 4, 5 e 6.

Quanto ao uso de φαίνεσθαι, “aparecer”, acreditamos que ele seja bem explicado pelo termo que hoje chamamos de “perceber” (αἰσθάνεσθαι). Um ponto a favor dessa interpretação é o vínculo explícito que Platão estabelece entre φαντασία (“aparência” – a nominalização de φαίνεσθαι) e αἴσθησις (“percepção” – a nominalização de αἰσθάνεσθαι) no *Teeteto*⁷⁴. No *Crátilo*, o uso do conceito de φαντασία (“aparência”) também remete ao modo como o indivíduo percebe, ou apreende, uma propriedade de um item, seja ela qual for. “As coisas aparecem para mim” (ἐμοὶ φαίνηται τὰ πράγματα, 386a1) indica o modo como eu apreendo as propriedades de certos itens. Novamente, aqui se manifesta a grande amplitude da tese do personagem, porque podemos tanto perceber propriedades sensíveis e evidentes de um objeto⁷⁵, quanto perceber propriedades morais⁷⁶ ou matemáticas⁷⁷.

Enfim, a tese de Protágoras compõe a defesa de que as características de um objeto (ουσία) são itens “privados a cada indivíduo” (cf. ἰδίᾳ ... ἐκάστῳ, 385e5), não podendo existir senão vinculadas à apreensão que o indivíduo possui delas: elas compõem itens da categoria chamada de φαντασία (“aparência”). Para Protágoras, não existe $F(x)$, somente $F(x)$ para S : x não possui nenhum atributo autônomo e independente, todos eles surgem na medida em que x entra em relação com um sujeito, sendo particulares a essa percepção individual. Esse é o sentido da afirmação de que o homem é o μέτρον (“medida”) de todas as coisas, ou da afirmação de que o ser de um item para alguém é igual ao modo como esse alguém o percebe. O personagem também formula sua tese dizendo que a essência das coisas carece de estabilidade: as coisas não possuem, por si mesmas, “estabilidade em suas propriedades” (cf. 386a4: βεβαιότης τῆς οὐσίας). Mais adiante, em [4], Sócrates descreve o protagoreanismo como a defesa de que as propriedades de um item são “relativas a nós” (386e2: πρὸς ἡμᾶς) e estão “sob nosso domínio” (386e2: ὑφ’ ἡμῶν).

⁷⁴ “SÓ. O ‘aparece’ é mesmo perceber? TEET. É sim.” (*Tht.* 152b11-12: ΣΩ. Τὸ δέ γε “φαίνεται” αἰσθάνεσθαί ἐστιν; ΘΕΑΙ. Ἔστιν γάρ).

⁷⁵ “Eu percebo que a grama é verde” ou “Eu percebo que o vento é frio”, para utilizar o exemplo de *Tht.* 152b5-7: o vento (τὸ πνεῦμα) ser ou não frio (ψυχρόν).

⁷⁶ “Eu percebo que a constituição de Atenas é justa”, usando o exemplo de Protágoras em *Tht.* 172a ss., quando ele afirma que a beleza, a justiça e a piedade são itens que não possuem, por natureza, uma realidade própria, mas são definidas pela percepção do indivíduo ou de uma comunidade.

⁷⁷ “Eu percebo que 4 é igual a 2 + 2”. Fazendo menção ao conceito de αἴσθησις (“percepção”) e φαντασία (“aparência”) no *Teeteto*, R. M. Dancy esclarece: “Mas a percepção aqui não é simplesmente percepção sensível. Nem o verbo grego nem o verbo no inglês estão confinados a isso: um indivíduo pode perceber que a raiz quadrada de 17 é irracional, por exemplo, ao considerar que 17 teria que dividir tanto o numerador quanto o denominador de toda fração usada para escrevê-lo [But perception here is not simply sense-perception. Neither the Greek nor the English verbs are confined to that: one can perceive that the square root of 17 is irrational, for example, by considering that 17 would have to divide both the numerator and denominator of any fraction used to write it]” (DANCY, 1987, p. 63).

O retrato do protagoreanismo no *Crátilo* é remanescente àquele feito também no *Tht.* 153d-154a, passagem na qual encontramos um argumento em favor da natureza privativa dos objetos da percepção. O modo como Platão desenvolve a doutrina da medida no *Teeteto* nos ajudará a compreender melhor a função dela no *Crátilo*:

(T17) SO. – Conceba, pois, excelente homem, desse modo aqui: primeiro, no domínio das coisas visíveis, o que chamas com certeza de ‘cor branca’, não é em si algo diferente, fora dos seus olhos, nem dentro dos olhos, nem atribuas para ela um lugar: pois assim estaria indubitavelmente permanecendo em repouso, e não estaria surgindo em um processo de vir a ser.

TEET. – Mas como?

SO. – Sigamos ao argumento de agora, postulando que nada em si e por si é um: e assim, o preto, o branco e qualquer outra cor parece ter vindo a ser para nós a partir do encontro dos olhos com o movimento adequado, e cada item que dizemos ser cor não será nem o que colide nem o que é colidido, mas algo intermediário próprio a cada percipiente: ou tu poderias sustentar que assim como cada cor aparece a ti, desse modo também [ela aparece] para o cão ou para qualquer outro animal?

TEET. – Por Zeus, eu definitivamente não [poderia]!

SO. – E acaso aparece igual de qualquer modo a ti e a outro homem? Mantes isso a todo custo? Ou seria melhor manter que nem mesmo para ti próprio [aparece] o mesmo, porque tu nunca és igual a ti próprio? (*Tht.* 153d6-154a7. Trad. própria)⁷⁸.

No *Teeteto*, é importante notar que a tese que asseve a privacidade dos “itens da percepção” (αἰσθητά) é derivada diretamente da consideração do conflito de aparências como um verdadeiro problema filosófico. Por isso, o personagem argumenta que, ou se aceita o relativismo protagórico⁷⁹, ou se aceita que a cor aparece de maneira idêntica para o ser humano,

⁷⁸ ΣΩ. – ὑπόλαβε τοίνυν, ὃ ἄριστε, οὕτωςί: κατὰ τὰ ὄμματα πρῶτον, ὃ δὴ καλεῖς χρῶμα λευκόν, μὴ εἶναι αὐτὸ ἕτερον τι ἔξω σῶν ὀμμάτων μὴδ’ ἐν τοῖς ὀμμασι μὴδέ τιν’ αὐτῷ χώραν ἀποτάξης: ἤδη γὰρ ἂν εἴη τε δήπου ἐν τάξει καὶ μένον καὶ οὐκ ἂν ἐν γενεσεί γίγνοιτο.

ΘΕΑ. – ἀλλὰ πῶς;

ΣΩ. – ἐπόμεθα τῷ ἄρτι λόγῳ, μὴδὲν αὐτὸ καθ’ αὐτὸ ἐν ὄν τιθέντες: καὶ ἡμῖν οὕτω μέλαν τε καὶ λευκόν καὶ ὀτιοῦν ἄλλο χρῶμα ἐκ τῆς προσβολῆς τῶν ὀμμάτων πρὸς τὴν προσήκουσαν φορὰν φανεῖται γεγεννημένον, καὶ ὃ δὴ ἕκαστον εἶναι φαμεν χρῶμα οὔτε τὸ προσβάλλον οὔτε τὸ προσβαλλόμενον ἔσται, ἀλλὰ μεταξύ τι ἑκάστῳ ἴδιον γεγονός: ἢ σὺ δισχυρίσαιο ἂν ὡς οἶον σοὶ φαίνεται ἕκαστον χρῶμα, τοιοῦτον καὶ κυνὶ καὶ ὀτῶν ζῴῳ;

ΘΕΑ. – μὰ Δί’ οὐκ ἔγωγε.

ΣΩ. – τί δέ; ἄλλω ἀνθρώπῳ ἄρ’ ὅμοιον καὶ σοὶ φαίνεται ὀτιοῦν; ἔχεις τοῦτο ἰσχυρῶς, ἢ πολὺ μᾶλλον ὅτι οὐδὲ σοὶ αὐτῷ ταῦτόν διὰ τὸ μὴδέποτε ὁμοίως αὐτόν σεαυτῷ ἔχειν;

Essa tradução foi apresentada também no nosso Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), cujo título é: “O Empirismo Protagoreano na Primeira Parte do *Teeteto*”. Nele, oferecemos uma tradução de diversas passagens-chaves desta obra. Também aprofundamos na interpretação de Burnyeat que citamos a seguir.

⁷⁹ Devemos tomar ao cuidado ao chamar uma doutrina de “relativista”, pois o conceito de *relativismo* não possui um sentido unívoco na história da filosofia: “[...] apesar de uma longa história de debates que remonta a Platão e de um corpo crescente de escritos, ainda é difícil chegar a uma definição consensual sobre o que, em essência, o relativismo é e qual é sua importância filosófica [despite a long history of debate going back to Plato and an

para o cão e qualquer outro animal. O centro do argumento, como notou Burnyeat, repousa sobre a premissa do conflito de aparência:

(T18) Agora temos a tese: as qualidades sensíveis [...] são essencialmente relativas aos percipientes. Quais são os fundamentos para aceitá-la? Eles não são, como os comentadores às vezes sugerem, fundamentos pertencentes a uma teoria do mecanismo da percepção. A tese objetiva ser estabelecida independentemente de qualquer compreensão detalhada do intercâmbio entre percipiente e percebido; de fato, a tese irá moldar a teoria da percepção que será elaborada no diálogo (156a ss.) ao invés de ser moldada por ela. O argumento da relatividade das qualidades sensíveis é inteiramente geral, e sua premissa principal é o conflito das aparências sensíveis. (Burnyeat, 2012a, p. 284. Itálico nosso)⁸⁰

Aprofundemos mais no argumento. Um conflito de aparências ocorre toda vez que um único e mesmo objeto x aparece F e $não-F$, sendo F uma propriedade qualquer. Um conflito de percepções pode envolver um único sujeito S ou mais de um sujeito, como prevê 153d6-154a7 (T17 faz menção, por exemplo, ao contraste entre as aparências de um ser humano, o sujeito 1, e as aparências de um cão, o sujeito 2). Esse conflito também pode se dar levando em consideração o fator temporal ou levando em conta somente a mudança de perspectiva. Há um conflito de aparência diacrônico quando no tempo t_1 o objeto x aparece F e no tempo t_2 x aparece $não-F$, considerando que x não está nas mesmas condições em t_2 se comparado com t_1 . Há um conflito de aparência sincrônico quando x aparece F em uma perspectiva e $não-F$ em outra, considerando que x está nas mesmas condições quando aparece F e quando aparece $não-F$ ⁸¹.

increasingly large body of writing, it is still difficult to come to an agreed definition of what, at its core, relativism is, and what philosophical import it has]” (BAGHRAMIAN, M.; CARTER, J. A. “Relativism”, *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, Spring 2022 Edition. Acessado em 03 de janeiro 2025). Há diferentes relativismos de acordo com o que está sendo relativizado, com seu objeto, com aquilo em relação a que ele está sendo relativizado, ou com seu domínio.

Em certos momentos, por facilidade, adotamos o termo “relativismo” para descrever a doutrina da medida de Protágoras. O leitor não deve confundir a proposta do sofista com os modelos modernos e contemporâneas de relativismo. Ao qualificar a doutrina do *homo mensura* como “relativista”, fazemos menção à crença de Protágoras de que todas as propriedades são itens da categoria $\pi\rho\acute{o}\varsigma\ \tau\iota$ (“relativo”), sua existência sendo relativa ao encontro do sujeito que percebe com o objeto relevante. Como toda proposição envolve a atribuição de uma propriedade a um objeto (x é F), a doutrina de Protágoras requer que o falante faça menção a esse estatuto ontológico das propriedades adicionando o devido qualificador de relativização em toda proposição (x é F para S). Por consequência, a proposta protagórica também reconhece a infalibilidade de toda proposição, uma vez que a propriedade que é afirmada sobre o objeto é única e privada ao sujeito que a apreende, não sendo possível evocar nenhum critério objetivo que permita que um outro indivíduo o corrija.

⁸⁰ “We now have a thesis: sensible qualities [...] are essentially relative to perceivers. What are the grounds for accepting it? They are not, as commentators sometimes suggest, grounds pertaining to a theory of the mechanism of perception. The thesis is meant to be established independently of any detailed understanding of the commerce between perceiver and perceived; indeed, the thesis will shape the theory of perception to be elaborated in the dialogue (156a ff.) rather than being shaped by it. The argument for the relativity of sensible qualities is entirely general, and its leading premise is the conflict of sensible appearances”.

⁸¹ Essa descrição do conflito de aparências toma como base a definição que Irwin oferece de *a-change* (*aspectual change*) e *s-change* (*self change*) em IRWIN, 1977, p. 4.

Chama particular atenção dos personagens aqueles conflitos que envolvem propriedades opostas entre si (cf. *Tht.* 152b5-7).

Em (T17), Sócrates e Teeteto comparam a maneira como o ser humano e os cães enxergam a cor de um objeto. Hoje sabemos que os caninos possuem uma visão dicromática, possuindo somente dois tipos de células cones na retina. Isso os impede de diferenciar com nitidez cores como vermelho, laranja, amarelo e verde: elas aparecem em um tom muito semelhante, tom próximo daquilo que percebemos como sendo o marrom. Imagine então que um ser humano e um cachorro se deparam com a bandeira do Brasil. A percepção deles deste único objeto será completamente diferente: para o homem, a bandeira terá suas típicas cores verde e amarelo; para o cão, a bandeira será quase que inteiramente monocromática. Neste estágio do *Teeteto*, essa situação é tomada como um problema filosófico, porque põe em questão qual seria a verdadeira característica presente no objeto e levanta dúvidas sobre a possibilidade do aparato cognitivo humano identificar com exatidão a maneira como o mundo realmente é. Nas palavras de Sócrates: “SO. – Então, como diremos que é o sopro de vento em si mesmo? Que é frio ou que não é frio? Ou persuadidos por Protágoras, diremos que é frio, para quem sente frio, e não é frio, para quem não o sente frio?” (ΣΩ. – πότερον οὖν τότε αὐτὸ ἐφ’ ἑαυτοῦ τὸ πνεῦμα ψυχρὸν ἢ οὐ ψυχρὸν φήσομεν; ἢ πεισόμεθα τῷ Πρωταγόρῃ ὅτι τῷ μὲν ῥιγῶντι ψυχρὸν, τῷ δὲ μὴ οὐ; *Tht.* 152b5-7).

Para Protágoras, o conflito de percepções é adotado como um caminho para defender seu relativismo, ora aplicado de maneira irrestrita a todas as propriedades (como em T16), ora aplicado de maneira paradigmática às propriedades sensíveis (como em T17). Sócrates propõe em (T17), como porta-voz de Protágoras, que a única maneira de solucionar o problema do conflito de aparências sem, por um lado, admitir que propriedades conflitantes estão copresentes em um único objeto, nem afirmar, por outro lado, que o conflito de aparências sequer existe, seria admitir que as propriedades não são um item autônomo que caracterizaria o objeto “em si” (αὐτό, 153d7): elas surgiriam na exata medida em que o sujeito entrasse em contato com o objeto, sendo própria deste encontro perceptivo⁸².

O paralelo entre a passagem (T16) do *Crátilo* e (T17) do *Teeteto* é importante, portanto, por dois motivos. Primeiro, para melhor elucidar o sentido do protagoreanismo, sobretudo porque sua aparição no *Crátilo* é muito breve e sucinta. Depois, para explicar a

⁸² Importa frisar aqui que essa linha de raciocínio não reflete o real pensamento de Platão sobre o assunto, mas é um argumento que Platão atribui dialeticamente a Protágoras tanto no *Crátilo* quanto no *Teeteto* para que, por meio de sua refutação, ele possa conduzir o leitor mais próximo daquilo que ele realmente defende sobre esse tema. Em [2], veremos a refutação do protagoreanismo no *Crátilo* e como ela contribui com o estabelecimento de uma premissa importante para a teoria das formas esboçada no diálogo.

motivação que levou o Protágoras de Platão a adotar sua doutrina da medida, a saber: o conflito de aparências. Esse é o vínculo que conecta a proposta de Protágoras e de Eutidemo: ambas consideram que o conflito de aparências impõe uma séria dificuldade para se compreender a realidade. Veremos em [2] como Platão dismantela o raciocínio protagórico, e depois colocaremos a doutrina de Eutidemo em pauta⁸³.

Trecho 2. Em [2], Platão tece uma refutação do protagoreanismo construído em [1]. As premissas do argumento são evocadas em [2.1] – [2.3]. O término da linha de raciocínio em [2.4] é concebido como uma *reductio ad absurdum*. Podemos esquematizar a refutação de Platão deste modo:

- I. Existem homens maus (premissa obtida em 2.1);
- II. Existem homens bons (premissa obtida em 2.2);
- III. Ser bom significa ser sábio (premissa obtida em 2.3);
- IV. Ser mau significa ser ignorante (premissa obtida em 2.3);
- V. Assim, existem homens ignorantes (proposição obtida via I∧IV);
- VI. Logo, existem também homens sábios (proposição obtida via II∧III);
- VII. Se (P)⁸⁴ for verdadeiro, então não existem homens sábios e ignorantes (condicional obtido em 2.4);
- VIII. Mas (V) e (VI)! (o conseqüente do condicional é falso!);
- IX. Portanto, (P) é falsa! (o antecedente também deve sê-lo!).

O argumento é formalmente válido e se encontra bem estruturado no texto de Platão. Os pontos (I), (II), (III), (IV) e (VII) são mobilizados como premissas não dedutíveis a partir de qualquer outra proposição. Não se encontra justificativa para (I)-(IV) na passagem que lemos. O condicional em (VII) é sucintamente explicado em [2.5] (notar como o uso de γάρ, “porque”, em 386c8 evidencia a introdução de uma justificativa para o que foi afirmado logo antes): uma vez que se compreendeu o núcleo da proposta teórica de Protágoras, Platão acredita que essa consequência do protagoreanismo parece ser evidente.

⁸³ Recentemente publicamos um artigo comentando e explicando algumas passagens chaves do *Crátilo*, buscando redigir uma interpretação que oferecesse coesão e unidade a toda obra (cf. NASCIMENTO, 2024). De maneira especial, pretendemos mostrar como Platão constrói a doutrina de Protágoras e de Eutidemo como o contraponto à doutrina que, aparentemente, ele mesmo adota para si: a teoria das formas. Acreditamos que essa Dissertação possui um espaço ainda mais sólido para expor e defender essa interpretação.

⁸⁴ Entende-se (P) como sendo o “protagoreanismo”.

Em primeiro lugar, vale ressaltar o caráter de consenso que reveste as premissas (I) e (II). Esse fato advém da estrutura dialética da obra que comentamos anteriormente. Platão insere em seu raciocínio proposições bem reputadas, que dificilmente serão negadas por um interlocutor. Proposições que Aristóteles convencionou chamar de *ἔνδοξα*, “opiniões respeitadas”: “opiniões bem reputadas são aquelas acreditadas por todos, ou pela maioria, ou pelos sábios, e, dentre estes, por todos, pela maioria, ou pelos mais sábios e reputados” (*Top.* 100b20-22: *ἔνδοξα δὲ τὰ δοκοῦντα πᾶσιν ἢ τοῖς πλείστοις ἢ τοῖς σοφοῖς, καὶ τούτοις ἢ πᾶσιν ἢ τοῖς πλείστοις ἢ τοῖς μάλιστα γνωρίμοις καὶ ἐνδόξοι*). É em razão desse elemento que o argumento socrático se torna convincente, porque a aceitação da consequência do protagoreanismo compõe a rejeição de uma posição comum e bem reputada, rejeição com a qual dificilmente o interlocutor se comprometeria, sobretudo em público. É como se Platão dissesse ao leitor: “Ou negas o protagoreanismo, ‘ou tem coragem de se opor à opinião de todos’ (cf. *Lach.* 197a4: *ἢ πᾶσιν ἐναντιούμενος τολμᾶς*)”.

Os pontos (III) e (IV), por sua vez, não parecem gozar desse caráter consensual – e também não são justificados ao longo do trecho. As duas proposições repousam sobre a identidade conceitual entre *bondade* e *sabedoria*, pressupondo, segundo Ademollo⁸⁵, a conhecida defesa socrático-platônica de que a virtude (*ἀρετή*) é conhecimento (*ἐπιστήμη*). Sócrates defende essa posição tanto no *Mênon*⁸⁶ como no *Fédon*⁸⁷. De acordo com o próprio Platão, essa ideia está longe de ser consensual. No *Laques*, quando o personagem Nícias propõe que a coragem seja um tipo de conhecimento – “conhecimento do que é terrível e confiável na guerra e em todas outras situações” (194e11-195a1: *τὴν τῶν δεινῶν καὶ θαραλέων ἐπιστήμην καὶ ἐν πολέμῳ καὶ ἐν τοῖς ἄλλοις ἅπασιν*) –, Laques imediatamente responde dizendo que sua fala é “estranha” (cf. 195a2: *ἄτοπος*, que pode adquirir o sentido de “incomum”, algo não sustentado comumente) e que ele está a “dizer asneiras” (cf. 195a6: *ληρεῖν*). Se o próprio Platão admite a controvérsia dessa temática, então (III) e (IV) se tornam um elemento frágil na argumentação do filósofo, pontos facilmente contestáveis por um interlocutor, sobretudo porque Sócrates não faz questão de justificá-los. Na medida em que dependem diretamente de uma inferência que parte de (III) e (IV), (V) e (VI) também são itens frágeis na argumentação platônica.

⁸⁵ ADEMOLLO, 2011, p. 81-82.

⁸⁶ “SÓ. Portanto, afirmamos que a virtude é conhecimento, sendo o todo ou uma parte” (*Men.* 89a3-4: *ΣΩ. Φρόνησιν ἄρα φαμέν ἀρετὴν εἶναι, ἧτοι σύμπασαν ἢ μέρος τι*).

⁸⁷ “[...] em uma palavra, a verdadeira virtude, aquela que acompanha o conhecimento [...]” (*Phd.* 69b4: *... συλλήβδην ἀληθῆς ἀρετῆς, ἢ μετὰ φρονήσεως*).

Em [2.4], Sócrates defende que a tese de Protágoras implica necessariamente na negação da existência de um referencial moral e de um referencial epistêmico, referenciais que, sob a égide da tese em [2.3], coincidem entre si. No campo moral, a defesa do protagoreanismo levaria à descrença na existência de um indivíduo melhor do que outro. Já no campo epistêmico, aboliríamos a existência de um indivíduo mais sábio que outro, anulando, por conseguinte, a própria possibilidade do pensamento dialético. Em [2.5], é explicado que os indivíduos não se diferenciariam em quesito de bondade e sabedoria porque não seria possível estabelecer qualquer comparação de moralidade entre uma ação e outra e qualquer comparação quanto à verdade de um juízo e outro.

Devemos interpretar essa afirmação sob o prisma do protagoreanismo em [2.1]: “ser bom” e “ser sábio” são partes daquele conjunto de propriedades dos objetos cuja existência é relativa, ou privada, ao sujeito que apreende (cf. 386e2: πρὸς ἐμοί, “relativas a mim”). São uma dessas propriedades que estão sob o domínio do indivíduo (cf. 386e2: ὑφ’ ἐμοῦ, “sob meu domínio”), não possuindo autonomia em seu ser (cf. 386a4: βεβαιότης τῆς οὐσίας, “estabilidade de essência”). Se essa leitura está correta, isso significaria que a bondade percebida por um sujeito S_1 seria realmente diferente daquela percebida por S_2 , não havendo perspectiva alguma que possibilitaria a comparação entre uma e outra.

Além disso, para definir se um item é mais “sábio” ou “melhor” do que outro, é preciso fazê-lo com base em certos critérios, características pelas quais podemos comparar um item e outro. Ao rejeitar a pertença das propriedades à categoria dos itens “comuns” (κοινά), Protágoras anula a possibilidade de comparar um ser com o outro e, portanto, de definir qualquer tipo de categoria ou conjunto, inclusive, o dos bons e dos maus, dos sábios e dos ignorantes.

Há, contudo, uma possível objeção a ser feita contra o raciocínio em (T16): “Sócrates, tu implicitamente negas o protagoreanismo desde o princípio, quando admites a existência de homens bons e sábios, maus e ignorantes. Bem sabes que, ao contrário, essa matéria é tão relativa quanto o quente e o frio, o doce e o amargo. Se fosses honesto, verias que não estas concluindo a falsidade do que Protágoras falou: estás a afirmando desde o começo!”⁸⁸. Segundo essa crítica, se reformulássemos as proposições em (I), (II), (V) e (VI), adicionando o qualificativo de relativização tão caro a Protágoras (*para mim, para ti*), o argumento perderia sua força⁸⁹.

⁸⁸ Essa objeção é feita, por exemplo, em ADEMOLLO, 2011, p. 83-84.

⁸⁹ Essa objeção é forte e encontra um paralelo também no *Teeteto*. Em 170a-171d, Sócrates formula o famoso argumento da autorrefutação de Protágoras. Segundo o personagem, a tese de que “toda opinião é verdadeira” (cf.

Entretanto, acreditamos que a atenção à estrutura dialética da obra seja capaz de solucionar o problema. O argumento não foi feito no contexto de uma “demonstração científica” (ἀπόδειξις), mas sim no seio do jogo dialético. O personagem Sócrates, por si, não afirma nenhuma das premissas do argumento, mas as extraí do seu próprio interlocutor a partir de um jogo de perguntas e respostas muito bem articulado. Sócrates não diz que existem homens maus, é Hermógenes quem o afirma: “realmente parece a mim que há alguns homens maus, e em grande quantidade” (386b2: ὥστε μοι δοκεῖν πάνυ πονηροὺς εἶναι τινὰς ἀνθρώπους, καὶ μάλα συχνοῦς). A vantagem de encontrar uma estrutura dialética no estabelecimento das premissas é que isso dissolve a petição de princípio, na medida em que o comprometimento vem do interlocutor e não do próprio Sócrates. Assim, o argumento obtém uma força de convencimento ainda mais especial, pois parte de certas premissas que não somente compõe a categoria das “opiniões bem reputadas” (ἔνδοξα), mas também são defendidas pelo próprio interlocutor. Sócrates, portanto, foi capaz de identificar, no arcabouço de crenças de Hermógenes, certas teses contraditórias entre si, revelando que ele se encontra em um estado cognitivo embaraçador, a saber: o da incoerência doxástica⁹⁰ e esse é o escopo do argumento em [2].

Além disso, ao se deter sobre esse mesmo problema em *Teeteto* 170-171, Burnyeat levanta uma importante proposta exegética⁹¹. Segundo o autor, Platão propositalmente teria deixado de lado os qualificadores de relativização para mostrar que, independentemente deles, toda asserção possui a pretensão de ser uma verdade válida universalmente. A adição de ἐμοί (“para mim”), σοί (“para ti”), ἐκάστῳ (“para cada um”), etc., não altera essa pretensão. Ao dizer (I) “Existem homens maus” e (I’) “Existem homens maus para mim”, a adição da partícula “para mim” na transição de (I) para (I’) não altera a ideia de que (I’) pretende ser uma verdade absoluta:

Tht. 171a6-9) implica necessariamente na verdade da proposição contraditória, a de que “existe opinião falsa”, devendo, portanto, ser descartada. Muitos comentadores notaram que, enquanto na construção do protagoreanismo, Platão foi exato ao manter as proposições sempre relativizadas ao sujeito cognoscente, ao transitar para a seção de refutação da proposta protagórica, Platão deixou de lado os qualificativos de relativização em momentos-chaves do argumento, formulando a tese do sofista como se pretendesse defender uma verdade absoluta. Na passagem do argumento de autorrefutação, por exemplo, Platão deveria ter se referido à doutrina da medida de Protágoras como a tese de que “toda opinião é verdadeira *para o indivíduo que a defende*”, ao invés de dizer que “toda opinião é verdadeira” *simpliciter*. Ao omitir o qualificativo, Platão possivelmente incorreria em petição de princípio. Burnyeat descreveu o problema com exatidão no seu comentário ao *Teeteto*, oferecendo uma excelente solução (cf. 1990, p. 29-31). Também recomendamos que o leitor acesse os seguintes trabalhos sobre o tema: BURNYEAT, 1976; WATERLOW, 1977; MATTHEN, 1985. Para uma análise diferente, ver FINE, 1998.

⁹⁰ Sobre o conceito de *incoerência doxástica* e sua relevância para o famoso método socrático de refutação (*elenchōs*), sugerimos a leitura do artigo de Benson: BENSON, H. H. “Socratic Method”. In: MORRISON, D. (Ed.). *The Cambridge Companion to Socrates*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011. p. 179-200.

⁹¹ BURNYEAT, 1990, p. 28-31.

(T19) [...] afirmar qualquer coisa é afirmá-la como sendo verdade, como sendo algo que é o caso. [...] ‘É verdade para mim que toda verdade é relativa’ é proposta, em si mesma, como verdade sem qualificação. O próprio ato de asserir está intrinsecamente vinculado com a verdade absoluta (BURNYEAT, 1990, p. 30)⁹².

Logo, seguindo a leitura de Burnyeat, Platão não veria diferença entre as formulações do tipo (I) e do tipo (I’), porque toda asserção possuiria necessariamente, como parte de seu conteúdo, a pretensão de objetividade, de descrever um mundo comum. Assim, em (T16), quando Hermógenes emitiu as primeiras premissas do argumento sem se atentar muito aos qualificativos de relativização, isso não prejudicou o essencial do raciocínio: a ideia que é impossível, sob o escopo do protagoreanismo, sequer estabelecer diferentes categorias para o próprio indivíduo, uma vez que até isso necessitaria de propriedades permanentes e estáveis que servissem como critérios para tal tipificação.

Trecho 3. Avancemos no texto de (T16). A passagem [3] apresenta a doutrina de outro sofista: Eutidemo. O primeiro passo para o intérprete do *Crátilo* será investigar a relação dela com o protagoreanismo articulado em [1]-[2]. Ambas compõem uma mesma doutrina? Ou são alternativas diferentes que chegam a um mesmo resultado? Qual a função desta doutrina no contexto completo de (T16)? Para esclarecer essas questões, é preciso aprofundar no significado da proposta de Eutidemo.

Segundo Ademollo⁹³, o texto grego em [3] (... πᾶσι πάντα ὁμοίως εἶναι ἅμα καὶ ἀεί, 386d3) apresenta duas possibilidades de tradução. Se o dativo πᾶσι indica uma relação de pertencimento, então temos uma tradução como esta: (A) “*Todas as coisas [πάντα] pertencem simultaneamente e sempre a todas coisas [εἶναι πᾶσι] de maneira semelhante*”. Neste caso, o verbo *ser* se acoplará com o dativo, expressando uma relação universal de pertença. Por outro lado, se πᾶσι indica uma relação de perspectiva, teríamos: (B) “*Todas as coisas [πάντα] são simultaneamente e sempre semelhantes [εἶναι ὁμοίως] para todos [πᾶσι]*”. Aqui, o verbo *ser* se acopla com o advérbio ὁμοίως, podendo ser traduzido como “ser de maneira semelhante” ou, simplesmente, como “ser semelhante”⁹⁴.

⁹² “[...] to assert anything is to assert it as a truth, as something which is the case. [...] ‘It is true for me that all truth is relative’ is put forward as itself without qualification. A commitment to truth absolute is bound up with the very act of assertion”

⁹³ ADEMOLLO, 2011, p. 85.

⁹⁴ Para Ademollo, as duas possibilidades de tradução implicam em duas possibilidades de interpretação da passagem. Na versão (A), Eutidemo estaria defendendo que todos os objetos são sujeitos de todas as propriedades que existem: $\forall_x \forall_y \forall_F \forall_t (x \text{ é } F \text{ em } t \leftrightarrow y \text{ é } F \text{ em } t)$. Essa leitura é denominada pelo comentador de “Interpretação da Confusão Ontológica” (ADEMOLLO, 2011, p. 85: *Ontological hotchpotch interpretation*), porque ela prevê que todos os objetos possuem realmente impregnadas em si todas as características existentes. Na versão (B), a

Entendemos que tanto a tradução (A) quanto a tradução (B) abrem margens para que compreendamos a fala de Eutidemo como significando que “todas as coisas possuem todas as propriedades”⁹⁵. Dizer que as coisas são semelhantes (εἶναι ὁμοίως), na tradução (B), é dizer que elas possuem a mesma propriedade. Seguindo Barney, Sprague e outros intérpretes, acreditamos que a tese de Eutidemo seja “uma espécie de teoria da predicação universal”⁹⁶, onde todos os predicados se aplicam indistintamente a todas as coisas.

Compreendendo assim o significado da fala do personagem, é preciso ainda entender qual a ligação entre essa postura e a de Protágoras, porque supomos que Platão não teria articulado as duas em conjunto sem um motivo para isso. Defendemos em um recente artigo sobre o *Crátilo* que, em última instância, tanto Eutidemo quanto Protágoras estão oferecendo uma solução para o problema do conflito de aparências⁹⁷. De fato, no contexto filosófico da época, alguns intelectuais acreditavam que a tese da relatividade das propriedades e a tese da predicação universal eram as duas únicas saídas para explicar esse fenômeno, como o próprio Sexto Empírico sugere:

tese de Eutidemo seria próxima da de Protágoras, funcionando, contudo, em uma perspectiva coletiva. Enquanto Protágoras afirma que toda propriedade é privada a um encontro perceptivo individual, Eutidemo estaria afirmando que uma propriedade só existiria se ela aparecesse para todos os indivíduos, em todos os momentos. Considerando que *S* se refira a um sujeito qualquer, poderíamos esquematizar essa proposta assim: $\forall x \forall F (x \text{ é } F \leftrightarrow \forall S \forall t (x \text{ é } F \text{ para } S \text{ em } t))$. Essa leitura é denominada pelo comentador de “Relativismo Coletivo” (ADEMOLLO, 2011, p. 85: *Collective Relativism*). Ademollo defende que a versão (B) seria a interpretação mais adequada para o significado da tese de Eutidemo, sobretudo em razão do paralelo com texto de *Euthyd.* 293b-296d, no qual o mesmo sofista Eutidemo defende uma tese como a versão coletivista do relativismo. Porém, acreditamos que as lacunas provenientes dessa leitura, lacunas que o próprio Ademollo identificou, são insanáveis, sobretudo no que diz respeito à natureza impalatável da tese: “Afim, a interpretação acima implica na consequência aparentemente indesejável de que, por exemplo, a neve é branca se e somente se em 2009 Cálías (que há muito tempo está morto) sabe que a neve é branca [After all, the above formulation entails the apparently unpalatable consequence that, e.g., snow is white if and only if in 2009 Callias (who is long dead) knows that snow is white]” (ADEMOLLO, 2011, p. 86). Também não há um paralelo completo entre os jargões do relativismo protagórico e do relativismo coletivo. A tese de Eutidemo, se entendida como Ademollo pretende, também não parece capaz de desempenhar qualquer papel relevante no argumento do diálogo, tornando-se ociosa no jogo dialético entre o convencionalismo e o naturalismo. Por fim, acreditamos que tanto a tradução (A) quanto a tradução (B) abrem margens para entender a fala de Eutidemo sobre o prisma da “Interpretação da Confusão Ontológica”, significando que todas as coisas possuem todas as propriedades. Dizer que as coisas são semelhantes (εἶναι ὁμοίως), na tradução (B), é dizer que elas possuem a mesma propriedade. Assim, não somente a tradução (A), mas também a (B) indica que a interpretação da confusão ontológica é o que está em pauta. Logo, é falsa a dicotomia que Ademollo sugeriu entre as duas traduções, dando a entender que, se preferirmos a tradução (B), então devemos necessariamente rejeitar a *ontological hotchpotch interpretation*.

⁹⁵ BARNEY, 2001, p. 38.

⁹⁶ “[...] a species of universal predication theory” (SPRAGUE, 1962, p. 50). Inclusive, Sprague traduz a linha 386d3 deste modo: “todas as coisas pertencem igualmente a todos homens no mesmo tempo e perpetuamente [all things belong equally to all men at the same time and perpetually]” (SPRAGUE, 1962, p. 52).

⁹⁷ Cf. NASCIMENTO, 2024. Nesta Dissertação, teremos mais espaço para aprofundar essa análise.

(T20) Aliás, porque o mel aparece amargo para algumas pessoas e doce para outras, Demócrito disse que ele não é nem doce, nem amargo, e Heráclito que ele é ambos (Sext. Emp. *Pyr.* II 63. Trad. de Barnes. Itálico nosso)⁹⁸.

Ao comentarmos o trecho [2], vimos como Platão foi capaz de articular, como porta-voz de Protágoras, uma doutrina relativista que toma o conflito de aparências como sua premissa principal. Protágoras afirma que o fato de um objeto aparecer *F* para alguns e *não-F* para outros, ou *F* em uma perspectiva e *não-F* em outra, é o suficiente para percebermos que *F* não compõe um atributo que o objeto possui por si e em si mesmo. Assim, *F* só poderia ser um atributo de natureza relacional, cujo ser dependente do encontro entre o objeto e o sujeito percipiente adequado.

Em (T20), Sexto Empírico faz menção a essa mesma linha de raciocínio, atribuindo-a a Demócrito. Segundo o cético, Demócrito teria sido levado à tese de que as qualidades sensíveis não compõem uma característica real e estável do objeto a partir da constatação do conflito de aparências. Heráclito, por sua vez, teria defendido que isso provaria que o objeto carregaria em si disposições opostas: no exemplo de (T20), o mel seria tanto doce quanto amargo. Não haveria, para ele, nenhum impedimento à copresença de atributos opostos em um único e mesmo item. Na mesma obra *Hipotiposes Pirrônicas*, Sexto Empírico descreve a doutrina de Protágoras de uma maneira muito semelhante à de Heráclito:

(T21) Ele [Protágoras] também diz que os fundamentos [λόγοι] para todas as coisas aparentes estão presentes na matéria, de modo que a matéria pode, considerada em si mesma, ser todas as coisas que aparece ser para todos. Os homens apreendem diferentes coisas, em momentos diferentes, dependendo de suas diferentes condições: alguém em um estado natural apreende aquelas coisas na matéria que podem aparecer para aqueles no estado natural, alguém em um estado não natural apreende o que pode aparecer para aqueles em um estado não natural. E ademais, dependendo da idade, e de acordo com o fato de estarmos dormindo ou acordado, e em virtude de cada tipo de condição, a mesma explicação se mantém. De acordo com ele, portanto, o homem é a medida para o que é; pois todas as coisas que aparecem para o homem realmente são, e o que não aparece a ninguém não é (Sext. Emp. *Pyr.* I 218-219)⁹⁹.

⁹⁸ “After all, because honey appears bitter to some people and sweet to others, Democritus said that it is neither sweet nor bitter, and Heraclitus that it is both” (PH. II 63).

⁹⁹ “He [Protagoras] also says that the reasons [λόγοι] for all apparent things are present in matter, so that the matter can, as far as it itself is concerned, be all the things it appears to anyone to be. Men grasp different things at different times, depending on their different conditions: someone in a natural state apprehends those things in the matter which can appear to those in a natural state, someone in an unnatural state apprehends what can appear to those in an unnatural state. And further, depending on age, and according to whether we are sleeping or waking, and in virtue of each sort of condition, the same account holds. According to him, then, man is the standard for what is; for all things that are apparent to men actually are, and what is apparent to nobody is not” (*Pyr.* I 218-219). Cornford opta por traduzir λόγοι como “fundamentos subjacentes (underlying grounds)” (1935, p. 35)

De acordo com o cético, o princípio do pensamento protagórico repousa também sobre o conflito de aparências. O sofista estaria preocupado com situações como a de uma pessoa saudável (em estado natural) sentir o vinho doce e agradável, enquanto uma pessoa doente (em um estado não natural) o sentiria amargo¹⁰⁰. Seguindo (T21), Protágoras encontraria a explicação desse fenômeno recalcitrante na tese de que a matéria é o fundamento subjacente de todas as coisas, possuindo, de fato, todas as propriedades encerradas em si. A matéria, nessa perspectiva, seria o receptáculo de todas as possíveis disposições, inclusive as opostas. Protágoras, portanto, constrói um raciocínio idêntico ao de Heráclito em (T20), afirmando que, no caso do vinho, por exemplo, o objeto possui (realmente!) tanto o atributo da doçura quanto da amargura, cada qual se revelando a diferentes aparatos sensoriais.

É perceptível a assimetria entre a descrição de Sexto Empírico e a descrição platônica do protagoreanismo. Embora ambos concordem que Protágoras tenha partido do conflito de aparências, o cético afirma que, para Protágoras, os objetos são sujeitos de propriedades opostas, enquanto Platão explica que, para Protágoras, os objetos não possuem nenhuma propriedade estável e autônoma. De fato, essas duas proposições compõem como que o verso e o anverso de uma mesma moeda, retratando também, de maneira exata, a diferença entre a proposta de Protágoras e Eutidemo no *Crátilo*¹⁰¹.

Tendo em vista esse paralelo, é razoável supor que, no *Crátilo*, a defesa de Eutidemo da tese da predicação universal tenha sido uma resposta para o problema do conflito de aparências, tendo a mesma raiz que a tese protagórica. É por isso que Platão agrupa o tratamento dessas duas doutrinas em um único momento, mostrando que a negação de ambas exige um novo modo de enxergar a realidade e, portanto, também um novo modo de pensar a própria linguagem. Por mais que os pensamentos dos dois sofistas possam soar estranho aos olhos modernos, de fato, eles fazem parte do quadro intelectual de sua época¹⁰². Chegamos, pois, ao

¹⁰⁰ Esse exemplo se encontra também em *Thi.* 159b-c, mostrando como Platão e Sexto Empírico concordam quanto ao fato do conflito de aparências ser um princípio motor da doutrina protagoreana.

¹⁰¹ Podemos compreender esse paralelo a partir da formalização das duas teses envolvidas. A primeira tese seria a de que “Todo objeto é sujeito de todas as disposições”: $\forall x \forall F (F(x))$. Segundo o testemunho de Platão, essa tese pertence a Eutidemo, enquanto que Sexto Empírico afirma que pertence a Protágoras e a Heráclito. A segunda tese em jogo é esta: “Todas as propriedades de um objeto são privadas a um único encontro perceptivo”, podendo ser formalizada assim: $\forall x \forall F (F(x) \rightarrow ((\exists S_1 (F(x) \text{ para } S_1)) \wedge (\forall S_2 (F(x) \text{ para } S_2 \rightarrow S_2 = S_1))))$. Platão atribui essa posição a Protágoras e Sexto Empírico atribui a Demócrito.

¹⁰² O livro e os artigos de Burnyeat (cf. BURNYEAT, 1990; 2012) são excelentes em realizar um paralelo entre as propostas filosóficas antigas e modernas, mostrando não somente que os estudos clássicos tem muito a contribuir com o avanço filosófico mas também que muitas teses modernas foram formuladas de maneira ainda mais sofisticada em certas obras gregas.

âmago da teoria de Protágoras e da de Eutidemo, de modo que, sob esse prisma, o vínculo entre ambas parece até intuitivo.

Finalizando a análise de [3], Platão explica que a afirmação de Eutidemo deve ser negada porque também cai sob o escopo do argumento explicitado em [2]:

- I. Existem homens maus (premissa obtida em 2.1);
- II. Existem homens bons (premissa obtida em 2.2);
- III. Ser bom significa ser sábio (premissa obtida em 2.3);
- IV. Ser mau significa ser ignorante (premissa obtida em 2.3);
- V. Assim, existem homens ignorantes (proposição obtida via I∧IV);
- VI. Logo, existem também homens sábios (proposição obtida via II∧III);
- VII. Se (E)¹⁰³ for verdadeiro, então não existem homens sábios e ignorantes (condicional obtido ao final de 3);
- VIII. Mas (V) e (VI)! (o conseqüente do condicional é falso!);
- IX. Portanto, (E) é falsa! (o antecedente também deve sê-lo!).

Comparando-o com a refutação de Protágoras, o argumento contra Eutidemo possui uma única diferença: a justificativa do condicional em (VII) já não é mais o relativismo, mas sim a teoria da predicação universal. Ao sustentar uma teoria ontológica que permite a predicação indistinta de todas as coisas, Eutidemo acaba defendendo a existência de um mundo em que não é mais possível se realizar a distinção entre um item e outro com base em alguma característica relevante: todo critério se torna trivial, irrelevante, na medida em que está presente em todos objetos. Não seria possível, pois, delimitar um conjunto de pessoas sábias e outro de pessoas ignorantes, um conjunto de pessoas boas e outro de pessoas más, pois o arranjo ontológico previsto por Eutidemo faz com que “todas as coisas sejam semelhantes” (cf. 386d3: ... πᾶσι πάντα ὁμοίως εἶναι ἅμα καὶ ἀεί).

Trecho 4. O quarto e último trecho de (T16) apresenta a consequência que Platão espera obter da rejeição das propostas de Protágoras e Eutidemo. Como vimos, a afirmação dos

No nosso Trabalho de Conclusão de Curso, “O Empirismo Protagoreano na Primeira Parte do *Teeteto*”, conseguimos mostrar, por exemplo, que a premissa do conflito de aparências é um ponto comum na filosofia de diversos autores, como George Berkeley (cf. BERKELEY, 1949, p. 180, 34 ss.; p. 178, 35-179; p. 181, 7-13; p. 185, 25-39; p. 189, 11-19), Bertrand Russell (cf. RUSSELL, 2001, p. 2-3 e p. 6), Francis H. Bradley (cf. BRADLEY, 1930, p. 9-10) e Ayer (cf. AYER, 1947, cap. 3). J. L. Mackie aplica a premissa no campo ético, apelando ao conflito de aparências no domínio moral para concluir a falta de existência objetiva dos valores e normas de conduta (cf. MACKIE, 1977, cap. 8 e 10).

¹⁰³ Considerando que (E) se refere à doutrina de Eutidemo.

dois sofistas diz respeito ao estatuto ontológico de todas as propriedades. Protágoras defende que elas são itens ontologicamente relativos, gerando um cenário linguístico peculiar, em que todos objetos x podem receber qualquer atributo F , desde que F pareça estar presente em x para um sujeito S qualquer. A presença de um atributo em um determinado objeto dependeria da percepção individual de cada sujeito. Ainda mais, nada impediria que um mesmo objeto recebesse simultaneamente atributos opostos, desde que eles aparecessem para algum sujeito, ao mesmo tempo. Eutidemo se encontra no outro extremo. Não somente defende que as propriedades possuem um estatuto ontológico autônomo, mas defende que essa autonomia se organiza de tal sorte que todos objetos possuem realmente todas as propriedades encerradas em si. Cada aparato sensorial teria a capacidade de perceber um tipo específico de atributo, o que explicaria o fato de existir diversas interpretações de uma única realidade. Platão identifica em (E) o mesmo defeito que foi salientado em (P): se o mundo se organizasse segundo a teoria de Eutidemo, todos os objetos possuiriam todos os atributos, anulando a capacidade de distinguir um item do outro.

Platão entra em um jogo dialético com duas propostas extremas, com consequências realmente preocupantes tanto para o domínio ético, quanto para o epistêmico. Ser incapaz de diferenciar um item de outro a partir de seus atributos relevantes significa ser incapaz de distinguir o bem do mal, o certo do errado, o verdadeiro do falso. Efetivamente, significa ser incapaz de tipificar os itens em diferentes categorias e classes, procedimento básico para o avanço do conhecimento filosófico e científico. É razoável que Platão esteja preocupado a ponto de fazer Protágoras e a doutrina relativista um tema presente em várias obras. Neste estágio do *Crátilo*, Platão precisará oferecer uma outra abordagem ontológica que não cai nem no relativismo de (P), nem no extremismo de (E). Sua proposta deve ser capaz de resgatar a viabilidade metodológica da linguagem.

A tese exposta em [4] cumpre exatamente esse papel. O trecho começa negando tanto a doutrina de Protágoras quanto a de Eutidemo. A conjugação das duas a partir da cláusula μήτε ... μήτε (“não p , nem q ”) é indício da unidade entre (P) e (E): por um lado, unidade quanto à gênese, pois ambas tomam o conflito de aparências como sua premissa inicial; por outro lado, unidade quanto ao resultado, pois ambas implicam em um mundo onde não há qualquer critério ontológico a partir do qual possa se organizar os fatos básicos da linguagem. A abordagem do personagem Sócrates concorda com Eutidemo quanto à autonomia do ser das propriedades, negando o elemento mais essencial do protagoreanismo: “As coisas possuem, por si mesmas, uma *ousia* estável” (αὐτὰ αὐτῶν οὐσίαν ἔχοντά τινα βέβαιόν, 386e1). Também é negada a possibilidade das propriedades estarem copresentes em todos objetos, em uma espécie de

confusão ou mistura ontológica, neutralizando o plitar teórico da teoria de Eutidemo: “Não é o caso que todas as coisas são simultaneamente e sempre semelhantes para todos” (cf. μήτε πᾶσι πάντα ἐστὶν ὁμοίως ἅμα καὶ ἀεί, 386d8-10).

Chamaremos a doutrina de Sócrates em [4] de “teoria das formas”, “teoria da *ousia*” ou “teoria naturalista de Sócrates”. Reservaremos o simples nome “naturalismo” para a teoria defendida por Crátilo. Assim, evitaremos a confusão entre as duas, já que a teoria das formas não partilha de alguns pressupostos que são fundamentais para o naturalismo de Crátilo. Até o momento, as duas não foram estritamente diferenciadas. Os conceitos de “natureza” (φύσις), “essência” (οὐσία) e “forma” (εἶδος) serão explicados detalhadamente no capítulo 6, esclarecendo mais a diferença de Sócrates e Crátilo.

Consideramos que a teoria das formas, que será explorada mais detidamente, é possivelmente uma teoria do próprio Platão. Sua primeira expressão é dada em [4]. O primeiro componente importante da teoria das formas é a rejeição do relativismo protagórico, negando que as propriedades sejam itens privados, ontologicamente dependentes da apreensão individual de um sujeito, e afirmando a autonomia do seu ser. Esse conceito deve ser entendido aqui de maneira simples, significando somente que as propriedades não precisam ser apreendidas em ato, por um sujeito, para existirem¹⁰⁴. O segundo componente importante da

¹⁰⁴ No seu comentário ao *Crátilo*, David Sedley faz uma observação muito pertinente sobre o argumento de refutação da *measure doctrine* de Protágoras. O comentarista se questiona a respeito da validade do argumento de Platão caso ele esteja tentando derivar a tese “Toda propriedade é objetiva” a partir da negação da tese de Protágoras “Nenhuma propriedade é objetiva” (ou “Toda propriedade é relativa”). Sedley nota com perspicácia que a refutação da afirmação universal de Protágoras implicaria somente o reconhecimento de que existe *pele menos uma* propriedade objetiva, e não de que *todas* as propriedades são objetivas: “Esse seria um argumento insatisfatório pela razão que eu já indiquei: a refutação de Protágoras não é o suficiente para estabelecer [...] que *tudo* possui uma natureza própria [That would be an unsatisfactory argument for the reason I have already indicated: the refutation of Protagoras is insufficient to establish [...] that *everything* has its own nature]” (SEDLEY, 2003, p. 56). Nada impediria a existência de domínios em que os atributos são estáveis e autônomos e outros em que não o são. Protágoras talvez poderia argumentar que este seria o caso dos valores morais. Para definir o que é justo ou injusto para uma cidade, ele diria, não há nenhum critério de *expertise* que ultrapasse a decisão coletiva daquela comunidade.

Apesar de não citar o texto de Sedley, Ademollo parece ser da mesma opinião neste ponto. Ele acusa o argumento de Platão de ser insuficiente para estabelecer a premissa que Sócrates pretende e depois tenta buscar alguma justificativa plausível para explicar esse erro de Platão: “A conclusão de Sócrates é [...] a afirmação genérica de que eles [sc. os objetos] possuem um ‘ser’ ou natureza objetiva. O argumento de Sócrates, no entanto, não foi capaz de estabelecer uma conclusão tão geral. Pois a distinção entre pessoas virtuosas e viciosas, sábias e ignorantes, prova que *algo* possui algumas propriedades objetivas, mas não que *tudo* possui, muito menos que *toda* propriedade de *todas* as coisas seja objetiva. Presumivelmente, Platão aqui não quer embarcar na tarefa difícil de provar que o relativismo é falso em todos os aspectos e permite que Sócrates tome um atalho, aproveitando o fato de que Hermógenes já se distanciou de Protágoras (386a). [...] Socrates’ conclusion is [...] the generic claim that they [sc. the objects] have an objective ‘being’ or nature. Socrates’ argument, however, was unable to establish so general a conclusion. For the distinction between virtuous and wicked, wise and unwise people proves that *something* has some objective properties, but not that *everything* does, let alone that *every* property of *everything* is objective. Presumably Plato here does not want to embark on the difficult task of proving that relativism is false all down the line and lets Socrates take a short cut, taking advantage of the fact that Hermogenes has already

teoria das formas é a rejeição de (E), afirmando que certas propriedades estão presentes em alguns objetos, mas não em outros. Esses dois elementos, que parecem tão simples, são responsáveis pelo resgate da linguagem, sobretudo em seu aspecto denominativo, aquele que é mais central no *Crátilo*. Para nos referirmos com segurança a um único item no mundo, como é o caso dos nomes próprios, ou a conjunto de itens semelhantes, como é o caso dos termos gerais, devemos ser capazes de diferenciar os seres, verificando a presença ou ausência de certos atributos¹⁰⁵. Protágoras e Eutidemo anulam essa possibilidade, enquanto a teoria das formas de Sócrates a retoma. De certo modo, Platão está apontando para o fato de que, paradoxalmente, o ato denotativo faz certa referência à capacidade descritiva, uma vez que se referir a um item exige que saibamos diferenciá-lo dos demais. Em um linguajar moderno, Platão às vezes diria que não seria possível separar essas duas dimensões da linguagem, a denotativa da predicativa, concebendo uma unidade fundamental entre as duas.

Conclusão. No capítulo 6, aprofundaremos a análise dos conceitos de οὐσία (“essência”) εἶδος (“forma”) como base para a fundamentação da linguagem. Por ora, analisando detidamente o texto de (T16), chegamos às seguintes conclusões. Primeiro, as

distanced himself from Protagoras (386a)] (ADEMOLLO, 2011, p. 88). No entanto, a justificativa apresentada por Ademollo parece não ser suficientemente convincente para explicar o erro de Platão.

De fato, a partir da análise do trecho [4], Platão parece entender que a rejeição de Protágoras implica que todas as propriedades são estáveis. Segundo Sedley e Ademollo, isso seria um erro lógico. Para entendermos, basta lembrarmos que a negação de uma proposição universal negativa (que possui a forma “ $\forall x(\neg F(x))$ ”) não implica em uma proposição universal positiva (que possui a forma “ $\forall x(F(x))$ ”), mas sim em uma proposição particular positiva (que possui a forma “ $\exists x(F(x))$ ”). Ao apontar que o domínio dos sábios e ignorantes e o domínio dos bons e maus devem admitir objetividade e, assim, negar que (P) “todas as propriedades são relativas a um sujeito”, Platão deveria ter concluído somente que algumas propriedades são independentes, e não que todas as propriedades o são.

Embora a argumentação lógica formal seja importante, é fundamental reconhecer que Platão frequentemente recorre a uma abordagem dialética que não se limita a uma estrutura lógica rígida. Efetivamente, nem todos argumentos de Platão precisam seguir essa lógica para serem fortes e convincentes. Além disso, há uma tendência na literatura de ver os argumentos de Platão somente sob a perspectiva formal. Isso com certeza é um elemento importante, mas ele não esgota toda a profundidade do texto de Platão. Aqui no *Crátilo*, por exemplo, Platão não precisa estar argumentando seguindo a forma $\neg(\forall x(\neg F(x))) \rightarrow \forall x(F(x))$. Platão pode simplesmente estar negando a tese protagórica e afirmando que isso nos convence (no jogo dialético) da proposição contrária: $\neg(\forall x(\neg F(x))) \wedge \forall x(F(x))$.

O assunto é complicado e não temos uma resposta definitiva para o problema. Para enfrentar a crítica de Sedley e Ademollo de outro modo, talvez poderíamos pensar que Platão desenvolve uma ontologia na qual propriedades são somente aqueles atributos que qualificam as coisas em si mesmas. Já os atributos relativos, cujo ser é dependente do sujeito, eles são agrupados sobre o conceito de φαντασία (“aparência”). Para Platão, “propriedades” relativas *a fortiori* não seriam realmente propriedades ou “traços característicos” (οὐσίαι) de um objeto. Esse entendimento parece preservar o argumento de Platão. Ao negar a doutrina da medida de protágoras, Platão já estaria defendendo que um atributo aparente somente faz parte da apreensão individual daquele sujeito, não merecendo sequer ser considerado uma propriedade. Isso poderá ficar mais claro quando tratarmos da posição do próprio Platão a respeito do conflito de aparências.

¹⁰⁵ Cf. NASCIMENTO, 2024, p. 317-318.

doutrinas de Protágoras e Eutidemo se articulam em torno da premissa do conflito de aparências. Compreendemos que o núcleo da doutrina de medida protagoreana é a afirmação de que todas as propriedades possuem um estatuto ontológico “relativo ao encontro” (πρὸς προσβολήν¹⁰⁶) entre o sujeito percipiente e o objeto correspondente. Vimos também que o cerne do pensamento de Eutidemo poderia ser bem descrito como uma teoria da confusão ontológica, em que todos os predicados pertencem a todos objetos, dando validade a toda atribuição predicativa. Platão foi capaz de perceber que o problema das duas teorias se dá em seus alicerces ontológicos: a maneira como eles articulam a realidade compromete os fundamentos da própria linguagem e, assim, mina a possibilidade do debate filosófico e da busca pela verdade.

A teoria das formas então é exposta a partir do contraste com (P) e (E): a afirmação de não-(P) e de não-(E) compõem o primeiro estágio dessa teoria. A afirmação de que os objetos possuem propriedades estáveis viabiliza a diferenciação de um em relação ao outro a partir da satisfação ou não satisfação de certos atributos relevantes. Isso parece ser suficiente para que Platão resgate a possibilidade metodológica de nomear os objetos – possibilidade que fundamenta toda a construção do edifício linguístico, uma vez que o “nome” é dito ser a menor parte, o elemento basilar desse edifício¹⁰⁷.

Aqui, já podemos antever um dos principais ensinamentos do diálogo de Platão. Podemos pensar que ele estava preocupado com a disseminação de certas propostas sofistas como a de Eutidemo e Protágoras, propostas cujas consequências são completamente danosas na perspectiva filosófica, pois atacam os fundamentos da dialética, do conhecimento e da ética. Por isso, Platão esboça a teoria das formas como uma alternativa viável e segura. Até o momento, essa teoria parece estar despida de compromissos teóricos complexos. De fato, a intenção de Platão talvez seja esta: esquematizar uma teoria capaz de barrar as propostas sofisticas que seja simples e convincente, porque não exige do seu interlocutor o comprometimento com teses e pressupostos controversos. Não é preciso uma metafísica elaborada e profunda: é preciso somente se comprometer com certa estabilidade e ordenação no mundo. Ao contrário, o interlocutor não será capaz de manter o funcionamento da linguagem, condenando a si mesmo “ao silêncio das plantas”¹⁰⁸.

¹⁰⁶ O leitor deve lembrar que, em (T17), Platão afirma que, no contexto da doutrina da medida, a propriedade sensível vem a ser a partir do “encontro” (προσβολή, 153e6) entre o fator passivo e o fator ativo.

¹⁰⁷ “SÓ. Então, tu dizes que outra coisa é a menor parte do discurso que não o nome? HERM. Não, ele realmente é a menor. [ΣΩ. Ἔστιν οὖν ὅτι λέγεις λόγου μικρότερον μόνον ἄλλο ἢ ὄνομα; ἜΡΜ. Οὐκ, ἀλλὰ τοῦτο μικρότατον]” (*Cra.* 385c7-9).

¹⁰⁸ ZINGANO, 2003, p. 10. Zingano faz referência ao texto de Aristóteles, *Met.* Γ.4 1006a11-15, em que o estagirita defende que aquele que nega o Princípio da Não Contradição destrói o fundamento da linguagem, não

Agora, abordaremos três pontos importantes para o encerramento da análise de 385e-386e. Primeiro, é necessário mencionar como o próprio Platão se posiciona diante do conflito de aparências, uma vez que identificamos esse como o problema central que levou Protágoras e Eutidemo a defenderem essas teses tão controversas. Em seguida, analisaremos o comentário de Proclo ao texto de (T16), argumentando que sua leitura reforça a interpretação que defendemos até o momento neste capítulo.

Por fim, abordaremos o problema da relação entre as teses de Protágoras e Hermógenes – e como a refutação da primeira impacta a segunda. Devido à complexidade e extensão desse tópico, reservaremos sua discussão para o capítulo 6. Queremos desfazer a ideia de que o convencionalismo seja uma simples aplicação do protagoreanismo no domínio linguístico, explicando de forma mais profunda o impacto que a refutação de Protágoras exerce sobre o pensamento de Hermógenes.

Conflito de Aparências – A posição de Platão. Argumentamos que as teses (P) e (E) surgem como uma proposta explicativa para o conflito de aparências. A teoria das formas aparece como uma alternativa às duas, por isso, é razoável nos perguntamos sobre a posição de Platão a respeito desse problema. De fato, em diversas passagens, Platão reconhece que se trata de uma situação intelectualmente intrigante:

(T22) SÓ. – Vou mostrar, falei, se me concedes atenção, que nas sensações algumas coisas não convidam a inteligência à reflexão, como se lhes fosse suficiente o julgamento feito pela sensação, mas que outras ordenam que, de toda maneira, a inteligência as examine, como se a sensação nada produzisse de válido.

GL. – O que se vê de longe, disse, e o que é desenhado com luzes e sombras? É evidente que é disse que falas...

SÓ. – Não conseguiste apreender, disse eu, o que estou dizendo.

GL. – De quê, disse, estás falando?

SÓ. – Não incita à reflexão, disse eu, o que não resulta simultaneamente em sensações opostas; o que, porém, delas resulta, eu considero que incita à reflexão, porque a sensação não torna uma coisa mais evidente que seu oposto, quer a percebamos de longe ou perto. Com este exemplo, compreenderás melhor o que eu estou dizendo. Aqui estão três dedos, o polegar, o indicador e o médio.

GL. – É bem isso, disse.

SÓ. – Pois bem! Imagina que deles eu falo com se estivessem sendo vistos de perto. Vamos! Observa a respeito deles o seguinte...

GL. – O quê?

podendo sequer pronunciar algo com sentido, sendo assim “já semelhante a uma planta” (*Met.* 1006a15: ὁμοίως γὰρ φυτῶ).

SÓ. – Cada um deles tem igualmente a aparência de um dedo e, por aí, não faz diferença se é visto no meio ou como último, se branco ou negro, se grosso ou fino, e assim quanto a todas as qualificações como essa. É que, em situações como essas, a alma da maioria dos homens não é forçada a perguntar à inteligência o que é um dedo, porque a visão em nenhum momento lhe deu sinal de que um dedo é também, ao mesmo tempo, o oposto de um dedo.

GL. – De fato, não deu, disse.

SÓ. – Então, disse eu, pode-se esperar que uma sensação desse gênero não incite nem desperte a inteligência.

GL. – Pode-se esperar.

SÓ. – E quanto a isto? Será que a grandeza ou pequenez dos dedos, a visão as vê de maneira suficiente e para ela não faz diferença se um deles está no meio ou em último lugar? E da mesma forma o tato sente a espessura e a finura ou a moleza e dureza? E as outras sensações? Será que não são insuficientes para revelar tais qualidades? Ou cada uma delas procede da seguinte forma... Em primeiro lugar, o sentido encarregado de sentir a dureza é também encarregado de sentir a moleza e anuncia à alma que sente o mesmo objeto como duro e mole?

GL. – É isso, disse.

SÓ. – Então, disse eu, em tal situação, a alma não se sentirá necessariamente diante de um impasse? O que, afinal, é a dureza que essa sensação indica, se da mesma coisa ela diz que também é mole? E o que é a sensação de leveza e de peso, se o pesado é leve, e o leve é pesado?

GL. – E são essas interpretações que desconcertam a alma e exigem exame.

SÓ. – Ah! Em tais situações, disse eu, é de se esperar que a alma, chamando em seu auxílio o raciocínio e a inteligência, tente observar se cada informação recebida refere-se a um ou dois objetos (*Resp.* VII 523a10-524a10. Trad. Anna Lia Amaral de Almeida Prado)¹⁰⁹.

¹⁰⁹ ΣΩ. – Δείκνυμι δὴ, εἶπον, εἰ καθορᾶς, τὰ μὲν ἐν ταῖς αἰσθήσεσιν οὐ παρακαλοῦντα τὴν νόησιν εἰς ἐπίσκεψιν, ὡς ἱκανῶς ὑπὸ τῆς αἰσθήσεως κρινόμενα, τὰ δὲ παντάπασι διακελευόμενα ἐκείνην ἐπισκέψασθαι, ὡς τῆς αἰσθήσεως οὐδὲν ὑγιὲς ποιούσης.

ΓΛ. – Τὰ πόρρωθεν, ἔφη, φαινόμενα δῆλον ὅτι λέγεις καὶ τὰ ἐσκιαγραφημένα.

ΣΩ. – Οὐ πάνυ, ἦν δ' ἐγώ, ἔτυχες οὗ λέγω.

ΓΛ. – Ποῖα μὴν, ἔφη, λέγεις;

ΣΩ. – Τὰ μὲν οὐ παρακαλοῦντα, ἦν δ' ἐγώ, ὅσα μὴ ἐκβαίνει εἰς ἐναντίαν αἴσθησιν ἅμα· τὰ δ' ἐκβαίνοντα ὡς παρακαλοῦντα τίθημι, ἐπειδὴν ἡ αἴσθησις μηδὲν μᾶλλον τοῦτο ἢ τὸ ἐναντίον δηλοῖ, εἴτ' ἐγγύθεν προσπίπτουσα εἴτε πόρρωθεν. ὧδε δὲ ἂ λέγω σαφέστερον εἴσῃ· οὗτοι φαμεν τρεῖς ἂν εἶεν δάκτυλοι, ὃ τε σμικρότατος καὶ ὁ δεύτερος καὶ ὁ μέσος.

ΓΛ. – Πάνυ γ', ἔφη.

ΣΩ. - Ὡς ἐγγύθεν τοῖνυν ὀρωμένους λέγοντός μου διανοοῦ. ἀλλά μοι περὶ αὐτῶν τόδε σκόπει.

ΓΛ. – Τὸ ποῖον;

ΣΩ. – Δάκτυλος μὲν πού αὐτῶν φαίνεται ὁμοίως ἕκαστος, καὶ ταύτη γε οὐδὲν διαφέρει, ἐάντε ἐν μέσῳ ὀράται ἐάντ' ἐπ' ἐσχάτῳ, ἐάντε λευκός ἐάντε μέλας, ἐάντε παχύς ἐάντε λεπτός, καὶ πᾶν ὅτι τοιοῦτον. ἐν πᾶσι γὰρ τούτοις οὐκ ἀναγκάζεται τῶν πολλῶν ἡ ψυχὴ τὴν νόησιν ἐπερέσαι τί ποτ' ἐστὶ δάκτυλος· οὐδαμοῦ γὰρ ἡ ὄψις αὐτῇ ἅμα ἐσήμηνεν τὸ δάκτυλον τοῦναντίον ἢ δάκτυλον εἶναι;

ΓΛ. – Οὐ γὰρ οὖν, ἔφη.

No diálogo entre Sócrates e Gláucou, o texto evoca o conceito de αἰσθησις tratando, sobretudo, dos casos paradigmáticos de percepção sensível. Platão a divide em dois gêneros. Em primeiro lugar, temos “as sensações nas quais a inteligência não é chamada à investigação” (523a10-b1: τὰ μὲν ἐν ταῖς αἰσθήσεσιν οὐ παρακαλοῦντα τὴν νόησιν εἰς ἐπίσκεψιν), porque não encerram, em si, percepções diferentes de um mesmo objeto. O objeto aparece para o sujeito de maneira clara e evidente, não abrindo margens para dúvidas a respeito de sua identidade ou de suas características mais básicas. Acreditamos que Platão enquadra nessa categoria toda apreensão imediata de qualidades sensíveis, defendendo que elas constituem uma base sólida para a construção de um estado cognitivo que tenha sucesso na ação prática e que conduzirá eventualmente à ἐπιστήμη, como é o caso da ortodoxia (cf. δόξα ἀληθής, “opinião verdadeira”, *Men.* 97b9). A relevância desse tipo de sensação, por um lado, e do seu correspondente estado cognitivo, por outro, já é o suficiente para mostrar que não há, na filosofia de Platão, um desprezo completo da percepção sensível. Em termos modernos, a abordagem platônica parece semelhante à de G. E. Moore, ao reiterar que existem certos casos de percepções sensíveis que estão para além da possibilidade de dúvida:

(T23) G. E. Moore tornou famosa uma linha de argumentação segundo a qual há vários exemplos de conhecimento que são, *para além de qualquer dúvida*, exemplos de conhecimento, porque eles são muito mais certos que qualquer princípio filosófico utilizado para os impugnar poderia possivelmente ser (BURNYEAT, 1990, p. 5)¹¹⁰.

É interessante notar que Moore formulou um exemplo muito próximo do de Platão em (T22), apontando que a percepção imediata do nosso próprio dedo não deixa dúvidas de sua

ΣΩ. – Οὐκοῦν, ἦν δ' ἐγώ, εἰκότως τό γε τοιοῦτον νοήσεως οὐκ ἂν παρακλητικὸν οὐδ' ἐγερτικὸν εἶη.

ΓΛ. – Εἰκότως.

ΣΩ. – Τί δὲ δὴ; τό μέγεθος αὐτῶν καί τὴν σμικρότητα ἢ ὅψις ἄρα ἰκανῶς ὀρᾷ, καὶ οὐδὲν αὐτῇ διαφέρει ἐν μέσῳ τινὰ αὐτῶν κείσθαι ἢ ἐπ' ἐσχάτῳ; καὶ ὡσαύτως πάχος καὶ λεπτότητα ἢ μαλακότητα καὶ σκληρότητα ἢ ἀφή; καὶ αἱ ἄλλαι αἰσθησις ἄρ' οὐκ ἐνδεῶς τὰ τοιαῦτα δηλοῦσιν; ἢ ὧδε ποιεῖ ἐκάστη αὐτῶν· πρῶτον μὲν ἢ ἐπὶ τῷ σκληρῷ τεταγμένη αἰσθησις ἠνάγκασται καὶ ἐπὶ τῷ μαλακῷ τετάχθαι, καὶ παραγγέλλει τῇ ψυχῇ ὡς ταῦτόν σκληρόν τε καὶ μαλακὸν αἰσθανομένη;

ΓΛ. – Οὕτως, ἔφη.

ΣΩ. – Οὐκοῦν, ἦν δ' ἐγώ, ἀναγκαῖον ἐν γε τοῖς τοιούτοις αὖ τὴν ψυχὴν ἀπορεῖν τί ποτε σημαίνει αὕτη ἢ αἰσθησις τὸ σκληρόν, εἴπερ τὸ αὐτὸ καὶ μαλακὸν λέγει, καὶ ἢ τοῦ κούφου καὶ ἢ τοῦ βαρέος, τί τὸ κούφον βαρὺ σημαίνει;

¹¹⁰ “G. E. Moore has made famous a line of argument according to which there are many examples of knowledge which are *beyond question* examples of knowledge because they are much more certain than any philosophical principle used to impugn them could possibly be” (BURNYEAT, 1990, p. 5).

identidade, isto é, não deixa margens para se levantar a pergunta “Afiml, o que é o dedo?” (*Resp.* VII 523d4-5: τί ποτ’ ἐστὶ δάκτυλος;):

(T24) ... parece-me uma refutação suficiente de visões como essa [sc. visões que implicam que nós não podemos saber que isto é um dedo], simplesmente apontar casos em que conhecemos tais coisas. Isto, afiml, vós sabeis, realmente é um dedo: não há dúvida sobre isso: eu sei, e vós todos sabeis. Eu penso que nós podemos desafiar, com segurança, qualquer filósofo a apresentar um argumento a favor, seja da proposição de que nós não sabemos, seja da proposição de que isso não é verdade, que não repouse, em algum momento, em uma premissa que é incomparavelmente menos certa que a proposição que é destinada a atacar (MOORE, 1970, p. 228)¹¹¹.

Retornando a (T22), Platão afirma que existe também um segundo gênero de sensação, o que convida a inteligência à reflexão, porque “conduz a sensações simultaneamente opostas entre si” (523b9-c1: ἐκβαίνει εἰς ἐναντίαν αἴσθησιν ἅμα). Neste gênero, “a sensação não revela esta propriedade aqui mais do que a sua propriedade contrária” (523c2-3: ἢ αἴσθησις μηδὲν μᾶλλον τοῦτο ἢ τὸ ἐναντίον δηλοῖ), não servindo, portanto, como um critério seguro para delimitar a identidade ou as características reais do objeto. Permanece, então, a questão: como é o dedo em si mesmo? É grande ou pequeno? Duro ou mole? Leve ou pesado? A questão se assemelha àquela formulada por Protágoras no *Teeteto*: “SO. – Então, como diremos que é o sopro de vento em si mesmo? É frio ou não é frio?” (ΣΩ. – πότερον οὖν τότε αὐτὸ ἐφ’ ἑαυτοῦ τὸ πνεῦμα ψυχρὸν ἢ οὐ ψυχρὸν φήσομεν; *Tht.* 152b5-7).

É perceptível que, para Platão, o conflito de aparências é uma situação filosófica desafiadora assim como era para Protágoras e Eutidemo. Ela “convida a mente à reflexão” (523b1: παρακαλοῦντα τὴν νοήσιν εἰς ἐπίσκεψιν) e deixa a alma em aporia (cf. ἀπορεῖν, “deixar em aporia”, 524a7), literalmente, “sem saída”. O autor sugere o mesmo no *Filebo*: “A respeito de uma situação que ocorre com frequência: alguém vê a distância coisas que não são claramente percebidas. Dirias, comigo, que a pessoa se esforça para discernir o que está vendo? [Πολλάκις ἰδόντι τινὶ πόρρωθεν μὴ πάνυ σαφῶς τὰ καθορώμενα συνβαίνειν βούλεσθαι κρίνειν φαίης ἂν ταῦθ’ ἅπερ ὀρθῆ;]” (*Phlb.* 38c5-7).

¹¹¹ “But it seems to me a sufficient refutation of such views as these, simply to point to cases in which we do know such things. This, after all, you know, really is a finger: there is no doubt about it: I know it, and you all know it. And I think we may safely challenge any philosopher to bring forward any argument in favour either of the proposition that we do not know it, or of the proposition that it is not true, which does not at some point, rest upon some premiss which is, beyond comparison, less certain than is the proposition which it is designed to attack” (MOORE, 1970, p. 228). A citação é do artigo “Some Judgments of Perception”, publicado por Moore em 1918-19 na revista *Proceedings of the Aristotelian Society*. A similaridade entre (T24) e (T22) nos faz pensar, inclusive, na possibilidade de uma influência do texto de Platão sobre o pensamento de Moore.

Contudo, um exame atento dos textos de Platão mostra que o filósofo adota uma resposta diferente da dos dois sofistas. Encontramos essa posição exposta de maneira mais clara na *República X*:

(T25) GL. – Sobre o que falas?

SÓ. – Disto aqui... A mesma grandeza, vista de perto e de longe, não nos parece igual.

GL. – Não parece.

SÓ. – E os mesmos objetos parecem curvos e retos, para quem os vê na água, e côncavos e convexos por causa da ilusão ótica que as cores produzem, e é evidente que *toda essa perturbação está em nossa alma*. É agindo sobre essa *fraqueza de nossa natureza* que a pintura em claro-escuro nada fica a dever à arte do charlatão, como também o ilusionismo e muitos expedientes como esses.

GL. – É verdade.

SÓ. – Será que a medida, o cálculo e o peso não são vistos como recursos ótimos para que não prevaleça em nós o que parece maior ou menor, mais numeroso ou mais pesado, mas a parte que calcula, que mede ou pesa?

GL. – Sem dúvida.

SÓ. – Mas, por certo, isso seria obra da razão que há em nossa alma.

GL. – Obra dela, sim.

SÓ. – Quando alguém mede muitas vezes e indica que umas coisas são maiores ou menores que outras ou iguais, parece-lhe que as mesmas coisas são, ao mesmo tempo, contrárias.

GL. – Sim.

SÓ. – Não afirmamos que a mesma parte não pode ter, ao mesmo tempo, opiniões contrárias sobre as mesmas coisas?

GL. – E nossa afirmação é correta.

SÓ. – Ah! A parte que julga sem levar em conta a medida não seria a mesma que julga segundo a medida (*Resp. X 602c6-603a2*. Trad. Anna Lia Amaral de Almeida Prado. Itálico nosso)¹¹².

¹¹² ΓΛ. – Τοῦ ποίου τινὸς πέρι λέγεις;

ΣΩ. – Τοῦ τοιούτου· ταυτόν που ἡμῖν μέγεθος ἐγγύθεν τε καὶ πόρρωθεν διὰ τῆς ὄψεως οὐκ ἴσον φαίνεται.

ΓΛ. – Οὐ γάρ.

ΣΩ. – Καὶ ταῦτα καμπύλα τε καὶ εὐθέα ἐν ὕδατι τε θεωμένοις καὶ ἔξω, καὶ κοιλὰ τε δὴ καὶ ἐξέχοντα διὰ τὴν περὶ τὰ χρώματα αὐτῶν πλάνην τῆς ὄψεως, καὶ πᾶσά τις ταραχὴ δῆλη ἡμῖν ἐνοῦσα αὕτη ἐν τῇ ψυχῇ· ὅτι δὴ ἡμῶν τῷ παθήματι τῆς φύσεως ἢ σκιαγραφία ἐπιθεμένη γοητείας οὐδὲν ἀπολείπει, καὶ ἡ θαυματοποιία καὶ αἱ ἄλλαι πολλαὶ τοιαῦται μηχαναί.

ΓΛ. – Ἀληθῆ.

ΣΩ. – Ἄρ' οὐκ οὐ τὸ μετρεῖν καὶ ἀριθμεῖν καὶ ἰστάναι βοήθειαι χαριέσταται πρὸς αὐτὰ ἐφάνησαν, ὥστε μὴ ἄρχειν ἐν ἡμῖν τὸ φαινόμενον μεῖζον ἢ ἔλαττον ἢ πλεόν ἢ βαρύτερον, ἀλλὰ

(T25) oferece uma resposta clara de Platão ao problema do conflito de aparências. A passagem é, de fato, iluminadora para reconstituição do verdadeiro pensamento de Platão sobre o assunto. Platão traz para o leitor casos bem conhecidos da segunda classe de sensação elencada em (T22): “As mesmas coisas [aparecem] curvas e retas, vendo-as dentro da água e fora” (602c10-11: Καὶ ταῦτα καμπύλα τε καὶ εὐθέα ἐν ὕδατί τε θεωμένοις καὶ ἔξω); há objetos que, dependendo da distância, ora aparecem grandes, ora pequenos; e assim por diante. Em seguida, fazendo referência ao texto de 436a-c, ele reafirma que esse contraste nas percepções individuais não pode significar, de modo algum, uma brecha que invalidaria um princípio que fundamenta toda a construção de conhecimento, a saber, o Princípio da Não Contradição: “É evidente que uma mesma coisa não poderá, ao mesmo tempo, fazer e sofrer coisas contrárias, pelo menos no mesmo sentido e em relação à mesma coisa [Δῆλον ὅτι ταῦτὸν τάναντία ποιεῖν ἢ πάσχειν κατὰ ταῦτόν γε καὶ πρὸς ταῦτόν οὐκ ἐθελήσει ἅμα]” (*Resp.* IV 436b8-9. Trad. A. L. A. A. Prado, com modificações). É preferível manter esse princípio ontológico tão seguro e afirmar que, nos casos elencados, os objetos somente *parecem* ter propriedades contrárias: “Quando alguém mede repetidamente e indica que umas coisas são maiores ou menores, diferentes ou iguais, *parece* haver propriedades opostas simultâneas nas mesmas coisas [Τούτῳ δὲ πολλάκις μετρήσαντι καὶ σημαίνοντι μείζω ἅττα εἶναι ἢ ἐλάττω ἕτερα ἐτέρων ἢ ἴσα τάναντία φαίνεται ἅμα περὶ ταῦτά]” (*Resp.* X 602e4-6. Itálico nosso).

Platão introduz a cisão entre *ser* e *aparência* na análise do próprio mundo, sugerindo que, sem esse contraste conceitual em mente, nós seríamos facilmente levados a pensar que é possível que um objeto encerre, em si, propriedades simultaneamente opostas. Não existe, pois, uma transposição necessária entre *ser* e *aparência*, de sorte que: um sujeito pode ser incapaz, por uma série de razões (como estar “dentro da água”, ἐν ὕδατί, 602c10), de perceber a

τὸ λογισάμενον καὶ μετρήσαν ἢ καὶ στήσαν;

ΓΛ. – Πῶς γὰρ οὐ;

ΣΩ. – Ἀλλὰ μὴν τοῦτό γε τοῦ λογιστικοῦ ἂν εἴη τοῦ ἐν ψυχῇ ἔργον.

ΓΛ. – Τοῦτου γὰρ οὐδέν.

ΣΩ. – Τούτῳ δὲ πολλάκις μετρήσαντι καὶ σημαίνοντι μείζω ἅττα εἶναι ἢ ἐλάττω ἕτερα ἐτέρων ἢ ἴσα τάναντία φαίνεται ἅμα περὶ ταῦτά.

ΓΛ. – Ναί.

ΣΩ. – Οὐκοῦν ἔφαμεν τῷ αὐτῷ ἅμα περὶ ταῦτά ἐναντία δοξάζειν ἀδύνατον εἶναι;

ΓΛ. – Καὶ ὀρθῶς γ’ ἔφαμεν.

ΣΩ. – Τὸ παρὰ τὰ μέτρα ἅρα δοξάζον τῆς ψυχῆς τῷ κατὰ τὰ μέτρα οὐκ ἂν εἴη ταῦτόν

propriedade *F* de um objeto; e, ao contrário, também pode acontecer, por uma série de razões, de um sujeito se enganar quanto à presença de uma propriedade em um objeto. O raciocínio de Platão em (T25) é muito razoável e, inclusive, recorda o famoso comentário de J. L. Austin ao caso do bastão na água, no contexto de refutação da teoria empirista de Ayer:

(T26) Primeiro, portanto, o familiar caso do bastão na água. Sobre este caso, Ayer afirma (a) que uma vez que o bastão parece torto mas é reto, ‘ao menos uma das aparências visuais do bastão é *enganosa*’; e (b) que ‘o que nós vemos [ao menos diretamente] não é uma qualidade real [...] de uma coisa material’. Agora: [...] O que é errado, o que é vagamente surpreendente, na ideia de um graveto ser reto mas aparecer torto algumas vezes? Por acaso alguém supõe que se algo é reto, então tem que realmente aparecer reto todas as vezes em todas as circunstâncias? Obviamente ninguém supõe isso de maneira séria (AUSTIN, 1962, p. 29).¹¹³

Acreditamos que o conteúdo de (T25) e (T26) se assemelham quanto à afirmação de que o modo de apreensão dos objetos não reflete, necessariamente, o modo como a própria realidade se estrutura. Em (T25), Platão ainda faz duas ressalvas importantes. Primeiro, ele reitera que “toda esta evidente confusão está na alma” (πᾶσά τις ταραχὴ δὴλη ἡμῖν ἐνοῦσα αὕτη ἐν τῇ ψυχῇ, 602c12-d1). Com ταραχὴ, “confusão”, Platão se refere à segunda classe de percepções, aquelas que envolvem propriedades opostas. O contraste principal se dá entre os jargões ἐν τῇ ψυχῇ, “na alma”, e ἐν τῷ πράγματι, “na coisa” ou “na realidade”. O fato das coisas aparecerem com propriedades simultaneamente opostas, aparentemente violando o Princípio da Não Contradição, não se encontra ancorado na realidade, mas encontra sua causa no modo de funcionamento da percepção. Platão chama isso de “deficiência da natureza” ou “condição da natureza” (cf. πάθημα τῆς φύσεως, 602d1-2), indicando que a percepção funciona de tal sorte que as condições externas (como a água, ὕδωρ, 602c10) influenciam causalmente no mecanismo de percepção. A segunda ressalva de Platão é que esta confusão pode ser esclarecida, no caso da percepção sensível, quando usamos instrumentos exatos de aferição, por exemplo. Ainda que o tamanho do objeto pareça variar na medida em que o sujeito está próximo ou distante dele, a medição do tamanho do objeto com uma régua manterá o mesmo valor nas diferentes ocasiões. O juízo em “conformidade com a medida” (κατὰ τὰ μέτρα, 603a1-2) mostra que a “confusão” (ταραχὴ) é somente aparente, não se encontrando “na coisa” (ἐν τῷ πράγματι), mas “na mente” (ἐν τῇ ψυχῇ). No caso, o objeto possui certa propriedade estável e objetiva,

¹¹³ “First, then, the familiar case of the stick in the water. Of this case Ayer says (a) that since the stick looks bent but is straight, ‘at least one of the visual appearances of the stick is *delusive*’; and (b) that ‘what we see [directly anyway] is not the real quality of [...] a material thing’. Well now: [...] What is wrong, what is even faintly surprising, in the idea of a stick’s being straight but looking bent sometimes? Does anyone suppose that if something is straight, then it jolly well has to look straight at all times and in all circumstances? Obviously no one seriously supposes this”. Esse texto também é parcialmente citado em Burnyeat, 2012a, p. 279

capaz de ser aferida com segurança, sendo o conflito de aparências fruto da influência causal do meio sobre o mecanismo de percepção.

Essas considerações extraídas de (T25) nos ajudam a compreender o jogo dialético que Platão impulsiona em (T16), no *Crátilo*. Diante da “confusão” (ταραχή) extraída dos vários casos de sensações opostas, Eutidemo tomou a drástica decisão de abdicar do Princípio da Não Contradição, mantendo que a matéria é o receptáculo de todas as disposições e afirmando que “todas as coisas são simultaneamente e sempre semelhantes para todos” (πάσι πάντα ὁμοίως εἶναι ἅμα καὶ ἀεί, 386d4). Por outro lado, movido pela mesma “dificuldade” (ἀπορία), Protágoras insistiu na correspondência entre *ser* e *aparência* a ponto de reduzir toda propriedade a algo privado de cada indivíduo. Como os *sense data* de Ayer, o αἰσθητόν (“a propriedade percebida”) de Protágoras é dotado de incorrigibilidade na perspectiva epistêmica, justamente em razão da sua unicidade e privacidade.

A noção de εἶδος (“forma”) aparece no *Crátilo* como uma terceira alternativa na consideração do conflito de aparências. Sócrates propõe, primeiro, que os objetos possuem propriedades que compõem “instâncias de itens duráveis e objetivos em si”¹¹⁴ (negação de Protágoras). Defende também que o Princípio da Não Contradição é um alicerce filosoficamente indispensável para a linguagem e o conhecimento científico (cf. *Resp.* IV 436b8-9), rejeitando a teoria da predicação universal (negação de Eutidemo). Afirma, por fim, que a investigação e a averiguação racional é o caminho para descobrir as propriedades de um ser e desmitificar as confusões provenientes de certos tipos de percepção. No pano de fundo da teoria das formas de Platão, está a ideia de que nem a percepção nem a linguagem produzem um retrato indefectível da realidade.

É importante salientar que a teoria das formas é engendrada no seio da discussão dialética entre o convencionalismo e o naturalismo. A proposta das formas, contudo, não se identifica com nenhuma das duas teses. Veremos que ela aproveita o naturalismo de Crátilo ao evocar conceitos como o de φύσις, “natureza”, οὐσία, “essência”, e εἶδος, “forma”; mas também o restringe, despindo-o de certos pressupostos que são filosoficamente inadequados. Ela também parece aproveitar, com qualificações, o convencionalismo de Hermógenes, exigindo que a primeira etapa da correteza dos nomes (θέσις – batismo) seja governada pelas propriedades que as coisas carregam objetivamente em si.

Interpretação de Proclo. Para confirmar nossa leitura da tese de Protágoras e Eutidemo, trazemos para o leitor o comentário de Proclo ao texto de (T16). A leitura do filósofo

¹¹⁴ Pegando de empréstimo o vocabulário filosófico presente em BORGES, 2012, p. 14.

neoplatônico auxilia nossa interpretação na medida em que dá o mesmo significado que damos para as teses (P) e (E). Além disso, Proclo aproveita o texto de (T16) para introduzir certas noções de sua própria filosofia. O vínculo que ele acreditar existir entre (T16) e os conceitos de πρώτη ἀπειρία, “ilimitado primeiro”, e de πρώτον πέρασ, “limite primeiro”, serve para nós como uma excelente chave de interpretação para embasar nossa leitura da teoria das formas:

(T27) O ensinamento de Protágoras (386c) é uma coisa e o de Eutidemo (386d) é outra coisa. Pois o primeiro afirma que, através da combinação entre aquilo que atua e aquilo sobre o que se atua, o objeto, que não sendo nada, é percebido como tal e tal por aqueles que o percebem. O de Eutidemo faz toda coisa ser, ao mesmo tempo e sempre, todas as coisas. Também faz todas (as afirmações) serem verdadeiras, como quando alguém diz que a madeira é branca e preta, pequena e grande, seca e molhada, e faz todas as negações dessas qualidades serem verdadeiras. Portanto, apesar desses sofistas começarem com princípios diferentes, eles chegam na mesma conclusão.

O poder do primeiro Ilimitado gera, a partir de si mesmo, todas as coisas que são possíveis existir de alguma maneira, mas o Limite define, circunscreve e fixa cada coisa nas suas próprias definições. [...] O resultado é que, em razão do primeiro Limite, tudo que existe possui certa natureza, definição, identidade e uma classe própria. (Proclo, *In Crat.* 41-42. Trad. Brian Duvick com modificações)¹¹⁵.

O texto de Proclo mostra que está correto o significado que damos anteriormente à tese de Protágoras a partir do paralelo com o texto de *Teeteto*. O filósofo neoplatônico esclarece que o protagoreanismo encontra sua essência na consideração de que a propriedade não é um item autônomo e distinto¹¹⁶, mas um “item [formalmente] intermediário” (μεταξύ τι, *Th.* 154a2), surgindo do encontro entre o sujeito percipiente (fator ativo, τὸ προσβάλλον, “o que confronta” 154a1) e o objeto (fator passivo, τὸ προσβαλλόμενον, “o que é confrontado”, 154a1-2). Proclo

¹¹⁵ Ὅτι ἄλλο τὸ Πρωταγόρου δόγμα (386c) καὶ ἄλλο τὸ Εὐθυδήμου (386d) τὸ μὲν γὰρ λέγει ὅτι οὐδὲν ὄν τὸ ὑποκείμενον φαντάζεται τοῖον ἢ τοῖον παρὰ τοῖς αἰσθανομένοις διὰ τὴν σύμμιξιν τοῦ ποιούντος καὶ πάσχοντος· τὸ δὲ τοῦ Εὐθυδήμου ἕκαστον ποιεῖ τὰ πάντα ὄν ἅμα καὶ ἀεί, καὶ πάντα ἀληθεύειν, οἷον τὸν λέγοντα τὸ ξύλον λευκὸν καὶ μέλαν καὶ μικρὸν καὶ μέγα καὶ ξηρὸν καὶ ὑγρὸν, καὶ τὰς τούτων ἀποφάσεις πάσας ἀληθεύειν. ἐκ διαφορῶν οὖν ἀρχῶν ὁρμώμενοι οὗτοι οἱ σοφισταὶ εἰς τὸ αὐτὸ καταλήγουσιν.

Ὅτι ἡ τῆς πρώτης ἀπειρίας δύναμις πᾶσι τοῖς ὅπως οὖν εἶναι δυναμένοις ἀφ’ ἑαυτῆς δίδωσι τὴν πρόοδον, τὸ δὲ πέρασ ἕκαστον ἀφορίζει καὶ περιγράφει καὶ ἴστησιν ἐν οικείοις ὅροις [...] ὥστε ἕκαστον τῶν ὄντων φύσιν ἔχει τινὰ καὶ ὄρον καὶ ιδιότητα καὶ τάξιν οικείαν διὰ τὸ πρώτον πέρασ.

Segue a tradução original de Brian Duvick: “(41) The teaching of Protagoras (386c) is one thing and that of Euthydemus (386d) another. For the former states that, through the interplay of that which acts and that which is acted upon, the object, which is actually nothing, is imagined as such or such a thing by those who perceive it. That of Euthydemus makes each thing be at once and forever all things. It also makes all (statements) express the truth, as when one says that wood is white and black, small and great and dry and wet, and it makes all negations of these qualities express the truth. Therefore, although these sophists begin from different principles, they arrive at the same conclusion. (42) The power of the primary Unlimited gives procession from itself to all the things that are able to exist in any way, but Limit defines, circumscribes and sets each thing in its proper bounds [...]. The result is that on account of the primary Limit everything that exists has a certain nature, definition, identity and proper class”.

¹¹⁶ Cf. *Th.* 153d9-10: μὴ εἶναι αὐτὸ ἕτερον τι, “[a propriedade] não é, em si, um item autônomo”.

também confirma nossa interpretação da tese de Eutidemo, reiterando duas coisas importantes: (i) primeiro, que Eutidemo propõe uma tese ontológica radical em que todas as propriedades estão copresentes em todas as coisas; (ii) segundo, que essa tese gera uma consequência completamente indesejável no campo linguístico, que nós chamamos anteriormente de “Teoria da predicação universal”, segundo a qual toda atribuição de propriedade é verdadeira, de sorte que toda proposição também o é. Proclo também enfatiza que, embora ambos sofistas tenham dado respostas diferentes ao problema do conflito de aparências, ainda assim, eles chegaram no mesmo resultado. Ambos articulam uma teoria ontológica na qual não existe nenhum padrão objetivo para classificar os seres em diferentes categorias e, portanto, para fundamentar a linguagem.

O segundo parágrafo do comentário de Proclo indica que essa é uma excelente chave de interpretação para o *Crátilo*. Neste parágrafo, Proclo expõe rapidamente certos detalhes de sua própria filosofia. Com a expressão “a potência do primeiro infinito” (ἡ τῆς πρώτης ἀπειρίας δύναμις, *In Crat.* 42.1), Proclo se refere ao potencial infinito que existe no começo do *cosmos*. Porém, nunca seria possível que as coisas adquirissem ser se, a esse caos, não fosse conjugado um outro princípio ontológico fundamental, a saber: a Unidade, o “primeiro limite” (πρῶτον πέρας, *In Crat.* 42.8). O uso da expressão διὰ τι, “em razão de” ou “por causa de”, mostra que o Uno funciona como uma causa no sistema filosófico de Proclo. O neoplatônico utiliza quatro modos para descrever a ação do Uno, de onde emana toda a estrutura e harmonia do *cosmos*: o Uno confere uma “natureza” (φύσις) a cada coisa que existe; o Uno confere “delimitação” (ὄρος) a cada coisa que existe; o Uno confere uma “individualidade” ou “identidade” (ιδιότης) a cada ser; e, por fim, o Uno confere, literalmente, uma “casa fixa” (τάξις οικεία) para cada ser, isto é, uma família ou categoria para cada ente. Nas palavras do filósofo: “cada coisa, dentre as que são, tem uma natureza, uma delimitação, uma identidade e uma categoria fixa por causa do primeiro limite” (*In Crat.* 42.7-8: ὅστε ἕκαστον τῶν ὄντων φύσιν ἔχει τινὰ καὶ ὄρον καὶ ιδιότητα καὶ τάξιν οικείαν διὰ τὸ πρῶτον πέρας).

Introduzindo detalhes de sua própria filosofia, Proclo mostra que entendeu o ponto central do *Crátilo*, mesmo que consideremos que sua doutrina não se identifica com a de Platão. Afirmamos isso, sobretudo, pelo fato de Proclo ter vinculado a discussão das doutrinas de Protágoras e Eutidemo com o conceito de *classe própria* ou *limite*, que serão fundamentais para entender o trecho principal em análise no capítulo 6. Platão coloca em pauta a doutrina dos dois sofistas porque elas articulam um mundo no qual os entes não podem se diferenciar conforme a posse ou não de certas propriedades: no caso de Protágoras, porque não existe propriedade “comum” (κοινόν), no caso de Eutidemo, porque todos objetos possuem todas propriedades.

Assim, torna-se impossível que um indivíduo consiga distinguir um ser do outro, categorizando-os em diferentes “casas fixas” (τάξις οικεία). Platão, então, recorre à noção de “forma” (εἶδος) para introduzir no diálogo a ideia de que os seres possuem propriedades fixas e estáveis, legitimando o processo de categorização¹¹⁷, o que, por sua vez, confere sustentação a todo o funcionamento da linguagem e, principalmente, da capacidade denotativa dos nomes. Com a teoria das formas, Platão esquematiza uma proposta simples, livre de grandes compromissos teóricos e que resgata justamente os conceitos que Proclo evocou ao final de (T27): de “natureza” (φύσις), “individualidade” ou “identidade” (ιδιότης), de “delimitação” (ὄρος) e “classe fixa” (τάξις οικεία). Os objetos podem ter uma natureza ou uma identidade justamente na medida em que possuem um conjunto de propriedades estáveis que lhe conferem unicidade. É tomando esses traços característicos como “medida” (μέτρον) que um indivíduo pode delimitar, diferenciar, classificar e categorizar as coisas.

¹¹⁷ Cf. *Cra.* 388b10-11: “separar / categorizar as coisas segundo as propriedades que possuem”, τὰ πράγματα διακρίνομεν ἢ ἔχει.

CAPÍTULO 5. HERMÓGENES E PROTÁGORAS

No capítulo precedente, examinamos o significado das teses de Protágoras e Eutidemo, bem como sua relação com o debate entre o naturalismo e o convencionalismo. Também analisamos a posição de Platão sobre o problema filosófico que levou Protágoras e Eutidemo a defenderem, respectivamente, a doutrina da medida e a doutrina da predicação universal. Ao final, incluímos o comentário de Proclo ao texto do *Crátilo*, confirmando nosso entendimento a respeito das teses dos dois sofistas e de como elas foram refutadas. Contudo, ainda resta esclarecer como a crítica ao protagoreanismo se conecta com a posição defendida por Hermógenes. Este capítulo busca aprofundar essa análise ao examinar a relação entre essas duas doutrinas e os possíveis desdobramentos filosóficos dessa interação.

Lembremos que o trecho de (T16) está inserido no contexto de refutação do convencionalismo e do estabelecimento da teoria das formas. Por essa razão, o aparecimento repentino da doutrina do *homo mensura* e sua rejeição devem estar, de algum modo, vinculados ao projeto de Sócrates de dismantelamento do pensamento de Hermógenes. Sócrates acredita que o ataque ao protagoreanismo afeta o cerne e o âmago da doutrina convencionalista. Assim, determinar a relação que Platão enxerga entre as duas teorias é um passo importante para a compreensão do diálogo.

Protágoras e Hermógenes – A leitura de Crombie (1963). Esse ponto fundamental, entretanto, nem sempre é notado na literatura secundária ou, quando reconhecido, costuma ser apresentado de forma superficial. Por exemplo, ao examinar como o *Crátilo* contribui para a compreensão da filosofia da linguagem de Platão, Crombie não menciona nada a respeito do impacto da refutação do protagoreanismo sobre as ideias de Hermógenes¹¹⁸. Crombie parece entender que o argumento para rejeitar a epistemologia protagórica serve somente para estabelecer a primeira premissa do naturalismo: a ideia de que as coisas possuem uma essência, uma natureza fixa e estável. Não há menção à relação entre as teses de Hermógenes e Protágoras: se o convencionalismo implica que o homem seja a medida de toda a realidade, se ele representa uma aplicação da máxima de Protágoras ao campo específico da linguagem, ou mesmo se há algum vínculo entre as duas.

Protágoras e Hermógenes – A leitura de Grote (1888). A obra de Grote, apesar de estudar de maneira extensiva e detalhada os argumentos do *Crátilo*, também aborda a temática de forma vaga:

¹¹⁸ Cf. CROMBIE, 1963, p. 475-486.

(T28) Esta teoria protagoreana é apresentada aqui pelo Sócrates platônico como a antítese ou contra teoria daquilo que ele próprio está defendendo, a saber: que os Nomes são significativos por natureza e não pelo acordo entre os homens – que cada *Nomen* está ligado ao seu *Nominatum* por um vínculo natural e indissolúvel¹¹⁹. Suas considerações implicam que aqueles que não aceitam essa última teoria mencionada devem concordar com Protágoras. Porém, tal antítese não é de modo algum necessária: visto que (sem falar no próprio Hermógenes neste mesmo diálogo) também encontramos que Aristóteles – que sustenta que os Nomes são significativos por convenção e não por natureza – também discorda da teoria de Protágoras: e teria fundamentado sua discordância em relação a ela em razões bem diferentes (GROTE, 1888, cap. XXXI, p. 292)¹²⁰.

Grote inicia sua análise discutindo a relação que Platão estabelece entre o naturalismo (que ele interpreta como uma doutrina genuinamente platônica) e a tese protagórica. Segundo o comentador, Platão argumenta que as duas teses são contraditórias entre si, de modo que a verdade de uma implica, imediatamente, a falsidade da outra. No desenrolar do diálogo, o naturalismo se opõe ao convencionalismo, e o fato de Platão também contrastar o naturalismo com o protagoreanismo sugere alguma conexão entre este último e a posição defendida anteriormente por Hermógenes. “Quem não aceita a mencionada teoria naturalista”, isto é, um convencionalista como Hermógenes, “deve concordar com Protágoras”. No entanto, surge a questão: por que motivo aqueles que defendem que a “convenção” (συνθήκη 384d1) e o “acordo” (ὁμολογία, 384d1) regem o processo de denominação devem se comprometer com a doutrina da medida de Protágoras? Grote afirma que Platão pensa assim, mas qual seria a razão para isso? O convencionalismo condenaria a formação dos nomes e conceitos ao arbítrio individual, esvaziando o significado de todo predicado e legitimando todos os juízos e todas as crenças, como faz Protágoras? Ou seria o contrário: o convencionalismo linguístico não seria a base da doutrina da medida, mas a afirmação de Protágoras é que fundamentaria a proposta de Hermógenes? O convencionalismo seria a eleição do indivíduo como “medida” (μέτρον) no campo linguístico? No entanto, o texto de Grote não esclarece essa questão de forma suficiente. Contudo, o autor é explícito ao criticar Platão por opor o naturalismo e o protagoreanismo. Segundo Grote, o próprio *Crátilo* refutaria essa antítese, ao apontar um

¹¹⁹ De acordo com Grote, a principal oposição presente no diálogo não é entre o naturalismo e o convencionalismo, mas entre o naturalismo e o protagoreanismo.

¹²⁰ “This Protagorean theory is here set forth by the Platonic Sokrates as the antithesis or counter-theory, to that which he is himself advancing, viz. – That Names are significant by nature and not by agreement of men – That each Nomen is tied to its Nominatum by a natural and indissoluble bond. His remarks imply, that those who do not accept this last-mentioned theory must agree with Protagoras. But such an antithesis is noway necessary: since (not to speak of Hermogenes himself in this very dialogue) we find also that Aristotle – who maintains that Names are significant by convention and not by nature – dissents also from the theory of Protagoras: and would have rested his dissent from it on very different grounds”.

personagem que se contrapôs ao naturalismo e, ao mesmo tempo, insistiu em rejeitar a *Verdade* de Protágoras, a saber: o próprio Hermógenes. Além disso, ele observa que Aristóteles, um filósofo que vem da *paideia* platônica, defendeu a tese de que os nomes são constituídos “por imposição” (θέσει) e não “por natureza” (φύσει), sem, contudo, aderir à doutrina de Protágoras. Pelo contrário: na verdade, ele dedicou uma parte fundamental do livro Gamma da *Metafísica* para se opor à tese protagoreana.

A crítica de Grote pode ser válida, mas ela não se baseia em uma análise que identificou claramente a *razão* pela qual Platão antepôs o protagoreanismo ao naturalismo. Seu texto também não explica por que Platão põe em cena a refutação de Protágoras no contexto de ataque ao convencionalismo, visto que o próprio Hermógenes enfaticamente negou o dito do *homo mensura*. Como discutido, esse movimento de Platão sugere que o convencionalismo e o protagoreanismo possuem alguma conexão implícita. Assim, se Platão estiver errado em propor uma antítese entre o naturalismo e o protagoreanismo, como então devemos entender a antítese entre o naturalismo e o convencionalismo?

Protágoras e Hermógenes – A leitura de Sedley (2003). Até obras modernas inteiramente dedicadas ao *Crátilo*, como a de David Sedley, concebem uma resposta vaga para o problema:

(T29) Deve-se deixar muito claro que, de forma alguma, é insinuado que o convencionalismo linguístico de Hermógenes implica no relativismo protagoreano, de sorte que a rejeição do relativismo levará à do convencionalismo¹²¹. Sócrates está certo em evitar sugerir isso, porque enquanto um relativismo global como o de Protágoras talvez possa implicar uma análise relativista da nomeação, o inverso claramente é falso: um indivíduo poderia ser relativista quanto à nomeação enquanto sustenta que a maioria das outras verdades são absolutas e / ou objetivas. Evitando esse caminho falso, Sócrates alinha o convencionalismo linguístico com o protagoreanismo apenas de maneira vaga, somente o suficiente para fazer a transição do primeiro para o segundo ser natural (SEDLEY, 2003, p. 54)¹²².

Sedley reconhece que a relação entre Hermógenes e Protágoras é um tema central neste contexto, apontando que o vínculo entre o dito protagórico e o convencionalismo requer maior esclarecimento teórico. Na citação, ele afirma de maneira assertiva que essa relação não pode ser concebida sob a forma $(C) \rightarrow (P)$, e acreditamos que ele esteja correto. A assimetria entre

¹²¹ Sob essa perspectiva, o argumento seguiria a estrutura lógica do *Modus Tollens*: $[(p \rightarrow q) \wedge \neg q] \rightarrow \neg p$.

¹²² “It must be made very clear that in no way is it insinuated that Hermogenes’ linguistic conventionalism entails Protagorean relativism, so that the rejection of relativism will lead to that of conventionalism. Socrates is right to avoid suggesting this, because while overall relativism like that of Protagoras may entail a relativistic analysis of naming, the converse is clearly untrue: one could be relativistic about naming while holding that most other truths are absolute and/or objective. Avoiding this false path, Socrates aligns linguistic conventionalism with Protagoreanism only loosely, just enough to make the transition from the former to the latter a natural one”.

uma tese particular e outra geral parece impedir esse caminho da implicação. O convencionalismo, sendo próprio do campo da linguagem, não é capaz de oferecer a sustentação necessária para uma tese que, primariamente, está preocupada com o estatuto ontológico das propriedades de um objeto. Se existe um caminho de implicação, esse caminho deve ser o contrário: (P) → (C). Mas Sedley hesita em afirmar que o relativismo global necessariamente fundamenta o convencionalismo: o relativismo global “talvez possa implicar” (*may entail*) uma tese convencionalista. No final, o autor argumenta que Platão vinculou “vagamente” (*only loosely*) as duas teses, sugerindo que ele não via uma relação formal entre ambas, mas pretendia criar uma linha de raciocínio que convencesse Hermógenes da correteza natural intrínseca ao processo denotativo. Por isso, logo depois da citação que trouxemos, Sedley continua:

(T30) Não obstante, o que ele previu é que, se somente ele conseguir levar Hermógenes a rejeitar o relativismo protagoreano, ele terá dado início a um processo que, se tudo der certo, culminará em Hermógenes abandonando o convencionalismo linguístico também (SEDLEY, 2003, p. 55)¹²³.

A solução do autor não nos parece suficiente para explicar o vínculo entre Hermógenes e Protágoras. Seu comentário inclusive hesita em afirmar se realmente há ou não esse vínculo, sendo que, no final, sua posição parece mais próxima desta última opção. Dessa forma, Sedley sugere que a refutação do protagoreanismo tem como função somente convencer Hermógenes da verdade da tese naturalista. Ainda que Sedley esteja correto ao destacar a função positiva desse movimento argumentativo, consideramos que sua leitura deixa uma lacuna no tratamento dialético das teses envolvidas. Consideramos que Platão analisa os pressupostos equivocados do convencionalismo linguístico de Hermógenes, indo além de simplesmente argumentar em favor do naturalismo. Sua preocupação central não é apenas convencer Hermógenes da verdade do naturalismo, mas também demonstrar a inadequação e inconsistência do convencionalismo.

Protágoras e Hermógenes – A leitura de Sprague (1962). Para explicar a relação entre o protagoreanismo e o convencionalismo, um primeiro modo seria dar ênfase à tese de Hermógenes, alavancando-a como “princípio” ou “fundamento” (ἀρχή) da teoria de Protágoras. Esse é o caminho argumentativo que Sprague segue:

(T31) [...] o próximo passo de Sócrates é embarcar em uma refutação da visão de Hermógenes de que os nomes são corretos por convenção e acordo. Ele faz isso mostrando a Hermógenes que *a teoria convencionalista, se carregada a suas*

¹²³ “Nevertheless, what he has foreseen is that, if only he can get Hermogenes to reject Protagorean relativism, he will have started a process which, if all goes well, will end up with Hermogenes abandoning linguistic conventionalism too”.

conclusões lógicas, implica o relativismo de Protágoras. A teoria de Protágoras, que o homem é a medida de todas as coisas, envolveria Hermógenes em duas concessões que ele não está disposto a fazer: primeiro, que nenhum homem é melhor do que outro, e, segundo, que nenhum homem é mais sábio que outro 383B, C. *O convencionalismo envolveria Hermógenes também em um tipo de teoria da predicação universal, atribuída por Sócrates a Eutidemo* (“que todas as coisas pertencem igualmente a todos os homens ao mesmo tempo e perpetuamente”), que possui resultados similares (“pois, nessa suposição, também seria o caso de alguns não seriam bons e outros maus, se a virtude e o seu oposto fossem sempre igualmente possuídos por todos”, 386D). O ponto é que a teoria de Protágoras e de Eutidemo igualmente destroem as distinções intelectuais e morais. (SPRAGUE, 1962, p. 49-50. Itálico nosso)¹²⁴.

A leitura de Sprague é muito interessante. O comentador defende que o convencionalismo implica logicamente no relativismo de Protágoras e na teoria da predicação universal de Eutidemo. Sócrates introduziu essas duas doutrinas buscando fazer Hermógenes perceber aquilo com que realmente estaria se comprometendo. Sócrates, então, prossegue mostrando que as duas propostas sofisticas destroem a nossa capacidade de fazer qualquer distinção no nível moral ou epistêmico, comprometimento que parece absurdo a um grego comum como Hermógenes, aberto a “buscar” e “analisar” (σκοπεῖν, 384c7) a verdade sobre assuntos tão “desafiadores” (χαλεπὰ, 384b1) e “belos” (καλά, 384b1). Portanto, segundo Sprague, o argumento segue a forma de um *reductio ad absurdum*. Como a teoria convencionalista de Hermógenes implica duas outras teses absurdas, ela deve ser rejeitada como falsa.

Por um lado, o texto de Sprague sustenta alguns posicionamentos que buscamos defender neste capítulo. Sprague, por exemplo, confere o mesmo significado que damos à tese de Eutidemo, definindo-a como uma “teoria da predicação universal”. Concordamos também quanto à estrutura do argumento de refutação de Protágoras e Eutidemo. Em última instância, os dois sofistas defendem teorias que implicam em um cenário predicativo completamente aleatório e caótico, abolindo a possibilidade mesma da linguagem.

No entanto, discordamos de Sprague quanto à afirmação de que existe uma relação de implicação lógica entre o convencionalismo e a doutrina da medida e a doutrina de Eutidemo, na forma (C) → (P) e (C) → (E). A respeito desse ponto, concordamos com a análise de Sedley,

¹²⁴ “[...] Socrates [...] next move is to embark on a refutation of Hermogenes’ view that names are right by convention and agreement. This he does by showing Hermogenes that *the convention theory, if carried to its logical conclusion, implies the relativism of Protagoras*. Protagoras’ theory, that man is the measure of all things, would involve Hermogenes in two admissions which he is unwilling to make: first, that no men are better than others, and, second, that no men are wiser than others 386B, C. *The convention theory would involve Hermogenes also in a species of universal predication theory, attributed by Socrates to Euthydemus* (‘that all things belong equally to all men at the same time and perpetually’) which has similar results (‘for on this assumption also some could not be good and others bad if virtue and its opposite were always equally possessed by all’ 386D). The point is that the theory of Protagoras and the theory of Euthydemus succeed equally in destroying intellectual and moral distinctions”.

que acredita não ser possível extrair uma tese genérica como a de Protágoras e Eutidemo a partir de uma tese restrita ao domínio da linguagem. Além disso, na nossa leitura, os dois sofistas fazem asserções de natureza ontológica: suas posições dizem respeito ao “ser” (εἶναι) e à natureza de todas as propriedades. Não é possível extrair teses ontológicas tão robustas a partir da consideração dos próprios nomes, entidades linguísticas que apenas fazem referência às propriedades, que, por sua vez, compõem o verdadeiro objeto da afirmação dos sofistas. Logo, a fala de Hermógenes trata de um assunto que toma como pressuposto a natureza e a disposição dos objetos discutidos por Protágoras e Eutidemo. Ademollo também é enfático sobre essa questão, ao afirmar: “[...] o convencionalismo linguístico não implica no relativismo ontológico”¹²⁵.

Outro fator relevante nesta discussão é o significado da tese de Hermógenes. Sprague parece defender que o protagoreanismo é uma consequência lógica do convencionalismo, pois ele pressupõe que a tese de Hermógenes é idêntica à proposta radical de Humpty-Dumpty¹²⁶, que pretende fazer as palavras significarem exatamente aquilo que o indivíduo quer que elas signifiquem. “O nome significa para mim exatamente aquilo que digo que significa para mim, e significa para ti exatamente aquilo que tu dizes significar para ti”. A proposta aqui é muito próxima à de Protágoras e, de fato, faz-nos pensar que o dito do *homo mensura* seria uma consequência da capacidade de cada indivíduo de definir completamente o significado e o sentido das palavras por ele utilizadas. Contudo, como abordamos no capítulo anterior, essa interpretação do convencionalismo não encontra respaldo no texto do *Crátilo*. Na verdade, Hermógenes elaborou uma teoria dos nomes segundo a qual podemos, inicialmente, batizar uma coisa pelo nome que desejamos. Porém, a partir do momento em que esse batismo se torna uma convenção, é de se esperar que o uso correto seja aquele em conformidade com o acordo estabelecido. Compreendendo assim a posição de Hermógenes, podemos afirmar com segurança que ela não pode, de forma alguma, levar à posição ontológica de Protágoras ou Eutidemo.

Protágoras e Hermógenes – A leitura de Robinson (1955) e Kretzmann (1971). Outro modo de explicar a relação entre o protagoreanismo e o convencionalismo seria enfatizar a tese de Protágoras, tratando-a como “princípio” ou “fundamento” (ἀρχή) da teoria de Hermógenes.

¹²⁵ “[...] linguistic conventionalism does not entail ontological relativism” (ADEMOLLO, 2011, p. 79).

¹²⁶ São da mesma posição: GROTE, 1888, cap. XXXI §1; CROMBIE, 1963, p. 476; ROBINSON, 1969, p. 129; KAHN, 1973, p. 158-159; WILLIAMS, 1982, p. 90; e BAXTER, 1992, p. 18-19.

Robinson, ao esclarecer os compromissos teóricos da teoria naturalista, menciona essa posição de forma breve:

(T32) A teoria naturalista dos nomes implica, em quarto lugar, que o mero *fiat* de um indivíduo privado não pode criar um nome genuíno. Se a teoria naturalista é verdadeira, é falso que “qualquer nome que alguém diga que uma coisa deve ser chamada é o nome dessa coisa” (385 A, D). *Se a teoria naturalista é verdadeira, tu não podes cunhar nomes assim como pretende; e a visão de Protágoras de que “o homem é a medida de todas as coisas” é falsa, ao menos na esfera dos nomes (386A). “Um som que eu uso como bem pretendo não é uma palavra”* (Malcolm, expondo Wittgenstein in *The Philosophical Review*, 1954, Outubro) (ROBINSON, 1955, p. 228. *Itálico nosso*)¹²⁷.

Robinson se empenha para expor os principais postulados teóricos da tese de Crátilo. Ele menciona a crença do personagem de que os nomes constituídos apenas “por imposição” (θέσει) não cumprem os requisitos necessários para serem chamados de “nomes” (ὀνόματα). De fato, Crátilo defende que, ainda que *todos* chamassem Hermógenes de “Hermógenes”¹²⁸, mesmo assim seu nome não seria esse, uma vez que esta convenção falha em descrever seus reais atributos. Nesse ínterim, o texto de Robinson sugere que o convencionalismo é “a visão de Protágoras [...]” aplicada “na esfera dos nomes”. Para Protágoras, a essência de todas as coisas é relativa ao sujeito, que é a medida do “ser” (εἶναι) e do “não-ser” (μὴ εἶναι). Aplicando esse princípio para entender o fenômeno da nomeação, conclui-se que a essência dos nomes também seria relativa ao sujeito. Os nomes não seriam entidades cujo significado estaria estabelecido naturalmente, por uma relação entre nome e coisa que é independente da vontade do sujeito. “O nome significa para mim exatamente aquilo que digo que significa para mim, e significa para ti exatamente aquilo que tu dizes significar para ti”, diria Protágoras.

Robinson argumenta que, como a relação do convencionalismo e do protagoreanismo é uma relação de parte-todo, na qual o convencionalismo compartilha dos pressupostos problemáticos de Protágoras, a refutação da doutrina da medida de Protágoras afeta diretamente a proposta de Hermógenes, que então perde seus fundamentos teóricos.

O comentário de Kretzmann segue uma linha semelhante, mas traz particularidades importantes. Kretzmann inicia seu artigo analisando o desenvolvimento do convencionalismo

¹²⁷ “The nature-theory of names entails, fourthly, that the mere fiat of a private individual cannot create a genuine name. If the nature-theory is true, it is false that ‘whatever anyone says a thing is to be called is a name of that thing’ (385A, D). *If the nature-theory is true, you cannot make names just as you please; and Protagoras’ view that ‘man is the measure of all things’ is false in the sphere of names at least (386A). ‘A sound that I can use as I please is not a word’* (Malcolm, expounding Wittgenstein in *The Philosophical Review*, 1954, October)”.

¹²⁸ Aqui surge uma dúvida: Crátilo se inclui nesse “todos”, já que ele próprio chama Hermógenes assim? Cf. 427e e 434d

em 384c-e. O autor defende que a fala de Hermógenes pode ser dividida em três asserções significativas: (H1) Nenhum nome existe por natureza, mas por acordo e convenção daqueles que os usam e estabelecem; (H2) Qualquer nome que um indivíduo atribuir a um item é correto, sendo possível, inclusive, trocar os nomes de um item conforme a conveniência do falante; (H3) Não há nenhum critério que defina a corretude dos nomes senão a convenção entre os falantes¹²⁹.

Kretzmann considera (H1) e (H3) posições comuns e consistentes com o convencionalismo. Não se trata de uma posição notável ou extraordinária. É a expressão da ideia comum e corrente de que os nomes necessitam somente de uma convenção subjacente entre os falantes para significar o objeto que significa e permitir uma boa comunicação. No entanto, Kretzmann interpreta a fala em (H2) como a defesa de um subjetivismo radical. Assim como vários outros autores¹³⁰, Kretzmann acredita que o subjetivismo radical de Hermógenes é uma tese intolerável para o domínio linguístico, contradizendo o convencionalismo sustentado em (H1) e (H3).

O comentador argumenta que é justamente esse elemento defendido por Hermógenes que o aproxima da doutrina protagoreana: “Esse subjetivismo confuso, realmente inconsistente com o convencionalismo, sugere a Sócrates uma espécie de relativismo protagórico em Hermógenes”¹³¹. Seguindo esse raciocínio, a refutação da doutrina da medida teria um impacto lógico e formal somente sobre o elemento (H2), de sorte que as demais teses de Hermógenes encontram-se salvaguardadas. (H2) é uma “espécie” (*kind*) do relativismo protagoreano, isto é, uma aplicação do protagoreanismo no campo específico da linguagem.

Kretzmann prossegue enfatizando, assim como outros intérpretes, o papel positivo que a refutação de Protágoras e Eutidemo desempenha no diálogo. O trecho busca não somente atacar a doutrina de Hermógenes por via da refutação de Protágoras, mas estabelecer uma premissa necessária para o desenvolvimento do naturalismo:

(T33) Mas Sócrates descobre que Hermógenes está disposto a admitir que “as coisas possuem, por si mesmas, uma realidade fixa, não relativa a nós nem causada por nós. Elas não variam, oscilando de um lado para o outro de acordo com nossos caprichos, mas existem por si mesmas, de acordo com seu próprio ser”. Sócrates usa essa admissão como a primeira premissa em um longo argumento (385e-389a) designado

¹²⁹ Cf. KRETZMANN, 1971, p. 126.

¹³⁰ Essa posição é discutida em detalhes no capítulo 4. Kretzmann também pensa que Hermógenes somente formulou sua tese de forma confusa e ambígua, não sendo sua real intenção defender um subjetivismo radical incoerente com sua própria tese convencionalista.

¹³¹ “This confused subjectivism, really inconsistent with his conventionalism, suggests to Socrates some kind of Protagorean relativism in Hermogenes” (KRETZMANN, 1971, p. 127-128).

para mostrar a necessidade de nomes objetivamente corretos (KRETZMANN, 1971, p. 128)¹³².

Como vimos, a admissão de Hermógenes de que “as coisas possuem, por si mesmas, uma *ousia* estável” (αὐτὰ αὐτῶν οὐσίαν ἔχοντά τινα βέβαιόν, 386e1) provém inteiramente do argumento contra Protágoras e Eutidemo. Sócrates identifica duas proposições muito importantes no arcabouço de crenças de Hermógenes, a de que existe homens sábios e ignorantes e a de que existe homens bons e maus, e propõe que elas não podem ser mantidas por um indivíduo que assuma a verdade seja da ontologia de Protágoras que da de Eutidemo. Sócrates então argumenta que, se o mundo não se dispõe conforme a teoria de um dos dois sofistas, então ele deve ser tal que as coisas possuam uma natureza fixa e estável. A partir daí, o personagem poderá aprofundar na concepção de que essa natureza é que regula e ordena toda a linguagem, inclusive o ato de nomear.

A leitura de Kretzmann traz uma compreensão correta e aprofundada de como a refutação de Protágoras e Eutidemo se vincula com o desenvolvimento da tese que vem logo em seguida, centrada nos conceitos de οὐσία (“essência”), φύσις (“natureza”) e εἶδος (“forma”). Sua abordagem encontra eco no texto de Sedley, em (T30). No entanto, embora sua interpretação seja sólida, o pensamento de que o convencionalismo seja uma aplicação da tese relativista de Protágoras especificamente no campo da linguagem é um vínculo que merece mais atenção. O texto de Kretzmann é interessante porque, diferente do de Robinson, o autor enfatiza que esse vínculo será verdadeiro apenas se considerarmos a tese de Hermógenes a partir de seu componente subjetivista (H2). Assim, (H1) e (H3) não são fatores que podem ser atrelados à doutrina de Protágoras.

Aprofundando esse ponto, é interessante notar que, para explicar a contradição interna na fala de Hermógenes, Kretzmann menciona a possibilidade de Hermógenes ter se enganado e acidentalmente exposto seu convencionalismo sob os moldes de um subjetivismo radical:

(T34) A posição de Hermógenes não contém nada de extraordinário exceto a afirmação (em [H2]) de que “qualquer nome que alguém impor sob alguma coisa é o correto”. A afirmação foi apresentada como parte da premissa em favor do convencionalismo e, portanto, presumivelmente foi pensada ser consistente com ele. O ponto evidente dela é que não há nada de sagrado em um som ou sinal particular como um nome para esta ou aquela coisa; outro som ou sinal serviria tão bem quanto se, em contrapartida, fosse sancionado por um acordo. O modo em que [H2] continua mostra que a ênfase cai sobre o “qualquer nome” mais do que “o indivíduo”. Mas

¹³² “But Socrates finds Hermogenes ready to admit that things have some fixed reality of their own, not relative to us or caused by us. They do not vary, swaying one way and another according to our fancy, but exist of themselves according to their own being. Socrates uses this admission as the first premiss in a long argument (385E-389A) designed to show the necessity of objectively correct names”.

Sócrates pergunta se a tese se aplica a indivíduos tanto quanto a nações, focando a atenção no que deveria ter sido tratado como um acidente do estilo de Hermógenes e, evidentemente, pegando-o desprevenido. Porque Hermógenes responde que sua afirmação realmente se aplica a pessoas privadas também, vinculando assim seu convencionalismo com o fardo insuportável da doutrina de ideoletos autônomos (KRETZMANN, 1971, p. 127)¹³³.

De acordo com Kretzmann, quando Hermógenes defendeu que qualquer nome que um indivíduo atribuir a um item é correto, ele estava dando foco mais na ideia de que qualquer nome pode ser correto, desde que estabelecido por convenção, do que na ideia de que o indivíduo pode manipular os nomes de uma língua a seu bel prazer. Porém, por desleixo, acabou formulando sua posição convencionalista (em H2) de um modo que poderia ser interpretada como uma doutrina subjetivista. Sócrates, interpretando deste modo, faz certos questionamentos que acabam fazendo Hermógenes se comprometer com uma “doutrina de ideoletos autônomos”. “Ideoleto” possui raiz em dois termos gregos: ἴδιος (“próprio” ou “individual”) e λέκτος (“falar” ou “dizer”), fazendo menção à doutrina de que o indivíduo pode manipular o sistema linguístico conforme sua própria conveniência.

Essa interpretação do convencionalismo vai contra a leitura feita no capítulo 3. Salientamos que o texto 384c-385e desenvolve uma doutrina convencionalista fixada sobre a articulação dos conceitos de τιθέναι (“estabelecer”) e καλεῖν (“chamar”), como defende Barney¹³⁴. Essa articulação conceitual mostra que a ideia de “nome próprio” ou “nome individual” (ὄνομα ἴδιον) só funciona dentro de uma circunscrição pessoal e limitada. A fundação de uma linguagem na circunscrição coletiva de uma *polis* exige que os nomes, os elementos mais fundamentais da linguagem (cf. 385c), evoluam dessa categoria para a categoria do “nome coletivo” ou, mais literalmente, “nome para um povo” (ὄνομα δημοσίον). Isso significa que a formulação em (H2) está à serviço dos conceitos de *convenção* (συνθήκη, 384d1) e *acordo* (ὁμολογία, 384d1) que compõem o núcleo do convencionalismo. Compreendendo assim a proposta do personagem, a ideia de que sua teoria seja um tipo particular de relativismo, como sugerem Robinson e Kretzmann, não parece ser tão exata.

¹³³ “Hermogenes' position contains nothing remarkable except the claim (in [H2]) that "whatever name someone imposes on a thing is the correct one." The claim was presented as part of a premiss for, and so was presumably thought of as consistent with, conventionalism. The evident point of it was that there is nothing sacred about a particular sound or mark as a name for this or that thing; another sound or mark would do just as well if it in turn were sanctioned by agreement. The way in which [H2] continues shows that the emphasis fell on "whatever" rather than on "someone." But Socrates asks whether the claim applies to individuals as well as to nations, focusing attention on what ought to have been treated as an accident of Hermogenes' style and evidently catching him off guard. For Hermogenes replies that his claim does apply to private persons too, thereby saddling his conventionalism with the unbearable burden of a doctrine of autonomous idiolects”.

¹³⁴ Cf. BARNEY, 2001, p. 26-28.

Protágoras e Hermógenes – A leitura de Baxter (1992). Assim como os dois comentadores anteriores, Baxter também enxerga a doutrina de Protágoras como um possível “princípio” (ἀρχή) da proposta de Hermógenes. Embora seu texto não explore em profundidade as razões pelas quais Platão vincula as duas teses, Baxter sugere de forma breve que o filósofo pode considerar o protagoreanismo como o fundamento ontológico necessário para a tese de Hermógenes. Este ponto é particularmente significativo, pois não apela apenas a uma relação lógica de implicação entre as duas asserções, como $(P) \rightarrow (C)$, ou a uma relação de parte-todo. Baxter parece entender que o protagoreanismo assume o papel de αἰτία (“causa”) para o convencionalismo no contexto do *Crátilo*:

(T35) Em 385d2-e3, Hermógenes reafirma sua teoria extrema, depois disso, Sócrates o questiona sobre sua opinião a respeito da doutrina “Homem é a Medida” de Protágoras. A teoria protagoreana pareceria uma posição atraente para Hermógenes adotar, fundamentando sua concepção de uma linguagem privada com uma ontologia e epistemologia relativistas, mas ele havia ponderado essa questão e, no final, rejeitado a visão protagoreana. Sócrates reforça essa decisão mostrando que a doutrina de Protágoras abole a distinção entre homens (objetivamente) bons e maus, distinção que Hermógenes deseja manter. A teoria de Eutidemo é rejeitada pela mesma razão. A alternativa ofertada por Sócrates é que as coisas possuem um ser estável (οὐσία), que Hermógenes aceita (BAXTER, 1992, p. 38)¹³⁵.

Segundo Baxter, Platão traz à tona o protagoreanismo, em primeiro lugar, para oferecer a Hermógenes um fundamento mais sólido para sua teoria convencionalista. Para Baxter, Hermógenes defendeu a visão de que as regras que governam o processo de nomeação são inteiramente dependentes do indivíduo, no sentido de que ele pode “mudar as regras do jogo quando lhe for conveniente”. Essa postura certamente dificultaria ou impossibilitaria a comunicação entre indivíduos¹³⁶. Platão então se pergunta: qual seria o melhor cenário para que uma tese como essa fosse verdadeira? O melhor cenário para uma teoria linguística relativista seria uma ontologia relativista. Em outras palavras, a melhor maneira possível de fazer com que o indivíduo seja a medida do mecanismo linguístico seria argumentar que ele é medida para a

¹³⁵ “In 385d2-e3 Hermogenes reaffirms his extreme theory, whereupon Socrates quizzes him on his opinion of the 'Man is the Measure' doctrine of Protagoras. The Protagorean theory would seem an attractive position for Hermogenes to adopt, supporting his conception of a private language with a relativist ontology and epistemology, but he has pondered this very question, and in the end rejected the Protagorean view.³⁵ Socrates reinforces this decision by showing that Protagoras' doctrine abolishes the distinction between (objectively) good and bad men, one which Hermogenes wishes to uphold. Euthydemus' theory is rejected for the same reason. The alternative offered by Socrates is that things have a stable being (οὐσία), which Hermogenes accepts”.

¹³⁶ “Ambos [Crátilo e Hermógenes] tornam a dialética impossível: Hermógenes, ao permitir que se mudem as regras do jogo, por assim dizer, sempre que se desejar, rebatizando as coisas; Crátilo, ao recusar dar à nomeação humana o valor que lhe é devido [Both [Cratylus and Hermogenes] render dialectic impossible, Hermogenes by allowing one to change the rules of the game as it were whenever one wishes by rebaptizing things, Cratylus by refusing to give human baptism its due]” (BAXTER, 1992, p. 21).

realidade de modo geral. Isso se dá porque a linguagem se constrói como um instrumento para se referir às coisas no mundo, de sorte que, sendo o mundo privado, a linguagem também poderia sê-lo. Se construimos um mundo no qual as propriedades de um item são exclusivas da relação *percipiens* – *percepta*, então os itens linguísticos utilizados para designar os *percepta* só podem pertencer ao campo da decisão privada do sujeito.

É possível notar uma semelhança entre essa breve leitura de Baxter a respeito da relação entre Hermógenes e Protágoras e a análise de Burnyeat a respeito da relação entre Teeteto e Protágoras no *Teeteto*. Nesse diálogo, Teeteto é o proponente de uma tese com contornos empiristas, a de que toda percepção (αἴσθησις) é conhecimento (ἐπιστήμη), e vice-versa. O personagem defende que todo conhecimento está fundado na experiência sensível, propondo uma coextensividade entre os dois conceitos. Nesse sentido, Burnyeat argumenta que Platão insere, no contexto dialético da obra, a doutrina da medida de Protágoras e a doutrina do fluxo de Heráclito para oferecer, respectivamente, uma sustentação epistemológica e ontológica para essa tese empirista de Teeteto:

(T36) [...] se aceitarmos que conhecimento é percepção, o que devemos supor sobre a percepção e o mundo para que a definição seja válida? A resposta, delineada de modo geral, é que nós devemos aceitar a epistemologia protagoreana e a explicação heraclitiana do mundo (BURNYEAT, 2012a, p. 291)¹³⁷.

Entretanto, há uma diferença notável entre a abordagem do *Crátilo* e do *Teeteto* na refutação da teoria de Protágoras. No *Teeteto*, Platão estabelece uma conexão explícita entre a proposta definitória de Teeteto e a doutrina do *homo mensura*:

(T37) SÓ. Contudo, arriscas-te a não teres emitido uma definição trivial sobre o saber, mas sim aquela que diz também Protágoras. Ele diz a mesma coisa, mas de modo

¹³⁷ “[...] if we accept that knowledge is perception, what must we suppose about perception and the world for the definition to hold good? The answer, in broad outline, is that we must accept a Protagorean epistemology and a Heraclitean account of the world”.

Conferir também esta afirmação: “E um argumento é dado (152bc) para mostrar que da Doutrina da Medida de Protágoras nós podemos derivar a proposição (1): todo a percepção é conhecimento. [...] Toda a percepção é conhecimento porque a doutrina de Protágoras da verdade relativa de todas as aparências permite à percepção passar nos dois testes que qualquer candidato de conhecimento deve satisfazer [...]. Mostra-se que toda a aparência sensível é uma apreensão incorrigível [unerring] de como as coisas são para o percipiente [And argument is given (152bc) to show that from Protagoras’ Measure Doctrine we may derive proposition (1): all perceiving is knowing. [...] All perceiving is knowing because Protagoras’ doctrine of relative truth of all appearances enables perception to pass two tests which any candidate for knowledge must meet [...]. Every perceptual appearance is shown to be the unerring apprehension of how things are for the perceiver]” (BURNYEAT, 1990, p. 11).

diferente, pois afirma que “a medida de todas as coisas” é o homem, “das que são, que são, das que não são, que não são” (*Tht.* 151e8-152a4. Trad. própria)¹³⁸.

A conexão entre a fala de Teeteto e a doutrina mobilista também é feita de modo explícito. Platão entende que o heraclitianismo é “o mistério” (τὸ μυστήριον, 156a3) subjacente àqueles que defendem uma tese como a de Teeteto, ou melhor, que o heraclitianismo é o “fundamento” (ἀρχή, 156a3) dessa posição: “O *princípio* de onde tudo que acabamos de dizer é este: o todo é movimento e para além deste não há outra coisa” (ἀρχὴ δέ, ἐξ ἧς καὶ ἅ νυνδὴ ἐλέγομεν πάντα ἤρτηται, ἦδε αὐτῶν, ὡς τὸ πᾶν κίνησις ἦν καὶ ἄλλο παρὰ τοῦτο οὐδέν, 153a3-5). Além disso, a refutação do protagoreanismo e do mobilismo são claramente direcionadas à conclusão de que o conhecimento não é percepção:

(T38) SÓ. Portanto, Teodoro, desembaraçámo-nos do teu amigo! E não lhe concedamos que todo o homem seja a medida de todas as coisas, a não ser que seja algum sábio. E não concordaremos que saber seja percepção, seguindo o princípio de que tudo se move (*Tht.* 183b7-c3. Trad. Nogueira e Boeri)¹³⁹.

Em um contexto como esse, a inferência de que o protagoreanismo e o heraclitianismo são ofertados por Platão como base epistêmica e ontológica para a definição de Teeteto é um passo muito certo. Porém, no *Crátilo*, a conexão entre a proposta de Hermógenes e a de Protágoras não é feita de modo tão explícito como 151e8-152a4. Além disso, não é claro como a refutação de Protágoras impacta o convencionalismo, na medida em que Hermógenes já havia rejeitado a doutrina da medida e continua a defender a tese mesmo após a refutação realizada por Sócrates.

Ainda assim, mesmo que as evidências não sejam tão fortes no *Crátilo*, acreditamos que Baxter tenha razão em apontar que Platão introduz o protagoreanismo pensando em dar um certo suporte ontológico à visão de Hermógenes. Exploraremos esse ponto em maior profundidade após finalizar o estudo da literatura sobre esta temática. Adiantamos, entretanto, que essa nossa interpretação está relacionada ao fato de que Platão está corrigindo a concepção que Hermógenes possui do primeiro estágio de nomeação.

¹³⁸ “ΣΩ. κινδυνεύεις μέντοι λόγον οὐ φαῦλον εἰρηκέναι περὶ ἐπιστήμης, ἀλλ’ ὃν ἔλεγε καὶ Πρωταγόρας. τρόπον δέ τινα ἄλλον εἶρηκε τὰ αὐτὰ ταῦτα. φησὶ γάρ που ‘πάντων χρημάτων μέτρον’ ἄνθρωπον εἶναι, ‘τῶν μὲν ὄντων ὡς ἔστι, τῶν δὲ μὴ ὄντων ὡς οὐκ ἔστιν”.

¹³⁹ “ΣΩ. Οὐκοῦν, ὦ Θεόδωρε, τοῦ τε σοῦ ἐταίρου ἀπηλλάγμεθα, καὶ οὐπω συγχωροῦμεν αὐτῷ πάντ’ ἄνδρα πάντων χρημάτων μέτρον εἶναι, ἂν μὴ φρόνιμός τις ἦ· ἐπιστήμην τε αἴσθησιν οὐ συγχωρησόμεθα κατὰ γε τὴν τοῦ πάντα κινεῖσθαι μέθοδον”.

Embora a leitura de Baxter seja valiosa, acreditamos que ela seja limitada por carregar consigo aquela visão de que o convencionalismo é uma “teoria extrema” (*extreme theory*). Avaliando a literatura até o momento, acreditamos que Grote e Sedley concebem uma solução muito vaga para o problema da relação entre Hermógenes e Protágoras. Sprague contribui positivamente para o tema, mas concebe a relação entre Hermógenes e Protágoras de maneira invertida, propondo que uma tese no campo da linguagem seja o fundamento de uma teoria preocupada eminentemente com a natureza e a disposição das coisas no mundo. Robinson e Kretzmann invertem essa ordem explicativa, defendendo a anterioridade e a prioridade da tese relativista. Para eles, o convencionalismo é um tipo específico de relativismo, a saber, o relativismo linguístico. Embora seja importante a compreensão de que a tese protagórica seja dada *a priori*, a categorização do convencionalismo como um tipo de relativismo é delicada, pois se baseia em uma leitura desencaminhadora da fala de Hermógenes, concebendo o personagem como um subjetivista radical no campo da nomeação.

Baxter traz um grande avanço para a compreensão desse trecho, argumentando em favor de uma visão que poderíamos chamar de “aitiológica”. Para Baxter, a doutrina da medida poderia indicar como o mundo deveria ser para que o convencionalismo fosse verdadeiro. Embora sua análise seja valiosa, ele também importa para sua argumentação o pensamento de que Hermógenes defende uma teoria extremista: “Essa é uma teoria Humpty Dumpty dos nomes”¹⁴⁰. Esse fator impede que ele veja a relação entre o protagoreanismo e o primeiro estágio de nomeação previsto no convencionalismo. De toda forma, cremos que Sedley, Kretzmann e Barney acertam ao explicar que a refutação de Protágoras também está comprometida com a sustentação da tese da “natureza” (φύσις). Aqui, seria preciso compreender também como esse conceito impactaria o convencionalismo, algo que não se encontra nos textos desses comentadores.

Protágoras e Hermógenes – A leitura de Ademollo (2011). Na contramão de diversos comentadores, Ademollo defende que não existe nenhuma relação lógico-ontológica que una formalmente o convencionalismo e o protagoreanismo. Essa posição, subjacente à incerteza e hesitação de Sedley, é afirmada de maneira assertiva no livro de Ademollo:

(T39) Dito isso, porém, há também uma grande diferença entre a tese de Hermógenes e a de Protágoras. Porque a primeira está meramente preocupada com os nomes, com o modo como nos referimos às coisas, enquanto que a segunda se preocupa com o modo como as coisas são. As duas são logicamente independentes uma da outra e, em particular, o convencionalismo linguístico não implica o relativismo ontológico:

¹⁴⁰ “This is a Humpty Dumpty theory of name” (BAXTER, 1992, p. 18).

‘aquilo a que chamamos uma rosa / por qualquer outro nome cheiraria tão doce quanto’. Essa grande diferença pode ser vista como dependendo de um pequeno detalhe: novamente, é a crucial distinção entre a imposição e o uso de um nome que faz a diferença. Se tu colapsas essa distinção, então todo uso de uma palavra contaria como um uso correto, e tu perderias de vista as próprias noções de erro e falsidade. E já que a tese de Protágoras equivale precisamente, na interpretação de Platão, à afirmação de que todos nossos julgamentos são verdadeiros, então a distância entre as duas teses repentinamente se torna menor. Então o convencionalismo de Hermógenes e o relativismo de Protágoras são duas teses formalmente similares, ainda que substancialmente independentes (ADEMOLLO, 2011, p. 79)¹⁴¹.

Assim como Sedley, Ademollo enfatiza que as duas teses possuem escopos completamente diferentes. A teoria convencionalista trata de itens da linguagem, enquanto que a doutrina protagórica aborda como o mundo efetivamente é. Ademollo argumenta que esse descompasso inviabiliza completamente a ideia de que o convencionalismo linguístico possa implicar a doutrina da medida de Protágoras. Em certo sentido, Hermógenes defende que o nome correto do objeto é aquele que cada indivíduo assumir; contudo, seja qual for o nome dado, isso não impactará a natureza do objeto¹⁴².

Quanto à possibilidade de implicação contrária, $(P) \rightarrow (C)$, Ademollo também a considera inviável, desde que compreendamos o convencionalismo em conformidade com o significado que Hermógenes realmente quis conferir. O autor recorda que o personagem construiu sua tese sobre a distinção entre impor o nome N a x e usar o nome N para designar x . Ele explica a Sócrates que, no primeiro caso, o critério de corretude é definido pelo indivíduo; no segundo, o critério é definido pela adequação às normas linguísticas subjacentes ao contexto de interlocução.

Segundo Ademollo, se o convencionalismo ignorasse essa distinção e fosse uma teoria subjetivista extremista, como pretende Baxter *et alia*, então haveria um colapso com o relativismo protagoreano. Isso porque Protágoras defende que todo o indivíduo é autossuficiente em sabedoria e que toda crença que possui é verdadeira. As propriedades de um

¹⁴¹ “That said, however, there is also a great difference between Hermogenes’ thesis and that of Protagoras. For the former is merely concerned with names, with the way we refer to things, whereas the latter is concerned with the way things are. The two theses are logically independent of each other, and in particular linguistic conventionalism does not entail ontological relativism: ‘that which we call a rose / by any other word would smell as sweet’. This great difference may be viewed as depending on a little detail: once again, it is the crucial distinction between imposition and use of a name that makes the difference. If you collapse that distinction, then every use of a word counts as a correct use, and you lose hold of the very notions of error and falsity. And since Protagoras’ thesis precisely amounts, in Plato’s interpretation, to the claim that all our judgements are true, then the distance between the two theses suddenly becomes much narrower. So Hermogenes’ conventionalism and Protagoras’ relativism are two formally similar, yet substantially independent theses”.

¹⁴² Ademollo traz a citação da peça *Romeu e Julieta*, de William Shakespeare, para esclarecer sua afirmação. A fala “that which we call a rose / by any other word would smell as sweet” é dita por Julieta com intenção de mostrar que o amor entre ela e seu amante independe do nome da família de cada um.

item são todas privadas à sua percepção individual, o que garante essa incorrigibilidade, ou infalibilidade, de suas asserções. Hermógenes também legitimaria todas as asserções, já que, no cenário do subjetivismo, o significado dos nomes seria definido exclusivamente pelo indivíduo. Assim, o resultado das duas teses seria o mesmo.

É importante notar que Ademollo não defende que, se o convencionalismo for uma doutrina subjetivista, ele implicaria no protagoreanismo. Ele argumenta que, nesse cenário, “a distância entre as duas teses se torna repentinamente menor”. Ou seja, o subjetivismo e o relativismo se colapsariam. Ainda assim, permanece a diferença de escopo e de natureza entre elas. Ambos chegariam ao mesmo resultado por caminhos diferentes: o subjetivismo linguístico legitima todas as proposições ao esvaziar todos os nomes de seu significado natural ou convencional; o relativismo ontológico, por sua vez, sustenta a infalibilidade de toda crença ao sustentar a tese de que os predicados de um objeto são sempre privados à apreensão do indivíduo.

Entretanto, Ademollo nega essa leitura subjetivista da tese de Hermógenes, destacando a centralidade da distinção *τιθέναι-καλεῖν* (“impor-usar”) no seio de sua proposta. Esse “pequeno detalhe” (*little detail*) resgata Hermógenes das críticas que foram frequentemente dirigidas a ele: de que sua teoria seria extremista; de que ele seria um personagem tolo, defensor de teses contraditórias entre si; de que ele teria sido enganado pelas perguntas de Sócrates, propondo uma doutrina incompatível com suas intenções iniciais. Esse pequeno detalhe também garante a independência entre as duas propostas no que diz respeito à essência ou natureza de cada uma (cf. *substantially*). Por fim, foi pensando nesse detalhe que Platão trouxe a teoria de Protágoras ao jogo dialético, mostrando os riscos que a formulação de Hermógenes poderia assumir, caso fosse mal compreendida.

Protágoras e Hermógenes: o movimento dialético de Platão. Depois do levantamento da literatura e das considerações realizadas, é possível ponderar com maior exatidão qual é a relação de Protágoras e Hermógenes no diálogo e como a refutação de (P) contribui para o avanço do exame dialético.

Em primeiro lugar, a leitura de Ademollo sobre o convencionalismo nos parece a mais correta e próxima do texto de 384c-385e. Argumentamos ao longo de todo o capítulo 3 em favor do mesmo ponto do autor. Aqui, é preciso assinalar novamente a importância dos jargões *ὄνομα ἰδίᾳ*, “nome para um indivíduo”, e *ὄνομα δημοσίᾳ*, “nome para um povo”. O primeiro é válido em uma circunscrição pessoal. Se eu pretendo chamar o Bruce Wayne de “Batman”, eu posso fazê-lo. Se tu pretendes, também poderias. E se concordamos quanto à referência de “Batman”, o uso desta palavra durante nossa interlocução é compreensível. Porém, se queremos

usá-la ao falarmos com outras pessoas que não conhecem o Batman, ou que não conhecem que o Bruce Wayne é o Batman (como é o caso de quase toda a população de Gotham City), então não podemos esperar ser compreendidos. Neste caso, podemos afirmar que esse nome é “incorreto” (οὐ ὀρθῶς): “Será que, como quer que pareça a alguém que deve ser dito, assim dizendo, falará corretamente?” (Πότερον οὖν ἢ ἄν τῷ δοκῆι λεκτέον εἶναι, ταύτη λέγων ὀρθῶς λέξει [...]; 387b11-c2¹⁴³). Ele é incorreto porque falha naquilo que é sua principal finalidade, a saber, viabilizar a comunicação e o conhecimento: “O nome é um instrumento de ensino” (“Ὄνομα ἄρα διδασκαλικόν τί ἐστὶν ὄργανον, 388b13).

Para que a comunicação seja viável em um nível comunitário, é preciso um “acordo” (ὁμολογία) entre os indivíduos dessa comunidade. Chegamos então à categoria ὄνομα δημοσία: o nome já não é válido apenas em uma circunscrição privada, mas é aceito também pelo “povo” (δῆμος). Neste nível, Hermógenes afirma que o uso correto dos nomes depende inteiramente da tradição linguística subjacente. Não há espaço para um subjetivismo radical. Hermógenes apenas ponderou que, antes dessa tradição ser formada, poderíamos ter escolhido qualquer nome para designar as coisas. Entretanto, na medida em que tais e tais palavras específicas foram selecionadas e se tornaram parte do arcabouço tradicional desta língua, elas devem ser respeitadas.

Se essa leitura do convencionalismo está correta, então, como defendeu Ademollo, o convencionalismo e o protagoreanismo são teses independentes. Isso se dá por dois motivos. Primeiro, a assimetria entre uma tese própria do domínio da linguagem e outra própria do domínio do “ser” (τὸ ὄν) impede o caminho de implicação (C) → (P). Além disso, a ideia de Hermógenes de que, no domínio público, os nomes não são entidades relativas ao indivíduo, mas dependem de um critério objetivo para serem considerados corretos, a saber, a convenção, impede a validade do condicional (P) → (C). Hermógenes tem motivo para rejeitar a *Verdade* de Protágoras: ele acredita na existência de pelo menos uma coisa objetiva (isto é, independente do sujeito), a saber, o critério pelo qual definimos que um nome pode ser contado como “adequado”.

Entretanto, se as duas teses são independentes, por que Platão inseriu o argumento de refutação de Protágoras no contexto de 385e-386e? Os intérpretes que veem um vínculo entre o subjetivismo linguístico e o protagoreanismo oferecem um *insight* importante para responder essa pergunta. Acreditamos que estejam equivocados quanto à natureza da tese de Hermógenes, porém, como Ademollo salientou, se não fosse por aquele “pequeno detalhe”, de fato, a tese de

¹⁴³ Tradução de VIEIRA (2014).

Hermógenes poderia ser interpretada em moldes subjetivistas. Nesse caso, haveria uma grande proximidade entre as duas propostas.

Portanto, como argumentou Ademollo, Platão introduz a tese de Protágoras para alertar Hermógenes a respeito da possível proximidade entre a tese que ele anteriormente emitiu e a do sofista. É como se Sócrates dissesse: “Hermógenes, cuidado, pois se desenvolveres tua tese dando tamanho enfoque ao ‘para cada sujeito’ (ἐκάστω), chegando a desprezar o elemento da ‘convenção’ (συνθήκη) e do ‘acordo’ (ὁμολογία), então não terás defendido nada diferente daquilo que Protágoras defendeu com a *Verdade* dele. É preciso que articules estes dois elementos, formando uma teoria coesa”. Em outras palavras, Platão chama atenção ao fato de que, se Hermógenes tivesse se mantido apenas no primeiro estágio do processo denotativo, ele teria destruído a capacidade efetiva de nomeação e predicação da linguagem.

A esse respeito, a análise de Baxter ainda é preciosa. Anulando o critério binário de correteza dos nomes e se apegando apenas ao primeiro, a teoria de Hermógenes não seria somente uma proposta que chega às mesmas consequências que a proposta de Protágoras. Efetivamente, Platão introduz a tese de Protágoras porque parece considerar que a doutrina da medida é o fundamento epistêmico-ontológico necessário para sustentar uma tese como essa. Ao dar a Sócrates o nome de “Sócrates” significa que temos a capacidade de singularizar este objeto dentre os demais. Designar cada homem pelo nome “Homem” significa ser capaz de distinguir essa coletividade dos demais objetos com base em um critério comum. Assim, para defender que qualquer nome pode ser atribuído a qualquer coisa, o melhor cenário ontológico seria aquele em que os objetos possuem apenas aquelas propriedades que fazem parte da percepção do indivíduo. Dessa forma, as propriedades e a identidade dos objetos, fatores que direcionam o processo de denominação, realmente estarão sob o domínio de cada um. É isso que a doutrina do *homo mensura* obteria para Hermógenes.

É importante frisar que a teoria convencionalista de Hermógenes, mesmo se não for lida numa perspectiva subjetivista, ainda assim pode gerar certas consequências indesejáveis – e Platão se preocupa com isso também. Vejamos um exemplo. Consideremos que uma comunidade tenha se deparado com uma espécie peculiar de peixe alaranjado, próprio da região e que sempre está associado a recifes de coral. Ela o chama de “peixe-palhaço” em razão de sua coloração. Com o tempo, as pessoas percebem que um outro tipo de peixe também se encontra sempre atrelado aos recifes. Apesar da coloração distinta (tipicamente azul), por viver nos corais, pensam que seja uma variação do mesmo tipo de peixe e o chama de “peixe-palhaço”. Porém, ao decorrer do tempo, descobrem que esse peixe azul possui hábitos muito distintos daquele peixe alaranjado. O peixe azul, por exemplo, não possui a relação de simbiose com

anêmonas assim como o peixe palhaço. Ao peixe azul, então, decidem dar um novo nome: “peixe-donzela”. De fato, os dois peixes são de gêneros diferentes, mas por muito tempo esse fato foi ignorado, sequer foi investigado, pois pensavam que se tratava de um mesmo gênero de peixe.

Essa confusão parece retratar bem um cenário que preocupa Platão. De certa forma, o filósofo deseja afirmar que o nome “peixe-palhaço” era “incorreto” (οὐ ὀρθῶς) quando aplicado pela primeira vez ao peixe-donzela. Com isso, ele não pretende dizer que “peixe-palhaço” não se refira ao peixe-donzela se o indivíduo (ou a comunidade) assim quiser. Ou seja, ele não pretende defender que a decisão do indivíduo (ou da comunidade) não seja o suficiente para garantir a referência do nome. Entretanto, o filósofo enfatiza que essa denominação importa para dentro de si uma confusão quanto às propriedades e características de cada um desses seres. Essa confusão pode, em certos cenários, dificultar o avanço do conhecimento científico, porque o nome não estaria cumprindo o que Kretzmann denominou de “função taxonômica”. O mesmo caso poderia acontecer ao confundirmos, por exemplo, o tubarão-branco com o tubarão-baleia. Ambos são semelhantes, contudo, eles não são nem do mesmo gênero nem da mesma família. No primeiro caso, temos um predador ativo, no segundo, um filtrador de fitoplanctôn. Existem casos ainda mais graves de homonímias, que parecem não ter nenhum fundamento senão a história de formação da própria língua, como o caso da fruta tropical e da parte da vestimenta que cobre o braço, que são ambas chamadas de “manga”. Supondo que a linguagem deva oferecer aos indivíduos, da melhor maneira possível, informações e dados sobre a realidade, será que seria um absurdo pedir que a linguagem evite esses fenômenos?

Demos aqui exemplos simples, frutos do acaso ou da falta de conhecimento das pessoas. Contudo, Platão parece se preocupar mais ainda com aqueles cenários em que um indivíduo (ou um grupo de indivíduos) intencionalmente manipula a linguagem para oferecer um retrato falso da realidade. É o que faz Trasímaco em *República* I, quando propõe que o conceito de *justiça* (δικαιοσύνη) deve seguir aquilo que é “o vantajoso para mais forte” (τὸ τοῦ κρείττονος συμφέρον, *Resp.* I 338c2). Platão argumenta no *Teeteto* que os heraclitianos também procedem da mesma maneira. Para defenderem a tese de que “tudo é movimento” (τὸ πᾶν κίνησις ἦν, 156a5), eles fazem um revisionismo da linguagem ordinária, abolindo toda expressão que de alguma forma exprima repouso ou estabilidade (cf. *Tht.* 157a-b; 160b-c; 183a-b). Esses casos revelam a preocupação do filósofo com a manipulação da linguagem sobretudo “no domínio do exame dos conceitos” (ἐν τῇ τῶν λόγων σκέψει, *Resp.* I 336e3). Áreas da filosofia como a ética, que o filósofo considera extremamente valiosa, está constantemente sob a ação dessa manipulação.

Para Platão, o problema da teoria de Hermógenes é que ela não consegue barrar esses casos. Platão, então, ressalta a importância da linguagem respeitar o modo como as coisas são. Isso não significa que a linguagem deve ser um retrato indefectível da realidade, pois há erros e incertezas na compreensão do mundo. Também não significa que os nomes não sejam, em parte, dependentes da “imposição” (θέσις). Significa somente que a linguagem não pode estar inteiramente sob o domínio de um indivíduo ou de um grupo, ainda que haja acordo sobre isso. Porque a linguagem responde, em última instância, à estrutura da realidade. Platão argumentará a favor desse ponto dizendo que o processo de denominação deve se dar em conformidade com a “forma” (εἶδος) de cada ser. De fato, o argumento parte da premissa de que as coisas possuem propriedades estáveis e sólidas, premissa obtida a partir da refutação de Protágoras e Eutidemo. Assim, Sedley e Kretzmann estão corretos em apontar o papel positivo dessa refutação, fundamental para o avanço do diálogo.

Enfim, Platão está preocupado em lançar as bases para a construção de uma linguagem precisa no campo da filosofia. Seu interesse não está somente nos critérios pelos quais podemos chamar um item de “nome”: o filósofo está muito apreensivo para definir o que pode ser considerado ou não um bom nome, ou um nome adequado.

CAPÍTULO 6. A TEORIA DE SÓCRATES (386E-390E)

O *Crátilo* gira em torno da discussão entre o naturalismo e o convencionalismo. Mostramos anteriormente a importância de considerar o contexto dialético da obra. Platão não se limita a narrar aquilo que Hermógenes, Protágoras, Eutidemo ou Crátilo defenderam historicamente. Ele realiza um profundo exame dialético de cada tese, revelando tanto seus aspectos positivos quanto seus aspectos negativos. No capítulo anterior, por exemplo, destacamos como Platão compreende a relação entre Protágoras e Hermógenes e como ele espera corrigir ou aperfeiçoar o critério de correteza definido na primeira etapa do convencionalismo por meio do conceito de φύσις (“natureza”).

A primeira vez que essa noção de φύσις apareceu no diálogo foi em (T4). O trecho trata da tese naturalista de Crátilo. Sua concepção parte da contraposição entre *nome natural* e *nome artificial*. O nome natural é todo nome dado a um objeto em razão da relação Φ que existe, “por natureza” (φύσει), entre os dois. Crátilo entende Φ como sendo uma relação de descrição do *nominatum* através da etimologia do nome. O nome artificial, por sua vez, é aquele cunhado e imposto por uma pessoa (ou um conjunto de pessoas) tendo em vista qualquer outro motivo que não a relação Φ . Crátilo defende uma visão naturalista radical. Ele conforme o estatuto de “nome em verdade” (ὄνομα ... τῆ ἀληθείᾳ, 383b2-3) apenas aos nomes naturais e nega que os nomes artificiais sejam itens que realmente componham a linguagem. Como não cumprem o requisito descritivo essencial para serem considerados verdadeiros ὀνόματα (“nomes”), os nomes artificiais não possuem nenhum sentido e tampouco se referem a algum item no mundo: nas palavras de Amônio, eles seriam somente um “ruído” (ψόφος). Uma evidência disso é o trecho 429e1-2, no qual Crátilo frisou que é impossível existir qualquer componente da linguagem que não retrate ou descreva (via etimologia) com exatidão a realidade.

Em 386e-390e, Sócrates faz o melhor desenvolvimento possível do naturalismo. O convencionalismo é brevemente deixado de lado, enquanto o naturalismo assume o papel central no exame dialético. Platão analisa a proposta naturalista sob diversos aspectos, buscando verificar se, por acaso, nela não haveria alguma luz para compreender melhor o desafiador (cf. χαλεπός, “difícil”, 384c7) assunto tratado. Veremos que o filósofo dará um novo significado para a relação Φ . Platão deixará de exigir que a linguagem seja uma descrição (via etimologia) exata e transparente da realidade, requerendo somente que a linguagem consiga captar, da melhor maneira possível, a ordem e a estrutura que compõem o mundo.

Neste último capítulo, analisaremos detidamente essa tese que chamamos de “teoria das formas”, ou simplesmente “naturalismo de Sócrates”. Seu primeiro estágio é desenvolvido em 386e-387d. Nesse ponto, Sócrates explica que toda atividade, inclusive a própria nomeação, deve ser definida em vista da sua finalidade e da natureza dos objetos envolvidos. Ele sustenta que toda atividade depende da natureza da coisa sobre a qual se debruça e, sendo a nomeação uma atividade, argumenta que é necessário reconhecer que os nomes dependem, de alguma forma, da natureza dos seus respectivos *nominata*.

Resta delimitar exatamente como se dá essa dependência. Esse é o objetivo do segundo estágio do naturalismo, delineado em 387e-390e. Sócrates faz uma analogia entre o ato de nomear e o ato de tecer, ensinando que assim como a lançadeira é usada para separar a urdidura da trama, assim também os nomes são instrumentos utilizados para distinguir os seres em diferentes categorias. O texto não afirma que os nomes precisam revelar exatamente a essência do item denotado, mas sustenta que os “traços característicos” (indicados pelos conceitos de οὐσία ou φύσις) dos objetos e suas respectivas classes e categorias devem ser respeitados ao longo do processo de nomeação, sendo esse o critério para definir exatamente o que é ou não um bom nome. Nesse contexto, o personagem dá foco ao conceito de *forma* ao falar que a “forma do nome” (τὸ τοῦ ὀνόματος εἶδος) deve ser definida tendo em vista as estruturas da própria realidade.

A seguir, dedicaremos uma seção para cada estágio da teoria de Sócrates, resumindo ao final os principais resultados obtidos nesta Dissertação.

SEÇÃO 1. O PRIMEIRO ARGUMENTO (386E-387D)

Começaremos analisando o trecho em que Sócrates argumenta pela primeira vez em favor da teoria das formas. O princípio do argumento está estreitamente relacionado à refutação do protagoreanismo, que discutimos nos dois capítulos anteriores. O raciocínio de Sócrates busca estabelecer que a ação de nomear está intimamente vinculada às propriedades intrínsecas dos objetos, pois a nomeação deve respeitar a disposição das próprias coisas no mundo. Ao contrário daqueles que consideram o argumento de Sócrates vago e impreciso¹⁴⁴, queremos mostrar que o argumento de Sócrates é forte e suscita reflexões filosóficas significativas. Ao final, traremos a leitura de outros intérpretes, que nos ajudarão a apreciar melhor o valor da fala do personagem.

¹⁴⁴ Por exemplo: ROBINSON, 1969, p. 123-124.

(T40) SÓ. Portanto, se todas as coisas não são simultaneamente e sempre semelhantes para todos, nem cada coisa é privada para cada um, [1] *então é evidente que elas possuem, por si mesmas, certa essência e que as coisas são estáveis, não sendo relativas a nós, nem sob nosso domínio, sendo jogadas para cima e para baixo segundo nossas aparências, mas, por si mesmas, são relativas a si mesmas, possuindo, por natureza, uma certa essência.*

HERM. Parece-me que é assim mesmo, Sócrates.

SÓ. [2] *Porém, por acaso elas existem assim por natureza, enquanto que as ações referente a elas não se dão deste modo¹⁴⁵? Ou elas, as ações, também não são uma forma única dentre os seres?*

HERM. *Efetivamente, elas também.*

SÓ. *Logo, as ações se realizam segundo sua própria natureza, não conforme a opinião que dela fizermos.* Por exemplo: se quisermos cortar alguma coisa, poderemos fazê-lo como bem entendermos ou com o que for do nosso agrado? Não será cortando cada objeto como quer a natureza que ele seja cortado e com o instrumento apropriado para cortar, que o cortaremos e realizaremos corretamente a operação, e se quisermos proceder contra a natureza, falharemos de todo e nada conseguiremos?

HERM. É também o que eu penso.

SÓ. Da mesma forma, no caso de desejarmos queimar alguma coisa, não deveremos fazê-lo de qualquer jeito, como nos ditar a fantasia, mas pelo modo certo, que é o modo indicado pela natureza para queimar e ser queimado e com os meios apropriados.

HERM. É isso mesmo.

SÓ. E com tudo o mais não se passa da mesma forma?

HERM. Perfeitamente.

[3.1] SÓ. *E falar, não é também uma espécie de ação?*

HERM. *É.*

[3.2] SÓ. *De que modo, então, falará alguém corretamente: da maneira que lhe aprouver falar, ou, de preferência, dizendo as coisas segundo o modo natural de falar e como devem ser ditas, para alcançar o seu intento e dizer, de fato, alguma coisa, sem o que cometerá erros e nada conseguirá?*

HERM. Penso que é como dizes.

[4.1] SÓ. *E dar nome às coisas, não é uma parte do ato de falar? Quando se denomina alguma coisa, fala-se, não é verdade?*

HERM. *Perfeitamente.*

SÓ. *Logo, nomear, também é ação, uma vez que falar é uma espécie de ação, com relação a certas coisas.*

HERM. É isso mesmo.

¹⁴⁵ Acolhendo a proposta de Sedley (cf. 2003, p. 54-58).

SÓ. Ora, as açðes, como já vimos, não são relativas a nós, mas tem cada uma sua própria natureza.

HERM. É isso mesmo.

[4.2] SÓ. *Assim sendo, convirá nomear as coisas pelo modo natural de nomeá-las e serem nomeadas, e pelo meio adequado, não como imaginamos que devemos fazê-lo, caso queiramos ficar coerentes com o que assentamos antes. Só por esse modo conseguiremos, de fato, dar nome às coisas; do contrário, será impossível* (Cra. 386d8-387d8. Trad. Nunes, com modificações)¹⁴⁶.

¹⁴⁶ ΣΩ. Οὐκοῦν εἰ μήτε πᾶσι πάντα ἐστὶν ὁμοίως ἅμα καὶ αἰεὶ, μήτε ἐκάστῳ ἰδίᾳ ἕκαστον [τῶν ὄντων ἐστίν], δῆλον ὅτι αὐτὰ αὐτῶν οὐσίαν ἔχοντά τινα βέβαιόν ἐστι τὰ πράγματα, οὐ πρὸς ἡμᾶς οὐδὲ ὑφ' ἡμῶν ἐλκόμενα ἄνω καὶ κάτω τῷ ἡμετέρῳ φαντάσματι, ἀλλὰ καθ' αὐτὰ πρὸς τὴν αὐτῶν οὐσίαν ἔχοντα ἥπερ πέφυκεν.

ἘΡΜ. Δοκεῖ μοι, ὦ Σώκρατες, οὕτω.

ΣΩ. Πότερον οὖν αὐτὰ μὲν ἂν εἴη οὕτω πεφυκότα, αἱ δὲ πράξεις αὐτῶν οὐ κατὰ τὸν αὐτὸν τρόπον; ἢ οὐ καὶ αὐτὰ ἔν τι εἶδος τῶν ὄντων εἰσίν, αἱ πράξεις;

ἘΡΜ. Πάνυ γε καὶ αὐτὰ.

ΣΩ. Κατὰ τὴν αὐτῶν ἄρα φύσιν καὶ αἱ πράξεις πράττονται, οὐ κατὰ τὴν ἡμετέραν δόξαν. οἷον ἐάν τι ἐπιχειρήσωμεν ἡμεῖς τῶν ὄντων τέμνειν, πότερον ἡμῖν τμητέον [ἐστίν] ἕκαστον ὡς ἂν ἡμεῖς βουλῶμεθα καὶ ὧ ἂν βουληθῶμεν, ἢ ἐάν μὲν κατὰ τὴν φύσιν βουληθῶμεν ἕκαστον τέμνειν τοῦ τέμνειν τε καὶ τέμνεσθαι καὶ ὧ πέφυκε, τεμοῦμέν τε καὶ πλέον τι ἡμῖν ἐσται καὶ ὀρθῶς πράξομεν τοῦτο, ἐάν δὲ παρὰ φύσιν, ἐξαμαρτησόμεθα τε καὶ οὐδὲν πράξομεν;

ἘΡΜ. Ἐμοιγε δοκεῖ οὕτω.

ΣΩ. Οὐκοῦν καὶ ἐὰν κάειν τι ἐπιχειρήσωμεν, οὐ κατὰ πᾶσαν δόξαν δεῖ κάειν, ἀλλὰ κατὰ τὴν ὀρθήν; αὕτη δ' ἐστὶν ἢ ἐπεφύκει ἕκαστον κάεσθαι τε καὶ κάειν καὶ ὧ ἐπεφύκει;

ἘΡΜ. Ἔστι ταῦτα.

ΣΩ. Οὐκοῦν καὶ τᾶλλα οὕτω;

ἘΡΜ. Πάνυ γε.

ΣΩ. Ἄρ' οὖν οὐ καὶ τὸ λέγειν μία τις τῶν πράξεων ἐστίν;

ἘΡΜ. Ναί.

ΣΩ. Πότερον οὖν ἢ ἂν τῷ δοκῇ λεκτέον εἶναι, ταύτη λέγων ὀρθῶς λέξει, ἢ ἐάν μὲν ἢ πέφυκε τὰ πράγματα λέγειν τε καὶ λέγεσθαι καὶ ὧ, ταύτη καὶ τούτῳ λέγη, πλέον τέ τι ποιήσει καὶ ἐρεῖ ἂν δὲ μή, ἐξαμαρτησεται τε καὶ οὐδὲν ποιήσει;

ἘΡΜ. Οὕτω μοι δοκεῖ ὡς λέγεις.

ΣΩ. Οὐκοῦν τοῦ λέγειν μόνιον τὸ ὀνομάζειν; διονομάζοντες γάρ που λέγουσι τοὺς λόγους.

ἘΡΜ. Πάνυ γε.

ΣΩ. Οὐκοῦν καὶ τὸ ὀνομάζειν πράξις [τίς] ἐστίν, εἴπερ καὶ τὸ λέγειν πράξις τις ἦν περὶ τὰ πράγματα;

ἘΡΜ. Ναί.

ΣΩ. Αἱ δὲ πράξεις ἐφάνησαν ἡμῖν οὐ πρὸς ἡμᾶς οὔσαι, ἀλλ' αὐτῶν τινα ἰδίαν φύσιν ἔχουσαι;

ἘΡΜ. Ἔστι ταῦτα.

ΣΩ. Οὐκοῦν καὶ ὀνομαστέον [ἐστίν] ἢ πέφυκε τὰ πράγματα ὀνομάζειν τε καὶ ὀνομάζεσθαι καὶ ὧ, ἀλλ' οὐχ ἢ ἂν ἡμεῖς βουληθῶμεν, εἴπερ τι τοῖς ἔμπροσθεν μέλλει ὁμολογούμενον εἶναι; καὶ οὕτω μὲν ἂν πλέον τι ποιοῖμεν καὶ ὀνομάζομεν, ἄλλως δὲ οὐ;

Trecho 1. O primeiro trecho de (T40) é obtido por meio da negação da teoria de Protágoras e de Eutidemo. A fala de Sócrates apresenta uma visão ontológica alternativa, na qual os objetos do mundo possuem propriedades fixas e estáveis. Sócrates afirma que as coisas não são lançadas para cima e para baixo pelas nossas aparências, defendendo, assim, uma cisão conceitual entre *ser* e *aparência*. As propriedades de um objeto não se reduzem ao conceito de “aparência” (φάντασμα ou φαντασία), porque não são meramente itens da percepção privada de um indivíduo. Elas são itens objetivos, ou seja, ontologicamente independentes do sujeito. Explicando a partir do vocabulário de Grote¹⁴⁷, Sócrates está dizendo que existe um descompasso entre as qualidades reais de um objeto (*qualia*) e as qualidades que o indivíduo percebe no objeto (*percepta*), ou as qualidades que o indivíduo acredita que o objeto possui (*credita*), ou ainda, as qualidades que o indivíduo pensa que o objeto possui (*cogitata*). Esses três últimos implicam uma participação ativa, respectivamente, do *percipiens*, do *credens* e do *cogitans*, enquanto que os *qualia* são autônomos em seu ser. Essa afirmação, com efeito, constitui a primeira premissa do argumento de (T40).

Trecho 2. No trecho [2], Sócrates extrai a segunda premissa do seu argumento: se as coisas¹⁴⁸ possuem uma natureza fixa, então as ações que dizem respeito a elas também o possuem. Em outras palavras, Sócrates argumenta que, já que os objetos possuem propriedades sólidas e firmes, as ações realizadas sob esses objetos devem respeitá-las. Mais adiante, esses atributos serão chamados de εἶδος, “forma”. Para agir com sucesso sobre um objeto, devemos fazê-lo em *conformidade* com esses atributos, ou seja, devemos respeitar a estrutura ontológica que os próprios objetos fornecem.

Sócrates ilustra essa situação a partir do ato de cortar ou de colocar fogo em um item. Não podemos colocar fogo em um item usando qualquer tipo de instrumento, é preciso utilizar uma tocha, um isqueiro, ou mesmo um fósforo. Além disso, nem todos os objetos são suscetíveis a essa ação, em razão de sua própria natureza (cf. Aristóteles, *Mete.* IV 9 387a18-21¹⁴⁹). Alguns metais, como o tungstênio e a platina, possuem pontos de fusão extremamente altos e não podem ser queimados sem um método específico para isso. Outros materiais não

¹⁴⁷ GROTE, 1888, cap. XXXI, p. 293.

¹⁴⁸ O termo αὐτά, “elas”, em 386e6 tem como referente τὰ πράγματα, “as coisas” ou “os objetos”, em 386e1-2.

¹⁴⁹ O exemplo de Sócrates nos recorda de uma passagem de Aristóteles: “Alguns corpos são combustíveis e outros não. Madeira, lã e osso são combustíveis; pedra e gelo não são. Os corpos são combustíveis quando seus poros são tais admitem fogo e seus poros longitudinais contêm uma umidade mais fraca que o fogo [Some bodies are combustible and some are not. Wood, wool, bone are combustible; stone, ice are not. Bodies are combustible when their pores are such as to admit fire and their longitudinal pores contain moisture weaker than fire]” (*Mete.* IV 9 387a18-21. Trad. E. W. Webster, em BARNES, 1984).

queimam porque são compostos inorgânicos, e não possuem carbono ou moléculas orgânicas combustíveis para alimentar uma reação de combustão. Esse é o caso do óxido de alumínio, do carvão de silício e do vidro. Da mesma forma, não podemos cortar um objeto usando qualquer tipo de instrumento, é preciso utilizar uma espada, uma faca, ou outro item cortante. Além disso, nem todos os objetos são suscetíveis a essa ação, em razão de suas propriedades internas. Se pensarmos no padrão grego, talvez o diamante fosse considerado um objeto perfeitamente resistente ao corte. O grafeno seria outro exemplo. Quando em camada muito fina, ele apresenta uma enorme resistência ao corte, mantendo uma estrutura muito coesa e integrada. Aristóteles também aponta que materiais fluidos ou úmidos, como a água, não podem ser cortados (cf. *Mete.* IV 9 386b26-387a12¹⁵⁰).

Com esses exemplos, Sócrates quer ensinar que existe uma relação de dependência entre as propriedades intrínsecas dos objetos e as ações às quais eles são suscetíveis. O paralelo entre o texto de *Crátilo* e o de Aristóteles é interessante, pois ajuda a tornar o argumento de Sócrates mais claro e convincente. Sócrates e Aristóteles argumentam que os objetos possuem atributos objetivos e intrínsecos, que os qualificam em si mesmos e não são relativos ao sujeito. Essas propriedades, compreendidas por Sócrates sob o escopo do conceito de “forma” (εἶδος), determinam quais ações podem ser realizadas sobre o objeto e como devem ser realizadas. Da

¹⁵⁰ “Algumas coisas são fissíveis, por exemplo, a madeira, enquanto outras não, por exemplo, o barro de oleiro. Uma coisa é fissível quando está apta a se dividir antes que o instrumento que a está cortando a divida, pois um corpo é dito se partir quando se divide além do ponto a que o instrumento cortante a divide, e o ato de divisão avança: o que não é o caso no cortar. Os corpos que não podem agir dessa forma não são fissíveis. Nada que seja macio é fissível (por macio, quero dizer absolutamente macio, não relativamente: pois o próprio ferro pode ser relativamente macio); nem todas as coisas duras são fissíveis, mas apenas aquelas que não são líquidas, nem moldáveis, nem passíveis de serem fragmentadas. Assim são os corpos cujos poros se mantêm coesos ao longo de seu comprimento e não em largura. Dentro os sólidos duros ou macios são aptos a serem cortados aqueles que não se dividem necessariamente antes do instrumento ou quebram em minúsculas partículas quando estão sendo divididos; e tudo o que não é úmido não pode ser cortado. Algumas coisas podem ser tanto partidas quanto cortadas, como a madeira, embora geralmente seja ao longo do comprimento que uma coisa pode ser partida e transversalmente que pode ser cortada. Pois, um corpo, ao ser dividido em muitas partes, na medida em que sua unidade é composta de muitos comprimentos, ele é apto a ser partido, e na medida em que é composto de muitas larguras, ele é apto a ser cortado [Some things are fissile, e.g. wood, some are not, e.g. potter’s clay. A thing is fissile when it is apt to divide in advance of the instrument dividing it, for a body is said to split when it divides to a further point than that to which the dividing instrument divides it and the act of division advances: which is not the case with cutting. Those bodies which cannot behave like this are non-fissile. Nothing soft is fissile (by soft I mean absolutely soft and not relatively: for iron itself may be relatively soft); nor are all hard things fissile, but only such as are neither liquid nor impressible nor capable of being fragmented. Such are the bodies that have the pores along which they cohere lengthwise and not crosswise. Those hard or soft solids are apt to be cut which do not necessarily either split in advance of the instrument or break into minute fragments when they are being divided; and everything that is not moist cannot be cut. Some things can be both split and cut, like wood, though generally it is lengthwise that a thing can be split and crosswise that it can be cut. For, a body being divided into many parts, in so far as its unity is made up of many lengths it is apt to be split, in so far as its unity is made up of many lengths it is apt to be split, in so far as it is made up of many breadths it is apt to be cut]” (*Mete.* IV 9 386b26-387a12. Trad. E. W. Webster, em BARNES, 1984).

mesma forma, Aristóteles sugere que as ações de cortar e colocar fogo dependem das propriedades intrínsecas das coisas¹⁵¹.

Trecho 3. Após explicar como as propriedades de um objeto determinam as ações que podem ser realizadas sobre ele e o modo como devem ser realizadas, Sócrates continua sua linha de raciocínio adicionando que o ato de “falar” (λέγειν, 387b8) é um tipo de “ação” ou “atividade” (πρᾶξις, 387b8). Uma vez que toda ação depende necessariamente da consideração das propriedades que qualificam o objeto de maneira objetiva, e considerando que falar é uma ação, ele também deve se adequar à natureza da coisa sobre a qual está agindo.

Trecho 4. Em [4] encontramos o fechamento do argumento de Sócrates. Ele afirma que a ato de “nomear” (ὀνομάζειν, 387c6) é uma “parte” (μῦριον, 387c6) do ato de falar, partilhando algumas de suas propriedades, dentre elas, a necessidade de se adequar às características intrínsecas dos objetos aos quais faz referência. Fica, portanto, estabelecido o caráter intrinsecamente natural da relação *nomen-nominatum*. O nome não é dado a um item conforme nossas “opiniões” ou “fantasias”, mas em conformidade com a disposição das coisas no mundo. Em suma, o argumento segue a seguinte estrutura:

1. As coisas possuem uma natureza fixa;
2. As ações referentes a essas coisas também possuem uma natureza fixa;
3. Falar é uma ação desse tipo;
4. Assim, falar é uma ação que possui uma natureza fixa;
5. Nomear é parte do ato de falar;
6. Portanto, nomear também possui uma natureza fixa.

¹⁵¹ Contudo, os dois filósofos discordariam radicalmente um do outro quanto à transposição dessa situação para a análise do fenômeno da “nomeação” (ὀνομάζειν). Sócrates utiliza os exemplos acima para ilustrar como seria funcionaria o mecanismo denotativo da linguagem. Assim como o ato de cortar e de colocar fogo, o ato de dar um “nome” (ὄνομα) a um objeto também deve respeitar a sua natureza intrínseca, isto é, as propriedades que lhe qualificam de maneira objetiva. Entretanto, Aristóteles provavelmente não concordaria com essa ilustração, afirmando que o nome não funciona como as duas ações descritas, uma vez que não há nada na natureza de um objeto que impediria de chamá-lo de um modo e nos forçaria a chamá-lo de outro.

O comentário de Proclo reforça esse pensamento. O autor faz referência “ao argumento de Aristóteles” (ὁ τοῦ Ἀριστοτέλους λόγος) contra o naturalismo Platão: “As coisas que existem por natureza são as mesmas para todos, mas os nomes não são os mesmos para todos; portanto, as coisas que existem por natureza não são nomes, e os nomes não existem por natureza [τὰ μὲν φύσει παρὰ πᾶσι τὰ αὐτά, τὰ δὲ ὀνόματα οὐ παρὰ πᾶσι τὰ αὐτά, ὥστε τὰ φύσει ὄντα οὐκ εἰσὶν ὀνόματα, καὶ τὰ ὀνόματα οὐκ εἰσὶν φύσει]” (*In Crat.* 58.1-4). Sob esse prisma, rebatendo a analogia de Sócrates, Aristóteles poderia argumentar que as ações de queimar e cortar são as mesmas para todas, mas os nomes não são os mesmos para todos. Portanto, eles não seriam por natureza.

É importante entender que a natureza fixa das ações e, especificamente, da ação de nomear é derivada da natureza fixa dos próprios objetos. Isso significa que os itens linguísticos respondem aos itens de ordem ontológica. Sua natureza é respeitar a disposição e ordenação dos objetos do mundo.

Interpretação de Sedley (2003). Ao se debruçar sobre o argumento em (T40), David Sedley argumenta que Sócrates está fazendo Hermógenes considerar o ato denotativo a partir de uma perspectiva não-protagoreana:

(T41) Embora o argumento seja breve, ao focar em sabedoria ou *expertise* ele parece fazer o ponto atual de Sócrates muito efetivo. Porque, uma vez que Hermógenes foi persuadido a considerar a nomeação a partir de um ponto de vista não-protagoreano, ele está pronto para ser persuadido que ela, *como as outras ações*, pode ser realizada com *expertise* ou sem *expertise* (SEDLEY, 2003, p. 55)¹⁵².

O autor compreendeu bem o propósito de Sócrates. Recordemos, em primeiro lugar, que a tese de Protágoras trata sobre a disposição das coisas do mundo. Ele torna as propriedades de um item inteiramente privadas ao *percipiens*, dotando todas as suas crenças e juízos do caráter de infalibilidade. Tomando essa tese como fundamento ontológico, “um seguidor de Protágoras” (τις τῶν ἀμφὶ Προταγόραν, *Tht.* 170c6) poderia assumir o mesmo esquema explicativo para os ὀνομάτα (“nomes”). Considerando que os nomes nada mais fazem senão referir-se aos itens no mundo e às suas propriedades, uma vez que estes se tornam privados à apreensão de cada indivíduo, isso significa que os critérios que governam a nomeação também se tornam “individuais” ou “próprios” (ἰδία) de cada pessoa. Efetivamente, a “corretude dos nomes” (ὀνόματος ὀρθότητα) se encontraria inteiramente nas mãos de cada um.

Diante esse cenário, Sócrates convence Hermógenes de que Protágoras está errado quanto à disposição das coisas no mundo. Propõe, ao contrário, que elas possuem propriedades firmes e permanentes. Em seguida, o convence “a considerar a nomeação a partir de um ponto de vista não-protagoreano”, isto é, a considerar que o processo de nomeação tem como “fundamento” (ἀρχή) a tese ontológica contrária a de Protágoras.

Sedley também se detém sobre como podemos compreender o significado da frase de Sócrates em 386e6-8 no argumento de (T40). O texto pode ser interpretado de duas diferentes maneiras. Alguns comentadores acreditam que se trata de uma aplicação da primeira premissa ao domínio específico das ações. Sendo as ações um tipo peculiar de ser (cf. 386e7-8: “elas, as

¹⁵² “Brief though the argument is, by focusing on wisdom or expertise it appears to make Socrates’ current point very effectively. For, once Hermogenes has been persuaded to regard naming from a non-Protagorean viewpoint, he is ready to be further persuaded that it, *like other actions*, can be done either expertly or inexpertly”.

ações, são uma forma de ser [αὐταὶ ἐν τι εἶδος τῶν ὄντων εἰσίν, αἱ πράξεις]”), se as coisas possuem uma natureza fixa, então também as ações também a possuem. O argumento se desenvolverá afirmando que “o falar” (τὸ λέγειν, 386b8) é um tipo de ação e que, assim, também possui uma natureza fixa. O passo final será dado em 387c6, em que Sócrates esclarece que “nomear” (ὀνομάζειν) é uma classe do ato de falar, concluindo a tese que Crátilo tanto insistiu: os nomes possuem uma natureza fixa. Essa linha de raciocínio pressupõe a identidade entre τὰ πράγματα (“as coisas”, 386e1-2) e τὰ ὄντα (“os seres”, 386e8). Sócrates começa o argumento afirmando que as coisas possuem uma natureza fixa e que, como as ações são um tipo de ser (isto é, de coisa), então elas também possuem uma natureza própria:

- 1’. As coisas possuem uma natureza fixa;
- 2’. As ações são um tipo de coisa;
- 3’. Assim, as ações também possuem uma natureza fixa;
- 4’. Falar é uma ação;
- 5’. Assim, falar também possui uma natureza fixa;
- 6’. Nomear é parte do ato de falar;
- 7’. Portanto, nomear também possui uma natureza fixa¹⁵³.

Sedley discorda que esse seja o formato do argumento socrático. Dentre outros motivos, o comentador aponta que ele se sustenta sobre a compreensão equivocada de que as ações são parte da generalização “coisas” (πράγματα):

(T42) Eu acredito que a reconstrução alternativa rejeitada acima se baseia em uma interpretação equivocada. Quando Sócrates, em 386e7-8, acrescenta, como citado acima, ‘Ou elas – as ações – também não são um tipo de seres (τῶν ὄντων)?’, ele não pretende inferir uma verdade sobre elas ao incluí-las sob sua generalização de que ‘as coisas’ (πράγματα) possuem uma natureza própria. O objetivo da pergunta é estabelecer que, já que as ações são ὄντα, “coisas que *são*”, elas possuem seu próprio “ser” (οὐσία), e, portanto, podem ser incluídas sob a descrição de coisas que possuem sua própria natureza, como tendo essa natureza ‘não relativa a nós, e nem arrastada para cima e para baixo por nós de acordo com o modo como elas aparecem, mas tendo uma relação natural intrínseca *com seu próprio ser*’ (386e1-4). Ele não chama as ações de ‘coisas’ (πράγματα) e, portanto, não dá o segundo passo do argumento que formulei hipoteticamente (SEDLEY, 2003, p. 57, n. 15)¹⁵⁴.

¹⁵³ Esse argumento também está esquematizado em SEDLEY, 2003, p. 56, ainda que com contornos diferentes.

¹⁵⁴ “I believe that the alternative reconstruction rejected above relies on a misunderstanding. When Socrates at 386e7–8 adds, as quoted above, ‘Or aren’t these – I mean actions – also one kind of beings (τῶν ὄντων)?’, he does not mean to infer a truth about them by bringing them under his generalisation that ‘things’ (πράγματα) have their own nature. The point of the question is to establish that, since actions are ὄντα, ‘things that there *are*’, they have their own ‘being’ (οὐσία), and hence can be included under the description of things with their own nature as having that nature ‘not relative to us, and not dragged up and down by us according to how they appear, but having

Segundo Sedley, o descompasso entre ser uma *coisa* e ser um *ser* impede que refaçamos o argumento de Sócrates seguindo os pontos (1’)-(7’). Para compreender bem o argumento, Sedley propõe que o genitivo αὐτῶν em 386e7 seja traduzido por “...pertencentes a elas” ao invés de “...delas”, obtendo “Porém, por acaso elas existem assim por natureza, enquanto que as ações *pertencentes a elas* não se dão deste modo?” ao invés de “Porém, por acaso elas existem assim por natureza, enquanto que as ações *delas* não se dão deste modo?”. Dessa forma, conseguiríamos destacar que Sócrates está se referindo não às ações que as coisas realizam, mas às ações que são realizadas sob as coisas e que, assim, devem se adequar à estrutura e às propriedades internas que elas, as coisas, possuem. Além disso, para que o argumento seja válido, o autor também sugere que Sócrates não está se referindo às ações que possuem uma relação qualquer com as coisas, mas somente àquelas que possuem uma relação específica de dependência:

(T43) Se [...] os objetos [...] devem ter suas próprias naturezas, isso implica (2*), isto é, que todas as ações focadas nesses objetos possuem suas próprias naturezas? Não, se considerarmos que “focados em” (o que eu traduzi como “pertencente a”, expresso em grego por um genitivo um tanto incomum) cubra ações relacionadas de qualquer maneira aos objetos, como andar perto deles ou cuspir sobre eles. Mas se considerarmos que a locução implica ações correlacionadas aos seus objetos de tal forma que a identidade do objeto ajude a caracterizar a ação, então (2*) se torna altamente credível. E, sob qualquer compreensão de como essa correlação possa ser, falar certamente estará [...] entre as ações assim correlacionadas aos seus objetos: até mesmo Hermógenes dificilmente poderia negar que a maneira como falamos sobre o mundo de alguma forma se correlaciona com como o mundo é (SEDLEY, 2003, p. 58)¹⁵⁵.

Sedley é muito perspicaz nessa sua pontuação. Se retornarmos à maneira como nós mesmos estruturamos o argumento de Sócrates, a premissa (2) precisa ser muito bem compreendida, sob pena de imputar a Sócrates uma tese absurda. Sócrates está defendendo que as ações realizadas sobre as coisas devem se conformar à sua natureza e às suas propriedades internas. Mais especificamente, Sócrates está argumentando que a natureza dessas ações é derivada

an intrinsic natural relation *to their own being* (οὐσία) (386e1–4). He does not call actions ‘things’ (πράγματα), and hence does not take step 2 of the argument I have hypothetically formulated”.

¹⁵⁵ “If [...] the objects [...] must have their own natures, does (2*) then follow, i.e. that all actions focused on those objects have their own natures? Not if we take ‘focused on’ (what I have translated ‘belonging to’, conveyed in Greek by a rather unusual genitive) to cover actions related in just any way to the objects, such as walking past them or spitting on them. But if we take the locution to imply actions correlated to their objects in such a way that the identity of the object helps to characterise the action, then (2*) becomes highly credible. And on any understanding of what this kind of correlation might be, speaking will surely [...] be among the actions thus correlated to their objects: even Hermogenes could hardly deny that the way we speak about the world somehow correlates to how the world is”.

da natureza dos objetos sobre os quais se debruçam. Contudo, é evidente que nem todas as ações cumprem essa norma. Por exemplo, Sedley aponta que a ação de andar perto de um objeto ou de cuspir sobre um objeto não depende em nada da consideração de suas propriedades. Por isso, devemos entender que Sócrates não está se referindo à qualquer ação, continua o autor, mas somente às “ações correlacionadas aos seus objetos de tal forma que a identidade do objeto ajude a caracterizar a ação”. Sócrates ilustra isso com o exemplo da ação de queimar e a ação de cortar uma coisa, ações que, como o próprio Aristóteles evidenciou, de fato dependem da natureza da *res super quam ago*, “coisa sobre a qual eu ajo”.

Por fim, Sedley aponta que, independente da maneira como construímos essa correlação, certamente o ato de falar é uma ação (*actio*) que depende das propriedades do *actum*: “mesmo Hermógenes dificilmente poderia negar que a maneira como falamos sobre o mundo de alguma forma se correlaciona com como o mundo é”. O ato de nomear, portanto, ainda que tenha algum componente de natureza convencional, não deve ser completamente desvinculado da consideração de como o mundo realmente é. As propriedades objetivas dos objetos são diretrizes que governam o elemento denotativo da linguagem.

Consideramos a leitura de Sedley correta e a adotamos como um modelo no momento de estruturarmos os passos (1)-(7) do argumento de Sócrates. Entretanto, consideramos que o descompasso que autor acredita existir entre τὰ πράγματα (“as coisas”, 386e1-2) e τὰ ὄντα (“os seres”, 386e8) carece de aprofundamento. Ao contrário, parece-nos que Sócrates formula as duas expressões de forma tão generalizada que poderíamos plausivelmente pensar que toda coisa é um ser, e vice-versa. Assim também pensou Ademollo: “Essa referência a ‘seres’ parece substituir a referência genérica a ‘objetos’ em d8–e4, agora que a expressão τὰ πράγματα adquiriu um significado específico”¹⁵⁶. Desse modo, a construção do argumento a partir do esquema (1’) a (7’) também nos parece legítimo – embora não consiga captar certos detalhes importantes do texto como (1) – (7). Mas se alguém defende aquela a forma de esquematização (1’)-(7’), ele só precisaria esclarecer que Sócrates vê uma assimetria entre a natureza das ações e a natureza dos objetos sobre os quais as ações se debruçam. Está implícito no texto de (T40) uma certa hierarquização ontológica dentro da generalização τὰ πράγματα e τὰ ὄντα. Sócrates claramente deseja afirmar que as ações possuem uma natureza derivada ou secundária em

¹⁵⁶ “This talk of ‘beings’ seems to replace the generic talk of ‘objects’ at d8–e4,3 now that the phrase τὰ πράγματα has acquired a specific meaning” (ADEMOLLO, 2011, p. 96).

relação aos *acta*. Como Sedley expressou: “As ações, diz Sócrates, recebem sua própria natureza de forma derivada das coisas em relação às quais o agente age”¹⁵⁷.

Interpretação de Baxter (1992). A leitura de Baxter parece concordar com a de Sedley. Baxter não menciona os dois modos de entender a fala de Sócrates em 386e6-8. Entretanto, ela a interpreta de modo próximo a de Sedley: “

(T44) Em qualquer ação, uma pessoa terá sucesso se a realizar de acordo com as naturezas das coisas envolvidas, e falhará se a realizar em contrariedade às suas naturezas. Dado que as πράξεις têm suas próprias naturezas objetivas, e falar e, mais especificamente, nomear são πράξεις (ambos são altamente discutíveis), Sócrates chega à conclusão de que: [...] as coisas devem ser nomeadas de acordo com os ditames da natureza, e não de nossos caprichos, se nosso ato de nomeação quer ser bem-sucedido (387d4-9) (BAXTER, 1992, p. 39)¹⁵⁸.

A leitura de Baxter é muito próxima à estrutura (1)-(7) que delineamos antes. Tanto Baxter quanto Sedley enfatizam a importância de certas ações serem feitas levando em consideração as propriedades intrínsecas das coisas, se querem ser bem sucedidas. De modo particular, o *loquens* deve se conformar às propriedades do *locutum* e o *nominans* deve ser conformar às propriedades do *nominatum*. Ambos autores concordam com Sócrates e acreditam que os atos de falar e nomear são do mesmo tipo que os atos de queimar e cortar¹⁵⁹.

O texto de Baxter também ressalta a dissonância entre as teses de Crátilo e de Hermógenes, por um lado, e a de Sócrates, por outro. Crátilo propôs que há uma “corretude natural dos nomes” (ὀνόματος ὀρθότητα) para cada um dentre “os seres” (τὰ ὄντα); Sócrates, por sua vez, propõe que “as coisas” (τὰ πράγματα) possuem um ser estável. Segundo Baxter, a comparação entre as duas afirmações revela a diferença da proposta dos dois personagens: o primeiro se debruça sobre a corretude dos nomes, focando sua visão sobre os objetos da linguagem; o segundo se debruça sobre o modo como as próprias coisas se dispõem, focando sua visão sobre os objetos do mundo. Nas palavras do autor:

(T45) A comparação destaca que, enquanto Crátilo enfatiza a correção objetiva dos nomes, Sócrates enfatiza a realidade objetiva dos *nominata*. É porque existem coisas

¹⁵⁷ “Actions, Socrates means, get their own nature derivatively from the things in relation to which the agent acts” (SEDLEY, 2003, p. 57).

¹⁵⁸ “In any action one will succeed if one performs it according to the natures of the things involved, and fail if one performs it contrary to their natures. Given that πράξεις have their own objective natures, and speaking and more specifically naming are πράξεις (both are highly disputable) Socrates arrives at: [...] things must be named according to the dictates of nature, not our whims, if our naming is to be successful (387d4-9)”.

¹⁵⁹ Baxter mesmo assim reconhece o caráter controverso da proposta socrática de que as “ações” (πράξεις) e o “falar” (λέγειν) possuem ambos uma natureza objetiva.

estáveis com seu próprio ser no mundo que nossa nomeação pode servir a qualquer propósito útil (BAXTER, 1992, p. 38-39)¹⁶⁰.

Baxter defende que o foco da tese de Crátilo está no campo da linguagem, enquanto que o foco de Sócrates está no campo da ontologia. Crátilo está preocupado com o critério pelo algo pode ser classificado como um “nome”, exigindo que esses itens linguísticos retratem de maneira direta e exata as propriedades do mundo. Sócrates, por sua vez, está preocupado com a estabilidade e a ordenação do mundo, refletindo sobre como as “essências” fundamentam a construção da linguagem, sobre como a linguagem se correlaciona com o modo como o mundo efetivamente é e sobre como ela pode ser um instrumento, ainda que imperfeito, para conhecê-lo.

O comentador sugere que essa também é a diferença mais importante entre a tese de Hermógenes e Sócrates. A visão de Hermógenes funciona dentro do domínio da linguagem. Ele afirma que ela é eminentemente uma construção humana, sendo fundada na convenção e no acordo. Sócrates retoma o fundamento metafísico subjacente a essa construção humana: “Esse cuidadoso paralelismo serve não somente para diferenciar as teorias de Hermógenes e Crátilo, mas também para enfatizar a diferença crucial entre Sócrates e os dois: *ontologia vem primeiro*”¹⁶¹. Portanto, sem deixar de lado o fato da linguagem ser uma construção humana, a fala de Sócrates aponta para como devemos entender a dependência dos nomes em relação às propriedades das coisas. Nas palavras de Sócrates: “Portanto, não fale do nome, mas contemple a coisa nomeada [Μὴ γὰρ λεγέτω τὸ ὄνομα, ἀλλὰ τὸ πρᾶγμα τὸ ὀνομαζόμενον θεωρεῖτω]” (*Tht.* 177e1-2).

Interpretação de Barney (2001). Analisando (T40), Rachel Barney parece concordar com nosso pensamento de que tanto (1)-(7) quanto (1’)-(7’) representam satisfatoriamente o argumento de Sócrates. Barney afirma: “As coisas existentes possuem uma realidade independente; as ações envolvem coisas existentes e, de qualquer forma, constituem uma classe de coisas em si mesmas; assim, as ações também possuem ‘naturezas estáveis’”¹⁶². Ela entende que as ações possuem uma “essência estável” (οὐσία βεβαία) tanto pelo fato de serem um tipo

¹⁶⁰ “What the comparison brings out is that whilst Cratylus stresses the objective correctness of names, Socrates emphasizes the objective reality of the nominata. It is because there are stable things with their own being in the world that our naming can serve any useful purpose at all”.

¹⁶¹ “This careful parallelism serves not only to differentiate the theories of Hermogenes and Cratylus but also to emphasise the crucial distinction between Socrates and them both: *ontology comes first*” (BAXTER, 1992, p. 39. Itálico nosso).

¹⁶² “Existing things have an independent reality; actions involve existing things, and anyway constitute a class of thing themselves; so actions too have ‘stable natures’” (BARNEY,

de τὸ ὄν (“ser”) e todo τὸ ὄν possuir uma natureza fixa, quanto pelo fato de se darem sob um τὸ ὄν e, portanto, terem que se adequar à sua natureza. Ou seja, para a autora, as afirmações (2) e (2’) são ambas corretas.

Ainda mais que os outros comentadores, a leitura de Rachel Barney consegue extrair a força do argumento de Sócrates com precisão. Mais especificamente, a autora consegue explicar o papel da analogia de Sócrates para o pensamento de que as ações exigem padrões ontológicos estáveis e independentes dos sujeitos. Para isso, ela recorre ao texto de *Tht.* 178-179.

Nessa passagem, Platão está examinando a doutrina de Protágoras. O sofista afirma que o homem é a medida de todas as coisas, sustentando, com isso, que “o critério das coisas está dentro do homem” (...αὐτῶν τὸ κριτήριον ἐν αὐτῷ, *Tht.* 178b5-6), de sorte que, tal como ele as experimenta, assim é a verdade e a realidade. Sócrates então pergunta: “E também sobre as coisas que virão a ser, diremos, Protágoras, que o critério está em si mesmo, e assim como ele pensa que será, desse modo virá a ser para aquele que pensa?” (*Tht.* 178b9-c2¹⁶³). Com essa questão, Sócrates faz apelo à independência do resultado futuro. No caso de um homem doente, se um médico disser que o medicamento *x* irá retirar sua febre e deixá-lo bem disposto novamente, enquanto um leigo disser que o medicamento não terá esse efeito, o futuro provavelmente não se dará em conformidade com a opinião dos dois, mas sim do médico. Da mesma forma, se um agricultor julgar que um solo não é o adequado para desenvolver uma espécie específica de planta, enquanto um leigo disser o contrário, novamente, o futuro provavelmente não se dará em conformidade com a opinião dos dois, mas sim daquele que detém *expertise* nesse domínio. Se considerando o tempo passado ou o tempo presente, pode parecer que o indivíduo é a *mensura* de todo juízo, ao considerar o tempo futuro, Sócrates argumenta que é evidente que o ignorante não deve ser medida para ninguém, mas somente o sábio. *Sapiens est mensura omnium rerum*, “o sábio é a medida de todas as coisas”.

Para Barney, o que faz o argumento do *Teeteto* forte é que ele não depende de nada mais além da própria natureza desse tipo de juízo:

(T46) E o que torna o argumento tão eficaz é que isso parece se seguir simplesmente da natureza da predição em si mesma: um tipo de predição que fosse, de algum modo,

¹⁶³ “Ἡ καὶ τῶν μελλόντων ἔσεσθαι, φήσομεν, ὃ Πρωταγόρα, ἔχει τὸ κριτήριον ἐν αὐτῷ, καὶ οἷα ἂν οἰηθῆ ἔσεσθαι, ταῦτα καὶ γίγνεται ἐκείνῳ τῷ οἰηθέντι”.

relativizada de forma a ser infalível não seria mais inteligível para nós como uma previsão (BARNEY, 2001, p. 41)¹⁶⁴.

Segundo a comentadora, o argumento da analogia de Sócrates no *Crátilo* é uma variante desse pensamento do *Teeteto*. Sócrates explica que a natureza das ações é tal que nem todo tipo de resultado futuro pode contar como sendo o correto. Se desejamos queimar um objeto, mas utilizamos água para isso, evidentemente que falharemos no nosso objetivo. Se queremos queimar um vidro, conseguiremos no máximo derrete-lo, pois ele, em razão de sua constituição química, não entra em combustão. Assim também, se desejamos cortar nosso inimigo, mas usamos uma ferramenta de lã, não teremos sucesso. Toda ação tem uma finalidade futura, cuja obtenção não depende da opinião de um ou de outro, mas do fato de termos juízos corretos a respeito dos objetos envolvidos:

(T47) O que a variante desse argumento no *Crátilo* revela é o seu poderoso alcance: pois qualquer ação com propósito expressa uma predição, ou, mais geralmente, um conjunto de julgamentos orientados para o futuro. Como Burnyeat resume, “A própria noção do futuro nos faz submeter à objetividade. E o mesmo acontece com a ação” (BARNEY, 2001, p. 41)¹⁶⁵.

O que vale para os juízos futuros no *Teeteto*, esclarece Barney, vale também para a o resultado futuro esperado de nossas ações. As ações também requerem uma norma objetiva (*subject-independent*) pela qual podemos avaliar o seu sucesso. Para Sócrates, a natureza dos objetos envolvidos constitui essa norma. Uma vez que o falar e o nomear são tipos de ação, também eles requerem uma norma objetiva pela qual podemos avaliar seu sucesso. Essa norma inclui as propriedades dos *nominatum*: elas dirigem a ação de nomeação. A linguagem e seu componente denotativo são construções humanas orientadas pelo modo como as coisas se dispõem na realidade.

Enfim, assim como no *Teeteto*, o argumento do *Crátilo* também tem, para Barney, a vantagem de ser muito genérico e não pressupor nada de controverso a respeito dos objetos envolvidos:

¹⁶⁴ “And what makes the argument so snappy is that this seems to follow simply from the nature of prediction itself: a kind of prediction which was somehow relativized so as to be infallible would no longer be intelligible to us as a prediction”.

¹⁶⁵ “What the Cratylus variant on this argument brings out is its powerful scope: for any purposive action expresses a prediction, or more generally a set of judgements oriented towards the future. As Burnyeat sums it up, ‘The very notion of the future makes us submit to objectivity. So, then, does action’”. O texto de Barney faz referência a: BURNYEAT, 1990, p. 42.

(T48) Assim, o argumento de Platão a favor de uma norma objetiva ou natural de correção na nomeação decorre de um argumento geral de que tais normas se aplicam às nossas ações. Ele tem, portanto, a vantagem de não pressupor quase nada sobre o que é nomear ou o que torna um nome apropriado. A concepção de nomeação em questão aqui é simplesmente a de um ato com propósito e que utiliza uma ferramenta (BARNEY, 2001, p. 40)¹⁶⁶.

Interpretação de Robinson (1969). Em contraste com a literatura mobilizada até então, trazemos a leitura de Robinson, que considera o argumento de Sócrates vago e incapaz de estabelecer a conclusão que pretende:

(T49) O argumento [...] é: os homens diferem em bondade e maldade; portanto, os homens diferem em sabedoria e ignorância; portanto, as coisas têm uma natureza firme por si mesmas, independentemente de nós; portanto, as ações têm uma natureza firme por si mesmas e podem ser feitas corretamente apenas da maneira que é natural para elas; portanto, o falar pode ser feito corretamente apenas da maneira que é natural para as coisas serem faladas; portanto, o nomear deve ser feito da maneira que é natural para as coisas serem nomeadas (386-387). Este é um argumento vago, mais do que ruim. Há algo nele; mas não está claro precisamente o quê, ou se o que há nele é exatamente o que é necessário para estabelecer a teoria da natureza (ROBINSON, 1969, p. 123-124)¹⁶⁷.

A crítica de Robinson levanta questões legítimas a respeito da clareza e da legitimidade do argumento socrático, questões que sempre devem ser averiguadas pelo intérprete dos textos de Platão. Contudo, Robinson subestima a profundidade da argumentação de Sócrates e negligencia os detalhes conceituais que poderiam sanar as dificuldades apontadas.

Por exemplo, Robinson não aprofunda no por que Sócrates considera que a teoria protagoreana implica na incapacidade de se realizar distinções intelectuais e morais. O autor também não se debruça sobre o motivo da teoria da medida ser introduzida neste exato ponto do diálogo e como isso impacta no significado que iremos atribuir ao *starting point* do argumento em (T40): “as coisas têm uma natureza firme por si mesmas, independentemente de nós”. Ao notar que essa tese é mobilizada como uma alternativa ao protagoreanismo, sustentando, pois, a existência de propriedades objetivas que qualificam o item em si mesmo,

¹⁶⁶ “Thus Plato’s argument for an objective or natural norm of correctness in naming falls out of a general argument that such norms apply to our actions. It has accordingly the advantage of presupposing almost nothing about what naming consists in or what makes a name appropriate. The conception of naming in play here is simply that of a purposive act employing a tool”.

¹⁶⁷ “The [...] argument is: Men differ in goodness and badness; therefore men differ in wisdom and folly; therefore things have a firm nature of their own independently of us; therefore actions have a firm nature of their own and can be done well only in the way that is natural to them; therefore speech can be done well only in the way that it is natural for things to be said; therefore naming must be done in the way it is natural for things to be named (386-387).

This is a vague argument rather than a bad one. There is something in it; but it is by no means clear precisely what, or whether what there is in it is precisely what is needed to establish the nature-theory”.

então o sentido da tese “o nomear deve ser feito da maneira que é natural para as coisas serem nomeadas” ficaria mais claro. Sócrates quer dizer que as propriedades intrínsecas dos objetos devem ser levadas em consideração na construção da linguagem e, sobretudo, na construção dos nomes de uma língua.

Nesse prisma, a analogia de Sócrates entre o ato de cortar, o ato de queimar e o ato de nomear não seria vaga, mas destinada a estabelecer que existem critérios objetivos que governam o sucesso ou a falha da nomeação. Assim também entendeu Ackrill:

(T50) O ponto essencial, no entanto, é este: embora a analogia entre nomear e queimar (ou cortar) seja defeituosa¹⁶⁸, *toda* espécie distinguível de ação (assim como [toda espécie distinguível] de coisa) possui *alguns* critérios objetivos de sucesso, ou de o que conta como este tipo de ação (ou este tipo de coisa). Não sou eu quem decide que dancei uma valsa ou fiz jardinagem: há critérios objetivos para resolver a questão. Assim, para nomear também devemos perguntar quais são os critérios objetivos para o sucesso ao nomear coisas, e perguntar se esses critérios são tais que excluam a tese de Hermógenes. Sócrates, de fato, não faz uso *impróprio* do argumento por analogia com queimar e cortar. Pois ele *não* diz que, porque o sucesso ao cortar *x* depende de usar uma ferramenta naturalmente adequada para cortar *x*, o sucesso em nomear *x* deve depender de usar um nome naturalmente adequado para nomear *x* – e que, assim, Hermógenes está refutado. Em vez disso, ele aborda a questão sobre os critérios objetivos para o sucesso no caso da nomeação perguntando que tipo de atividade é essa, o que realmente estamos fazendo quando a realizamos (388b8) (ACKRILL, 1997, p. 39-40. Itálico nosso)¹⁶⁹.

Akrill aponta que a analogia entre nomear, queimar e cortar, de fato, poderia ser explorado de modo ilegítimo. Contudo, o comentador argumenta que Sócrates não a explora desse modo, porque suas conclusões não extrapolam aquilo que a comparação pode obter. Sócrates não faz um raciocínio superficial como: já que o queimar e o cortar dependem de ferramentas naturalmente adequadas para se realizar, também a ação de nomear seria concretizada a partir de um instrumento natural. Na verdade, Sócrates utiliza a analogia para mostrar que qualquer atividade (“toda espécie distinguível de ação”) é governada por critérios objetivos que garantem seu sucesso ou sua falha. Como mostramos, no caso do nomear, um

¹⁶⁸ Ackrill está dizendo que a analogia poderia ser explorada de maneira ilegítima, mas que Sócrates não o faz.

¹⁶⁹ “The essential point, however, is this, that though the analogy between naming and burning (or cutting) is defective, *every* distinguishable kind of doing (as of thing) has *some* objective criteria of success, or of what counts as that kind of doing (or that kind of thing). It is not up to me to decide that I have danced a waltz or done some gardening: there are objective criteria to settle the question So for naming also we must ask what *are* the objective criteria for success in naming things, and ask whether these criteria are such as to rule out Hermogenes’ thesis. Socrates does not in fact make *improper* use of the argument from analogy with burning and cutting. For he does *not* say that because success in cutting *x* depends on using a tool naturally suited to cut *x*, success in naming *x* must depend on using a name naturally suited to name *x* - and that Hermogenes is thus refuted. Instead, he approaches the question about the objective criteria for success in the case of naming by asking what kind of activity it is, what are we really up to when we do it (388b8)”.

critério seria considerar as propriedades de cada objeto nomeado, sua espécie, seu gênero, sua classe.

Conclusão. Em (T40) encontramos o primeiro argumento em favor da teoria das formas. O conceito de “forma” (εἶδος) ainda não está explícito, contudo está presente quando mencionamos os termos οὐσία (“essência”) e φύσις (“natureza”). O argumento de Sócrates parte da afirmação de que os objetos possuem propriedades fixas e estáveis e de que essas propriedades regem quais ações podem ser realizadas sobre eles e o modo como devem ser realizadas. Da mesma forma, a ação de nomear está intimamente vinculada as propriedades intrínsecas dos objetos, pois a nomeação deve respeitar a disposição das próprias coisas no mundo. Como Barney pontuou, a teoria de Sócrates está centrada no campo da *ontologia*, refletindo também sobre como a organização das coisas no mundo impactam a maneira como construímos a linguagem.

Caminhando para o final da Dissertação, queremos expor o último estágio da teoria de Sócrates, construído a partir da analogia entre os atos de nomear e de tecer.

SEÇÃO 2. A TEORIA DAS FORMAS (387E-390E)

Sócrates continua explorando a analogia entre a ação de nomear e outros tipos de atividade – uma analogia que, segundo Sedley, Baxter, Barney e Ackrill, compõe um forte argumento dentro do contexto dialético da obra. Sócrates compara o nome com a faca, com o furador e com a lançadeira, afirmando que, assim como esses itens são “instrumentos” (ὄργανα), respectivamente, para as ações de cortar, furar e tecer, assim também o nome seria um instrumento para a ação de nomear. Novamente, conceituar o nome em termos de *instrumento* está estritamente vinculado à ideia de que ele deve ser definido em vista de sua finalidade. O uso do instrumento somente é correto se obtém o sucesso da ação em questão. Contudo, nem todo uso resulta nisso. Só produz o sucesso aquele que procede de uma maneira específica, o que indica que a utilização de todo instrumento (inclusive do nome) está subordinada a um conjunto de critérios objetivos que conduzem ao sucesso da atividade.

Diante dessa ideia, resta delimitar exatamente qual seria o resultado esperado da nomeação. Na contramão do que Sócrates pretende alcançar, poderíamos pensar: uma vez que a função do nome é viabilizar a comunicação, para isso, basta que os interlocutores estejam de acordo quanto à sua referência. Como esse critério exige tão somente uma convenção linguística comum entre os indivíduos, a ideia de um nome como um instrumento parece-nos um argumento a favor do convencionalismo de Hermógenes.

Entretanto, a linha de raciocínio de Sócrates não procede dessa maneira. A principal diferença está no modo como ele define a finalidade da ação de nomear, que inclui não somente a intenção de comunicação, mas a busca por conhecer a realidade. Assim como antes, o personagem se utiliza das analogias como uma ferramenta heurística para ilustrar aspectos fundamentais da construção da linguagem:

(T51) SÓ. E, agora, se te perguntasse: que instrumento é a lançadeira? Não é um instrumento de tecer?

HERM. É.

SÓ. E que fazemos quando tecemos? Não separamos da trama a urdidura, que estão misturadas?

HERM. Sim.

SÓ. E a respeito do nome, poderias dar resposta idêntica? O que fazem os que nomeiam por meio do nome, sendo o nome um instrumento?

HERM. Não tenho o que falar.

SÓ. Por acaso não ensinamos uns aos outros e também categorizamos as coisas segundo aquilo que possuem?

HERM. Sem dúvidas.

SÓ. Portanto, o nome é um instrumento de ensino e também de categorizar as essências, tal como a lançadeira separa os fios da trama.

HERM. Sim! (*Cra.* 388a10-388c2. Trad. Nunes com modificações)¹⁷⁰.

Para analisar melhor a passagem, comecemos por entender como funciona o ato de “tecer” (κερκίζειν, 388a11). O processo de tecer pode ser compreendido através da ideia de um plano cartesiano, formado a partir de dois eixos perpendiculares entre si. No eixo longitudinal, os fios esticados são chamados de “urdidura” (στήμονες, 388b2). Eles compõem a base principal de sustentação do tear. No eixo transversal, o tecelão passa um fio chamado de “trama” (κρόκη, 388b1), que se entrelaça com a urdidura, formando o tecido. Os fios da urdidura ficam tensionados e são espaçados com precisão um do outro. A trama atravessa e se

¹⁷⁰ ΣΩ. Εἰ οὖν ἐγὼ ἐροίμην “Τί ἦν ὄργανον ἢ κερκίς;” οὐχ ᾗ κερκίζομεν;

ἙΡΜ. Ναί.

ΣΩ. Κερκίζοντες δὲ τί δρωμεν; οὐ τὴν κρόκην καὶ τοὺς στήμονας συγκεχυμένους διακρίνομεν;

ἙΡΜ. Ναί.

ΣΩ. Οὐκοῦν καὶ περὶ τρυπάνου ἕξεις οὕτως εἰπεῖν καὶ περὶ τῶν ἄλλων;

ἙΡΜ. Πάνυ γε.

ΣΩ. Ἔχεις δὴ καὶ περὶ ὀνόματος οὕτως εἰπεῖν; ὄργανον ὄντι τῷ ὀνόματι ὀνομάζοντες τί ποιοῦμεν;

ἙΡΜ. Οὐκ ἔχω λέγειν.

ΣΩ. Ἄρ' οὐ διδάσκομέν τι ἀλλήλους καὶ τὰ πράγματα διακρίνομεν ἢ ἔχει;

ἙΡΜ. Πάνυ γε.

ΣΩ. Ὅνομα ἄρα διδασκαλικόν τί ἐστὶν ὄργανον καὶ διακριτικὸν τῆς οὐσίας ὥσπερ κερκίς ὑφάσματος.

ἙΡΜ. Ναί.

entrelaça à urdidura através do instrumento chamado de “lançadeira” (κεκρίς, 388a10), que leva a trama de um extremo ao outro no eixo horizontal. O processo depende de algum mecanismo que levante os fios da urdidura permitindo a passagem e o entrelaçamento da trama. Esse mecanismo muitas vezes está atrelado a pedais ou quadros móveis que suspendem os fios. Assim que a trama é passada por meio da lançadeira, o tecelão realiza a compactação dos fios, dando densidade ao tecido. Ao final do processo, o tecelão é capaz de transformar um conjunto de fios outrora “desorganizados” ou “confusos” (cf. συγκεχυμένους, 388b2) em um tecido muito bem estruturado, em que cada parte ocupa seu espaço, formando um todo unificado e coeso¹⁷¹. Sócrates utiliza a tecelagem para ilustrar como funcionaria o nome, que seria um “instrumento” (ὄργανον, 388b7) para “informar uns aos outros” (διδάσκειν τι ἀλλήλους, 388b10), “separar as coisas segundo o que possuem” (τὰ πράγματα διακρίνειν ἢ ἔχει, 388b10-11) e “categorizar as essências” (διακρίνειν τῆς οὐσίας, 388c1).

Na nossa interpretação, a analogia com o ato de tecer possui ensinamentos significativos. Em primeiro lugar, a urdidura parece representar a base ontológica prevista na teoria de Sócrates para sustentação da linguagem. Da mesma forma que o processo de tecelagem só é possível na medida em que existe uma base de fios fixos e estáveis, assim também o processo de nomeação só é viável se for sustentado por um mundo de entidades estáveis e ordenadas. É preciso admitir que os objetos do mundo possuem características e atributos permanentes para que o processo de nomeação seja viável, porque dar nome envolve um processo de categorização e esse, por sua vez, requer que identifiquemos e separemos os seres por meio dos seus atributos. Assim como o tecer requer a urdidura enquanto base de

¹⁷¹ Cf. ADEMOLLO, 2011, p. 108-110, para uma descrição mais detalhada do processo de tecelagem. O autor também levanta alguns questionamentos sobre como entender o processo de κεκρίζειν (transl. *kekriizein*, que traduzimos como “tecer”). Por exemplo, contrapondo-se à interpretação tradicional da passagem, Ademollo defende que, nesse contexto do *Crátilo*, κεκρίζειν não significa exatamente “tecer”. O autor afirma que κεκρίς (transl. *kekris*) não se refere à lançadeira, mas a um objeto pontiagudo (uma agulha ou espátula) utilizado para separar os fios da urdidura entre si.

Porém, essa leitura apresenta algumas lacunas. A primeira é que a passagem não indica explicitamente que a separação interna dos fios da urdidura seja o ato de κεκρίζειν. A segunda é que, seguindo essa interpretação, é difícil entender o sentido da frase de Sócrates sobre o uso da κεκρίς para separar a trama da urdidura. Sócrates estaria dizendo que o instrumento é usado para separar internamente tanto os fios da urdidura quanto os fios da trama? Faria sentido pensar em uma separação interna dos fios da trama? Ou ele estaria fazendo referência às correções manuais feitas durante o processo de tecelagem?

O próprio Ademollo identificou essas dificuldades e não as resolveu: “Eu deixo essas questões sem resposta e sigo Sócrates na medida em que ele se move do ato do *pin-beater* [é assim que Ademollo traduz κεκρίς] para o nome [I leave these questions unanswered and follow Socrates as he moves on from the pin-beater to the name]” (ADEMOLLO, 2011, p. 110).

Diante desses questionamentos, optamos por manter a tradução e a explicação tradicionais de como a atividade de κεκρίζειν (“tecer”) é feita por meio de seu instrumento κεκρίς (“lançadeira”).

sustentação, a nomeação também exige seres e propriedades estáveis como seu fundamento ontológico.

Esse pensamento retorna ao final do diálogo, no tratamento da doutrina mobilista de Heráclito. Heráclito defendia que “todos os seres estão em movimento e nada permanece” (τὰ ὄντα ἰέναι τε πάντα καὶ μένειν οὐδέν, 401d5¹⁷²), ilustrando sua tese a partir do exemplo do rio: “Não seria possível entrar no mesmo rio duas vezes” (δὺς ἐς τὸν αὐτὸν ποταμὸν οὐκ ἂν ἐμβαίης, 402a9-10). No encerramento do diálogo, Sócrates brevemente coloca essa tese em exame. O personagem argumenta que esse pensamento é um absurdo, pois destrói as bases ontológicas necessárias para a edificação da linguagem. Se tudo está sempre em movimento, em todos os aspectos, não seríamos capazes de identificar que este objeto *x* diante dos nossos olhos agora é o mesmo que “aquele objeto” (ἐκεῖνο, 439d9) que observamos antes. Não poderíamos sequer descrever as qualidades de um objeto (na linguagem de Sócrates: dizer que o objeto é de “tal tipo”, τοιοῦτος, 439d9), porque, no momento mesmo que fizéssemos referência à sua propriedade, ele mudaria de qualidade:

(T52) Se as coisas estão sempre em movimento, então seria possível falar corretamente sobre algo assim, primeiro, que *é aquilo* [ἐκεῖνό ἐστιν], depois, que *é de tal tipo* [τοιοῦτον], ou não seria necessário que, enquanto nós falarmos, a coisa novamente se torne outra, desapareça e não seja mais *tal* [οὔτως]? (Cra. 439d8-11. Tradução própria)¹⁷³.

A afirmação de Sócrates pode ser entendida em três aspectos. Em primeiro lugar, o mobilismo impediria que um objeto seja ἐκεῖνο. A priori, essa fala parece significar que não se saberia se o objeto percebido agora é o mesmo que “aquele” percebido anteriormente. Sócrates também poderia estar dizendo que não se poderia dizer se o objeto é um “isto”, um item determinado; ou ainda, que o objeto não possuiria uma identidade permanente ao longo do tempo. Em segundo lugar, o mobilismo impediria que um indivíduo falasse que um objeto é “de tal tipo” (τοιοῦτον). Ou seja, o mobilismo destruiria a existência de propriedades minimamente estáveis, impedindo qualquer tipo de predicação. Em terceiro lugar, o mobilismo faria com que os objetos fossem sempre outros, não permitindo que eles sejam “dessa maneira” (οὔτως), isto é, não permitindo que eles tenham qualquer característica ou atributo minimamente permanente.

¹⁷² Nas linhas seguintes, Sócrates atribui a Heráclito a fala: “tudo flui e nada permanece” (πάντα χωρεῖ καὶ οὐδέν μένει, 402a8-9).

¹⁷³ ΣΩ. Ἄρ' οὖν οἷόν τε προσεῖπεν αὐτὸ ὀρθῶς, εἰ ἀεὶ ὑπεξέρχεται, πρῶτον μὲν ὅτι ἐκεῖνό ἐστιν, ἔπειτα ὅτι τοιοῦτον, ἢ ἀνάγκη ἅμα ἡμῶν λεγόντων ἄλλο αὐτὸ εὐθὺς γίνεσθαι καὶ ὑπεξιέναι καὶ μηκέτι οὔτως ἔχειν.

O mesmo argumento contra o mobilismo se repete no *Teeteto*, enfatizando que, se o movimento no mundo for pervasivo, então não teríamos as bases necessárias para construir a linguagem. O argumento de Sócrates ressalta que a hipótese do fluxo radical penetra a constituição interna das propriedades, se imbrica no *ser* das propriedades, impedindo que alguém as identifique e também as nomeie:

(T53) Porque nem isto, o fluir do branco, permanece, mas muda, de modo que dela mesma, a brancura, há fluxo e mudança para outra cor, para que não seja aprisionada por esta permanência aqui. Então, seria possível, em algum momento, falar que algo tem tal cor e, desse modo, designar corretamente? (*Th.* 182d1-5. Tradução própria)¹⁷⁴.

As duas passagens refletem o pensamento de que é impossível designar propriedades que estão em constante fluxo. Essa ideia é muito próxima daquela que a analogia em (T51) buscou exprimir. A construção da linguagem depende inteiramente de uma base ontológica constituída por objetos com propriedades razoavelmente estáveis e fixas. Dar um nome próprio, um nome comum ou atribuir um predicado a um objeto exige que sejamos capazes de identificar suas características.

A analogia de Sócrates contém outro aprendizado fundamental: “o nome é um instrumento de ensino e também de separar as essências, tal como a lançadeira separa os fios das teias” (“Ὀνομα ἄρα διδασκαλικόν τί ἐστὶν ὄργανον καὶ διακριτικὸν τῆς οὐσίας ὡσπερ κερκὶς ὑφάσματος, 388b13-c1). O verbo διακρίνειν (“separar” ou “distinguir”) é aplicado ao caso da lançadeira no sentido de separação física. O tecelão a utiliza como um meio para criar uma separação momentânea entre os fios da urdidura, abrindo espaço para a passagem da trama no eixo horizontal. A lançadeira também permite que cada parte da teia se mantenha em sua posição correta, organizando o tecido de modo coeso.

De forma semelhante, a noção de διακρίνειν pode ser aplicada ao caso da nomeação, tendo um sentido de distinção filosófica. Como a lançadeira separa a urdidura da trama, o nome separa os entes em diferentes classes e categorias. O nome não cria os padrões da realidade, apenas reconhece as categorias em que os seres já estão organizados. Aqui, o uso do termo οὐσία (“essência”) nos lembra que o critério fundamental para essa atividade é a análise das propriedades das coisas, categorizando-as conforme a presença ou ausência de certos atributos relevantes. Por isso, linhas antes, Sócrates afirmou que os nomes distinguem as coisas “segundo

¹⁷⁴ Ἐπειδὴ δὲ οὐδὲ τοῦτο μένει, τὸ λευκὸν ρεῖν τὸ ρέον, ἀλλὰ μεταβάλλει, ὥστε καὶ αὐτοῦ τούτου εἶναι ροήν, τῆς λευκότητος, καὶ μεταβολὴν εἰς ἄλλην χροῖαν, ἵνα μὴ ἀλῶ ταύτη μένον, ἄρά ποτε οἶόν τέ τι προσεῖπειν χροῶμα, ὥστε καὶ ὀρθῶς προσαγορεύειν;

o que possuem” (ἢ ἔχει, 388b11), isto é, segundo as propriedades que as qualificam objetivamente. Assim como a lançadeira organiza o tecido, também o nome organiza o mundo para nós, no sentido de nos fazer compreender as estruturas e categorias nas quais ele está realmente ordenado. Os nomes são instrumentos que nos ajudam a acessar e compreender os tipos naturais que compõem a realidade.

Rachel Barney explica muito bem esse aspecto fundamental da doutrina de Sócrates: “Os nomes devem ter significados que recortem a realidade em suas junções”¹⁷⁵. Ou seja, o processo de nomeação deve respeitar a estrutura e a ordem natural na qual a realidade se configura. Este é o sentido do “naturalismo” socrático e da defesa de que há uma relação “por natureza” (φύσει) entre o nome e seu *nominatum*.

À luz dessa função de “categorizar as essências” (διακρίνειν τῆς οὐσίας), é possível compreender o sentido da função de “instruir” ou “ensinar” (διδάσκειν). Ao definir que o nome é um instrumento “de instrução” ou “de ensino” (διδασκαλικόν), Sócrates não está se referindo apenas ao ato de comunicar uma simples informação para outra pessoa. Tendo em vista o contexto da analogia, também podemos supor que Sócrates está se referindo à compreensão que todo nome carrega das estruturas ou categorias da realidade. Por exemplo, quando usamos o nome próprio “Sócrates”, referimo-nos a um item cuja categoria ontológica é única e irrepetível. Nenhuma outra coisa no mundo irá ter todas as propriedades que Sócrates teve. Quando uso um termo geral, como “homem” ou “ser humano”, refiro-me a uma classe de itens que possui um conjunto específico de propriedades em comum (como racionalidade e capacidade de rir), propriedades que os tornam singulares em face das demais coisas no mundo.

Desse modo, podemos entender a afirmação de Sócrates de que o processo de nomeação é uma “técnica” (τέχνη). Com isso, ele quer dizer que a nomeação é, em primeiro lugar, fruto do engenho dos homens, assim como o ato de tear. A nomeação tem sim um aspecto artificial. Além disso, ser uma técnica implica ser governada por um conjunto de critérios objetivos, como o tear, que não procede de maneira aleatória e conforme à vontade de cada indivíduo. Para bem tecer, é preciso respeitar as etapas do processo de tear. O tecido será bem formado se for conduzido por aquele que tem conhecimento dessas etapas e procedimentos, a saber, o tecelão. Assim também, para nomear, é preciso respeitar as categorias naturais nas quais os objetos do mundo se dispõem. Os nomes serão bem formados se forem feitos por aquele que tem esse conhecimento em vista, a saber, o νομοθέτης (“legislador”):

¹⁷⁵ “Names should have meanings which carve reality at the joints” (BARNEY, 2001, p. 43).

(T54) ΣΟ. Muito bem. E agora, de quem é o trabalho de que faz uso o professor, quando emprega o nome?

ΗΕΜ. A isso, também não sei responder.

ΣΟ. E não saberás também dizer quem nos transmitiu os nomes de que nos servimos?

ΗΕΜ. Também não.

ΣΟ. Não te parece, ao menos, que foi a lei que no-lo transmitiu?

ΗΕΜ. É possível que sim.

ΣΟ. Logo, o professor [διδασκαλικός], quando emprega nomes, usa o trabalho do legislador [νομοθέτης]?

ΗΕΜ. Parece-me que sim.

ΣΟ. E és da opinião que todo o mundo pode ser legislador, ou apenas quem possui essa arte?

ΗΕΜ. Quem possuir essa arte.

ΣΟ. Por conseguinte, Hermógenes, nem todos os homens têm capacidade para impor nomes, mas apenas o fazedor de nomes, e esse, ao que tudo indica, é o legislador, de todos os artistas o mais raro (*Cra.* 388d6-389a4. Tradução de Nunes)¹⁷⁶.

Segundo a teoria desenvolvida por Sócrates, a nomeação é uma técnica que apenas quem detém o conhecimento das “articulações da realidade” (*joints of reality*) pode realizá-la de forma perfeita. A comparação com a técnica de tecelagem mostra que a nomeação é uma atividade que admite graus de perfeição, como explicou Ademollo¹⁷⁷. Uma pessoa completamente ignorante da estrutura de uma máquina de tear com certeza não conseguirá operá-la de modo algum. No *Crátilo*, essa ignorância completa das estruturas fundamentais da realidade está presente nas teorias de Protágoras, Eutidemo e Heráclito. Todos eles acreditam que o mundo se dispõe de uma forma na qual seria impossível nomear e predicar. Por caminhos

¹⁷⁶ ΣΩ. Εἶεν. τῷ δὲ τίνος ἔργῳ ὁ διδασκαλικὸς χρήσεται ὅταν τῷ ὀνόματι χρήται;

ἩΕΜ. Οὐδὲ τοῦτ' ἔχω.

ΣΩ. Οὐδὲ τοῦτό γ' ἔχεις εἰπεῖν, τίς παραδίδωσιν ἡμῖν τὰ ὀνόματα οἷς χρῶμεθα;

ἩΕΜ. Οὐ δῆτα.

ΣΩ. Ἄρ' οὐχὶ ὁ νόμος δοκεῖ σοι [εἶναι] ὁ παραδιδούς αὐτά;

ἩΕΜ. Ἔοικεν.

ΣΩ. Νομοθέτου ἄρα ἔργῳ χρήσεται ὁ διδασκαλικὸς ὅταν ὀνόματι χρήται;

ἩΕΜ. Δοκεῖ μοι.

ΣΩ. Νομοθέτης δέ σοι δοκεῖ πᾶς εἶναι ἀνὴρ ἢ ὁ τὴν τέχνην ἔχων;

ἩΕΜ. Ὁ τὴν τέχνην.

ΣΩ. Οὐκ ἄρα παντὸς ἀνδρός, ὃ Ἑρμόγενης, ὄνομα θέσθαι [ἔστιν] ἀλλά τινος ὀνοματούργου· οὗτος δ' ἐστίν, ὡς ἔοικεν, ὁ νομοθέτης, ὃς δὴ τῶν δημιουργῶν σπανιώτατος ἐν ἀνθρώποις γίγνεται.

¹⁷⁷ “Assim, Sócrates não menciona (embora também não exclua) a existência de uma escala de maneiras melhores e piores de cortar algo. Essa ideia – com a qual Platão obviamente está familiarizado (cf. *Resp.* 352e-353a) – não será considerada em nenhum dos argumentos subsequentes de Sócrates em favor do naturalismo, como veremos a seu tempo, e só virá à tona muito mais tarde no diálogo, no decorrer da discussão de Sócrates com Crátilo (429a) [Thus Socrates does not mention (although he does not exclude either) the existence of a scale of better and worse ways of cutting something. This idea – with which Plato is obviously familiar – will receive no consideration in any of Socrates’ subsequent arguments in favour of naturalism, as we shall see in due course, and will finally surface only much later in the dialogue, in the course of Socrates’ discussion with Cratylus (429a)]” (ADEMOLLO, 2011, p. 98).

diferentes, todos destroem os fundamentos da linguagem: Heráclito, ao propor a hipótese do fluxo pervasivo; Protágoras, ao considerar as propriedades como eventos privados, momentâneos e irrepetíveis; e Eutidemo, ao violar o Princípio da Não Contradição.

Por outro lado, mesmo com um conhecimento limitado, alguém pode operar imperfeitamente uma máquina de tear, produzindo tecidos com falhas, mas que ainda atenderão razoavelmente seu propósito. De forma análoga, aqueles que possuem um conhecimento parcial da realidade também conseguirão produzir nomes que atenderão razoavelmente bem, mas com certa imperfeição, o seu propósito de comunicação e instrução. Esse nível de conhecimento limitado pode ser comparado com o estado cognitivo da *δόξα* (“opinião”), em *República V*, descrito como o saber intermediário entre o conhecimento perfeito e a ignorância total¹⁷⁸.

O texto de *República I* esclarece melhor a ideia de graus de perfeição no ato da nomeação. O filósofo menciona que a “função” (*ἔργον*, *Resp.* I 352e3) de cada instrumento é aquela atividade que é realizada somente por meio dele ou, em última instância, aquela atividade que é realizada de modo perfeito somente por meio dele. Poderíamos cortar os ramos de uma videira com diversos tipos de instrumento, como uma espada ou uma faca. Mas com nada, afirma Sócrates, faríamos “de maneira tão bela” (*οὕτω καλῶς*, *Resp.* I 353a4) senão com uma foice feita para podar. Da mesma forma que o indivíduo que poda com uma faca não consegue realizá-la muito bem, aquele que não considera as disposições da própria realidade ao nomear com certeza não o fará de maneira “excelente” (*ἄριστος*, *Resp.* I 352e3). Os nomes produzidos poderão, por exemplo, ser repletos de ambiguidades.

No *Crátilo*, o indivíduo que realiza com “excelência” (*ἀρήτη*) a atividade de nomeação é chamado de “legislador” (*νομοθέτης*, 388e1). Supõe-se, portanto, que ele seja o homem dotado do necessário conhecimento da realidade para cunhar palavras em conformidade com a categoria de cada coisa, denominação que se tornará uma “lei” (*νόμος*, 388d11) ou convenção linguística. Assim, a teoria de Sócrates não é incompatível com a ideia de nomes “por imposição” (*θέσει*). Sócrates afirma que a tarefa do legislador é “estabelecer o nome” (*ὄνομα θέσθαι*, 388e7), sugerindo que, de fato, existe um componente artificial na natureza do *ὄνομα* (“nome”). Afirma também que esse nome é transmitido (cf. “transmitir”, *παραδιδόναι*, 388d12)

¹⁷⁸ Presumivelmente, aquele que possui o “inteligível em absoluto” (*παντελῶς γνωστόν*, *Resp.* V 477a3), referente ao “ser absoluto” (*παντελῶς ὄν*, *Resp.* V 477a3), seria o artífice capaz de construir uma linguagem perfeita. Para a filosofia cristã, esse artífice poderia ser Deus. Na verdade, a Palavra de Deus (*Verbum Dei*), na cosmovisão cristã, não só nomearia corretamente tudo o que existe (isto é, nomearia em conformidade com a estrutura do real), mas seria aquela responsável por ordenar e estruturar todas as coisas. Já para a filosofia platônica, poderíamos pensar que esse artífice seria o demiurgo do *Timeu*, que contempla as Formas eternas e as imprime na matéria informe. A ordenação do cosmos das Formas (cf. *Resp.* VI 500b-c) seria o parâmetro para a organização e categorização do mundo.

pela “lei”, ou seja, pela tradição linguística formada. Consequentemente, existe também um componente convencional na definição da corretude dos ὀνομάτα (“nomes”).

Entretanto, essa fala de Sócrates também retrata o motivo pelo qual o personagem rejeita o convencionalismo de Hermógenes e como ele o aproveita dialeticamente (tratamos deste tema no capítulo anterior e na seção 1 deste capítulo). Sócrates mantém a tese de Hermógenes de que o acordo e a convenção são componentes fundamentais da construção da linguagem. Porém, ele rejeita a ideia de que apenas a vontade do indivíduo ou da comunidade seja o crivo para imposição dos nomes, adicionando que a disposição das coisas no mundo (ontologia) também é um elemento a ser considerado no processo de formação da linguagem. Por isso, ele delegou o papel de “gerar nomes” (ὀνοματουργεῖν ou ὀνοματουποιεῖν, 389a1) ao legislador, aquele que detém a técnica ou o conhecimento adequado da essência das coisas.

Buscando esclarecer mais alguns elementos da sua teoria, o que até agora Sócrates explicou a partir do conceito de “natureza” (φύσις) ou de “essência” (οὐσία) será ilustrado em termos do conceito de “forma” (εἶδος). Acompanhemos o texto do *Crátilo*:

(T55) SÓ. E agora considera para onde olha o legislador enquanto estabelece os nomes. Recapitula o que dissemos antes. Para onde olha o carpinteiro, quando fabrica uma lançadeira? Não será para algo de tipo [τοιοῦτόν τι] naturalmente adequado para tecer [ὃ ἐπεφύκει κερκίζειν]?

HERM. Perfeitamente.

SÓ. E então? Se na ocasião de prepará-la vier a partir-se a lançadeira, fará ele uma nova olhando para a que se quebrou, ou para aquela forma [ἐκεῖνο τὸ εἶδος] de acordo com a qual ele estava fabricando a que se partiu?

HERM. Para esta, quer parecer-me.

SÓ. E não seria o mais justo chamarmos aquela forma [ἐκεῖνο] de aquilo que em si é a lançadeira [αὐτὸ ὃ ἔστιν κερκίς]?

HERM. Penso que sim.

SÓ. Logo, quando se trata de fazer uma lançadeira, seja para roupa leve, ou para espessa, de linho ou de lã, ou de qualquer outro material, em todos os casos será preciso construí-la de acordo com a forma da lançadeira [τὸ τῆς κερκίδος εἶδος], dando-lhe, porém, a natureza naturalmente mais apropriada para cada espécie de trabalho.

HERM. Sim.

SÓ. O mesmo acontece com todos os outros instrumentos. Depois de descobrir o instrumento naturalmente indicado para determinado trabalho, é preciso que o artífice o fabrique com o material de que dispõe e não de acordo com sua vontade, mas por natureza. É assim que deverá saber executar sobre o ferro a forma do furador naturalmente indicada para cada emprego (*Cra.* 389a5-389c7. Trad. Nunes, com modificações próprias)¹⁷⁹.

¹⁷⁹ ΣΩ. Ἴθι δὴ, ἐπίσκεψαι ποῖ βλέπων ὁ νομοθέτης τὰ ὀνόματα τίθεται· ἐκ τῶν ἔμπροσθεν δὲ ἀνάσκεψαι. ποῖ βλέπων ὁ τέκτων τὴν κερκίδα ποιεῖ; ἄρ' οὐ πρὸς τοιοῦτόν τι ὃ ἐπεφύκει κερκίζειν;

ΕΡΜ. Πάνυ γε.

ΣΩ. Τί δέ; ἂν καταγῆ αὐτῷ ἡ κερκίς ποιοῦντι, πότερον πάλιν ποιήσει ἄλλην πρὸς τὴν κατεαγυῖαν βλέπων, ἢ πρὸς ἐκεῖνο τὸ εἶδος πρὸς ὅπερ καὶ ἦν κατέαξεν ἐποίησιν;

ΕΡΜ.} Πρὸς ἐκεῖνο, ἔμοιγε δοκεῖ.

Sócrates explica que a produção de uma lançadeira leva em conta as condições necessárias para alcançar o sucesso da atividade de tecer. Hoje, as lançadeiras costumam ter um formato aproximadamente elíptico, com pontas finas nas suas duas extremidades, o que permite o deslocamento suave de um lado para o outro e impede que o instrumento se enrosque com os fios da urdidura. Elas costumam ter um peso suficientemente adequado para que o tecelão a impulsione no seu movimento lateral. Também possuem um espaço no seu interior para armazenar o fio da trama, que será interligado à urdidura na medida em que o movimento é feito. Enfim, as características da lançadeira, enfatizadas por Sócrates pelo uso da expressão “algo de tal tipo” (τοιούτων τι, 389a7-8), devem se adequar à natureza da atividade e, desse modo, também deve se adequar às propriedades dos objetos envolvidos nela. Isso também acontece na fabricação da faca. O material da lâmina, seu tamanho e sua curvatura, tudo isso é pensado de modo a permitir o sucesso da ação realizada. A faca de cortar carne, a faca de desossar carne e a faca de cortar pão se distinguem levando em consideração as propriedades intrínsecas dos objetos em questão.

Ainda assim, todas essas facas são exatamente isso, uma faca, porque possuem uma mesma “forma” (εἶδος). Apesar das diferenças, todas elas possuem certas propriedades que, satisfeitas em conjunção, permitem a realização da ação de cortar e nos fazem categorizá-las todas sob a alcunha de “faca”. As lançadeiras também se distinguem na medida em que são feitas para materiais leves ou pesados, de linho ou de lã; apesar disso, todas elas são denominadas “lançadeiras” (κεκρίς), porque possuem uma mesma forma, “a forma da lançadeira” (τὸ τῆς κερκίδος εἶδος, 389b9-10), que também podemos chamar de “aquilo que, em si, é a lançadeira” (αὐτὸ ὃ ἔστιν κερκίς, 389b5). É importante frisar: para Sócrates, essa “forma do instrumento” (εἶδος ὀργάνου) depende inteiramente da finalidade da ação e da “forma do objeto” (εἶδος πράγματος). O carpinteiro deve considerar a finalidade da atividade e as propriedades dos objetos envolvidos; depois, deve definir a forma do instrumento necessário para alcançar seus objetivos; enfim, deve encarná-la na madeira. Do mesmo modo o ferreiro:

ΣΩ. Οὐκοῦν ἐκεῖνο δικαίωτατ' ἂν αὐτὸ ὃ ἔστιν κερκίς καλέσαιμεν;

ἘΡΜ. Ἔμοιγε δοκεῖ.

ΣΩ. Οὐκοῦν ἐπειδὴν δέη λεπτῶ ἱματίῳ ἢ παχεῖ ἢ λινῶ ἢ ἑρεῶ ἢ ὀποιῶσιν τινι κερκίδα ποιεῖν, πάσας μὲν δεῖ τὸ τῆς κερκίδος ἔχειν εἶδος, οἷα δ' ἐκάστῳ καλλίστη ἐπεφύκει, ταύτην ἀποδιδόναι τὴν φύσιν εἰς τὸ ἔργον ἕκαστον;

ἘΡΜ. Ναί.

ΣΩ. Καὶ περὶ τῶν ἄλλων δὴ ὀργάνων ὁ αὐτὸς τρόπος· τὸ φύσει ἐκάστῳ πεφυκὸς ὄργανον ἐξευρόντα δεῖ ἀποδοῦναι εἰς ἐκεῖνο ἐξ οὗ ἂν ποιῆ [τὸ ἔργον], οὐχ οἷον ἂν αὐτὸς βουλευθῆ, ἀλλ' οἷον ἐπεφύκει. τὸ φύσει γὰρ ἐκάστῳ, ὡς ἔοικε, τρύπανον πεφυκὸς εἰς τὸν σίδηρον δεῖ ἐπίστασθαι τιθέναι.

ele deve considerar a finalidade da atividade e as características reais dos objetos envolvidos; depois, deve definir a forma do instrumento necessário para ter sucesso; enfim, deve encarná-la no ferro. Também o legislador deve olhar para a finalidade do ato de nomear e para as categorias às quais pertencem o objeto nomeado; depois, deve definir a forma do instrumento necessário para alcançar seus objetivos; enfim, deve encarná-la nas sílabas e nos sons.

Existe um aspecto muito importante na argumentação socrática que deve ser notado. Sócrates faz menção à “forma da lançadeira” (τὸ τῆς κερκίδος εἶδος, 389b9-10) e à “forma do nome” (τὸ τοῦ ὀνόματος εἶδος, 390a5-6) definindo as duas como sendo, respectivamente, “aquilo que, em si, é a lançadeira” (αὐτὸ ὃ ἔστιν κερκίς, 389b5) e “aquilo que em si é o nome” (αὐτὸ ἐκεῖνο ὃ ἔστιν ὄνομα, 389d6-7). O vocabulário de Sócrates é filosoficamente muito preciso. Com o conceito de “forma” (εἶδος), o filósofo retoma o conceito de “essência” (οὐσία) dado anteriormente, referindo-se àquelas propriedades estáveis de um item. No caso da lançadeira e do nome, a forma designa aquele conjunto de traços comuns a todos objetos de cada uma dessas classes, traços cuja satisfação é necessária para o pertencimento a esses domínios.

O vocabulário do *Crátilo* é muito próximo daquele mobilizado, por exemplo, no *Mênon*¹⁸⁰. Quando Sócrates pergunta a Mênon o que é a virtude, seu interlocutor responde enumerando uma série de casos particulares da virtude (a virtude do homem, a virtude da mulher, a virtude da criança, a virtude do escravo). Sócrates então corrige seu amigo, insistindo que ele procura a virtude em si (αὐτὴ ἀρετή). Ele afirma que está buscando “a mesma virtude que pertence a todos” (ἢ αὐτὴ ἀρετὴ πάντων ἐστίν, *Men.* 73c6): “Embora [as virtudes] sejam muitas e variadas, têm todas uma *forma única*, que é a mesma, graças a qual são virtudes” (κἂν εἰ πολλαὶ καὶ παντοδαπαὶ εἰσίν, ἔν γέ τι εἶδος ταῦτὸν ἅπασαι ἔχουσιν δι’ ὃ εἰσὶν ἀρεταί, itálico nosso).

O paralelo entre o *Crátilo* e o *Mênon* é notável. Em ambos os casos, εἶδος faz referência às características permanentes dos objetos, apontando que elas são traços importantes para a unificação do domínio. A forma da virtude é o que unifica o domínio de todas as virtudes, assim como a forma da lançadeira é o que unifica o domínio da lançadeira e a forma do nome é o que unifica o domínio dos nomes. No *Crátilo*, Sócrates menciona o conceito de “forma” vinculado a esses dois instrumentos: a lançadeira e o nome. Contudo, todo o contexto leva a entender que ele se aplica também a todo o tipo de coisa (τὰ πράγματα) ou a todo tipo de ser (τὰ ὄντα), de sorte que podemos convictamente afirmar que a forma do nome depende da

¹⁸⁰ Também desenvolvemos este ponto em NASCIMENTO, 2024, p. 317-318.

consideração da função da atividade da nomeação e da forma dos próprios objetos nomeados. O legislador deve olhar para a finalidade do ato de nomear e para as formas da realidade; depois, deve definir a forma do nome; enfim, ele deve encarná-la nas sílabas e nos sons. Esse é o coração da teoria das formas de Sócrates.

Diante dessas considerações, a analogia com a atividade da nomeação poderia se estruturar em pelo menos quatro aspectos:

(1) O legislador, assim como o carpinteiro e o ferreiro, é um técnico e cria um instrumento para uma atividade específica. Diferentemente dos outros dois, a matéria do legislador são os próprios sons e sinais linguísticos;

(2) Assim como o carpinteiro considera a finalidade da atividade de tecer e a natureza da trama e da urdidura, e o ferreiro observa a finalidade da atividade de cortar e a natureza do objeto cortado, do mesmo modo, o legislador olha para a finalidade da nomeação (“o nome é um instrumento de ensino e também de separar as essências”, ὄνομα ἄρα διδασκαλικόν τί ἐστὶν ὄργανον καὶ διακριτικὸν τῆς οὐσίας) e para as propriedades intrínsecas dos objetos nomeados;

(3) Para o carpinteiro, a forma da lançadeira é derivada da finalidade da ação de nomear e da forma dos objetos envolvidos; para o ferreiro, a forma da faca é derivada da finalidade da ação de cortar e da forma dos objetos envolvidos; para o legislador, a forma do nome é derivada da finalidade da nomeação e da forma dos objetos envolvidos;

(4) Por fim, uma lançadeira mal formada pode comprometer o processo de tear e dar origem a um tecido com defeitos; uma faca mal feita pode dificultar o corte do objeto; e um nome mal formado, ainda que tenha sucesso na referência, pode confundir os indivíduos quanto às nuances da própria realidade; pode, até mesmo, impedir que a referência seja concretizada.

Portanto, parte da essência do nome, “aquilo que, em si, é o nome” (αὐτὸ ὃ ἔστιν ὄνομα), é a *conformidade* com as formas mesmas do real. *Nomina naturam rerum sequuntur*: “os nomes seguem a natureza das coisas”. Sócrates segue explorando e detalhando essa tese, expondo também uma consequência muito significativa que ela implica:

(T56) SÓ. Logo, meu excelente amigo, o nosso legislador deverá saber formar com os sons e as sílabas o nome por natureza apropriado para cada objeto, compondo todos os nomes e aplicando-os com os olhos sempre fixos no que é o nome em si [αὐτὸ ἐκεῖνο ὃ ἔστιν ὄνομα], caso queira ser tido na conta de verdadeiro criador de nomes. O fato de não empregarem os legisladores as mesmas sílabas, não nos deve induzir a erro. Os ferreiros, também, não trabalham com o mesmo ferro, embora todos eles façam iguais instrumentos para idêntica finalidade. Seja como for, uma vez que lhe imprima a mesma ideia [τὴν αὐτὴν ἰδέαν], ainda que em ferro diferente, não deixará,

por isso, o instrumento de ser bom, quer seja fabricado aqui, quer o seja entre os bárbaros. Não é verdade?

HERM. Exatamente.

SÓ. Do mesmo modo julgarás o legislador, tanto daqui como dos bárbaros; uma vez que ele reproduz a ideia do nome adequada a cada coisa, pouco importando as sílabas de que se valha, em nada deverá ser considerado inferior, quer seja daqui, quer de qualquer outra região.

HERM. Perfeitamente (*Cra.* 389d4-390a8. Trad. Nunes com modificações próprias)¹⁸¹.

Se a matéria do ferreiro é o ferro e a do carpinteiro é a madeira, a matéria do νομοθέτης (“legislador”) são os sons e as sílabas, com os quais ele pode formar os nomes e seus correspondentes símbolos gráficos. O nome por natureza adequado a cada objeto é aquele que respeita o modo como ele se dispõe na realidade. O personagem afirma, de modo muito significativo, que o legislador deve contemplar “aquilo que em si é o nome” (αὐτὸ ἐκεῖνο ὃ ἔστιν ὄνομα, 389d6-7) e então imprimir isso em sua matéria. Essa expressão é difícil de ser compreendida e suscitou muito debate na literatura secundária. Alguns autores propuseram que, com isso, Sócrates estava se referindo à Forma do Nome, em um sentido metafísico muito rigoroso. Contudo, como defendemos logo atrás, acreditamos que devemos interpretar esse trecho do diálogo em vistas daquilo que foi dito anteriormente:

Em *Cra.* 386d8-387d8, Sócrates afirma que as coisas possuem uma natureza fixa e que, em razão disso, a atividade de nomeação sobre elas também possui, indicando que a natureza dos nomes, aquilo que os nomes são em si mesmos, é derivada da consideração das propriedades dos *nominata*. Já em *Cra.* 388a10-388c2, Sócrates afirma que o nome é um instrumento para categorizar as coisas “segundo aquilo que elas possuem” (ἢ ἔχει), isto é, em conformidade com as disposições próprias do objeto. O mesmo se depreende de *Cra.* 389a5-389c7, em que Sócrates ensina que “a forma da lançadeira” (τὸ τῆς κερκίδος εἶδος) é obtida pela consideração daquilo que se espera obter pela atividade de tear. Isso também envolve, claro, a consideração dos próprios objetos envolvidos na atividade. Portanto, nada mais natural

¹⁸¹ ΣΩ. Ἄρ' οὖν, ὃ βέλτιστε, καὶ τὸ ἐκάστω φύσει πεφυκὸς ὄνομα τὸν νομοθέτην ἐκεῖνον εἰς τοὺς φθόγγους καὶ τὰς συλλαβὰς δεῖ ἐπίστασθαι τιθέναι, καὶ βλέποντα πρὸς αὐτὸ ἐκεῖνο ὃ ἔστιν ὄνομα, πάντα τὰ ὀνόματα ποιεῖν τε καὶ τίθεσθαι, εἰ μέλλει κύριος εἶναι ὀνομάτων θέτης; εἰ δὲ μὴ εἰς τὰς αὐτὰς συλλαβὰς ἕκαστος ὁ νομοθέτης τίθησιν, οὐδὲν δεῖ τοῦτο ἀ<μφι>γνοεῖν· οὐδὲ γὰρ εἰς τὸν αὐτὸν σιδήρον ἅπας χαλκεὺς τίθησιν, τοῦ αὐτοῦ ἕνεκα ποιῶν τὸ αὐτὸ ὄργανον· ἀλλ' ὅμως, ἕως ἄν τὴν αὐτὴν ιδεάν ἀποδιδῶ, ἐάντε ἐν ἄλλῳ σιδήρῳ, ὅμως ὀρθῶς ἔχει τὸ ὄργανον, ἐάντε ἐνθάδε ἐάντε ἐν βαρβάρους τις ποιῆ. ἢ γάρ;

ΕΡΜ. Πάνυ γε.

ΣΩ. Οὐκοῦν οὕτως ἀξιῶσεις καὶ τὸν νομοθέτην τὸν τε ἐνθάδε καὶ τὸν ἐν τοῖς βαρβάρους, ἕως ἄν τὸ τοῦ ὀνόματος εἶδος ἀποδιδῶ τὸ προσήκον ἐκάστω ἐν ὁποιασοῦν συλλαβαῖς, οὐδὲν χεῖρω νομοθέτην εἶναι τὸν ἐνθάδε ἢ τὸν ὅπου οὖν ἄλλοθι;

ΕΡΜ. Πάνυ γε.

que interpretar a expressão “aquilo que em si é o nome” (αὐτὸ ἐκεῖνο ὃ ἔστιν ὄνομα, 389d6-7) como se referindo à natureza do nome, derivada das disposições fixas e estáveis dos próprios objetos. Por isso, ao final de (T56), Sócrates afirma que “a forma do nome” (τὸ τοῦ ὀνόματος εἶδος, 390a5-6) deve ser “aquela adequada para cada coisa” (τὸ προσήκον ἐκάστῳ, 390a6). O uso do particípio do verbo προσήκειν (“se adequar”) é importante neste contexto, porque mostra que o nome deve “se adequar à cada coisa” (προσήκειν ἐκάστῳ).

Acreditamos que Platão seja um dos primeiros a prever a possibilidade de analisar o fenômeno da nomeação sobre o prisma dos conceitos de *matéria* e *forma* a que aludimos. Os sons e sílabas são a matéria do nome. A forma é aquilo que o nome significa ou designa. Para significar algo de maneira adequada, não basta somente decidir chamar *x* de *N*, ou ter uma convenção que *x* deve ser chamado de *N*, é preciso também levar em consideração as disposições estáveis que a coisa possui.

Uma consequência dessa teoria é que os sons e sílabas, sendo somente o componente material dos nomes, não são elementos fundamentais para avaliar a sua correteza. Eles são como o ferro do ferreiro e a madeira do carpinteiro. Para a nomeação, o importante é, como reiterou Barney, conformar-se à estrutura do real. Desde que o legislador consiga fazer isso, a linguagem construída por ele poderá ser considerada boa.

Essa afirmação de Sócrates está no contexto de comparação entre a língua grega e a língua bárbara. O filósofo afirma que as sílabas e sons não são critérios para determinar qual língua foi melhor construída. É “melhor” (ἀμείνω) aquela língua cujos nomes se conformam com as nuances e junções da própria realidade; é “pior” (χείρω, 390a7) aquela cujos nomes geram confusão e equívocos no momento de compreender a realidade assim como ela é.

Sócrates enfim evoca a figura do “dialético” (διαλεκτικός, 390c11), aquele que é capaz de realmente verificar a qualidade da língua a partir do parâmetro ontológico. Novamente, os esclarecimentos teóricos são feitos por meio de analogias. A lançadeira é feita pelo carpinteiro, contudo, aquele que a usa para produzir o tecido, o tecelão, é quem verdadeiramente saberia dizer se o instrumento construído está adequado ao contexto de uso. O avaliador não pode ser qualquer pessoa que tenta utilizar a lançadeira, mas somente aquela que a usa com a *expertise* necessária. A lira feita pelo artífice também não é usada pelo próprio artífice, mas pelo músico. Portanto, é o músico quem detém o conhecimento para discernir se a lira foi bem ou mal produzida. Novamente, o avaliador não pode ser qualquer pessoa que tente usar a lira, mas somente aquela que a usa com *expertise*.

O mesmo é válido para os nomes. O nome é feito pelo legislador, entretanto, o avaliador da correteza dos nomes (se o nome é excelente ou não) não é o próprio legislador,

mas aquele que usa os nomes. Mais uma vez, o melhor avaliador não será o leigo, mas sim aquela pessoa que usa os nomes tendo em vista sua real função: a categorização das coisas na realidade. Somente aquele que utiliza os nomes com maestria em contextos de discussões filosóficas e distinções conceituais, a fim de conhecer a realidade assim como ela é, poderá supervisionar com excelência o trabalho do legislador – e esse é o dialético. Acompanhemos a fala de Sócrates:

(T57) SÓ. E agora, quem é que há de reconhecer se a forma adequada da lançadeira foi reproduzida nesta ou naquela qualidade de madeira? O carpinteiro que a fabrica, ou o tecelão que dela faz uso?

HERM. De preferência, Sócrates, o que faz uso dela.

SÓ. E quem usa o trabalho feito pelo fabricante de liras? Não será o mesmo que sabe indicar a melhor maneira de executá-lo, e julgar, depois de concluída a obra, se está ou não bem feita?

HERM. Perfeitamente.

SÓ. E quem ele é?

HERM. O tocador de lira.

SÓ. E a obra do construtor de navios?

HERM. O piloto.

SÓ. E agora, quem será mais capaz de melhor dirigir os trabalhos do legislador e de julgá-los, quer seja ele executado entre nós, quer entre os bárbaros? Não é quem dele faz uso?

HERM. Sim.

SÓ. E essa pessoa não é quem sabe interrogar?

HERM. Perfeitamente.

SÓ. A mesma pessoa que também sabe responder.

HERM. Sim.

SÓ. E a quem sabe interrogar e responder dá outro nome que não seja o de dialético?

HERM. Não; esse mesmo.

SÓ. Assim, o trabalho do carpinteiro consiste em fabricar lemes sob a direção do piloto, para que a peça saia bem feita.

HERM. É certo.

SÓ. E a do legislador, ao que parece, é o de dar nomes, sob a direção do dialético, caso deseje criá-lo com acerto.

HERM. É isso mesmo.

SÓ. Então, Hermógenes, talvez não seja atividade tão despreciada como imaginas, a de instituir nomes, nem é trabalho de gente sem préstimo nem mesmo para todo o mundo. Sendo assim, Crátilo tem razão de dizer que os nomes das coisas derivam de sua natureza e que nem todo homem é formador de nomes, mas apenas o que, olhando para o nome que cada coisa tem por natureza, sabe como exprimir com letras e sílabas sua ideia fundamental (390b1-390e4. Trad Nunes com modificações)¹⁸².

¹⁸² ΣΩ. Τίς οὖν ὁ γνωσόμενος εἰ τὸ προσήκον εἶδος κερκίδος ἐν ὀπιφοῦν ξύλῳ κεῖται; ὁ ποιήσας, ὁ τέκτων, ἢ ὁ χρησόμενος [ὁ] ὑφάντης;

ἙΡΜ. Εἰκὸς μὲν μᾶλλον, ὃ Σώκρατες, τὸν χρησόμενον.

ΣΩ. Τίς οὖν ὁ τῷ τοῦ λυροποιοῦ ἔργῳ χρησόμενος; ἄρ' οὐχ οὗτος ὃς ἐπίσταται ἂν ἐργαζομένῳ κάλλιστα ἐπίσταται καὶ εἰργασμένον γνοίη εἴτ' εὖ εἰργασταὶ εἴτε μή;

ἙΡΜ. Πάνυ γε.

ΣΩ. Τίς;

ἙΡΜ. Ὁ κιθαριστής.

ΣΩ. Τίς δὲ ὁ τῷ τοῦ ναυπηγοῦ;

Sócrates introduz a distinção entre “quem produz um instrumento” (ὁ ποιῶν, usado no aoristo em 390b2), como “o carpinteiro” (ὁ τέκτων, 390b2), e “quem utiliza um instrumento” (ὁ χρωμένος, usado no futuro em 390b2-3), como “o tecelão” (ὁ ὑφάντης, 390b3), argumentando que aqueles que usam a ferramenta são os que possuem o conhecimento prático para definir se o instrumento foi feito corretamente ou não. Ele afirma que é o tecelão quem tem o “saber” (γνώσις) para averiguar se foi imposta sobre a madeira “a forma adequada da lançadeira” (τὸ προσήκον εἶδος κερκίδος, 390b1). Da mesma forma, o dialético, aquele que usa os nomes, seria o indivíduo dotado do conhecimento necessário para definir se o nome foi ou não corretamente estabelecido.

Essa distinção “ὁ ποιῶν” – “ὁ χρωμένος” encontra respaldo na diferenciação que Hermógenes traçou entre “estabelecer” (τιθέναι) um nome e usar um nome (expresso pelo grego καλεῖν, “chamar”). Sócrates chama o responsável pela primeira etapa da nomeação de “legislador” (νομοθέτης) e o responsável pela segunda de “dialético” (διαλεκτικός). A teoria das formas de Sócrates prevê que os dois estágios devem estar subordinados às determinações ontológicas do mundo. Traçando uma analogia com a ação de tecer, o personagem argumenta que o dialético, mais do que legislador, é quem possui o saber para averiguar se “a forma

ἜΡΜ. Κυβερνήτης.

ΣΩ. Τίς δὲ τῶ τοῦ νομοθέτου ἔργῳ ἐπιστατήσείε τ' ἂν κάλλιστα καὶ εἰργασμένον κρίνειε καὶ ἐνθάδε καὶ ἐν τοῖς βαρβάροις; ἄρ' οὐχ ὅσπερ χρήσεται;

ἜΡΜ. Ναί.

ΣΩ. Ἄρ' οὖν οὐχ ὁ ἐρωτᾶν ἐπιστάμενος οὗτός ἐστιν;

ἜΡΜ. Πάνυ γε.

ΣΩ. Ὁ δὲ αὐτὸς καὶ ἀποκρίνεσθαι;

ἜΡΜ. Ναί.

ΣΩ. Τὸν δὲ ἐρωτᾶν καὶ ἀποκρίνεσθαι ἐπιστάμενον ἄλλο τι σὺ καλεῖς ἢ διαλεκτικόν;

ἜΡΜ. Οὐκ, ἀλλὰ τοῦτο.

ΣΩ. Τέκτονος μὲν ἄρα ἔργον ἐστὶν ποιῆσαι πηδάλιον ἐπιστατοῦντος κυβερνήτου, εἰ μέλλει καλὸν εἶναι τὸ πηδάλιον.

ἜΡΜ. Φαίνεται.

ΣΩ. Νομοθέτου δέ γε, ὡς ἔοικεν, ὄνομα, ἐπιστάτην ἔχοντος διαλεκτικὸν ἄνδρα, εἰ μέλλει καλῶς ὀνόματα θήσεσθαι.

ἜΡΜ. Ἔστι ταῦτα.

ΣΩ. Κινδυνεύει ἄρα, ὃ Ἑρμόγενης, εἶναι οὐ φαῦλον, ὡς σὺ οἶει, ἢ τοῦ ὀνόματος θέσις, οὐδὲ φαύλων ἀνδρῶν οὐδὲ τῶν ἐπιτυχόντων. καὶ Κρατύλος ἀληθῆ λέγει λέγων φύσει τὰ ὀνόματα εἶναι τοῖς πράγμασι, καὶ οὐ πάντα δημιουργὸν ὀνομάτων εἶναι, ἀλλὰ μόνον ἐκεῖνον τὸν ἀποβλέποντα εἰς τὸ τῆ φύσει ὄνομα ὄν ἐκάστω καὶ δυνάμενον αὐτοῦ τὸ εἶδος τιθέναι εἰς τε τὰ γράμματα καὶ τὰς συλλαβάς.

adequada do nome” (τὸ προσῆκον εἶδος τοῦ ὀνόματος) foi atribuída à matéria dos sons e sílabas.

Essa figura do dialético é caracterizada de maneira bastante simples. Sócrates menciona que ele é “a pessoa que sabe perguntar” (ὁ ἐρωτᾶν ἐπιστάμενος, 390c6) e “a pessoa que sabe responder” (ὁ ἀποκρίνεσθαι ἐπιστάμενος, 390c8). Ele parece fazer referência à habilidade que o próprio Sócrates demonstra possuir nos diálogos de Platão. Isso inclui não apenas a capacidade de conduzir um exame refutativo, tão característico de diálogos como a *Apologia*, *Eutífron*, *Cármides* e *Lísis*, mas também a habilidade, como na *República*, de se deter sobre uma questão filosófica e analisar como profundidade todas as implicações envolvidas na sua consideração. Assim, trazer à tona a imagem do dialético neste contexto do *Crátilo* sugere que Sócrates está preocupado com a construção de uma linguagem eminentemente filosófica, que auxilie o indivíduo a compreender as verdadeiras nuances do real.

A passagem também precisa ser lida à luz daquilo que já foi construído anteriormente. A teoria das formas de Sócrates prevê que a forma do nome é derivada diretamente da consideração daqueles atributos reais e objetivos que qualificam os objetos em si mesmos. Portanto, é desse saber que o dialético precisa para avaliar se essa forma é adequada ou não.

Esse conhecimento é mencionado também no *Sofista*: “Não diremos ser o conhecimento do dialético o dividir conforme o gênero nem considerar ser diferente a mesma forma nem considerar ser a mesma a diferente?” (*Soph.* 253d1-3. Trad. própria¹⁸³). Essa passagem confirma a leitura do *Crátilo*: o dialético é aquele que, contemplando as propriedades fixas e estáveis dos seres, é capaz de dividí-los em diferentes classes e categorias. Para o dialético, é fundamental que a linguagem não encerre em si confusões de ordem ontológica. Percebe-se assim que a preocupação de Sócrates não é simplesmente linguística, mas é ontológica: a linguagem deve se conformar à realidade. Sua preocupação também é de ordem epistemológica: conformando-se com as nervuras do real, a linguagem será também uma ferramenta indispensável para a busca da verdade.

Até então, examinamos detalhadamente o trecho de 386e-390e do *Crátilo*, no qual Sócrates desenvolve uma proposta centrada no conceito de “forma” (εἶδος), motivo pela qual estamos a chamando de “teoria das formas”. Entendemos como essa teoria se encaixa no seio da controversa entre o convencionalismo e o naturalismo, rejeitando as duas visões sem, contudo, deixar de aproveitar certos elementos de cada uma, elementos que iluminam o modo

¹⁸³ Τὸ κατὰ γένη διαιρεῖσθαι καὶ μήτε ταῦτὸν εἶδος ἕτερον ἠγήσασθαι μήτε ἕτερον ὄν ταῦτὸν μὴν οὐ τῆς διαλεκτικῆς φήσομεν ἐπιστήμης εἶναι;

de compreendermos a relação entre linguagem e realidade. Encaminhando-nos para o final da Dissertação, gostaríamos de levantar o comentário de alguns intérpretes importantes para melhor apreciarmos a profundidade desse texto de Platão.

A leitura de Ademollo (2011). O texto de Ademollo é muito importante para entendermos o significado do termo οὐσία na teoria das formas de Sócrates.

(T58) O que significa ‘ser’ em (ii) [um nome é ‘um instrumento ... para separar o ser’]? Pode-se supor que, aqui, o termo οὐσία seja uma nominalização do *existencial* εἶναι e, assim, uma forma de se referir coletivamente ao plural de (ii): “os objetos” (τὰ πράγματα). Alternativamente, podemos pensar que οὐσία deriva antes do sentido *predicativo* de εἶναι, que o que ele capta em (ii) é “assim como eles são” (ἢ ἔχει) e que, portanto, se refere a alguma característica do objeto nomeado. A primeira interpretação faz mais sentido; mas pesa a favor da segunda o fato de que οὐσία era, em 385e–386e, e voltará a ser em 393d e depois em 423de, uma característica dos πράγματα. De fato, a referência a “separar” (διακρίνειν) os objetos pode sugerir que, aqui, οὐσία é entendida como alguma característica distintiva única – mais precisamente, o que é especificado na resposta à pergunta “O que é X?”, isto é, em uma definição, como aparentemente ocorre em 401cd, 423de [...] e em outros lugares de Platão. Se assim fosse, então uma tradução como “essência” seria apropriada – e, de fato, é adotada por vários *scholars*. No entanto, é mais prudente pensar que o termo οὐσία, aqui, se refere genericamente a qualquer característica que “os objetos” possam ter, como fez em 385e–386e [...]. Isso, é claro, deixa aberta a possibilidade de que a característica em questão possa, de fato, ser peculiar ao objeto ou mesmo constituir sua essência (ADEMOLLO, 2011, p. 110-111)¹⁸⁴.

Ademollo busca entender o sentido de οὐσία em 388c1. No início desta seção, optamos pela tradução mais rente ao texto grego e que abre mais possibilidades para o trabalho de interpretação filosófica: “Portanto, o nome é um instrumento de ensino e também de categorizar as essências, tal como a lançadeira separa os fios da trama [Ἦνομα ἄρα διδασκαλικόν τί ἐστιν ὄργανον καὶ διακριτικὸν τῆς οὐσίας ὥσπερ κερκὶς ὑφάσματος]” (*Cra.* 388b13-c1). Ademollo prevê duas possíveis leituras desse trecho. Na primeira, οὐσία seria construída a partir do sentido existencial do verbo “ser” (εἶναι), referindo-se à totalidade das coisas que são, ou melhor, à realidade. Ademollo admite que essa formulação teria sentido no contexto do *Crátilo*.

¹⁸⁴ “What does ‘being’ mean in (ii) [a name is ‘an instrument ... for separating being’]? It might be supposed that here the term οὐσία is a nominalization of the existential εἶναι and thus is a way of picking up collectively (ii)’s plural reference to ‘the objects’ (τὰ πράγματα). Alternatively, we might think that οὐσία rather derives from the copulative εἶναι, that what it picks up in (ii) is ‘as they stand’ (ἢ ἔχει), and that therefore it stands in for some feature of the object named. The former construal makes better sense; but it tells in favour of the latter that οὐσία was at 385e–386e, and will again be at 393d and then 423de, a feature of the πράγματα. Indeed, the reference to ‘separating’ (διακρίνειν) the objects may suggest that here the οὐσία is supposed to be some uniquely identifying feature – more precisely, what is specified in the answer to the question ‘What is X?’, i.e. in a definition, as apparently at 401cd, 423de [...] and elsewhere in Plato.³⁶ If this were so, then a translation like ‘essence’ would be appropriate – and is in fact adopted by several scholars.³⁷ It is, however, more cautious to think that the term οὐσία here refers generically to any feature ‘the objects’ may have, as it did at 385e–386e [...]. This of course leaves open the possibility that the feature in question may, as a matter of fact, be peculiar to the object or even constitute its essence”.

Entretanto, o autor também afirma que podemos ler οὐσία no sentido predicativo, referindo-se às propriedades dos objetos. Οὐσία, assim, seria um termo alternativo à expressão “segundo o que eles possuem” (ἢ ἔχει, 388b11), indicando não propriamente o objeto, mas algum “atributo distintivo” (*uniquely identifying feature*) pelo qual podemos categorizá-lo. Esse atributo poderia ser uma propriedade especificada na definição do objeto, isto é, na fórmula que responde corretamente à pergunta “O que é F?”. Porém, o processo de “distinção” ou “categorização” (διακρίνειν) dos objetos também pode ser feito a partir de atributos não essenciais. Portanto, οὐσία não se refere apenas aos traços essenciais dos objetos, mas tudo aquilo a partir do que um item pode ser bem classificado.

Ademollo privilegia a segunda leitura em detrimento da primeira, porque, para ele, o contexto do argumento também mobilizou o sentido predicativo do termo οὐσία em outras circunstâncias (cf. 385e-386e, 393d e 423d-e). Isso significa que, apesar das duas leituras serem aceitáveis, há maior probabilidade que a segunda fosse a intenção de Sócrates. Essa leitura favorece a interpretação que fizemos ao longo de todo esse capítulo, no qual argumentamos que a teoria das formas exige que a linguagem se conforme às propriedades e disposições dos próprios objetos.

Outra convergência da nossa leitura com a de Ademollo está na interpretação unitária da “função” (ἔργον) atribuída ao nome. Ademollo também argumenta que a função de informar e de categorizar as essências estão intrinsecamente vinculadas uma à outra, formando um ἔργον unitário:

(T59) Agora, é muito natural interpretar os καί em ambas as definições (b10, b13) como explicativos e, portanto, compreender que (ii) [quando nomeamos, nós ‘separamos os objetos como eles são’] e (ii’) [um nome é ‘um instrumento... para separar o ser’] de alguma forma explicam o significado de (i) [quando nomeamos algo, ‘ensinamos algo uns aos outros’] e (i’) [um nome é ‘um instrumento para ensinar’], respectivamente, ou seja, explicam o que ensinamos uns aos outros ao nomear algo. Assim, as duas definições equivalem aproximadamente ao seguinte: a função de um nome é transmitir informações sobre seu referente, atribuindo-lhe certas características e, desse modo, identificá-lo ou distingui-lo de outros objetos (ADEMOLLO, 2011, p. 111)¹⁸⁵.

¹⁸⁵ “Now, it is very natural to take the καί’s in both definitions (b10, b13) as explanatory, and hence to understand that (ii) [when we name we ‘separate the objects as they stand’] and (ii’) [a name is ‘an instrument... for separating being’] somehow explain the import of (i) [when we name something ‘we teach something to each other’] and (i’) [a name is ‘an instrument for teaching’] respectively, i.e. spell out what we teach each other in naming something. So the two definitions roughly amount to the following: the function of a name is to convey information about its referent, by ascribing certain features to it, and thereby pick out or distinguish it from other objects”.

Segundo o autor, a fala de Sócrates em 388b10-11 e 388b13-c1 são construídas de maneira paralela. Na primeira passagem, encontramos: “Logo, não ensinamos uns aos outros e categorizamos as coisas segundo o que são” (*Cra.* 388b10-11¹⁸⁶). Ela se desdobra em duas afirmações: (i) que pelo nome nós ensinamos uns aos outros e (ii) que pelo nome nos distinguimos os objetos conforme suas propriedades objetivas. Já na segunda, encontramos: “Logo, o nome é um instrumento de ensino e de categoriza as essências” (*Cra.* 388b13-c1¹⁸⁷). A fala de Sócrates também se desdobra em duas afirmações: (i’) que o nome é um instrumento de transmitir informações e (ii’) que ao usar um nome nós distinguimos uma coisa a partir de suas propriedades. Ademollo ressalta o paralelo entre (i) e (i’) e entre (ii) e (ii’). Ele também argumenta que a conjunção καὶ não possui propriamente uma função aditiva nesse contexto: ela seria uma partícula epixegética, mais adequadamente traduzida por “isto é” ou “ou seja”. Seu uso indica que o elemento posterior (as afirmações (ii) e (ii’)) é uma explicação do elemento anterior (as afirmações (i) e (i’)). Desse modo, Ademollo entende que Sócrates atribui uma única função aos nomes: o de dar informações a respeito de seu referente, distinguindo-o a partir de certas características relevantes.

Portanto, Ademollo também constrói a teoria de Sócrates de uma maneira próxima àquela que construímos. O texto do autor sugere que a preocupação do personagem não é tanto a linguagem, mas a ontologia. Sócrates deseja frisar que a disposição das coisas é o fundamento necessário para construir uma linguagem capaz de ser um instrumento na busca pela verdade. Diante dessas considerações, Ademollo alerta o leitor para não confundir a teoria de Sócrates com a de Crátilo: “Estritamente dizendo, nada disso ainda implica que o nome transmita informações por meio de sua etimologia”¹⁸⁸. Como mostramos no capítulo 3, o naturalismo de Crátilo encerra um compromisso com a etimologia do nome. Para o personagem, o nome deve conferir, por meio da etimologia, propriedades que os objetos realmente possuam. Contudo, essa tese não é minimamente próxima daquilo que Sócrates expôs em 386-390. Por isso, devemos encarar as duas propostas como independentes entre si. Sócrates atribui a teoria construída a Crátilo no final de (T57) apenas porque se trata do melhor desenvolvimento possível da tese que defende uma relação “por natureza” (φύσει) entre *nomen* e *nominatum*. Assim como fez com o convencionalismo, Sócrates aproveita certos elementos da teoria de Crátilo e descarta outros.

¹⁸⁶ Ἄρ’ οὐ διδάσκομέν τι ἀλλήλους καὶ τὰ πράγματα διακρίνομεν ἢ ἔχει;

¹⁸⁷ Ὄνομα ἄρα διδασκαλικόν τί ἐστιν ὄργανον καὶ διακριτικὸν τῆς οὐσίας.

¹⁸⁸ “Strictly speaking, none of this yet implies that the name conveys information through its etymology” (ADEMOLLO, 2011, p. 111).

A leitura de Crombie (1963). Diferentemente de Ademollo, que avalia positivamente o raciocínio de Sócrates entre os trechos 386-390, Crombie adota uma perspectiva crítica em relação ao argumento do personagem. Segundo ele, a analogia entre a lançadeira e os nomes é defeituosa e não compõe um argumento capaz de concluir a tão esperada relação “por natureza” entre nome e objeto nomeado:

(T60) Há, portanto, uma analogia traçada entre lançadeiras e palavras. Cada uma é um tipo de ferramenta e possui uma função geral e, dentro de cada tipo, há subtipos com funções especiais dentro da função geral. Em ambos os casos, a forma que a ferramenta assume depende de sua função. A crítica óbvia a essa analogia é que, enquanto a função de uma lançadeira determina sua forma, a função de uma palavra não o faz. Uma lançadeira (acredito) precisa ser conduzida para frente e para trás entre vários fios cruzados e, por isso, deve ter um formato específico; enquanto uma palavra apenas precisa distinguir, podendo ser qualquer som que se escolha, desde que o mesmo som não seja usado para duas palavras diferentes. As lançadeiras, portanto, têm sua forma determinada, em certa medida, por sua função geral, enquanto as palavras não; *cat* e *felis* servem igualmente bem para distinguir gatos de outras coisas (CROMBIE, 1963, p. 477)¹⁸⁹.

Sócrates comparou a ação de nomear com a ação de tear. Ele afirmou que ao produzir uma lançadeira, o carpinteiro deve olhar para a forma da lançadeira naturalmente adequada para tecer. A lançadeira pode ser destinada a tecidos leves ou pesados, de linho ou de lã, de todo modo, é preciso seguir essa forma se quiser alcançar o seu objetivo. Com esse raciocínio, Sócrates explica que os artefatos são definidos em vistas de sua finalidade, conceito que, por sua vez, pode ser compreendido de maneira geral (a forma da lançadeira) ou de maneira especial (a forma da lançadeira *para tecidos leves* ou *para tecidos de lã*). A função geral é determinante para a forma geral do instrumento, enquanto que a função especial adiciona à forma geral uma forma especial para que ela cumpra sua finalidade em uma perspectiva específica.

Sócrates então transfere esse quadro explicativo para o domínio da nomeação. Afirmando que o nome é um instrumento, Sócrates argumenta que o nome também deve ser definido em vistas de sua finalidade. Há uma forma genérica, válida para todo nome, que o habilita a cumprir sua finalidade genérica: informar e distinguir as essências. Também há uma forma especial, válida para nomes específicos e que os habilita a cumprir uma finalidade

¹⁸⁹ “There is, then, an analogy drawn between shuttles and words. Each is a kind of tool and has a general function, and within each kind there are sub-kinds with special functions within the general function. In each case the form that the tool takes depends on its function. The obvious criticism of this analogy is that whereas the function of a shuttle does determine its form, the function of a word does not. A shuttle (I believe) has to be carried backwards and forwards between a lot of crossed threads, and therefore has to have a certain shape; whereas a word has merely to distinguish, and therefore can be any sound you please provided the same sound is not used for two different words. Shuttles therefore have their form determined to some extent by their general function whereas words do not; *cat* and *felis* serve equally well to distinguish cats from other things”.

específica. De todo modo, ao comparar o nome com a lançadeira, Sócrates espera concluir que o nome deve ser cunhado levando em consideração a finalidade da atividade (seja a genérica que a especial) e a natureza do objeto nomeado, assim como ocorre na fabricação da lançadeira.

Todavia, Crombie contrapõe esse raciocínio, afirmando que simplesmente a analogia não é válida. Ele sustenta que, apesar da lançadeira de fato se adequar à finalidade da ação e aos objetos envolvidos nela (ela deve ser de tal formato e ter tal peso para não se embarçar nos fios da urdidura, por exemplo), isso não acontece com o nome. Para se referir ao gato, tanto o nome *gato*, quanto o nome *cat* quanto o nome *felis* seria apropriado: “[...] uma palavra precisa somente distinguir e, portanto, pode ser o som que você quiser, desde que o mesmo som não seja usado para duas diferentes palavras” (Itálico nosso).

Acreditamos que a crítica de Crombie seja fruto de um mal entendido com relação ao intuito da teoria de Sócrates. Ao final do seu argumento, o próprio personagem reconhece que tanto *gato*, quanto *cat*, quanto *felis* podem ser nomes adequados para designar o mesmo item extralinguístico, a saber, o gato. O único requisito da teoria de Sócrates é que o nome para esse item não seja aplicado, por exemplo, a um cachorro, porque apesar de ambos serem animais, eles ainda assim possuem formas específicas diferentes. Sócrates está preocupado com a arregimentação filosófico-conceitual da linguagem. Ele acredita que o indivíduo não pode construir uma linguagem bagunçada conforme suas imaginações e fantasias. É verdade que, ao se deparar com um gato pela primeira vez, uma comunidade poderia muito bem ter escolhido chamá-lo de “cachorro”. Contudo, isso não quer dizer que não existe nenhuma regulamentação ontológica que dirija o ato de nomear. Os nomes devem respeitar a disposição das próprias coisas, se quisermos realmente construir uma linguagem com sentido.

O próprio Crombie reconhece que os objetos e suas propriedades objetivas realmente impõem certa limitação ao exigir que “o mesmo som não seja usado para duas diferentes palavras”. Ora, esse fenômeno é relativamente comum na linguagem ordinária, então por que Crombie se importa com isso? No português, “cego” (pessoa sem visão) e “cego” (o verbo cegar conjugado na primeira pessoa do singular, presente) são considerados homônimos perfeitos, pois possuem a mesma grafia e a mesma pronúncia, mas encerram significados diferentes. O grego tem ὁ βίος (“a vida”) e ὁ βίος (“o arco”), e vários outros casos. Se isso não afeta a linguagem ordinária, por que então Crombie se incomoda com um mesmo som sendo usado para duas diferentes palavras? Parece-nos que o incômodo de Crombie é da mesma natureza do que o de Sócrates: não é um incômodo com a linguagem estritamente dizendo, mas com a confusão ontológica que ela importa ao proceder desse modo. É verdade que a referência continua funcionando, contudo, como Sócrates reiterou na República, a nomeação poderia ter

sido feita “de modo mais belo” (οὕτω καλῶς, *Resp.* I 353a4) ou de forma mais “excelente” (ἄριστος, *Resp.* I 352e3). A preocupação não está tanto no campo do uso ordinário da linguagem, mas no uso rígido exigido pelo fazer dialético-filosófico.

Há outro elemento importante no comentário de Crombie ao *Crátilo*:

(T60) Não seguiremos os detalhes desta investigação, mas observaremos que se assume, desde o início, que a correção dos nomes é uma questão de relações mútuas entre palavras, e não da relação de uma palavra isolada com aquilo que ela significa [...] poder-se-ia sustentar que nenhuma palavra pode ser chamada de correta ou incorreta considerada isoladamente, mas apenas em relação a outras palavras. Assim, se nasce uma sexta criança em uma família, os pais podem dar a ela qualquer nome que desejarem, exceto um nome que já pertença a um dos outros filhos. Ter dois “Joões” na família acabaria com o objetivo da nomeação, que é distinguir. Da mesma forma, seria errado usar “cavalo” tanto para vacas quanto para cavalos, embora não haja nada no som “cavalo” que o torne, por si só, um som inadequado para designar vacas. Isso faria da correção ou incorreção dos nomes uma relação *som-som* (como chamaremos). Por ora, em qualquer caso, Sócrates discute a correção dos nomes em termos de *som-som* (CROMBIE, 1963, p. 479)¹⁹⁰.

Crombie defende que, na teoria de Sócrates, a corretude de um nome não pode ser definida tomando-o de modo isolado, mas somente considerando sua relação com os demais nomes. Assim, nada impediria o legislador de impor o nome “cachorro” ao gato, contudo, uma vez que “gato” foi o nome imposto, já não seria mais legítimo chamá-lo, de repente, de “cachorro”. Logo, conclui Crombie, Sócrates não vê a corretude do nome como uma relação *sound-thing*, mas como uma relação *sound-sound*, porque o nome somente será considerado correto na medida em que se adequar dentro de uma rede linguística já formada.

A leitura de Crombie não é completamente exata, pois, como mostramos ao longo de todo esse capítulo, Sócrates vê a linguagem como um domínio construído sobre o fundamento de uma boa ontologia. Resumimos a teoria de Sócrates sob a forma do lema “*Nomina naturam rerum sequuntur*” porque acreditamos que, para o filósofo, os nomes devem se conformar às categorias em que as coisas estão organizadas segundo suas propriedades estáveis e objetivas. Assim, ao contrário do que Crombie afirmou, a corretude parece envolver sim uma relação *sound-thing*.

¹⁹⁰ “We will not follow the details of this investigation, but we will observe that it is assumed from the start that rightness of names is a matter of mutual relations between words, and not of the relation of a single word to what it stands for [...] it could be held that no word can be called right or wrong considered by itself, but only by relating it to other words. Thus if a sixth child is born into a family the parents can give it any name they wish, except a name which already belongs to one of the other children. To have two Johns in the family would defeat the object of naming, which is to distinguish. Similarly it would be wrong to use ‘horse’ for cows as well as for horses though there is nothing in the sound ‘horse’ which makes it in itself an improper sound to use for cows. This would make rightness and wrongness of names a sound-sound relationship (as we will call it). For the moment at any rate Socrates discusses the rightness of names in sound-sound terms”.

Por outro lado, acreditamos que Crombie tenha sido muito perspicaz ao notar que, da teoria de Sócrates, se segue que a corretude dos nomes deve levar em consideração também a rede de nomes previamente fixados. O pensamento de Sócrates não é que os nomes devem literalmente *retratar* a realidade, como se “cavalo” apenas fosse o nome natural para cavalo. Esse é o pensamento de Crátilo. Diferentemente, Sócrates sustenta que os nomes devem se *conformar* ou *se adequar* (lembrar do uso do verbo προσήκειν) à disposição das coisas, o que significa não importar para si uma visão equívoca sobre as propriedades, classes e categorias dos itens nomeados. Assim, eu posso chamar o “cavalo” de outra coisa, “horse” por exemplo, desde que isso não distorça para nós o modo como a realidade se estrutura. Logo, segundo essa teoria, realmente devemos considerar a rede de palavras já cunhadas (a “lei”, νόμος, já convencionalizada) e a relação delas com a realidade ao cunhar e usar novos nomes. Com efeito, esse componente da teoria de Sócrates parece vir daquilo que ele acredita ser razoável no convencionalismo de Hermógenes.

A leitura de Barney (2001). Rachel Barney também teceu uma interpretação importante do argumento de Sócrates. O personagem afirmou que os nomes são instrumentos pelos quais podemos informar uns aos outros e dividir as coisas segundo as suas propriedades constitutivas. A autora reconhece que essa descrição se assemelha ao modo como Platão costuma caracterizar o procedimento canônico da dialética de “dividir” e “sintetizar” a realidade¹⁹¹. Assim, para Barney, a passagem de fato sugere que os nomes devem ser cunhados e usados para distinguir as coisas, ao categorizá-las em diferentes tipos naturais, dividindo a realidade nas suas junções: “Falar de ‘divisão’ também sugere que os nomes devem ser usados para traçar distinções, ao categorizar os objetos em tipos naturais – dividir a realidade em suas junções (393b-4e)”¹⁹².

Em seguida, a autora centra sua análise na significativa distinção que Sócrates traçou entre *matéria* e *forma*, sustentando que esse par deve ser entendido na perspectiva semântica:

(T61) Até agora, como um nome chega a desempenhar essa função permanece como uma questão em aberto. Contudo, torna-se rapidamente claro que Sócrates presume que um nome “divide e informa” em virtude de seu conteúdo descritivo. [...] A matéria de um nome são seus constituintes fonéticos, seus “sons e sílabas” (389d); a forma ou natureza [...] é evidentemente o significado ou conteúdo semântico do nome, e Sócrates fala de colocá-lo “dentro” do nome. Assim, um nome desempenha sua função por ter um conteúdo que descreve corretamente – ou seja, verdadeiramente – a natureza do objeto nomeado [...]. Portanto, um nome desempenha sua função ao

¹⁹¹ Cf. *Phdr.* 265d–266c, 273d–e; *Soph.* 253b–e; *Phlb.* 16d–20a.

¹⁹² “Talk of ‘division’ also suggests that names should be used to draw distinctions, by sorting objects by natural kinds—to divide reality at its joints (393b–4e)” (BARNEY, 2001, p. 42).

classificar objetos em tipos naturais; e faz isso fornecendo descrições verdadeiras sobre eles. [...] Os nomes devem ter significados que dividam a realidade em suas articulações naturais e devem ser aplicados a objetos dos quais esses significados sejam verdadeiros” (BARNEY, 2001, p. 42-43)¹⁹³.

Se o nome é um instrumento para categorizar os seres conforme suas propriedades, então como eles são capazes de executar essa sua função? Barney responde dizendo que essa capacidade advém da ideia de que o nome, para Sócrates, possui um componente descritivo – a “forma” (εἶδος). O filósofo analisa o nome como sendo composto por dois elementos, o elemento material fonético, a sílaba e os sons, e o elemento formal, seu conteúdo descritivo. Barney argumenta que esse último elemento deve ser interpretado em uma perspectiva semântica: o conceito de εἶδος se refere ao significado ou ao conteúdo semântico do nome.

Assim, Sócrates não estaria pensando o fenômeno da nomeação em uma simples perspectiva binária, própria da relação *nome-coisa*. Sócrates sustenta que a corretude do nome deve ser pensada em uma perspectiva triádica, envolvendo três polos: o nome, o referente e o conteúdo semântico do nome, isto é, o modo como ele descreve o *nominatum*. O nome é correto se a descrição do referente corresponde à realidade; está errado, se não corresponde. Uma consequência imediata dessa tese é que todo nome *N* pode ser expresso por meio de uma proposição da forma “*x* é *P*”, em que *x* designa o referente de *N* e *P* designa o conteúdo semântico de *N*.

A proposta interpretativa de Barney, na verdade, já se encontra em muitos outros textos da literatura secundária¹⁹⁴. De certo modo, a ideia é muito próxima da de Crombie, que propôs

¹⁹³ “So far, it is an open question how a name comes to perform this function. It rapidly becomes clear, however, that Socrates presumes a name to ‘divide and inform’ in virtue of its descriptive content. [...] The matter of a name is its phonetic constituents, its ‘sounds and syllables’ (389d); the form or nature [...] is evidently the name’s meaning or semantic content, and Socrates speaks of putting it ‘in’ the name. Thus a name performs its function by virtue of having content which correctly—i.e., truly—describes the nature of the object named [...]. So a name performs its function by sorting objects into natural kinds; and it does that by giving true descriptions of them. [...] Names should have meanings which carve reality at the joints, and should be applied to objects of which those meanings are true”

¹⁹⁴ Cf. KRETZMANN, 1971, p. 129 ss.; WILLIAMS, 1982, p. 91; SCHOFIELD, 1982, p. 62. Barney reconhece esse ponto: “Alguns intérpretes consideram a distinção entre forma semântica e matéria fonética tão óbvia e apropriada que lhe atribuem um lugar de destaque nos resultados do *Crátilo* [Some interpreters find the distinction between semantic form and phonetic matter so obvious and appropriate that they give it a prominent place in the results of the *Cratylus*]” (BARNEY, 2001, p. 44). Essa é uma interpretação moderna do diálogo. Acreditamos que ela seja fruto da tentativa de transpor para o texto do *Crátilo* certos aparatos conceituais próprios da filosofia da linguagem assim como ela é concebida modernamente. A ideia de que o conceito de εἶδος possa ser explicado em termos de conteúdo semântico, por exemplo, parece uma reverberação da distinção fregeana entre “sentido” (*Sinn*) e referência (*Bedeutung*). Apesar dessa leitura mostrar a importância e a profundidade filosófica do *Crátilo*, construindo um paralelo entre Platão e um grande filósofo da matemática, da lógica e da linguagem, ainda assim, devemos insistir que o texto de Platão pode não refletir de modo exato as concepções que estão vigentes hoje na filosofia. No caso do *Crátilo*, acreditamos que o foco de Platão está na ontologia, isto é, na conformidade do nome com às categorias da realidade, categorias que são construídas a partir das propriedades fixas e objetivas das coisas.

que a corretude dos nomes, para Sócrates, leva em consideração as relações semânticas que os nomes estabelecem um com os outros. Contudo, apesar de ser uma interpretação correta da proposta de Sócrates, ela não deve mitigar ou negligenciar o fato de que o conteúdo semântico dos nomes depende, em última instância, da conformidade do nome com a estrutura da realidade. Em outras palavras, o foco dado à rede de relações semânticas que os nomes estabelecem entre si não deve esconder o fato de que a preocupação de Sócrates é eminentemente ontológica.

Enfim, Barney explica que essa distinção conceitual de *forma e matéria* tem um papel importante na construção do enredo, porque ela é um dos elementos responsáveis pela refutação do convencionalismo:

(T62) A distinção entre forma e matéria serve para dar o *coup de grace* [golpe de misericórdia] no convencionalismo. Hermógenes havia se apoiado no fato de que as comunidades diferem em suas convenções de nomeação (385e3), um meio padrão para apoiar a tese da *thesis*. Mas se a forma de um nome é o que o torna correto, e isso é algo que pode estar presente em diferentes linguagens e diferentes materiais fonéticos, então essa variação local pode ser apenas superficial. (BARNEY, 2001, p. 43)¹⁹⁵.

Sócrates estrategicamente posiciona a analogia entre a nomeação e as demais atividades após o desenvolvimento do convencionalismo. A partir dessa comparação, o personagem argumenta que o fato do nome ser ou não correto deve considerar sua relação (i) com a finalidade do ato de nomear e (ii) com as disposições intrínsecas dos objetos nomeados. Essa proposta, contudo, atinge o âmago do pensamento de que os nomes são apenas por “imposição” (θέσις, transliterado: *thesis*), dependendo unicamente da vontade do indivíduo (Barney chama essa proposta de “the *thesis thesis*”, “a tese da *thesis*” ou “a tese da imposição”). Segundo Barney, esse pensamento foi defendido por Hermógenes se apoiando, sobretudo, na variação linguística entre diferentes locais. Agora, sob a perspectiva da teoria de Sócrates, essa variação é considerada somente superficial: ela esconde uma concordância quanto à forma do nome. Assim como os carpinteiros de diferentes locais constroem lançadeiras a partir de diferentes madeiras, porém, olhando para uma única e mesma forma, assim também os legisladores de diferentes locais constroem nomes a partir de diferentes sons e sílabas, porém, olhando para uma única e mesma forma, pautando-se em uma única e mesma realidade.

¹⁹⁵ “The form-matter distinction serves to give the coup de grace to conventionalism. Hermogenes had relied on the fact that communities differ in their naming conventions (385e3), a standard means of support for the *thesis thesis*. But if the form of a name is what makes it correct, and this is something which can be present in different languages and different phonetic materials, then this local variation may only be superficial”.

Conclusão. A teoria de Sócrates é substancialmente diferente do convencionalismo de Hermógenes e do naturalismo de Crátilo. Enquanto Hermógenes enfatiza a correção convencional dos nomes e Crátilo a correção objetiva dos nomes, no seu primeiro argumento, Sócrates focou na realidade objetiva dos próprios *nominata*¹⁹⁶. O filósofo fundamenta o fato da linguagem na tese de que os objetos possuem propriedades fixas e estáveis, afirmando que a natureza dos nomes depende das disposições das próprias coisas nomeadas. A analogia da nomeação com o processo de tecer confirma essa leitura. Nessa analogia, a urdidura corresponde à base ontológica necessária para a construção do edifício da linguagem. É porque existem coisas estáveis com seu próprio ser no mundo que nós podemos nomear, falar e debater. Essa analogia também traz mais detalhes para a teoria socrática. Valendo-se dela, Sócrates explica que as sílabas e sons são somente o componente material dos nomes, enquanto que a sua forma é o que caracteriza o nome em si mesmo. Essa forma, por sua vez, é obtida pela consideração da finalidade da atividade de nomear e das propriedades que as coisas possuem. A forma genérica de todo nome, por assim dizer, é um conformar-se com os padrões e as articulações das próprias coisas. Surge, enfim, a figura do dialético, aquele que detém o conhecimento das categorias, gêneros, espécies e classes em que os objetos se ordenam. Ele domina a forma do nome e, portanto, é aquele capaz de avaliar se a linguagem ordinária foi produzida com excelência ou não.

Dessas considerações, é possível perceber que a teoria socrática rejeita tanto a proposta de Hermógenes quanto a de Crátilo, embora carregue elementos das duas. Sócrates evoca a figura do legislador para se referir à etapa de imposição dos nomes e para se referir à transição dessa etapa para a constituição de uma norma linguística. Assim, o texto indica que Sócrates concorda com Hermógenes quanto à análise binária do processo de nomeação. Contudo, diferentemente de Hermógenes, Sócrates enfatiza que o modo como as coisas realmente são governam e regem o ato de nomeação: na verdade, os aspectos ontológicos da realidade regem toda a linguagem. É esse o sentido que Sócrates confere à fala de Crátilo de que existe uma relação natural entre *nomen* e *nominatum*. Entretanto, a fala de Sócrates é muito distante da proposta de Crátilo, que exige que os nomes descrevam verdadeiramente o objeto a partir de sua etimologia.

Enfim, evocamos o comentário de Proclo para esclarecer as reais intenções de Sócrates no *Crátilo*:

¹⁹⁶ Cf. BAXTER, 1992, p. 38-39.

(T63) Os órgãos naturais, portanto, como a língua, a traqueia, os pulmões e semelhantes, produzem o som. No entanto, embora estes também contribuam para fornecer a matéria do nome, é a atividade intelectual do legislador que, de modo mais particular, o produz. Este último ajusta a matéria à forma e ao modelo de maneira adequada. O dialético, por sua vez, utiliza o nome depois que ele foi estabelecido. [...] Além disso, ele é natural não porque seja um produto da natureza, nem é um instrumento porque alguma potência natural o utiliza; na verdade, tanto o que o cria quanto o que o utiliza são habilidades. Contudo, uma vez que quem o cria o faz com base nos objetos e quem o utiliza o faz para discriminar os objetos, é por essa razão que, tanto como produto quanto como instrumento, ele é dito ser “por natureza” (*In Crat.* 49.8-13; 19-25. Trad. Brian Duvick)¹⁹⁷.

¹⁹⁷ τὴν μὲν οὖν φωνὴν τὰ φυσικὰ ὄργανα ἀποτελεῖ, οἷον γλῶσσα καὶ ἀρτηρία καὶ πλεῦμων καὶ τὰ τοιαῦτα· τὸ δ' ὄνομα συναπεργάζονται μὲν καὶ ταῦτα διὰ τὴν ὕλην, μάλιστα δ' αὐτὸ ἢ διάνοια ἀποτελεῖ τοῦ ὀνοματοθέτου, ἥτις καὶ τὴν ὕλην συναρμόζει πρὸς τὸ εἶδος καὶ τὸ παράδειγμα δεόντως. χρῆται δ' αὐτῷ ὁ διαλεκτικὸς κειμένῳ [...] καὶ οὔτε διὰ τοῦτο φύσει, ὅτι τῆς φύσεως ἀποτέλεσμα, οὔτε διὰ τοῦτο ὄργανον, ὅτι δύναμις αὐτῷ χρῆται φυσικῆ τις· ἀλλὰ τὸ ποιοῦν αὐτὸ τέχνη ἐστὶν καὶ τὸ χρώμενον. ἐπεὶ δὲ καὶ τὸ ποιοῦν πρὸς τὰ πράγματα βλέπον ποιεῖ, καὶ τὸ χρώμενον διὰ τὴν τῶν πραγμάτων διάκρισιν αὐτῷ χρῆται, διὰ τοῦτο λέγεται φύσει καὶ ὡς ἀποτέλεσμα καὶ ὡς ὄργανον

Segue a tradução original de Duvick: “The natural organs, therefore, like the tongue, trachea, lungs and such, produce the sound. Yet, while these too help to furnish the name with matter, it is the intellectual activity of the name-giver that most particularly produces it. This though fits the matter matter to the form and model in a proper way. The dialectician, in turn, uses the name once it has been laid down. [...] Also, it is natural not because is a product of nature, and an instrument not because some natural power uses it; in fact, that which creates it and that which uses it are each a skill. Yet, since that which creates it does so while looking to its objects, and that which uses it does so for the discrimination of its objects, it is for this reason that, both as a product and as an instrument, it is said to be ‘by nature’”.

CAPÍTULO 7. CONCLUSÃO

Encerrando nossa Dissertação, gostaríamos de retomar os principais elementos trabalhados ao longo dos capítulos, mostrando como todos se unem para uma interpretação coerente da passagem 383a-390e. Como bem afirmou David Sedley, trata-se de um diálogo cujo eixo central é a meditação a respeito da “relação entre linguagem e realidade”¹⁹⁸. Nessa relação, como explicou Williams, a postura de Sócrates indica que a estrutura ontológica dos objetos é o fundamento e o alicerce de todo o edifício linguístico: “Sócrates de fato afirmou [...] que a estrutura da linguagem deve representar a estrutura das coisas”¹⁹⁹.

Em primeiro lugar, reiteramos o espaço importante que a teoria de Protágoras, Eutidemo e Heráclito possuem no diálogo. Suas teorias são do domínio da ontologia e Sócrates parece entender que essas figuras são modelos de indivíduos que não compreenderam como as coisas se dispõem no mundo, não possuindo, portanto, o conhecimento necessário para assumir a função de “legislador” (νομοθέτης) ou de “dialético” (διαλεκτικός), nem os elementos necessários para explicar o fato da linguagem.

A teoria mobilista de Heráclito impede que exista qualquer coisa permanente o suficiente para ser designada por um nome. Já a teoria de Protágoras e de Eutidemo, elas compõem o verso e o anverso de uma mesma moeda, porque partilham do mesmo princípio: o conflito de aparências. Os dois pensadores partem da constatação de que há diferentes perspectivas e visões da realidade e, considerando esse fenômeno como uma aporia filosófica, eles propõem caminhos de soluções completamente inadequados na visão de Sócrates. Protágoras acredita que a divergência entre diferentes aparências e percepções é indício da privacidade e unicidade dos αἰσθήτα (“objetos percebidos”). Articulando um mundo no qual as propriedades dos objetos são eventos privados, irrepetíveis e completamente instantâneos, Protágoras consegue argumentar em favor da tese de que todos os juízos e proposições são infalíveis, tese própria do domínio lógico-epistêmico. Por consequência, ele argumenta que o indivíduo é o μέτρον (“medida”) em todos os campos, tanto no campo do conhecimento quanto no campo ético.

Eutidemo busca solucionar o conflito de aparências em outro sentido. O sofista continua defendendo a autonomia do ser das propriedades, porém, ele insiste que elas estão

¹⁹⁸ “[...] the relation of language and reality” (SEDLEY, 1998, p.140).

¹⁹⁹ “Socrates indeed claimed [...] that the structure of language should represent the structure of things” (WILLIAMS, 1955, p. 92).

todas copresentes em todos os objetos e que elas apenas se revelam a aparatos sensoriais diferentes. Por conseguinte, no campo da linguagem, o personagem acaba advogando por uma espécie de teoria universal da predicação, sustentado também que todos os juízos e proposições são válidos. Em última instância, a diferença entre Protágoras e Eutidemo se dá naquilo que cada um está disposto a abrir mão a fim de artificialmente dissolver o problema do conflito de aparências: Protágoras está disposto a abrir mão de um mundo de propriedades “comuns” (κοίνα), enquanto Eutidemo está disposto a abrir mão do Princípio da Não Contradição.

De fato, sem qualquer um desses dois elementos, não há sentido em afirmar que há conflitos de aparências: o problema simplesmente se dissolve. Por outro lado, Sócrates é enfático ao afirmar que essa dissolução vem a custo de um preço muito alto. Sócrates argumenta que as duas teorias impedem qualquer nível de distinção epistêmica ou ética. Na verdade, como vimos, a maneira como Protágoras e Eutidemo entendem o mundo inviabiliza a existência de qualquer critério objetivo que governe a nomeação e a predicação, instaurando um verdadeiro caos linguístico.

Em outras obras, Platão parece muito preocupado com esse tipo de teoria, porque elas criam um cenário em que um indivíduo ou um grupo podem manipular a linguagem em favor de seus próprios interesses. Na *República* I, Platão ilustra essa situação através da figura de Trasímaco, que defende que o conceito de “justiça” (δικαιοσύνη) deve ser relativizado àquilo que o mais forte determinar que ela seja. Pressupondo que a justiça não é um conceito unívoco, Trasímaco defende que a aplicação deste termo depende inteiramente da vontade daquele que o usa e que, em uma sociedade, deve prevalecer o uso do mais forte.

Platão parece ilustrar a mesma situação nesta passagem das *Leis*:

O Ateniense – Para começar, meu caro, o que eles dizem que é os deuses não existem por natureza, mas em virtude da arte e de certas leis [τέχνη, οὐ φύσει ἀλλὰ τισιν νόμοις], diferenciando-se uns dos outros conforme o lugar e as convenções de que partiram os diferentes legisladores [ἄλλους ἄλλη, ὅπη ἕκαστοι ἑαυτοῖσι συνωμολόγησαν νομοθετούμενοι]. Como também afirmar que uma coisa é o belo conforme o seja por natureza, e outra, segundo a lei, e que não existe absolutamente justiça natural, não cessando os homens de divergir a seu respeito e de modifica-la de contínuo, sendo válida por algum tempo cada nova formulação [ἃ δ' ἂν μετάθωνται καὶ ὅταν, τότε κύρια ἕκαστα εἶναι], por força da arte e da lei, não por ser produto da natureza (*Leis* X 889e-890a. Trad. Nunes).

Essa passagem é construída com a contraposição entre aquilo que é “por natureza” (φύσει) e aquilo que é “por técnica” (τέχνη), ou “por certas leis” (τισιν νόμοις). Ao afirmar que os deuses, a beleza e a justiça não são por natureza, mas por lei, os adversários de Platão estariam defendendo que esses itens não têm uma existência própria nem qualidades objetivas

e estáveis que os qualificam por si mesmos. Eles seriam ontologicamente dependentes do sujeito. Por isso, os indivíduos poderiam usar esses conceitos como bem entenderem, sem nunca estarem errados. Tanto esse cenário quanto o cenário de *República* I parecem explorar as consequências de uma doutrina como a de Protágoras. E essa uma das preocupações práticas de Platão no *Crátilo*.

É desafiador entender como isso pode estar relacionado à teoria de Hermógenes. Ele não defendeu uma teoria subjetivista, como alguns *scholars* proposituram, mas sim uma teoria convencionalista, fundada nos conceitos de συνθήκη (“convenção”, 384d1) e ὁμολογία (“acordo”, 384d1). Ele compreende o fenômeno da nomeação a partir de um critério binário de correteza. Em um primeiro momento, referente ao ato de “imposição” (θέσις) dos nomes, Hermógenes está preocupado em delimitar os critérios suficientes e necessários para *N* ser um nome. Ele responde dizendo que a decisão do indivíduo e da comunidade é o único critério razoável. Em um segundo momento, referente ao uso dos nomes (καλεῖν, “chamar”), Hermógenes está preocupado em delimitar os critérios suficientes e necessários para *N* ser um nome que cumpra satisfatoriamente a função de se comunicar e referir na sociedade. Ele responde dizendo que, nesta matéria, a convenção linguística subjacente é o único critério possível.

Assim interpretada, a teoria de Hermógenes não é nem um pouco similar à teoria de Protágoras. O foco de Sócrates parece ser prevenir que se tenha uma compreensão equivocada da tese de Hermógenes, compreensão que o aproximaria de Protágoras. De certa forma, Sócrates concorda com Hermógenes quanto aos dois critérios de correteza delineados anteriormente. A figura do legislador mostra tanto que o nome é um instrumento cunhado por um indivíduo ou uma comunidade quanto que as leis linguísticas subjacentes possuem um papel regulador no uso dos nomes.

Contudo, Sócrates muda o foco da investigação do fenômeno da nomeação e determina outros critérios suficientes e necessários para delimitar o que é um bom nome, ou um nome adequado. Para essa questão, Sócrates acredita que a teoria de Hermógenes não oferece uma resposta adequada. É preciso aprimorá-la, adicionando que o processo de imposição e uso dos nomes também deve levar em consideração a forma dos objetos nomeados. Aqueles nomes que não se coadunam com o modo como os objetos se ordenam, ainda que sejam nomes, devem ser descartados, porque não são adequados para cumprir perfeitamente a finalidade da nomeação – informar e distinguir os seres em diferentes categorias. Se não temos esse importante aspecto em vista durante o manejo da linguagem, estaríamos abrindo margens para que ela ocorra com uma série de imprecisões, confusões e ambiguidades. Inclusive, estaríamos abrindo a

possibilidade de manipulações da linguagem assim como Trasímaco e os adversários das *Leis* propuseram. A teoria de Hermógenes não é capaz de barrar esses cenários.

Portanto, a teoria de Sócrates atende a duas preocupações urgentes. Em primeiro lugar, ela impede que o mundo seja tal que não exista nenhum parâmetro para governar os atos de nomeação e predicação. Ela faz isso ao defender que os objetos possuem propriedades fixas e estáveis, sendo essa a base ontológica necessária para fundamentar a dinâmica da linguagem. Em segundo lugar, ela impede cenários práticos de imprecisões, confusões, ambiguidades e manipulações linguísticas, exigindo que a linguagem se conforme às estruturas da própria realidade.

Segundo Baxter, Sócrates desenvolve uma teoria em que “a linguagem é novamente colocada em seu lugar: os nomes devem corresponder à realidade, não o contrário”²⁰⁰. Daqui, depreende-se como o naturalismo de Sócrates em 386e-390e é diferente da proposta naturalista de Crátilo. Crátilo focou sua atenção somente nos objetos linguísticos e preocupou-se apenas em determinar os critérios suficientes e necessários para *N* ser um nome. Segundo o personagem, *N* é um nome se, e somente se, *N* retratar indefectivamente, por meio de sua etimologia, as propriedades de seu *nominatum*. Enquanto essa tese exige um correspondencialismo completo entre linguagem e realidade, a tese de Sócrates pede somente que a linguagem se conforme o mais perfeitamente possível às categorias da realidade. Sua teoria pode ser expressa pelo lema “*Nomina naturam rerum sequuntur*”. Ou, como muito bem expressou Barney, a linguagem deve se conformar com as junções e nervuras da própria realidade²⁰¹.

²⁰⁰ BAXTER, 1992, p. 40.

²⁰¹ Cf. BARNEY, 2001, p. 43.

BIBLIOGRAFIA

- ACKRILL, J. L. “Language and Reality in Plato’s *Cratylus*”. In: ACKRILL, J. L. *Essays on Plato and Aristotle*. Oxford: Oxford University Press, 1997. Cap. 2, p. 33-53.
- ADEMOLLO, F. *The Cratylus of Plato: a commentary*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.
- ARISTÓTELES. “Metafísica – Livros I, II e II”. Trad. Lucas Angioni. *Clássicos da Filosofia: Cadernos de Tradução n° 15*, Campinas/SP, IFCH/UNICAMP, 2008.
- AUSTIN, J. L. *Sense and Sensibilia*. Reconstructed from the manuscript notes by G. J. Warnock. London; Oxford; New York: Oxford University Press, 1962.
- AYER, A. J. *The Foundations of Empirical Knowledge*. London: Macmillan, 1947.
- BARNES, J. (Ed.). *The Complete Works of Aristotle*. Princeton: Princeton University Press, 1984.
- BARNEY, R. “Plato on Conventionalism”, *Phronesis*, v. 42, n. 2, 1997. p. 143-162.
- _____. *Names and Nature in Plato’s Cratylus*. New York; London: Routledge, 2001.
- BAXTER, T. *The Cratylus: Plato’s Critique of Naming*. Leiden; New York; Köln: E. J. Brill, 1992.
- BERKELEY, George. “Siris: A Chain of Philosophical Reflexions and Inquiries”. In: _____. *The Works of George Berkeley Bishop of Cloyne*. Ed. A. A. Luce and T. E. Jessop. Vol. 5. London: Thomas Nelson and Sons LTD., 1953.
- _____. “Three Dialogues between Hylas and Philonous”. In: BERKELEY, G. *The Works of George Berkeley Bishop of Cloyne*. Ed. A. A. Luce and T. E. Jessop. Vol. 2. London: Thomas Nelson and Sons LTD., 1949.
- _____. *Principles of Human Knowledge and Three Dialogues*. Edited with and Introduction and Notes by Howard Robinson. Oxford: Oxford University Press, 1996.
- BORGES, Anderson de Paula. “A Interpretação Aristotélica do Pensamento Protagoreano em *Metafísica* Γ 4-6”, *Journal of Ancient Philosophy*, v. 11, n. 2 (2017), p. 82-105.
- _____. “Definição em Sócrates e a Crítica de Geach”, *Dissertatio*, vol. 48, 2018, p. 3-25.
- _____. “Fluxo e infalibilismo”, *Journal of Ancient Philosophy*, v. 6, n. 2 (2012), p. 1-30.
- _____. “Sobre o escopo cognitivo da *aisthēsis* no argumento final da primeira parte do *Teeteto*”, *Journal of Ancient Philosophy*, v. 10, n. 2 (2016), p. 45-69.

- BOSTOCK, David. *Plato's Theaetetus*. Oxford: Oxford University Press, 1988.
- BRADLEY, F. H. *Appearance and Reality*. 9 ed. Oxford: Clarendon Press, 1930.
- BURNET, J. (Ed.). *Platonis Opera*. v. 1. Oxford: Clarendon Press, 1900. Reimpresso em 1967.
- BURNYEAT, M. "Protagoras and Self-Refutation in Plato's *Theaetetus*", *The Philosophical Review*, v. 85, n. 2, 1976. p. 172-195.
- _____. "Conflicting appearances". In: Burnyeat, M. *Explorations in Ancient and Modern Philosophy*, Vol. 1. Cambridge: Cambridge University Press, 2012a. p. 276-315.
- _____. "Idealism and Greek philosophy: what Descartes saw and Berkeley missed". In: Burnyeat, M. *Explorations in Ancient and Modern Philosophy*, Vol. 1. Cambridge: Cambridge University Press, 2012b. p. 245-275.
- _____. *The Theaetetus of Plato: with a translation of Plato's Theaetetus by M. J. Levett revised by Myles Burnyeat*. Indianapolis/ Cambridge: Hackett Publishing Company, 1990.
- CAMPBELL, Lewis. *The Theaetetus of Plato with a revised text and English notes*. Oxford: Oxford University Press, 1861.
- COLVIN, Matthew. "Heraclitean Flux and Unity of Opposites in Plato's 'Theaetetus' and 'Cratylus'", *The Classical Quarterly*, New Series, Vol. 57, No. 2 (Dec., 2007), pp. 759-769.
- COOPER, J. M. (Ed.). *Plato: Complete Works*. Indianapolis / Cambridge: Hackett Publishing Company, 1997.
- CORNFORD, Francis MacDonald. *Plato's Theory of Knowledge: The Theaetetus and the Sophist of Plato translated with a running commentary*. London: Kegan, Paul, Trench, Trubner & CO. LTD; New York: Harcourt, Brace and Company, 1935.
- CROMBIE, I. M. *An Examination Of Plato's Doctrine. II – Plato on Knowledge and Reality*. v. 7. London; New York: Routledge & Kegan Paul, 1963.
- DANCY, Russell M. "Theaetetus' First Baby: *Theaetetus* 151e-160e", *Philosophical Topics*, v. 10, n. 2, Ancient Greek Philosophy (Fall 1987), p. 61-108.
- _____. *Plato's Introduction of Forms*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- EMPIRICO, Sexto. "Hipotiposes Pirrônicas Livro I". Tradução de Danilo Marcondes. *O que nos faz pensar*, v. 9, n. 12 (junho 1997), p. 115-112.
- _____. *Outlines of Scepticism*. Trad. Jonathan Barnes. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

- FINE, G. "Plato's Refutation of Protagoras in the *Theaetetus*", *Apeiron*, v. 31, n. 3, 1998. p. 201-234.
- FREDE, Michael. "Observations on Perception in Plato's Later Dialogue". In: Frede, M. *Essays in Ancient Philosophy*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1987. p. 3-8.
- GEACH, Peter. "Plato's 'Euthyphro': An Analysis and Commentary", *The Monist*, v. 50, n. 3, Philosophy of Plato (July 1996), p. 369-382.
- GROTE, G. *Plato and the Other Companions of Sokrates*. 3^o ed. vol. 3. London: John Murray, Albemarle Street, 1888.
- HERÁCLITO. *Fragmentos*. In: *Os Pré-Socráticos – Vida e Obra*. Trad. José Cavalcante de Souza et al. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999. (Coleção *Os Pensadores*)
- HUSSEY, Edward. "Heraclitus". In: LONG, A. A. (Ed.). *The Cambridge Companion to Early Greek Philosophy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. pp. 88-112.
- IGLÉSIAS, M. (Trad.). *Platão. Mênon*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; Loyola, 2001.
- IRWIN, Terrence H. "Plato's Heracliteanism", *The Philosophical Quarterly*, v. 27, n. 106 (jan 1977), p. 1-13.
- KAHN, C. *Essays on Being*. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- KRETZMANN, N. "Plato on the correctness of names", *American Philosophical Quarterly*, v. 8, n. 2, 1971. p. 126-138.
- MACKIE, J. L. *Ethics: Inventing Right and Wrong*. Harmondsworth, Middlesex: Penguin Books, 1977.
- MATTHEN, M. "Perception, Relativism, and Truth: Reflections on Plato's *Theaetetus* 152-160", *Dialogue*, v. 24, n. 1, 1985. p. 33-58.
- MCDOWELL, John. *Plato Theaetetus*. Oxford: Oxford University Press, 1973.
- MONTENEGRO, M. A. de P. "Linguagem e conhecimento no *Crátilo* de Platão", *Kriterion: revista de filosofia*, v. 48, n. 116, 2007, p. 367-377.
- MOORE, G. E. *Philosophical Studies*. London: Routledge & Kegan Paul LTD, 1970.
- NASCIMENTO, E. F. "A Teoria Naturalista dos Nomes no *Crátilo* de Platão", *Polemos*, v. 13, n. 28, 2024, p. 309-330.
- NOGUEIRA, A. M.; BOERI, M. (Trad.). *Platão. Teeteto*. 4. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2015.

- NUNES, C. A. (Trad.). *Platão. Diálogos – Volumes I e II: Apologia de Sócrates – Critão – Menão – Hípias Maior e outros*. Pará: Universidade Federal do Pará (UFPA), 1980.
- _____. *Platão. Diálogos – Volumes XII e XIII: Leis e Epinomis*. Pará: Universidade Federal do Pará (UFPA), 1980.
- PRADO, A. L. A. A (Trad.). *Platão. A República*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- PRITCHARD, Duncan. *What is this thing called knowledge?*. 4. ed. New York: Routledge, 2018.
- PROCLUS. *On Plato's "Cratylus"*. Trad. Brian Duvick. Ed. Harold Tarrant. Ithaca, New York: Cornell University Press, 2007.
- ROBINSON, R. "The Theory of Names in Plato's *Cratylus*", *Revue Internationale de Philosophie*, v. 9, n. 32 (5), 1955. p. 221-236.
- _____. "A Criticism of Plato's *Cratylus*". In: ROBINSON, R. *Essays in Greek Philosophy*. London: Oxford University Press, 1969. Cap. 6, p. 118-138. [First printed in *The Philosophical Review* in 1956].
- RUSSELL, Bertrand. *The Problems of Philosophy*. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- SCHOFIELD, M. "A Displacement in the Text of the *Cratylus*", *The Classical Quarterly*, v. 22, n. 02, 1997. p. 246-253.
- _____. "The dénouement of the *Cratylus*". In: NUSSBAUM, M. C.; SCHOFIELD, M. *Language and Logos: Studies in ancient Greek philosophy presented to G. E. L. Owen*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982. Cap. 3, p. 62-81.
- SEDLEY, D. "The Etymologies in Plato's *Cratylus*", *The Journal of Hellenic Studies*, v. 118, 1998, p. 140-154.
- _____. *Plato's Cratylus*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- SPRAGUE, R. S. *Plato's Use of Fallacy: A Study of the Euthydemus and Some Other Dialogues*. New York: Barnes & Noble, Inc., 1962.
- VIEIRA, C. O. (Trad.). *Platão. Crátilo ou sobre a correção dos nomes*. São Paulo: Editora Paulus, 2014.
- WATERLOW, S. "Protagoras and Inconsistency", *Archiv für Geschichte der Philosophie*, v. 59, n. 1, 1977. p. 19-36.
- WHITE, Nicholas P. "A epistemologia metafísica de Platão". In: Kraut, R. (Org.). *Platão*. Trad. Saulo Krieger. São Paulo: Ideias & Letras, 2013.

WILLIAMS, Bernard. "Cratylus' theory of names and its refutation". In: NUSSBAUM, M. C.; SCHOFIELD, M. *Language and Logos: Studies in ancient Greek philosophy presented to G. E. L. Owen*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982. Cap. 4, p. 84-93.

WITTGENSTEIN, L. *The Blue and Brown Books*. Malden-Oxford: Blackwell, 1958.